

Vitor Cei | Leno Francisco Danner
Marcus Vinícius Xavier de Oliveira | David G. Borges (Orgs.)

O QUE RESTA DAS JORNADAS DE JUNHO



FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO
AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES
CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS
E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA



Historicamente, a Filosofia no Brasil costuma seguir padrões e métodos ditados pelos centros intelectuais que possuem tradições filosóficas próprias, como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. No entanto, há vários anos assistimos no país à discussão sobre a necessidade de uma língua filosófica própria, que permita um amplo e consistente debate de ideias. Apesar dos esforços contínuos para consolidar uma tradição de pensamento (e esta série da Editora Fi é apenas um dos exemplos), ainda falta à Filosofia Brasileira uma maior atenção aos grandes temas nacionais. Precisamos elaborar novos conceitos para pensar problemas que não podem ser tratados de forma satisfatória pelas teorias disponíveis, tais como o que ora nos reúne e convida a pensar: o *que resta das jornadas de junho*. Esta coletânea é fruto de um trabalho coletivo levado a efeito pelos autores que acolheram o desafio proposto pelos organizadores de pensar a atual crise política a partir de diversos contextos e vieses, mas preservando um núcleo comum: desconforto intelectual diante do horizonte da dinâmica teórico-política brasileira contemporânea. O resultado disso são reflexões que, em linhas gerais, discutem o legado conservador das jornadas de junho, a partir de conceitos como pemedebismo, distopia, falsa consciência, biopolítica, incitadores da turba, paulistanismo, judicialização da política e estado de exceção. E também apresentam diversas formas de resistência, tais como as redes de ações coletivas, a etnomídia e o ativismo estético.



 **editora fi**
www.editorafi.org



O QUE RESTA DAS JORNADAS DE JUNHO

Comitê Editorial da



Gilberto Mendonça Teles (PUC-RJ)

Márcio José Silveira Lima (UFSB)

Marcos Carvalho Lopes (UNILAB)

Rafael Hadock-Lobo (UFRJ)

Renato Nogueira (UFRRJ)

Ronie Alexsandro Teles da Silveira (UFSB)

Susana de Castro (UFRJ)

Charles Feitosa (UNIRIO)

Wanderson Flor Nascimento (UNB)

Ivan Melo (UNILAB)

Sérgio Schaefer (UNISC)

Aldir Araújo Carvalho Filho (UFMA)

O QUE RESTA DAS JORNADAS DE JUNHO

Vitor Cei

Leno Francisco Danner

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

David G. Borges

(Orgs.)

φ editora fi

Direção editorial: Ronie Aleksandro Teles da Silveira

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Foto da capa: Siu Chiu, a partir de obra de Florentjin Hofman

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Filosofia Brasileira - 5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CEI, Vitor; DANNER, Leno Francisco; OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; BORGES, David G. (Orgs.).

O que resta das jornadas de junho [recurso eletrônico] / Vitor Cej; Leno Francisco Danner; Marcus Vinícius Xavier de Oliveira; David G. Borges (Orgs.). - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

309 p.

ISBN - 978-85-5696-152-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Estética; 3. Política; 4. Comunicação. I. Título. II. Série.

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

“A saída, onde fica a saída? Não sei. Viver hoje em dia parece ser sinônimo de segurar a barra. Segure a sua. Não aceito quem pretenda escrever ou viver aqui-agora ignorando tudo isso. Não posso solucionar o horror, mas posso pelo menos tentar alertar o maior número possível de pessoas para ele. Aí então talvez se possa fazer alguma coisa”.

Caio Fernando Abreu.

A grande fraude de tudo

Sumário

PREFÁCIO	11
AUTORES	15
O BRASIL É A CRISE	19
RONIE ALEXSANDRO TELES DA SILVEIRA	
REDES DE AÇÕES COLETIVAS EM JUNHO DE 2013	37
ANDRÉ V. L. SOBRAL	
A MÍDIA E A LITERATURA COMO FERRAMENTA DE AUTOAFIRMAÇÃO E RE-EXISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE	65
JULIE DORRICO	
ARTE E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DO ATIVISMO ESTÉTICO	93
REGINA SANCHES XAVIER	
ANÁLISE FOUCAULTIANA ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	107
THAÍS FERREIRA DE SOUZA	
A FALSA CONSCIÊNCIA NOS MOVIMENTOS HISTÓRICOS: O CASO DAS JORNADAS DE JUNHO E SEUS DESDOBRAMENTOS	129
GLAUBER ÁTAIDE	
O PAULISTANISMO NO PODER DA NAÇÃO: MICHEL TEMER E A MODERNIZAÇÃO SEGUNDO SÃO PAULO	143
GABRIEL CAIO CORREA BORGES	

“1984” E O BRASIL DE 2016 163

DAVID G. BORGES

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ASCENSÃO DA CLASSE MÉDIA CONSERVADORA NO BRASIL..... 179

IZABELA BRAVIM

DAVID G. BORGES

CULTURA E POLÍTICA, 2013-2016: OS INCITADORES DA TURBA.....205

VITOR CEI

DO INSTITUCIONALISMO FORTE ÀS JORNADAS DE JUNHO DE 2013, E DE VOLTA AO INSTITUCIONALISMO FORTE: SOBRE O LEGADO CONSERVADOR DAS JORNADAS DE JUNHO E O DESAFIO DA ESQUERDA TEÓRICO-POLÍTICA.....225

LENO FRANCISCO DANNER . FERNANDO DANNER . AGEMIR BAVARESCO

O PODER JUDICIÁRIO COMO AGENTE DO ESTADO DE EXCEÇÃO? ALGUMAS NOTAS SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA.....285

MARCUS VINÍCIUS XAVIER DE OLIVEIRA

ANEXO I: A HUMILHAÇÃO HABITUAL 301

ALAIN BADIOU

ANEXO II: MYSTERIUM BUROCRATICUM 305

GIORGIO AGAMBEN

Prefácio

As três edições do “Seminário de Pesquisa Social: Brasil em crise” foram realizadas entre os dias 03 e 05 de junho de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, com organização de Vitor Cei, David G. Borges e Marcelo Martins Barreira; 24 e 25 de junho de 2014, na Faculdade Pitágoras e no Instituto Federal do Espírito Santo, em Linhares, com organização de Adolfo Oleare, David G. Borges e Vitor Cei; 13 a 15 de junho de 2016, na Universidade Federal de Rondônia, campus Porto Velho, com organização de Leno Francisco Danner, Marcus Vinicius Xavier de Oliveira e Vitor Cei. Todas atenderam a uma demanda por um amplo e inclusivo espaço de debate sobre a crise política que se intensificou no Brasil depois das jornadas de junho de 2013, onde pudemos observar, como em uma sopa densa que não facilitava de modo tão direto a identificação de todas as variáveis nela presentes, a degradação do espaço público de debate, a violência contra as diferenças e, no caso, contra interlocutores de outras posições teórico-políticas, o autoritarismo do Estado e o aparecimento de novos atores políticos não necessariamente alinhados a posições explícitas e contundentes de classe.

Tendo em vista a carência de informações sistematizadas quanto ao assunto, levando em conta esse caldo espesso e a amplitude dos fenômenos próprios ao contexto político-cultural e partidário-institucional das jornadas, buscando ainda e com isso a problematização desse fenômeno complexo, as palestras das duas primeiras edições do evento foram reunidas e publicadas no livro *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*, organizado por Vitor Cei e David G. Borges, com edição da Praia Editora, de Gilberto Medeiros. Os quase 13.000 downloads livres que o livro recebeu desde o seu lançamento, em julho de 2015, demonstram que os sentidos e o legado das jornadas de junho despertam amplo interesse, não apenas dos especialistas de diferentes áreas do conhecimento, que estudam a cultura política contemporânea, mas também dos leitores em geral.

Em 2016, com o agravamento da crise política, ruptura institucional e golpe de Estado, persistimos no esforço de formar

matéria crítica necessária à análise dos novos – e arcaicos – fenômenos políticos brasileiros, de uma perspectiva ética, estética, jurídica e histórica. Relacionando diferentes áreas do conhecimento, privilegiam-se as interfaces entre os campos da Filosofia, do Direito, da Comunicação Social, da História e dos Estudos Culturais.

Este livro reúne, além de artigos e ensaios de pesquisadores convidados, as principais palestras da terceira edição do seminário, que teve como tema *O que resta das jornadas de junho*. O objetivo é analisar, a partir de uma abordagem plural, as dinâmicas teórico-práticas da *Realpolitik* brasileira e da crise socioeconômica hodiernas, tendo como eixo central a correlação das jornadas de junho e de *impeachment*.

Redigidos entre maio de 2016 e abril de 2017, os capítulos lidam com a (im)possibilidade de interpretar o momento presente, pelo menos no sentido de uma análise unidimensional, dada toda a pluralidade de sujeitos, pautas e problemas que se apresentaram concomitante e correlatamente. Tendo em vista a volatilidade do cenário político atual, enquanto preparávamos a publicação desta coletânea, não pudemos registrar a eclosão de novas manifestações, à direita e à esquerda, realização de greve geral, avanços na Operação Lava Jato e tramas obscuras nos bastidores de Brasília. Assim, este livro já chega ao leitor “desatualizado”, incapaz de dar conta do assunto como um todo. Acreditamos, porém, que esta coletânea de escritos tenha valor como documento histórico e ensaio filosófico, sendo capaz de lançar alguma luz sobre a crise brasileira atual. Daí vem o sentido do título.

O que resta das jornadas de junho faz referência ao livro *O que resta de Auschwitz*, de Giorgio Agamben, cuja noção de “resto” nos remete, de um lado, ao problema testemunhal de Auschwitz, fincado, principalmente, em sua (im)possibilidade, e de outro lado na tarefa que cabe, dentre outros, à filosofia, de buscar interpretar a referida (im)possibilidade e limar, o quanto possível, a má-fé, o uso político e a mitificação do que significou Auschwitz para a história da humanidade. Nesse sentido, o conceito de “resto” foi apropriado no curso do evento como um *topos* analítico que

deveria servir como um elemento desmitificador do real significado das jornadas de junho de 2013.

De todo modo, os trabalhos que estão publicados aqui, ao reconhecerem a sua profunda vinculação com o fenômeno completamente contemporâneo e corrente das jornadas de junho, tanto em termos socioculturais quanto no que diz respeito ao aspecto propriamente partidário-institucional, assumem-se como políticos e politizadores, porque diretamente vinculados. Eles são plurais, porque plurais são os sujeitos epistemológico-políticos, as lutas, as contradições, os problemas e, certamente, com tudo isso, também a *práxis* propositiva deles, sobre eles e para eles. Eles são políticos, por conseguinte, porque interpretam, assumem posicionamento e realizam proposições desde a condição sociocultural de seus pesquisadores e de suas pesquisadoras. Ora, mais que uma parcialidade, essa vinculação política e politizante é o caminho que resta a qualquer criticismo social, *práxis* político-normativa e diálogo intercultural. As próprias jornadas de junho de 2013 nos ensinaram, em verdade, que a hegemonia cultural, política, normativa e institucional somente é possível por essa vinculação e como luta, e não por qualquer neutralidade axiológico-política.

O resultado disso são reflexões que, em linhas gerais, podem ser divididas em quatro blocos: por um lado, Leno Francisco Danner, Fernando Danner, Agemir Bavaresco, David G. Borges, Izabela Bravim, Glauber Ataíde, Thaís Ferreira de Souza, Vitor Cei, Gabriel Caio Correa Borges e Marcus Vinícius Xavier de Oliveira discutem o legado conservador das jornadas de junho, a partir de conceitos como pemedebismo, distopia, falsa consciência, biopolítica, incitadores da turba, paulistanismo, judicialização da política e estado de exceção. Por outro, André Sobral, Julie Dorrico e Regina Sanches Xavier pensam as complexas formas de interações entre indivíduos que organizam redes de solidariedade e colaboração para combater o discurso oficial dos poderes estabelecidos, apresentando diversas formas de resistência, tais como as redes de ações coletivas, a etnomídia e o ativismo estético. Num terceiro viés, Ronie Alessandro Teles da Silveira questiona a própria concepção de crise e recusa o ponto

de vista convencional segundo o qual o que está em crise é a democracia brasileira, pois na medida em que a vida nacional tem se caracterizado pela fragmentação social e política, a “crise” tem sido permanente. Por fim, os ensaios de Allain Badiou e Giorgio Agamben permitem sugerir que o problema central da Filosofia Brasileira não é o da origem geográfica dos conceitos, mas sim de como podemos pensar nossa realidade com os instrumentos conceituais da tradição de pensamento ocidental.

Com esta obra, consolidamos a cooperação entre os Grupos de Pesquisa em Teoria Política Contemporânea & Ética, Estética e Filosofia da Literatura, sediados na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), num esforço conjunto no que diz respeito à construção e à difusão coletiva do conhecimento.

Os organizadores desta coletânea querem agradecer profundamente à FAPERRO – Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – pelo financiamento de projeto de pesquisa que tornou possível esta publicação.

Porto Velho (RO), Porto Alegre (RS) e Bom Jesus (PI)
28 de abril de 2017
Os organizadores

Autores

Agemir Bavaresco: Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Editor da série Filosofia e Interdisciplinaridade, da Editora Fi. Doutor em Filosofia pela Université Paris I (Pantheon-Sorbonne), com pós-doutorados pelas seguintes instituições: Columbia University, Kingston University, Fordham University, University of Pittsburgh, University of Sydney e University of Guyana.

Alain Badiou: Considerado um dos principais filósofos franceses da atualidade, nasceu em 1937 na cidade marroquina de Rabat. Além de filósofo, também é dramaturgo e romancista. Professor Emérito da École Normale Supérieure de Paris, onde criou o Centre International d'Étude de la Philosophie Française Contemporaine.

André V. L. Sobral: Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação pela linha de pesquisa Informática e Sociedade, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a dissertação *Ações coletivas em rede: Um estudo de caso sobre o Anonymous Rio*. Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia.

David G. Borges: Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas, Licenciado em Filosofia e Mestre em Filosofia. Professor da Licenciatura em Educação do Campo (Ciências Humanas/Sociais) da Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas, em Bom Jesus. Co-idealizador dos Seminários de Pesquisa Social e coorganizador do livro *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*.

Fernando Danner: Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da UNIR. Mestre em Educação pela UFP. Doutor em Filosofia pela PUC/RS. Pós-Doutorado em Filosofia pela Sorbonne I. Membro do grupo de pesquisa em Teoria Política Contemporânea.

Gabriel Caio Correa Borges: Bacharel em Jornalismo. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é doutorando em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista de doutorado pelo CNPq.

Giorgio Agamben: Considerado um dos mais renomados e prolíficos filósofos contemporâneos, nasceu em 1942 na cidade de Roma. É

formado em Direito pela Universidade de Roma, onde defendeu tese sobre o pensamento político de Simone Weil. Foi aluno de Martin Heidegger nos Seminários em Le Thor nos anos de 1966 (Heráclito) e 1968 (Hegel) Foi responsável pela edição italiana da obra completa de Walter Benjamim. Foi professor de filosofia, tendo se afastado da docência superior no ano de 2010. É titular da cadeira Baruch de Spinoza na European Graduate School. Foi diretor do Collège International de Philosophie, Paris. Autor da série *Homo Sacer*, cujo último título acaba de ser lançado na Itália pela Editora Neri Pozza – *L'Uso dei Corpi* -, além de vários outros títulos como *Profanações, A Linguagem e a morte: Um seminário sobre o lugar da negatividade, II tempo che resta: un commento alla Lettera ai Romani* etc. Atuou no filme de Pier Paolo Pasolini, *O Evangelho Segundo São Mateus*, no papel do apóstolo Felipe.

Glauber Ataíde: Mestrando em Filosofia pela UFMG, na linha de Filosofia Contemporânea, pesquisando o pensamento do jovem Georg Lukács. Possui bacharelado em Filosofia pela UFMG e bacharelado em Sistemas de Informação pela Faculdade Anhanguera.

Izabela Bravim: Acadêmica do curso de Letras da Universidade Estadual do Piauí, campus Dom José Vasquez. Ex-aluna do curso de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Julie Dorrico: Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; bolsista do CNPq; mestre em Estudos Literários pela UNIR. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Culturas, Educação e Linguagens (GECCEL), sediado no Departamento de Línguas Vernáculas da UNIR.

Leno Francisco Danner: Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. Mestre e Doutor em Filosofia pela PUC/RS. Líder do Grupo de Pesquisa em Teoria Política Contemporânea (CNPq/UNIR).

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira: Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia. Mestre em Direito Internacional pela UFSC. Doutor em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisa em Teoria Política Contemporânea – Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. Advogado. E-mail: marcusoliveira@unir.br.

Regina Sanches Xavier: Mestre e doutoranda em Filosofia pela UFMG, na linha de pesquisa em Estética e Filosofia da Arte. Pesquisadora do grupo Ética, Estética e Filosofia da Literatura. Atualmente é professora do Departamento de Filosofia da UNIR.

Ronie Silveira: Diretor da série Filosofia Brasileira, da Editora Fi. Professor Associado da Universidade Federal do Sul da Bahia. É graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás, com mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Thaís Ferreira de Souza: Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora Regional em Rondônia do Instituto Brasileiro de Processo Penal (IBRASPP).

Vitor Cei: Doutor em Estudos Literários pela UFMG, com graduação em Filosofia e mestrado em Letras pela UFES. Professor da Universidade Federal de Rondônia. Líder do grupo de pesquisa Ética, Estética e Filosofia da Literatura (CNPq/UNIR). Co-idealizador dos Seminários de Pesquisa Social e coorganizador do livro *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. E-mail: vitorcei@gmail.com.

O Brasil é a Crise

Ronie Alessandro Teles da Silveira

1. Introdução

Tentarei tornar claro nesse texto que há uma crise no Brasil, mas que não é o Brasil que está em crise. De certa forma, isso envolve tornar complexa uma falsa simplicidade que se oculta sob o nome de *Brasil*. Assim, embora meu objetivo passe por complexificar o conceito relativo ao nosso país, acredito que entender melhor o que ele tem sido facilitará em muito a compreensão dos eventos que se desenrolam aqui, no presente e em outros momentos.

A simplificação do Brasil, que gostaria de evitar aqui, consiste em interpretá-lo e avaliá-lo como um país ocidental. Essa simplificação tem possibilitado que nos sintamos muito à vontade ao aplicar um conjunto de categorias – que obtivemos através de nossa formação intelectual europeia – ao Brasil. Ao supor que o país seja uma espécie de extensão do ocidente e na posse de um conjunto de categorias dessa mesma matriz cultural, tudo fica imensamente simples para quem deseja interpretá-lo. Afinal, nesse caso, trata-se somente de aplicar conceitos de validade geral já admitida a um caso particular. Isso sem a necessidade de questionamentos a respeito da adequação ou da pertinência entre essas duas dimensões que estão em jogo: o Brasil e o ocidente. Observe que essa tem sido a posição majoritária dos intérpretes e críticos do Brasil quando identificam a ocorrência de uma crise – seja a atual ou qualquer outra.

Antes que o leitor precavido dê um salto para trás, esclareço que não me refiro aqui à necessidade de adequar nossas categorias a alguma suposta *natureza* do Brasil. Afinal, para afirmar que é necessário ajustar conceitos interpretativos e avaliativos ao Brasil, parece que necessito explicitar, antes de mais nada, o que entendo que é o *ser* do Brasil. Porém, mesmo afirmando essa necessidade de adequação entre o discurso e seu objeto, não é necessário nos aprofundarmos em alguma modalidade de metafísica nacional – e talvez aí nos perdermos.

Atualmente essa é uma dimensão tão profunda quando desacreditada, especialmente quando o assunto é a cultura de um país. Não é necessário onerar nossa discussão com uma metafísica da nacionalidade brasileira.

Podemos partir da suposição de que o Brasil não é uma entidade metafísica que permanece inalterável ao longo do tempo, como se fosse uma essência pura e inabalável. Porém, isso também não significa que não há nada que seja *brasileiro*. De fato, há mesmo algo que tem acontecido e que chamamos de *Brasil*, porém isso não implica nenhuma essência atemporal. O Brasil tem sido algo, tem se mostrado dotado de algumas características, todas elas mutáveis com certeza. Isso que o Brasil tem sido é que torna possível uma referência ao *Brasil*. Pode ser ainda que isso que o Brasil tem sido não seja uma referência exterior, mas elementos do nosso próprio discurso. Seja como for, desconsiderar o que o Brasil tem sido seria um gesto desproporcional em direção a uma postura não essencialista e uma fuga extremada de toda contaminação metafísica.

Considero, portanto, que há algo que torna possível um discurso sobre o Brasil, mesmo que se trate de processos que sejam referências internas ao próprio discurso. O que é relevante aqui é considerar que tais processos possuem uma especificidade tal que nem todas as categorias de interpretação lhe caem bem. Eles possuem, por exemplo, características diferentes daquelas que tipificam eventos ocorridos no mundo europeu. Daí podermos nos referir a diferentes tipos de acontecimentos – brasileiros e europeus – sem resvalar para posições essencialistas. Reconhecer essa diferença também evita que utilizemos categorias de interpretação inadequadas, porque destituídas de pertinência com relação àquilo a que se referem.

Com isso, acredito que podemos admitir a possibilidade de haver certa inadequação entre as categorias europeias que utilizamos e o país que temos sido, sem envolver afirmações sobre alguma essência atemporal do Brasil e da Europa. Nesse momento, essa admissão de inadequação é uma mera hipótese que tratarei de justificar abaixo. Basta por agora esse

reconhecimento inicial de que é possível estarmos utilizando conceitos inadequados ao que temos sido.

2. Tautologias ocidentais

Uma demonstração completa de que temos utilizado categorias (europeias) inapropriadas para interpretar o Brasil passa pelo reconhecimento de que ele não é um país ocidental. Essa demonstração não pode ser apresentada em detalhe aqui, em função do espaço que seria necessário para isso. Embora essa demonstração exista em outra parte (SILVEIRA, 2015), fornecerei aqui algumas indicações a esse respeito, já que elas se tornam necessárias para os objetivos desse texto. Embora incompletas, acredito que elas serão suficientes para darmos um passo adiante.

Talvez o fator decisivo, que permite a percepção mais imediata da validade da especificidade brasileira, seja a da falta de integração social e política do país. Não há como separar, a essa altura de sua história, o ocidente de suas características modernas. O ocidente é a modernidade europeia. E o Estado moderno europeu é a figura decisiva da história recente dessa parte do mundo.

De fato, o Estado europeu foi o responsável histórico por produzir uma integração social de uma população que se encontrava em uma situação de fragmentação. Sabemos que o modo de vida feudal, que precedeu o surgimento do Estado moderno, foi essencialmente uma organização política fragmentada em que o poder se encontrava disperso por várias pequenas unidades. A gênese do Estado moderno é, portanto, a descrição da unificação política e social a partir de uma situação original de fragmentação e dispersão do poder (ELIAS, 1994a; 1994b).

A justificativa do nascimento do aparato moderno de poder passa, assim, a se identificar com a legitimação da unificação política e social produzida na modernidade europeia. Essa é uma estratégia que se tornou típica da modernidade justamente porque tematiza os processos que caracterizam suas

principais realizações. Apenas para ficar em dois exemplos tradicionais dessa estratégia, observe que é esse o procedimento adotado tanto por Hobbes (2003) quanto por Hegel (1997).

No caso do primeiro, a tentativa de legitimar o poder do Estado passa por explicar como este se tornou necessário a partir de uma situação em que os homens se encontravam isolados uns dos outros. Ou seja, se trata de justificar a unificação do poder sob a autoridade de uma pessoa diante de uma situação de pulverização original vista como danosa e violenta para todos. Não é outra a estratégia hegeliana ao fazer a figura do Estado emergir das contradições internas da sociedade civil. Ou seja, nesse caso também se tenta derivar a necessidade do Estado moderno do risco de que uma sociedade de vontades fragmentadas se dissolva ou caia na guerra civil fratricida. Não é importante aqui se a fragmentação se reduz a indivíduos isolados ou a facções de interesse particular dentro da sociedade civil. O relevante, em ambos os casos, é perceber a necessidade de justificar o aparato unificado de poder diante dos perigos provocados por uma situação de dispersão em instâncias particulares.

De fato, observe que em ambos os casos a legitimação do Estado passa por tornar a unificação do aparato político necessária. É evidente que essa unificação do poder exige uma integração social sobre a qual ele se aplica. Daí a necessidade da *nação*. Deveria parecer, para todos os efeitos, que era a própria nação e suas vicissitudes que tornaram necessário a posterior unificação do poder, como uma instituição que buscava a segurança e a paz daquela. Assim, a unificação do poder seria uma consequência desejada da integração requerida pela nação para escapar de um estado original de violência indiscriminada e de contradição interna.

Entretanto, não devemos perder de vista que, no caso de Hobbes e Hegel, se trata de processos de *justificação* ou legitimação que bem podem ter invertido a ordem das coisas para parecerem mais convincentes. Podemos, então, pensar que é o Estado que projeta *uma* nação, tornando-se necessário para ela – quando, na verdade, é a nação que é necessária para a existência

do Estado. Assim, o Estado ficciona uma nação em perigo, que efetivamente ainda não existe, para só então tornar-se necessário como uma espécie de dispositivo de segurança nacional. Ele forja o perigo da nação para autodeclarar-se o seu herói salvador. É claro que nas situações coloniais a questão é mais simplesmente transparente, porque nelas o Estado existiu sempre antes de uma nação. Essa última só apareceu posteriormente em função da independência com relação à metrópole.

Seja assim ou não, podemos notar que o decisivo nas duas versões da justificação é que a figura do Estado envolve a unificação do poder e também da sociedade, sem a qual aquela não faz sentido. Mesmo que a unificação da nação possa ter assumido aspectos contingentes, em função de desconsiderar características sociais básicas - como a étnica, por exemplo - ela se tornou imperativa. A nação teve que se tornar integrada, porque isso era um requisito ou uma consequência necessária para a atuação de um Estado unificado.

Sem uma integração social e política não teria sido possível o Estado e a nação moderna. A fragmentação aparece aqui como uma espécie de mal absoluto: aquele cuja presença destrói o aparato político e, ao mesmo tempo, a substância da nação. Um Estado que permite a divisão de seu poder político não é um Estado, assim como uma nação fragmentada por diferentes identidades nacionais não é uma nação. A integração dos elementos é o oxigênio sem o qual essas duas figuras centrais da história recente do mundo ocidental não podem existir.

Uma lógica idêntica permeia o ponto de vista a partir do qual se interpreta e se avalia a sociedade e o poder no ocidente. Esse ponto de vista se define então por um critério que pode ser expresso dessa forma: a nação deve estar integrada e o poder deve ser capaz de conformar uma determinada configuração social com base em uma mesma estrutura de valores. Ele deve ser capaz de unificar as diferenças, integrar as partes, unir os elementos sob determinados valores que adquirem, assim, universalidade. Quando isso não ocorre, trata-se de uma situação melhor caracterizada como uma disfuncionalidade do Estado e como uma ameaça à substância da nação.

No caso de uma república isso é manifesto. Como o poder se distribui em três dimensões – executivo, legislativo e judiciário – a viabilidade do arranjo depende de uma articulação que permite a independência relativa de cada um deles. Deve haver diferenciação das instâncias do poder, mas unificação no plano geral. Se eles não compuserem um sistema orquestrado ou se eles se sobrepuserem, o dispositivo entrará em pane e o poder entra em contradição consigo mesmo. Nesse caso, de enfrentamento de uma parte com outra, fica especialmente evidente a necessidade de integração do poder.

Essa maneira de interpretar e avaliar o Estado e a sociedade dizem respeito a procedimentos que colocam em primeiro lugar a necessidade da universalidade: a integração do mundo social e político. Na verdade, quase não há interpretação e avaliação do poder e da sociedade que não tomem pé desse conjunto de elementos conceituais de matriz ocidental. Isso quer dizer que interpretamos e avaliamos as situações sociais e políticas concretas em função dos resultados da história recente do ocidente. Melhor dizendo, avaliamos questões particulares latino americanas e brasileiras (essas um caso particular daquelas) contra o pano de fundo da nação e do Estado europeus modernos. Adquirimos um hábito, já bastante arraigado, de emitir juízos de valor a partir dos resultados dos eventos históricos europeus. Com isso, operamos uma modalidade de tautologia em que as avaliações são somente reafirmações de um mesmo padrão de valores gerados em uma situação histórica particular e hipostasiados à condição de critérios únicos.

Mas isso não é tudo. Em função do mesmo mecanismo retroalimentador, também desenvolvemos o hábito de extrapolar tais interpretações e avaliações para além dos limites culturais em que essas categorias surgiram originalmente. Ou seja, independentemente de sermos latino americanos e brasileiros, pensamos como europeus. A bem da verdade, não se trata apenas de que pensamos como europeus. Todo intelectual latino americano é um europeu desterrado (SILVEIRA, 2016). Em função daquilo que praticamos, ainda parece válida a afirmação de Alberdi: “Nós, que nos designamos americanos, não somos outra

coisa do que europeus nascidos na América. Crânio, sangue, cor, tudo é de fora.” (1994, p. 69). Destaco, entretanto, que isso também não equivale a uma reivindicação por consideração e respeito diante de uma suposta natureza específica da latinidade ou da brasilidade. Trata-se apenas de constatar que temos lançado mão de hábitos mentais de uma maneira inocente, fortalecendo uma tradição de pensamento de matriz europeia, sem qualquer motivo especial.

Essa situação configura-se mesmo como uma grande tautologia em que derivamos categorias de análise de uma situação particular e as transformamos em critérios universais de interpretação e avaliação. Porém, não creio que o problema importante aqui seja lógico, porque não parece mesmo possível escapar da presença de tautologias em qualquer aparato de interpretação e avaliação. Na raiz de toda crítica parece haver sempre uma tautologia. O fato de que existam situações concretas para as quais aquelas categorias ocidentais não parecem possuir qualquer pertinência me parece uma dificuldade mais decisiva do que a fragilidade contida no curto circuito lógico. Acredito que o Brasil seja uma dessas situações para as quais as categorias europeias de integração e universalidade não se mostram pertinentes.

3. Ginga na integração

A afirmação de que o Brasil não é um país ocidental equivale à constatação de que nele não há uma efetiva integração política e social. Porém, ao dizer isso, se corre o risco de se produzir automaticamente uma má interpretação. De fato, essa afirmação pode sugerir a falsa ideia de que estamos em um ambiente culturalmente fragmentado, sem a presença de algum processo integrador e universalizante. E isso é obviamente falso.

Em função de sermos um país colonizado pelos europeus, há um processo de integração permanente em curso, desde a conquista, que exerce uma força sobre os fragmentos da sociedade e da política. Porém, esses últimos têm resistido de uma maneira ou de outra. A situação geral do Brasil não é,

portanto, a de uma fragmentação estática ou consolidada. Ao contrário, ela caracteriza-se por um jogo de forças tensionado por dois princípios antagônicos. Em cada circunstância particular do país e em cada momento, esse jogo de forças adquire uma feição distinta. Trata-se de formas diferentes em estado de equilíbrio precário que se estabelecem em pontos de uma mesma reta contínua. Assim, podemos identificar situações brasileiras em que o poder e a sociedade se encontram em uma situação de integração muito semelhante àquela do mundo ocidental. Também podemos identificar situações em que os processos de integração estão quase que ausentes. Isso se deve à maior influência da colonização e a um maior sucesso na transplantação do dispositivo europeu. Porém, vamos nos concentrar no plano geral do país.

É evidente que há processos que desempenham uma força integradora atuando sobre esse conjunto de elementos da vida nacional, caso contrário o Brasil já teria se fragmentado em várias unidades políticas e em diferentes nações. Porém, também é verdade que a sociedade brasileira constitui-se como um conjunto desarticulado de elementos.

A lista das ocorrências desse estado de desintegração relativo é imensa, pois caracteriza o país nos seus mínimos detalhes. Citarei apenas alguns exemplos significativos: a) a validade restrita do sistema legal que oscila em intensidade – refletindo perfeitamente o ditado popular segundo o qual “aos meus amigos tudo, aos meus inimigos a lei”; b) a péssima distribuição de renda que produz enormes diferenças sociais e favorece um sistema de baixa mobilidade social; c) a falta de independência efetiva entre os três poderes da República em benefício do executivo – o que, estritamente falando, compromete a própria instituição republicana; d) a falta de uma prática universal dos procedimentos democráticos e de exercício da cidadania, garantida pela transformação da educação básica em um privilégio hereditário etc.

O que há de comum a todos esses exemplos é o fato de que em nenhum deles há uma situação que pode receber o adjetivo de *universal*. Ou seja, todos eles descrevem situações em

que valores são parcialmente vigentes ou existem sob a forma de uma efetividade limitada. Todos eles expressam situações de fragmentação política e social. O termo mais apropriado para descrever as modalidades da presença de forças integradoras no Brasil é *enclave*. Com efeito, elas estão presentes, sob uma forma limitada e contida. O Brasil é um país de enclaves de toda ordem. Basta escolher o critério e verificar em que parte e em que período ele possui validade incontestável.

Destaco que esses exemplos nos permitem perceber que não se trata, no caso do Brasil, da simples ausência de uma energia integradora do poder e da sociedade. Ao contrário, trata-se de sua anulação relativa. Essa energia centrípeta encontra-se efetivamente presente na vida nacional. Porém, trata-se de uma presença enfraquecida e restrita. Não se opera aqui uma efetiva integração que, se tivesse se tornado predominante, teria unificado efetivamente o país e fornecido a ele uma face mais homogênea do ponto de vista político e social.

Prefiro, assim, designar esse estado de anulação relativa das forças homogeneizantes como uma espécie de ginga efetuada sobre o aparato integrador de matriz europeia. Esse dispositivo unificador foi introduzido na vida da nação, que então não existia, pela colonização ibérica. Passado o período colonial, ele se alimentou da participação econômica e cultural brasileira no mundo ocidental ou, ao menos, do desejo de se obter tal participação. Mundo ocidental que se caracteriza pela integração.

Essa ginga sobre o princípio ocidental e modernizador da vida nacional envolve uma postura bastante sofisticada que podemos chamar de *resistência sem ônus*. Com efeito, as resistências tradicionais têm o inconveniente de atrelar quem resiste àquele a que se resiste. Quem resiste, passa a definir-se em função dessa resistência e à reação que exerce *contra* algo. Nesse tipo de resistência está contida a necessidade de que se adotem padrões de comportamento que evitem o domínio do outro. E isso, em último caso, resulta em que se admitam os valores a que se pretende resistir, pelo menos enquanto limitações à sua própria maneira de ser. A resistência tradicional envolve sempre um processo de exclusão em que os valores do adversário devem ser

controlados, mas que por isso mesmo devem ser preservados do lado de fora, como limites intransponíveis. Se se abrirem exceções a esse padrão de exclusão, caem as barreiras e fracassa a resistência. A resistência tradicional impõe limites determinados pela maneira de ser daquele a que se resiste.

No caso da resistência por meio da ginga sobre o ocidente, isso não ocorre. Nesse caso, a integração não é excluída e exerce continuamente sua força no próprio contexto em questão. Ela não é considerada como um limite além do qual não se pode ir sem que ocorra um contágio de valor contrário. Ela simplesmente continua a exercer sua força, porém inserida em um ambiente em que não pode obter sucesso e hegemonia plena. Em outras palavras, isso quer dizer que a ginga permite que a integração encontre-se incluída na vida nacional segundo o modo de ser da fragmentação.

As forças desintegradoras diluem a energia homogeneizante sobre uma superfície vasta, sem que essa última seja capaz de produzir efeitos profundos no meio nacional. A questão central da resistência sem ônus é que ela se realiza no plano superficial, sem que nada aí possa produzir efeitos duradouros. Qualquer que seja a energia integradora exercida sobre essa superfície, ela somente é capaz de deslizar e arranhar o mundo social e político brasileiro. As mudanças, quando ocorrem, não são permanentes e dão sempre a sensação posterior de que nada de substantivo foi alterado. Observe que não há exclusão aqui, portanto as forças integradoras são assimiladas segundo o modo de ser da fragmentação. Elas são incluídas de tal maneira que não funcionam como uma barreira intransponível para a resistência. A resistência é cálida, maleável e suave, mas incrivelmente efetiva. Toda a semelhança desse dispositivo com a malandragem brasileira não é mera coincidência.

As alterações profundas, as revoluções sociais ou as quebras da ordem política, simplesmente não podem ocorrer nesse ambiente relativamente blindado. Não é ocasional que sejam raros e insignificantes os momentos da vida nacional regados a sangue derramado entre brasileiros. De fato, nunca se estabeleceram tensões de alto grau no ambiente político e social

do Brasil. E, quando elas se estabeleceram, o desenlace final sempre tem conduzido a meros rearranjos superficiais, segundo o dispositivo da resistência sem ônus. Isso tem ocorrido, mesmo considerando-se o potencial para rupturas contido nas duas transições imperiais (de D. João VI para D. Pedro I e desde para D. Pedro II), na declaração da Independência, na declaração da República (que não passou mesmo de uma declaração e de uma parada militar) e nos períodos ditatoriais civis e militares.

Em todas as ocasiões da vida nacional têm prevalecido as transições lentas e as transformações por decorrência de prazo. O fim da escravidão é certamente um capítulo mais escabroso desse tipo de alteração social que ocorreu respeitando-se o relevo da imensa planície brasileira. Sua declaração oficial só veio reconhecer uma situação de fato. Na verdade, para todos os efeitos jurídicos “não existia a escravidão no Brasil” (NABUCO, 2000, p. 89) segundo a Consolidação das Leis Civis produzida por Teixeira de Freitas em 1855. Portanto, nada havia mesmo para ser resolvida pela sua eliminação.

Não me estenderei aqui até as causas históricas de conformação desse sistema sofisticado que incorpora a energia da integração social e política europeia dentro de um contexto fragmentador. Essa seria uma discussão que extrapola os objetivos desse texto. Observe, porém, que se trata de um dispositivo de inclusão a seu próprio modo que anula o poder homogeneizante da cultura europeia. Ele é capaz de anular o *vórtice antimatéria da modernidade* (SILVEIRA, 2014) e seu imenso poder de integração através de uma inclusão que inverte a energia desse último. Em função dessa verdadeira blindagem, o Brasil tem existido como um país nem plenamente ocidental, nem realmente desenvolvido, nem totalmente cristianizado e nem definitivamente histórico. Embora seja verdade que nele existam enclaves ocidentais, desenvolvidos, cristãos e históricos.

4. O Brasil é a crise

O Brasil que surge desse panorama geral que apresentei não é certamente um país simples. Não sendo simples, também

não pode ser um caso particular sobre o qual se podem aplicar adequadamente aqueles valores europeus modernos. Ao contrário, ele encontra-se tensionado por um jogo de forças em que aqueles valores europeus exercem uma força constante, mas não exclusiva. Essa força tem sido anulada nesses mais de 500 anos de exposição e de resistência sofisticada. Como vimos, esse sistema de forças tensionadas permite, inclusive, compreender as diferenças regionais do Brasil como instâncias que consolidam diferentes tipos de equilíbrios precários. Uns mais permeáveis aos valores europeus, outros menos. Uns dotados de maior profundidade, outros de menos. Uns talvez mais cristãos, outros menos etc.

No conjunto do país podemos admitir que a presença das forças integradoras tem sido relativamente contida em limites bastante estreitos, de tal forma que o Brasil nem pode ser identificado com *uma nação* nem o que temos aqui corresponde a *um Estado*, em um sentido muito estreito e muito europeu desses dois termos. Ou seja, de um ponto de vista que considera a totalidade nacional, o Brasil não é um país ocidental, embora seja verdade que os valores ocidentais também nos constituem.

Há duas questões que emergem desse panorama geral, ambas ligadas à (suposta) crise atual por que passa o Brasil – o tema principal aqui. A primeira delas diz respeito a quem está efetivamente em crise. Parece-me que, daquele ponto de vista simplificador e convencional que tentei evitar aqui, o que está em crise é a democracia brasileira. Dessa perspectiva, a falência do sistema político republicano e representativo é evidente, dado o lastro e a intensidade da prática de corrupção que tem sido revelada recentemente. Não há como cogitar seriamente na hipótese republicana de que exista espaço para a consolidação de um interesse público em um sistema político que se dedica com tanto esmero na prática do canibalismo financeiro do Estado. Canibalismo que impede que essa entidade exerça plenamente sua função de Estado e que se alimenta dos pedaços impotentes desse último. O sistema político instalado hoje no Brasil tornou-se incapaz de preservar traços mínimos de universalidade – aquele

requisito fundamental para se caracterizar a existência do Estado e da nação, como vimos acima.

Essa suposta universalidade do interesse público só é chamada à cena para fantasiar algum interesse privado que ainda se ruboriza por ocasião da prevalência que exerce sobre o Estado brasileiro. Na verdade, nesse ambiente, ela não passa de um disfarce que já não exerce qualquer efeito convincente, em função do ceticismo que se tornou a reação padrão diante do predomínio do interesse privado nas nossas relações políticas. Mesmo quando as ações de um governo parecem desinteressadas e meritórias, é sempre mais fácil cogitarmos que há um interesse escuso oculto. Assim, todos nós nos preservamos de mais uma decepção quando se revelarem as evidências da corrupção.

Observe que todas essas considerações são derivadas de uma avaliação feita contra o pano de fundo dos valores europeus de Estado e de nação, para os quais a universalidade é um elemento essencial. Então, dessa perspectiva, o Brasil está em crise porque seu projeto europeizante e modernizante entrou em falência ou, no mínimo, foi interrompido. Se realmente acreditávamos que o Brasil encontrava-se em um processo de amadurecimento gradual em direção àquela finalidade da universalidade de matriz europeia, então há certamente uma crise do projeto que possibilitaria a plena realização de um Estado e de uma nação.

Dessa perspectiva tradicional há mesmo uma crise instalada no Brasil, porém observe que se trata de mais uma crise muito semelhante a outras do passado. E isso é especialmente desestimulante para esse ponto de vista, porque os acontecimentos parecem indicar que estamos voltando ao passado ou que nunca saímos dele. Temos uma finalidade em vista - a universalidade, o Estado e a nação, a República, a democracia - mas patinamos mais uma vez e fracassamos na tentativa de realizá-la no Brasil.

Porém, do ponto de vista do quadro mais complexo que tracei acima não é essa a crise que se pode notar hoje no Brasil. Não há efetivamente uma crise no Brasil porque desse quadro não se destaca a figura de um país em efetivo processo de

ocidentalização e de modernização. Pelo contrário, desse quadro se destaca a figura de um país que tem se mostrado capaz de anular a ocidentalização e a modernização por um longo período de tempo. País para o qual a resistência demonstrada atualmente não se configura como um retrocesso inesperado, mas como a consolidação de uma renovada ginga sobre os valores europeus.

Para um país que possui uma longa trajetória em gingar diante do ocidente, que evita os efeitos profundos dos valores europeus, a situação atual não traz elementos novos ou excepcionais. De fato, a suposta crise atual do Brasil nada mais é do que uma nova acomodação daquelas forças que impulsionam esse país a resistir à plena colonização ocidental. Trata-se de um novo rearranjo no qual as forças de fragmentação recompuseram seu predomínio, como têm feito repetidas vezes. A universalidade requerida por um autêntico interesse público de matriz europeia foi contida novamente pela fragmentação e pela contenção da energia integradora, dentro dos parâmetros brasileiros. Ou seja, a crise vista de um ponto de vista interior manifesta aquele mesmo padrão brasileiro de ação que anula a ocidentalização.

Podemos, assim, dizer que a crise é o Brasil. Isso na medida em que a vida nacional não tem se caracterizado pelo domínio hegemônico da integração social e política. Sendo fragmentada, ela expressa-se como crise – porém de um ponto de vista convencional, para o qual a finalidade civilizatória desejável é que o Brasil se torne plenamente europeu. Com efeito, o Brasil é uma crise só aparentemente interrompida em circunstâncias em que as energias integradoras conformam temporariamente aspectos da vida nacional. Porém, lembremo-nos que esses aspectos são sempre superficiais e que, mais cedo ou mais tarde, eles têm sido contidos.

A derrota da democracia e do republicanismo – ou melhor, a limitação de suas respectivas validades à superfície da vida política – não se apresenta como uma crise do ponto de vista interno do Brasil. Afinal, para essa perspectiva trata-se de mais um lance de um longo processo de esquivas diante das exigências universalistas do Estado e da nação. Podemos, inclusive,

compreender esse processo como a reafirmação do aspecto não republicano e não democrático – não universalista – da vida política brasileira. Afinal, trata-se de solapar a dimensão do interesse público, da *res publica* em benefício dos fragmentos – privilégios e particularismos de toda ordem. Os enclaves voltam a se sobrepor.

Gostaria de destacar que não pretendo construir aqui uma apologia desse processo de resistência sofisticada à civilização europeia, que me parece ter estado e ainda estar em curso no Brasil. Apenas chamo a atenção para essa possibilidade de interpretação que pode nos colocar em melhores condições de entender e avaliar o país de um ponto de vista que leva em consideração a lógica interna dos acontecimentos brasileiros e *não apenas* o processo de ocidentalização com sua forte tendência teleológica. Com isso, passo à segunda questão que me parece importante aqui.

Essa segunda consideração, que me parece oportuno destacar, é o próprio deslocamento de perspectiva que pretendi realizar nesse texto. Observe que abrimos mão de um ponto de vista de matriz europeia que tem se concentrado basicamente em identificar em que medida ainda não nos modernizamos. Isto é, em que medida ainda não realizamos efetivamente um Estado e uma nação naqueles mesmos parâmetros históricos recentes consolidados pela Europa.

Esse tipo de interpretação e avaliação do Brasil já se tornou uma trivialidade repetitiva e absolutamente inócua. Seus resultados não acrescentam nada ao que já sabemos: que, afinal, ainda não somos plenamente europeus. E não o somos porque nos falta aquele algo de definitivamente ocidental, aquela hegemonia da universalidade. Assim, o conjunto dessas avaliações termina sempre no mesmo lugar comum da afirmação de nossas carências. Isso é uma trivialidade se lembrarmos que todo o circuito se resume a comparar o caso particular do Brasil com o conjunto de valores europeus – julgar o caso particular pelo conjunto de valores previamente escolhidos. Essa operação resulta sempre em algo negativo para o caso particular, que indica o quanto falta a ele para espelhar integralmente os critérios

utilizados. Só o mundo europeu pode ter incorporado plenamente os valores europeus, porque é daquele que esses últimos foram abstraídos.

A alteração da perspectiva mostrando um país que tem resistido ao ocidente e à modernização apresenta um quadro mais interessante em que defeitos (identificados contra o pano de fundo europeu) podem, agora, ser interpretados como sinais de vitalidade ou, pelo menos, como indícios de uma vida própria ainda não muito bem compreendida. Afinal, o fato de haver se instalado aqui uma resistência tão sofisticada e eficaz me parece que deveria chamar a atenção dos observadores da vida política e social brasileira.

Essa mudança de perspectiva me parece promissora, porque nos conduz para fora do ocidente e para dentro do Brasil. Através dela, somos deslocados para uma situação em que há um jogo de forças permanentemente tensionadas, do qual o ocidente participa, mas não determina todo o processo. É verdade que isso deve provocar algum desconforto intelectual na medida em que precisamos abandonar a posição confortável fornecida pelo conjunto de valores europeus com os quais estamos habituados a lidar: uma plataforma tão sólida quanto geradora de solidez, tão universal quanto geradora de universalidade. De fato, esses valores europeus têm nos fornecido um céu fixo sobre nossas cabeças, um sistema de referências ordenado a partir do qual podemos exercer o velho poder da crítica. Quando analisamos o Brasil de um ponto de vista interno, abrimos mão desse conjunto superior e cintilante de estrelas.

Assim, deslocar-se para o ponto de vista em que não há uma crise brasileira, mas em que o Brasil é a crise, envolve um deslocamento intelectual de considerável envergadura. As interpretações e avaliações que temos realizado de dentro da perspectiva tradicional são idênticas àquelas que qualquer europeu é capaz de produzir sobre nós. Talvez até o façam melhor, porque conhecem melhor os critérios europeus de avaliação do que nós. Então, de certa forma, elas reafirmam um mesmo padrão de atividade intelectual desconectada da situação brasileira – ou descentrada dela.

Isso certamente não deve nos conduzir a substituir a crítica europeia por alguma modalidade tacanha de adulação nacionalista em que tudo é divino e maravilhoso porque é brasileiro. Isso deveria nos levar a adotar uma posição em que seja possível analisar o país de maneira pertinente com relação ao que ele tem sido. Não se trata somente de substituir uma tautologia europeia por uma tautologia nacional, mas de tornar o resultado da atividade intelectual compatível com o país.

O ganho desse deslocamento é óbvio: trata-se de substituir um padrão de crítica externa por um discurso que leva em consideração elementos constituintes da vida nacional. No segundo caso, me parece que ampliamos as chances de produzir um discurso que possui melhores chances de se conectar com o que temos sido. Isso certamente não garante o sucesso ou a verdade desse discurso, mas promove as condições para uma melhor adequação e pertinência de sua parte. É essa possibilidade de gerar um discurso que toque o que temos sido que me parece fazer toda a diferença, principalmente quando consideramos que aquela crítica tem deixado o país intacto, a despeito de sua indignação e veemência.

Afinal, não é demais destacar que aquelas críticas de matriz europeias têm sido anuladas pelo mesmo dispositivo brasileiro que elas criticam, sem se mostrarem capazes de estabelecer qualquer contato efetivo com ele. Isto é, as críticas já se encontram previamente anuladas por aquilo que elas criticam. Isso deve significar, no mínimo, que a crítica de matriz europeia nada entendeu do Brasil ou nunca se conectou com ele, nem mesmo tangencialmente. Essa é uma constatação que nós, intelectuais brasileiros, devemos começar a levar em consideração se desejamos sair do limbo do discurso vazio, da crítica de matriz europeia, e do exercício da razão ornamental. Discurso que não se cansa de reiterar as lamentações acerca de nossa incapacidade crônica de nos tornarmos plenamente europeus. Discurso que é totalmente inócuo diante da crise que o Brasil é.

Referências

ALBERDI, J. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

HEGEL, G. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBS, Th. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SILVEIRA, R. *Apresentação do Brasil*. Santa Cruz Cabrália: Ronie Alexsandro Teles da Silveira, 2015.

_____. Neymar e Felipão contra o vórtice antimatéria da modernidade. In: _____. (Org.). *O futebol e a filosofia*. Campinas: PHI, 2014, pp. 197-214.

_____. *O Intelectual latino americano*. 2016. [manuscrito não publicado].

Redes de ações coletivas em junho de 2013¹

André V. L. Sobral

Em junho de 2013 o Brasil foi palco de mobilizações populares de larga escala, nas quais, além dos habituais movimentos sociais e forças partidárias, apareceram novos atores. As ruas foram tomadas pelas massas, com números mais expressivos do que em qualquer outro momento desde a redemocratização do país, provocando uma corrida entre os teóricos para explicar os protestos e seus protagonistas (CEI & BORGES 2015, EGLER 2013, JUDENSNAIDER 2013, MALINI & ANTOUN 2013, SOUSA 2013 e TORINELLI 2015). Os enquadramentos mais recorrentes incluem necessariamente uma análise da conjuntura econômica, do perfil do manifestante, do papel das redes sociais e dos movimentos sociais e coletivos envolvidos nos protestos.

Para compreendermos a presença destes atores, nosso olhar precisa estar pronto para atravessar as estradas informacionais que existem no interior dos cabos de fibra ótica, nas torres e nos sinais de satélite para conectar os humanos e não humanos que protagonizam essa história. A intensificação das comunicações, deslocamentos e trocas no mundo contemporâneo são exemplos de temas exaustivamente explorados por autores que abordam o poder transformador das tecnologias (HARVEY 2006, SEVCENKO 2001).

É bem certo que, à primeira vista, a dificuldade de registrar o papel dos objetos deve-se à suposta *incomensurabilidade* de seus modos de ação em relação aos laços sociais tradicionalmente concebidos [...] mas quando se considera que qualquer curso *humano* de ação se funde

¹ Este texto é fruto da adaptação da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Engenharia de Sistemas e Computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que pode ser encontrada na íntegra no link: <http://www.cos.ufrj.br/index.php/pt-BR/publicacoes-pesquisa/details/15/2692>.

em questão de segundos [...] Aqui, a divisão aparentemente razoável entre material e social transforma-se naquilo que ofusca a pesquisa sobre como é possível uma ação *coletiva* – se, é claro, não entendermos por coletivo uma ação encetada por forças sociais homogêneas, mas ao contrário, uma ação que arregimenta diversos tipos de forças unidas por serem diferentes (LATOURE, 2012, p.111 -112).

Consideraremos, portanto, os vários produtos do desenvolvimento tecnológico –softwares, balas de borracha, aparelhos celulares, granadas de gás lacrimogêneo, cartazes, latas de spray de pimenta e televisões – igualmente atores de nossa narrativa, integrantes fundamentais de redes de ações coletivas que nos permitem compreender melhor os acontecimentos. Os coletivos criados durante este período se baseiam em interações, e não em relações formalizadas, estáveis e duradouras. Adotemos então uma abordagem mais próxima da ação, onde podemos compreender não grupos, mas redes complexas de interações entre indivíduos, ideias, plataformas, aparelhos, lugares e contextos.

Portanto, por redes² não entendemos entidades imateriais que pairam sobre nós ou coletivos sobrenaturais que independem de pessoas ou coisas, mas no sentido definido por Bruno Latour (1997), ou seja, apresentando recursos concentrados em poucos locais, como sites, aplicativos de troca de mensagens e páginas de redes sociais, interligados a milhares de dispositivos de acesso e seus usuários em uma aglomeração interativa. Essas conexões possibilitam uma intensificação das trocas entre os atores, transformando pequenas ações de grupos esparsos em teias que alcançam virtualmente todos os cantos do mundo. Os atores humanos e não humanos acabam por reforçar e potencializar mutuamente suas ações, construindo grandes desproporcionalidades entre seus recursos e seus efeitos.

² “A palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas. Estas conexões transformam os recursos esparsos em uma teia que parece se estender por toda parte.” (LATOURE, 1997, p.280).

Portanto, indivíduos relativamente frágeis e desorganizados se tornam capazes de realizar ações muitas vezes mais complexas e poderosas do que suas características poderiam sugerir (CETINA, 2005, p.214)³.

É importante ressaltar que não devemos acreditar que exista uma narrativa última que explicaria perfeitamente os protestos políticos ocorridos nos últimos anos. Os eventos de junho foram construídos por pessoas e suas ações nas ruas e, ao trazermos nosso olhar para o nível das formigas, nos aproximando delas e nos juntando à sua perspectiva, podemos então compreender melhor não só o contexto nacional como também a materialidade dos acontecimentos. Portanto, utilizaremos como relatos de campo em nossa reflexão uma entrevista realizada com Tiago Teixeira Neves da Rocha e Fátima⁴, antigos participantes da página *Anonymous Rio*⁵, em sua militância e na administração dos efeitos da contestação do discurso oficial dos poderes estabelecidos.

Os protestos de rua são por excelência o momento no qual redes de solidariedade e colaboração são tecidas e as ideias transformadas em práticas. Com o endurecimento da repressão policial aos protestos em 2013, Fátima nos relatou que se viu impossibilitada de lutar contra a repressão do Estado, papel complicado para seu tipo corporal, assumindo, assim, o papel de socorrista, pessoa responsável pelo atendimento médico emergencial dos manifestantes feridos:

“Eu frequentava as manifestações fazia milênios, e nem de longe era tão repressivo. Já atuei como mídia e como manifestante comum. O ano de 2012 teve muitos protestos, das barcas, o dia do basta, a ocupação do Canecão, o grito dos excluídos e várias outras, mas bebendo no fim do ano as manifestações começaram a crescer e a

³ [...] it exemplifies major disproportionalities between cause and effect, unpredictable outcomes and self-organizing, emergent structures. Complexity is geared to just such (seeming) contradictions as the disproportion between a fragile group of plotters and the devastating global effects of their actions. (CETINA, 2005, p. 214).

⁴ Nome fictício.

⁵ Página hospedada no Facebook acessível através do link: <https://www.facebook.com/anonymousrio/>

ficarem mais frequentes. Foi a época em que aumentou a repressão policial. Nessa época eu ainda ia toda de preto e não tinha equipamento decente para ser mídia. Aí percebi que vários começaram a se machucar bem feio, era spray de pimenta no olho, bala de borracha...então resolvi levar material de primeiros socorros na mochila. Só que eu tinha zero de noção de primeiros socorros. Um cara me ajudou na primeira vez, foi bala de borracha à queima roupa que deixou um rombo no rosto de um rapaz que dava para ver o crânio do coitado. Você fica cheio de adrenalina, você treme de cansaço, mas não dá tempo de sentir nada além de raiva e indignação. Bate um sangue de barata, é atender e sair correndo por que já tem outro machucado ou por que a polícia está atirando e jogando bomba em sua direção. A ideia de usar jaleco ou blusa branca e a cruz vermelha só veio em junho, quando outros voluntários socorristas apareceram e nos unimos. Tudo que acontece é muito espontâneo, sempre tem gente tentando ajudar, seja chamando a ambulância ou afastando a polícia, seja filmando o atendimento ou a brutalidade policial. Tem uma solidariedade do momento que faz com que pessoas aleatórias se juntem: às vezes é uma loja que abre para abrigar um ferido, e todo mundo é atencioso, sempre agradecem. Teve uma vez que socorremos policiais feridos também, até eles nos agradeceram, mas no dia seguinte estão lá batendo de novo.” (Fátima, 2015).

A ocorrência de atos de violência cometidos pelas forças policiais não é suficiente para provocar manifestações ou dar-lhes legitimidade. É necessária a divulgação de informação sobre esses atos por diferentes níveis da população de forma a tornar o caso exemplar, retirando-o do contexto isolado e transformando-o em um padrão significativo de abuso de poder. No entanto, é comum ocorrer o acobertamento dos casos pela mídia, criando-se uma narrativa convincente sobre os eventos de forma a justificar e glorificar a ação policial e o uso da força letal. Nessa perspectiva, existem diferentes tipos de programas televisivos com discursos voltados para diferentes segmentos da população, sendo comuns as tentativas de desumanização da vítima e de sua difamação pela fabricação de acusações e evidências falsas⁶.

⁶ O padrão de atuação da mídia é visível através de casos como o de Douglas Rafael da Silva Pereira, dançarino do programa Esquenta da rede Globo de televisão. Para

É justamente neste cenário de lutas que se tornam importantes os meios de comunicação alternativos, como as páginas de mídias independentes, onde o compartilhamento do que acontece nas ruas gera laços empáticos mais fortes com os cidadãos, provocando um efeito multiplicador do número de participantes dos protestos. Parece existir na repressão policial um caráter duplo, que eleva o custo emocional para participar de um protesto, mas que simultaneamente atua como catalizador, reforçando a mobilização de manifestantes. Também observamos nos casos das manifestações um grande esforço midiático para desqualificar seus participantes e justificar o uso de violência pela polícia⁷. Manuel Castells (2013) observa que os movimentos sociais na era da internet são caracterizados por uma desconfiança da mídia tradicional, da política e do setor financeiro. Os ativistas fazem uso de outras ferramentas de comunicação para criar suas próprias redes de informação, utilizando-se de computadores, smartphones, tablets e aplicativos como Twitter, Facebook, Livestream, Telegram e Whatsapp. Existe, portanto, uma releitura do jornalismo que deixa de ser limitado por espaços formais das empresas de comunicação e passa a incorporar vozes do público:

[...] o jornalismo se democratizará cada vez mais e se tornará uma conversação, à medida que a própria *práxis* jornalística se abriria fortemente à participação dos leitores nas mais distintas fases da produção da notícia. “O crescimento do jornalismo participativo nos ajudará a ouvir. A possibilidade de qualquer pessoa fazer notícia dará nova voz às pessoas que se sentiam sem poder de fala.” (Gillmor, 2005, Introdução). Assim, a publicação não é apenas o ponto-final, mas sim a parte que deverá ser

justificar a agenda de repressão são utilizadas fotos falsas e até mesmo relações de amizade justificam a execução: <https://www.youtube.com/watch?v=1yl0X4dZxjw>. Acesso em 28/10/2014.

⁷ Mais uma vez a mídia desqualifica as manifestações de forma severa: <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Arnaldo Jabor fez uma retratação, mas este tipo de cobertura foi comum, como pode ser visto em outra emissora: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em 10/11/2014 às 22:03.

completada pela conversação (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 111).

O alcance das notícias produzidas pelo cidadão é bastante limitado à sua rede de contatos, sendo mais comum observar grande alcance em momentos de grandes eventos ou de maior convulsão social. No entanto, este fenômeno da descentralização e popularização da produção jornalística não se limita a um cenário isolado de tempos de manifestações, mas passa a ser um novo padrão de produção comunicacional conhecida como midialivrismo:

Por “midialivrismo”, compreendemos um movimento ativista em prol da comunicação contra-hegemônica, que é realizada em contrassenso com a comunicação de massa e que também busca abranger outros movimentos sociais que não são contemplados – pelo menos não devidamente – pelos *mass media*. A proposta dos midialivristas é propor espaços alternativos de mídias livres para discussão dos temas e fenômenos sociais de forma alternativa aos modelos midiáticos comerciais. Estas manifestações, individuais ou coletivas, referenciam o anseio de uma sociedade que deseja não mais estar nos “cantos” do fluxo informacional, dependente de mediadores, de instituições que estejam no centro ou acima de suas pretensões individuais. Por meio da internet, pessoas aparelhadas com equipamentos eletrônicos dispensaram a representação dos fatos por parte dos telejornais nacionais ou grandes publicações impressas, fazendo a informação da sua forma, configurando uma nova forma de “faça você mesmo”, o “do it yourself high-tech” (SOUSA, 2013, p.87).

A necessidade de estabelecer canais para facilitar o fluxo de informações entre as pessoas é provavelmente o mecanismo chave dos movimentos sociais recentes. A intensificação das comunicações, apesar de ampla em suas origens, está situada em poucos pontos receptores da rede, mais especificamente os portais da internet Twitter e Facebook. Os atores que ocuparam

as ruas em 2013 eram desconhecidos ou não reconhecidos como parte legítima do quadro de movimentos sociais pela mídia e por parte da intelectualidade. Por este motivo, encontramos leituras desinformadas que expressam espanto e incompreensão:

Nem os movimentos sociais, nem os partidos políticos, ou qualquer outra instituição social organizada, assumiu a autoria nem o comando daquelas inesperadas ações. Ainda assim, elas começaram a acontecer e acabaram mobilizando muita gente, sobretudo os jovens. Numa explosão de manifestações aparentemente espontâneas que deixaram perplexos os mais renomados sociólogos e analistas políticos nacionais e internacionais (GERMANO, 2013, p.92).

Se procurarmos os conceitos “autoria” e “comando” entre os manifestantes, provavelmente não encontraremos alguém que reivindique este papel qualificado. Se considerada a atuação do Movimento Passe Livre na organização das primeiras manifestações de junho de 2013 em São Paulo, dificilmente poderíamos negar a participação de movimentos sociais nas jornadas de junho. O mesmo pode ser questionado sobre o suposto caráter “explosivo” e “repentino” das manifestações, qualificações que refletem uma baixa visibilidade dos frequentes protestos que ocorrem nas cidades brasileiras. “Quando nos espantamos com determinadas manifestações sociais que até décadas pouco anteriores eram comuns é sinal que algo de relevante pode estar acontecendo” (NETO, 2013, p. 22). Portanto, ainda que as julguemos como “pontos fora da curva” se comparadas em seu escopo e intensidade com as movimentações populares do país, as jornadas de junho não devem ser vistas com espanto quando cotejadas com a história da política nacional.

Entre os componentes motivadores dos protestos, podemos identificar o desprezo das autoridades pelos mais pobres, manifesta na remoção de moradores de rua⁸, na violação

⁸ A higienização social ocorreu novamente para preparar uma aparência turística: http://www.olhardireto.com.br/copa/noticias/exibir.asp?noticia=Sociologo_critica_li

do direito à moradia⁹, no ataque aos povos tradicionais¹⁰, no despreparo das forças policiais com sua violência constante contra repórteres¹¹ e manifestantes, no superfaturamento das obras dos estádios¹², nos pronunciamentos sarcásticos de figuras públicas e autoridades¹³ e na atuação irrestrita da Fifa a despeito das leis brasileiras¹⁴. Estes atores, através de suas vozes e ações, demonstraram como o governo afastou-se da população e assumiu um certo padrão de resposta aos movimentos sociais:

Existe, portanto, uma tendência muito forte em negar direitos aos grupos mais vulneráveis e distantes do poder; quem acompanhou, por exemplo, as greves dos garís, dos professores, dos metroviários, etc., se deparou com toda sorte de artifícios para deslegitimar essa luta; em suma, a concessão de direitos e o edificar de uma vida mais digna para as pessoas colide com interesses que não são “a felicidade de todos”, ou sequer coisa minimamente parecida (PIRES, 2015, p. 66).

[mpeza social durante Copa e cobra criacao de poiticas publicas&cdt=7&id=6619](#). Acesso 28/10/2014.

⁹ Obras da Copa resultam em expulsões e remoções de milhares de famílias: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pesquisadora-faz-mapa-da-expulsao-de-moradores-por-obras-da-copa-em-curitiba>. Acesso 28/10/2014.

¹⁰ Museu do índio ameaçado por obras da copa, em seu lugar seria erguido um estacionamento: <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/12/concluida-desocupacao-do-antigo-museu-do-indio>. Acesso 28/10/2014.

¹¹ Agressões policiais aos profissionais da mídia foi intencional em 77% casos: http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2687. Acesso 28/10/2014.

¹² Obras da copa e desvios: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/jornal-mais-carro-da-copa-estadio-do-df-tem-desvios-de-r-212-mi.bc00d316aab7c310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso 28/10/2014.

¹³ Ronaldo, famoso jogador de futebol, afirma que não se faz copa com hospital: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1297590-ronaldo-usa-web-e-se-defende-da-afirmacao-de-que-nao-se-faz-copa-com-hospital.shtml>. Acesso 28/10/2014.

¹⁴ Imposições da Fifa são inconstitucionais, apresentam distorções enormes em favor de corporações: <http://esportes.r7.com/futebol/noticias/exigencias-da-fifa-para-a-copa-violam-direitos-do-consumidor-brasileiro-20111005.html>. Acesso 28/10/2014 às 19:40.

Testemunhamos então um desinteresse ou talvez uma incapacidade do governo de dialogar com os mais afetados por suas ações, tendo optado por adotar de forma impositiva projetos claramente orientados à satisfação das necessidades de organizações estrangeiras e grandes grupos econômicos¹⁵. O posicionamento das instituições midiáticas frente às manifestações alinhou-se com o das autoridades, a começar pela completa desqualificação das manifestações taxadas de grupos minoritários e posteriormente criticadas por seus supostos comportamentos erráticos que apelavam para a violência como formar de protesto:

Nessa leitura, os protestos seriam uma intervenção radical de grupos muito pouco representativos e sem legitimidade que, desprovidos dos meios institucionais de atuação política, tentavam se fazer ouvir bloqueando as principais vias da cidade e destruindo o patrimônio. Com isso desrespeitando o direito de ir e vir dos cidadãos e gerando grande prejuízo à cidade (JUDENSNAIDER, 2013, p.33).

É através desta narrativa midiática que se consolidou a categoria “vândalo”¹⁶ como central no discurso midiático, utilizada por toda a duração dos protestos, inicialmente como uma justificação da necessidade de maior atuação das forças policiais na repressão¹⁷ e, posteriormente, como forma de distinção entre manifestantes legítimos e ilegítimos (RESENDE,

¹⁵ A F.I.F.A. obteve lucro recorde em sua edição da Copa do Mundo de 2014, mesmo sendo realizada durante crise econômica mundial. Fonte: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol/fifa-futura-r-16-bilhoes-com-a-disputa-da-copa-do-mundo-no-brasil,1653669> Acesso em 12/09/2015

¹⁶ Gentílico que define o membro de uma tribo germânica. Termo apropriado pelos romanos com o significado similar a bárbaro, um “não romano” ou “não civilizado”, apropriação etnocêntrica do outro usada aqui como forma de desqualificação daqueles que não aceitam as regras do jogo político.

¹⁷ “A representação dos protestos como atos de violência, fúria e descontrole é veiculada para reivindicar mais repressão. O restante da cobertura do jornal reforça a mensagem em destaque no editorial, dando ênfase às “marcas do vandalismo” do protesto anterior, à responsabilização criminal dos envolvidos e às detenções realizadas, além de dar grande destaque aos policiais feridos na última manifestação” (JUDENSNAIDER, 2013, p.85).

2015, p. 122). O vândalo logo tornou-se o rótulo maniqueísta que tinha um papel claro: “separar os bons dos maus manifestantes – isto é, os apartidários dos partidários (sobretudo dos partidos da extrema esquerda) e os não violentos dos violentos” (JUDENSNAIDER, 2013, p. 140). A mídia alternava o seu posicionamento¹⁸ entre a individualização da violência como um comportamento sociopata ou irracional e a atribuição das manifestações a grupos organizados dotados de uma agenda terrorista. Entre os principais trunfos da campanha midiática estava o Black Bloc, uma tática de proteção contra a ação policial que foi transformada em grupo e mistificada como partidária de extrema esquerda, categorização contestada pelos relatos de pesquisadores:

Na origem já se percebe, portanto, a primeira grande característica da tática: a proteção dos espaços de autonomia. Quer se trate de acampamentos ou imóveis ocupados, quer se trate do direito de reivindicar melhores condições de vida, a tática aparece como estratégia de defesa daqueles que discordam do modo de vida dominante e são impedidos de se organizar de maneira autônoma. Ou seja, a tática já nasceu como autodefesa contra os ataques policiais. Se quisermos utilizar a nomenclatura de Hakim Bey (2011), poderíamos definir black bloc da seguinte forma: trata-se de uma tática de defesa das zonas autônomas temporárias (as ZATs), sejam elas os acampamentos ou ocupações na Alemanha, os espaços de reivindicação nas ruas ou as reivindicações dos professores cariocas e capixabas em greve (ALVIM, 2015, p.75).

¹⁸ A estratégia da mídia não é nova, sendo descrita por Francis Dupuis-Déri “[...]“Câncer”, “idiotas”, “bandidos irracionais”, “anarquistas”, “jovens vadios”, “desprovidos de crenças políticas”, “sede de violência”, “vandalismo”, “covardia” ... Meros epítetos sob o disfarce de explicações? Talvez. Mas palavras como essas têm efeitos políticos muito reais, pois privam uma ação coletiva de toda a credibilidade, reduzindo-a à expressão única de uma violência supostamente brutal e irracional da juventude.” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.30-31)

Em uma rápida busca pela internet, é possível encontrar inúmeros vídeos¹⁹ produzidos pelos manifestantes onde a indignação e a esperança alimentadas por movimentos em todo o mundo são a tônica de uma outra história que nega a força explicativa às categorias vândalo e rebelde. É relevante para a nossa análise perceber o contraste entre estas produções e o discurso oficial construído a partir de um outro conceito de democracia e participação política. As narrativas de mundo apresentadas possuem diferentes estéticas, linguagens e meios de transmissão, evidenciando-se a força das tecnologias de informação na produção e disseminação de relatos jornalísticos independentes:

Urge narrar à rede tudo o que acontece [...] ninguém na multidão está a salvo das bombas de gás, dos tiros de borracha etc. Justamente nesses momentos de tensão é que as imagens mais revelam as limitações técnicas de sua produção pelos aparatos móveis, criando mesmo uma estética do streaming pautada, sobretudo, no ruído. Grosso modo, as imagens resultantes dessa transmissão são borradas, pixelizadas, instáveis e sem foco. Mas tais resíduos são também informativos na medida em que são a própria expressão da urgência de estar ali. A imagem, então, é também o próprio ato da sua captura e das condições em que foi realizada. (OLIVEIRA & SILVA, 2015, p.53).

Com o crescimento da agressão policial desmedida a repórteres, os grandes meios de comunicação cederam parcialmente ao argumento de legitimidade das manifestações e assim passaram a acompanhar as denúncias de abuso de violência

¹⁹ Entre vídeos e documentários, não faltam registros das manifestações de junho de 2013, muitos dos materiais são produzidos de forma independente e mostram diversos pontos de vista: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>, <https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0>, <https://www.youtube.com/watch?v=E13BKzwXCho>, <https://www.youtube.com/watch?v=5zVcuhA8MY>, <https://www.youtube.com/watch?v=sh0My2MdalA>, <https://www.youtube.com/watch?v=0ox56RIZOuI>, <https://www.youtube.com/watch?v=tsIAC99DM10>. Acesso 28/10/2014 às 21:22.

policial. Essa mudança de atitude foi fruto principalmente de um reconhecimento do apoio popular aos protestos, uma mudança todavia acompanhada de uma nova tentativa de captura através do redirecionamento do seu propósito: “[...] eles param de identificar o movimento com os partidos políticos da extrema-esquerda; e, adicionalmente, sugerem que sob a insatisfação com o preço das passagens escondem-se muitas outras insatisfações” (JUDENSNAIDER, p.139, 2013).

Entre as táticas de captura das manifestações, destacam-se as das revistas *Época* e *Veja*, que em editoriais propunham explicar quem seriam os manifestantes e suas motivações. Estas matérias, apesar de superficiais, procuravam traçar perfis dos manifestantes enquanto imputavam-lhes seus valores e agendas. A estratégia foi reforçada nos dias seguintes nos principais canais abertos de televisão e em revistas de grande circulação: o objetivo não era mais deslegitimar a violência policial ou o vandalismo, mas capturar a pauta dos protestos. A mídia usou sua força e alcance para tentar estabelecer uma nova narrativa que fosse aceitável para os manifestantes, removendo de sua cobertura menções diretas ao preço das passagens e, aproveitando o descontentamento com a Copa do Mundo, levantando novos problemas até então não debatidos, como a PEC 37²⁰, e procurando colocar a corrupção como maior problema enfrentado pelo país (JUDENSNAIDER 2013, p.146). A estratégia começou a render frutos quando, com o apoio da mídia, as manifestações registraram os maiores índices de participação, trazendo novos atores para as ruas que se encaixavam cada vez mais no perfil sugerido pelas revistas.

A aparência das manifestações modificou-se rapidamente. Em poucos dias brotou uma profusão de novas pautas (corrupção, PEC37, melhoria de serviços públicos, a favor da liberdade de expressão, contra a violência), tornou-se colorida

²⁰ A Proposta de Emenda Constitucional 37 propunha a limitação dos poderes de investigação do ministério público, transferindo a responsabilidade exclusivamente para as forças policiais. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>
Acesso em 26/10/2016.

(principalmente de verde e amarelo), nacionalista (o hino nacional cantado e a presença de bandeiras por toda parte), e passou a contar com um público mais rico e envelhecido. Nesse período houve também uma diminuição da repressão policial: “Ao contrário dos atos anteriores, não há detenções, manifestantes feridos, cenas de depredação ou vandalismo. O grito [nas ruas era] “que coincidência! Não tem polícia, não tem violência!” (JUDENSNAIDER, 2013, p. 164).

A mídia passou a cobrir extensivamente as manifestações, procurando mais uma vez ressaltar a divisão dos manifestantes entre legítimos (agora claramente exemplificados nas ruas) e extremistas. A presença de novos atores, convocados pela mídia ou não, provocaram conflitos entre os manifestantes e uma competição entre pautas e métodos de ação. A divergência entre os grupos tornava-se mais radical a cada tentativa de definição clara do propósito ou validade das manifestações, situação que foi registrada nos protestos em Curitiba:

Também já se podia identificar indícios dos três grandes rachas que desmobilizariam as manifestações: as disputas em torno das pautas, dos partidos e da violência – ou, como se tornou comum denominar, “vandalismo”. Tais conflitos se tornariam explícitos no ato seguinte, no dia 20, quando a marcha se dividiu em duas: a da “esquerda” e a dos “sem-partido” – a primeira vermelha e a segunda verde e amarela. [...] A “marcha vermelha” foi na frente; quando a “verde e amarela” chegou, a primeira debandou. Na sexta-feira, 21, a confusão foi tanta que a multidão inicial separou-se em pelo menos quatro grupos e houve conflitos entre manifestantes e a torcida organizada do Atlético Paranaense em frente ao estádio do time, e destes dois grupos com a Tropa de Choque. (TORINELLI, 2015, p. 54-55).

É importante ressaltar que a argumentação utilizada pela imprensa de manipulação dos manifestantes não é uma via de mão única; entre as análises produzidas sobre junho de 2013, existem teóricos que apresentam uma leitura crítica das motivações ditas “populares”, como os gritos contra a política, a

valorização do anonimato entre os manifestantes, a argumentação da horizontalidade em meio a protestos planejados, e a suposta espontaneidade dos protestos (THEIS, 2013, p. 57). No entanto, movimentos sociais não ocorrem em um vazio histórico: todas as características criticadas, através da mídia ou da academia, são respostas construídas em lutas realizadas por diferentes atores em múltiplos contextos sociais. As táticas e princípios encontrados nas ruas em junho de 2013 estão presentes em organizações anarquistas, feministas e apareceram em outros protestos ocorridos no mundo.

A história de Tiago Rocha, um relato de vigilância e perseguição

Após sua entrada na página *Anonymous Rio* em 2011 por convite de um amigo, Tiago, percebendo a escassez de boas fontes de informação para os manifestantes e levado pela necessidade de comunicar os acontecimentos que se passavam em sua realidade, passou a assumir um papel mais ativo em seu funcionamento, uma atividade que crescia juntamente com a popularidade da página e trazia novas notícias e eventos a serem acompanhados. Ele não esperava que seu trabalho como produtor de conteúdo para uma simples página no Facebook fosse produzir um resultado tão grande²¹ em um curto intervalo de tempo. Mas isso não quer dizer que era desavisado do perigo envolvido na construção de narrativas:

Eu imaginava que talvez a longo prazo fosse acontecer, mas era trabalho de formiguinha. [...] Mas foi muito mais rápido, em um prazo tão curto que não esperávamos. Até o salto de 30 mil para 130 mil [seguidores] foi em coisa de uma semana, fora de qualquer controle. Na minha percepção algo que pode incomodar muito o poder estabelecido é o fluxo de informações, quando ele nota que não consegue mais controlar o fluxo de informações, ele procura estancar isso (Tiago, 2015).

²¹ A página *Anonymous Rio* angariou 180 mil seguidores e suas postagens chegaram a alcançar 1.540.064 pessoas no auge dos protestos em 18 de junho de 2013, estando entre as cinco maiores fontes de conteúdo das redes sociais no período.

O trabalho de cobertura nas ruas traz consigo a contradição do papel das filmagens como ferramentas de proteção contra a ação policial, servindo simultaneamente como material de denúncia e como fonte de maior risco de perseguição. Se era apenas uma questão de trabalho e tempo até incomodar as autoridades, os integrantes da página não pareciam estar extremamente preocupados a respeito. O uso de perfis pessoais foi comum durante muito tempo tanto na administração como na participação das discussões ao longo dos comentários. De certa forma, parecia fazer parte do jogo de enfrentamento, um risco consciente tomado por aqueles que nunca vivenciaram a perseguição e a vigilância:

Não esperava que acontecesse como vigilância física, mas como uma digital. No momento que gerasse incômodo era só pedir ao Google, ao Facebook que eles teriam os dados todos. [...] Em vários momentos ficou a questão dos perfis pessoais em aberto, tinha um pouco de comodismo, de praticidade. Muitas vezes estávamos na rua e tinha algo acontecendo, um abuso de poder da polícia com camelôs, algum protesto que a gente queria cobrir, era mais prático postar diretamente do celular mesmo. E na época não era o Android, era o Symbian ainda, que não tinha muitas opções de controle, aplicativos. Foi uma opção, no fundo era um risco que escolhi correr. Se desse merda, paciência, tudo tem seu risco (Tiago, 2015).

Mesmo com os riscos assumidos em relação ao anonimato das ações, os participantes da página demonstraram uma preocupação maior com o possível enquadramento legal dos conteúdos divulgados, procurando evitar qualquer tipo de apologia direta à violência. Ainda assim, as ações da página deram fruto a um manual de instruções aos manifestantes que, apesar de conter apenas dicas e precauções, serviria como parte do embasamento ao processo legal que viria a ser instaurado contra o coletivo:

A gente sempre tomou cuidado para que nada que a gente escrevesse fosse criminalizável. Acabamos filtrando algumas fotos que a polícia pudesse usar de alguma forma, nada que fosse ilegal, mas eles

implicaram até com nosso manual de resistência pacífica²², que virou manual de terrorista e saiu na Veja. No começo era uma coisa meio só nossa, mas em 2012 começou a ter repressão por causa dos protestos na frente da prefeitura contra o aumento da passagem, começou a ter mais gente, umas cem, cento e cinquenta pessoas, e aí começamos a conseguir fechar rua, fazer barulho e incomodar. E mesmo nessa época já tinha gente levando porrada, choque, pimenta, gás, e era uma galerinha muito paz e amor (Tiago, 2015).

A criminalização e repressão das manifestações não estava relacionada diretamente à presença de agressões ou qualquer tipo de radicalização entre os participantes. Os cantos de “sem violência” entoados pelos manifestantes foram recebidos com indiferença pelas forças policiais, situação que precedeu o aparecimento da tática “black bloc” como forma de resistência contra a agressão gratuita encontrada nas ruas. A criminalização e a repressão eram resultantes da necessidade de controlar o fluxo de informações, coincidindo com períodos propícios de maior movimentação das redes:

Em 10 de julho, dois dias antes do início da Copa, ativistas de Brasília têm suas casas visitadas por homens que se identificam como agentes do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), e que os inquirirem sobre sua rotina.

²² O Manual de resistência pacífica era um conjunto simples de instruções com menos de cinco páginas onde se informava como vestir-se, lidar com armas de efeito moral e comportar-se frente à abordagens da polícia. A matéria da revista VEJA divulgou a distribuição virtual do manual: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/manifestantes-distribuem-manual-do-protesto-pelo-facebook/>. O Jornal O Globo também o fez, mas utilizando-se de uma linguagem muito mais severa: <http://oglobo.globo.com/rio/anonymos-divulga-manual-de-enfrentamento-em-protestos-10318885>. Citando o coronel Milton Correa da Costa, o jornal afirma “A meu ver, o conteúdo da página comprova que estamos diante de uma organização criminosa, que ensina e difunde, via internet, táticas e técnicas de desobediência agressiva, que resultam em vandalismo contra as ações da polícia para a restauração da ordem pública. Uma perigosa difusão de práticas de guerrilha e terrorismo urbano e de afronta ao poder constituído. Um crime virtual, cujos autores e responsáveis têm que ser identificados e punidos na forma da lei.” É possível tirar suas conclusões ao acessar o conteúdo do manual através do endereço: <https://www.facebook.com/notes/anonymos-rio/princ%C3%ADpios-b%C3%A1sicos-da-resist%C3%Aancia-pac%C3%ADfica/525346964182323>. Acesso em 13/01/2015.

Em checagem junto ao tribunal após essa visita, os ativistas verificam que as identificações apresentadas por esses homens eram falsas, revelando mais uma ação subterrânea de repressão. No dia seguinte, véspera de abertura da Copa, uma operação da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), no Rio de Janeiro, leva quatro ativistas, Elisa Quadros, Tiago Rocha, Game Over e Anne Josephine, para instalações policiais e confisca documentos em suas casas (REYS, 2014, p.47).

Narrada por Tiago, a experiência da incursão policial repentina em sua casa revela que os próprios agentes responsáveis pela operação estavam esperando algo diferente e que não sabiam explicar a acusação em nome da qual estavam operando:

Dia 11/06, na véspera da abertura da copa, foram lá com um mandado de busca e apreensão de objetos eletrônicos, mídias digitais e bombas. Eu pedi para ler e estava lá “Quebra de direito autoral de software”. [...] vasculharam tudo em minha casa, pegaram coisas de minha mãe, de meu irmão [...] Naquele momento só senti muita raiva, tentei argumentar com eles que não podia, mas não tinha diálogo. Foram pegar a minha máscara de V de Vingança [...] tinha que levar qualquer coisa que pudesse ser usada para praticar atos violentos [...] que eu tinha que ir para a delegacia naquele momento, eu não sabia se estava sendo preso, era minha primeira experiência, queriam até que eu fosse sozinho no carro deles. (Tiago, 2015).

O mandato expedido registrava a acusação de “quebra de direito autoral de software”. Ela é reservada não a pessoas que pirateiam programas, mas àquelas experientes em desenvolvimento e programação que elaboram meios de funcionamento da pirataria, que burlam os registros e permitem o funcionamento de cópias ilegais, mais conhecidos como cracks. Tiago aponta que é curiosa essa acusação, pois segundo ele “todos os computadores da minha casa são Linux²³.”

²³ O Linux é um software livre, portanto não há como ocorrer o crime contra a propriedade intelectual sugerido pelos policiais, pois não há sentido em construir quebras de bloqueio em programas já livres.

A escolha deste tipo de crime resultou da intenção de apreensão dos aparelhos eletrônicos, atores capazes de solucionar as suspeitas das forças policiais. Mais tarde no processo, após a prisão do grupo, finalmente os investigadores se retrataram pela escolha como um erro de digitação, alegando que a lei correta a ser referida era a de formação de quadrilha (agora já passível de ser sustentada com os depoimentos colhidos). A polícia registrou o “erro de digitação” em seu inquérito como “erro induzido por constar no referido mandado, no item ‘CLASSE’, o título daquela lei.” (Inquérito Op. Firewall, apenso 3, p. 230). Tiago comentou o procedimento realizado em sua prisão, e sua sensação de estar sendo silenciado ante o teor das acusações e a falta de competência das autoridades responsáveis pela investigação:

O delegado começou a fazer um monte de pergunta pessoal e sobre os outros presos, claramente tentando fazer um quadro de quadrilha com divisão de funções. [...]. Perguntaram se eu conhecia meu próprio nome, aí eu brinquei que conhecia muito bem. Se você tá sendo investigado por uma delegacia que não sabe quem é você, não existe uma investigação, existe um objetivo claro de silenciar. [...] tinham ameaçado me prender por que eu estava com o casco do projétil deflagrado de bala de borracha que tinham atirado em mim durante um protesto, queriam botar como porte de arma, mas era só uma estratégia para colocar medo [...] Marino²⁴ não conseguia ter acesso ao processo, e mesmo depois de ser preso ainda não tínhamos acesso. Mandavam o Marino para o fórum e lá eles diziam que o processo estava na delegacia e quando chegava lá o processo agora estava no fórum. É uma prática de obstrução da defesa no acesso aos autos dos clientes. Antes de conseguirmos acesso ao processo a Globo já estava publicando o conteúdo (Tiago, 2015).

A intencionalidade das forças policiais de silenciar os ativistas e coibir a sua participação em protestos fica evidente na escolha de data e escopo de sua operação: “[...] véspera da final da Copa, dia 12 de julho, é marcada por uma enorme operação policial, intitulada Firewall, em que mais de 100 agentes da

²⁴ O advogado Marino D'Icarahy tornou-se conhecido por sua atuação em defesa de ativistas.

repressão engajam-se na prisão de ativistas” (REYS, 2014, p. 48). A operação Firewall instaurou a prerrogativa da perseguição a diversos grupos populares de luta e coletivos de mídia independente²⁵ que faziam parte da Frente Independente Popular (FIP) ao caracterizar a organização como grupo terrorista.

O MEPR, representado no rol de nossos alvos [...] tem cunho comunista e o outro grande bloco que compõe a FIP a OATL (Organização Anarquista Terra e Liberdade) tem base ideológica puramente anarquista. Também fazem parte do corpo da entidade FIP os grupos como; UV (unidade vermelha) e FIST (Frente Internacionalista Sem Teto), porém sem a representatividade e força de OATL e MEPR. Vale frisar que todos estes grupos são combativos, atuantes nos ATOS que são desencadeados, elaborados e resolvidos em comum acordo nas reuniões da FIP. Nunca é demais lembrar que a FIP é a união destas frentes de manifestação que atuam de forma mais veemente, mais direta, violenta e cometendo crimes. Juntos, elaboram, decidem e atuam envoltos pela chancela de uma entidade denominada FIP (Inquérito Op. Firewall, Apenso 3, p. 141).

A FIP realmente possui conexões com diversos grupos, mas dificilmente poderia ser considerado como uma quadrilha ou organização criminosa, até porque ela foi fruto da mobilização de Junho de 2013. Tiago contribui com sua experiência de participação em encontros da organização:

A FIP foi fundada durante 2013, no ápice dos protestos. Ela nasceu para organizar o que o fórum de lutas desorganizou [...]. O fórum de lutas era do PSTU, PSOL, essa galerinha de DCE de sempre, problemático aquelas assembleias de três mil pessoas que era

²⁵ Existe um site de apoio aos ativistas perseguidos feito por parentes, amigos e simpatizantes: <http://www.apoicos23.org/> Em seu texto explica: “A perseguição sofrida pelos 23 ameaça não somente eles, mas se estende a toda a sociedade civil. O processo lista mais de 70 organizações sociais, mídias alternativas, páginas de Facebook de comédia política e até páginas de bairros inteiros como potenciais suspeitos que devem ser monitorados”.

bonito de se ver, mas que não resolvia nada [...]. A FIP nasce como contraposição a isso, juntando as pessoas que já se conheciam de movimentos, das ruas, ou que foi se conhecendo nesses protestos e reuniões. Eles mandaram uma proposta formal para gente ser signatário, explicando que eles queriam ser uma frente independente, onde todo mundo tenha voz e agregue o máximo de coletivos e indivíduos fora de uma intenção política partidária e eleitoral. Assinamos como Anonymous Rio, como coletivo de mídia e informação, [...] A FIP sempre se organizou em plenárias deliberativas, [...] Ninguém precisa se identificar, isso seria idiota, a gente sabia que um dia ia aparecer alguém vigiando ou dando com a língua nos dentes. A gente sempre prezou pelo anonimato, por segurança e por uma não personificação. Era só chegar lá e participar, debater ideia (Tiago, 2015).

O próprio blog²⁶ da FIP descreve a organização como “fruto direto das mobilizações populares iniciadas em junho”, apontando a necessidade de uma resposta à crescente criminalização dos movimentos sociais e da forte repressão policial. Assim como a FIP surgiu em resposta à dificuldade de associação entre movimentos sociais apartidários, existiram também outras conexões construídas em meio à luta por direitos sociais e a perseguição policial.

O encontro e a cumplicidade entre diferentes coletivos se consolida na oposição às forças que os perseguem. Desperta-se para o poder que se tem à vista da reação assustada e desproporcional do governo. Descobre-se assim a força da organização rizomática frente ao aparato solidificado da burocracia e sente-se a fragilidade dos seus discursos que não se sustentam frente aos milhares de relatos em vídeos e textos produzidos pelos ativistas. Perguntamos então: o que aprendemos com as manifestações de junho de 2013, uma vez que mesmo conquistando-se o recuo da tarifa, não vivenciamos a reforma na política e nos transportes que foi prometida?

²⁶ Acessível em: <https://frenteindependentepopular.wordpress.com/> Acesso em 24/03/2016.

O que resiste de junho de 2013

As manifestações de junho não podem ser vistas de forma independente de seus atores, jovens, despreparados, sonhadores e desorganizados, mas que surpreenderam o poder estabelecido através de sua inventividade, capacidade comunicacional e de mobilização. Despidos do fascínio inicial, podemos contemplar as dificuldades enfrentadas pelos atores no exercício de sua luta. Acreditamos que vamos observar essas mesmas características ressurgirem em outros momentos da história política brasileira à medida que os atores amadurecem seus projetos, se conectam a novos participantes e passam a dominar diferentes ferramentas de organização e comunicação.

Em um mundo enredado, conectado por uma miríade de artefatos, mas também por um maior intercâmbio de pessoas e ideias, observamos o funcionamento de organizações simples, mas capazes de mobilização e cooperação fora das limitações de uma gestão centralizada. Estruturas fundamentalmente relacionais, onde os laços afetivos entre os participantes e as suas experiências compartilhadas motivam a ação, não de forma isolada e pontual, mas coletiva e pautada em uma necessidade comum de proteção mútua.

A proximidade física entre os indivíduos se torna relativizada em sua importância, uma vez que os acontecimentos deixam de estar isolados no tempo e no espaço e passam a reverberar através de fronteiras que antes pareciam consolidadas, mas que agora se demonstram porosas. A facilidade com que ocorre o vazamento de informações, sua fácil reprodutibilidade e alcance fizeram com que estes poucos militantes, quando equipados com celulares, computadores e uma plataforma social na internet, fossem capazes de construir um trabalho de mobilização social e política que alcançou milhares de vezes mais pessoas do que seria esperado de um grupo do seu tamanho e qualificação:

Efeitos de desproporcionalidade podem ser extraídos, por exemplo, do uso da tecnologia, da ciência e outras inovações, e dos diversos tipos de "mídias" usadas como

sistemas amplificadores e multiplicadores. Microestruturas globais podem também alcançar benefícios de desproporcionalidade através do desacoplamento de suas operações internas das estruturas de suporte que provêm as condições sob as quais as operações podem permanecer leves; "terceirizações" deste tipo podem também apontar em outra direção que não a da noção inclusiva de um sistema internamente racionalizado. (*tradução nossa*, CETINA, 2005, p. 214)²⁷

O desafio da produção da informação na sociedade moderna é diminuído infinitamente pelos atores não humanos, capazes de produzir registros de vídeo e áudio e assim viralizar sua divulgação. Os custos das interações entre atores independentes também são reduzidos, tornando possíveis trocas entre grupos antes desarticulados. No entanto, o conceito da desproporcionalidade é dependente de uma idealização do que seriam os atores humanos quando considerados isoladamente para serem comparados com seu potencial quando integrado com os não humanos. Este estratagema conceitual, ainda que útil para compreender a força presente na tecnologia concentrada existente nos não humanos, ignora a indissociabilidade entre os atores humanos e não humanos, que só se apresentam como coletivos complexos que operam traduções e traições incessantes.

Portanto, podemos compreender os efeitos de desproporcionalidade como reconfigurações dos conceitos de força e fragilidade, na medida em que as concentrações sociotécnicas presentes em aparelhos celulares, redes de comunicação e computadores fortalecem a ação de pequenos coletivos de ativistas, tidos em princípio como "fracos", e fragilizam estruturas de poder antes aparentemente sólidas, tidas em princípio como "fortes", de forma que a narrativa dos

²⁷ Disproportionality effects can be distilled, for example, from the use of technology, from scientific and other innovations, and from 'media' of various kinds used as amplifying and multiplying systems. Global microstructures may also derive disproportionality benefits from decoupling internal operations from support structures that provide for the conditions under which operations can remain light; 'outsourcings' of this kind also point away from the inclusive notion of an internally rationalized system. (CETINA, 2005, p.214)

acontecimentos construída pelas empresas de mídia passa a ser disputada através das gravações e relatos originados das ruas, uma relação na qual a interatividade não se limita à escolha da fonte da informação, mas se amplia à sua própria produção e narração.

O espaço disponibilizado pelas redes sociais e apropriado através da militância é gradualmente ocupado por diferentes grupos que multiplicam o alcance de suas atuações através de uma troca amistosa de informações, serviços e ajuda. A cada matéria na mídia tradicional, a cada perseguição por parte do Estado e a cada novo coletivo formado, se fortalece a capacidade desses pequenos grupos de afetar a agenda política. As interações logo transbordam as telas dos computadores e celulares inundando as ruas, onde a cooperação entre militantes assume novas formas:

Para além das redes sociais, são criadas diversas plataformas de apoio aos manifestantes, como uma comissão de estudantes de medicina que se dispõe a prestar os primeiros socorros nos protestos, um centro cultural no centro da cidade que oferece suporte médico para os feridos, um empresário que oferece sua gráfica para a impressão de cartazes e um coletivo de diagramadores e designers que se oferece para produzir imagens de mobilização e propaganda (JUDENSNAIDER, 2013, p.137).

A existência deste movimento é mais uma prova da inexistência de uma dicotomia entre ativismo de sofá e de rua, realidade virtual e real, separação de atores humanos e não humanos. Os indivíduos não estão isolados ou distanciados, mas sim diariamente chocando-se com os limites eletrônicos e orgânicos do seu fazer, principalmente nas manifestações que deixaram seu legado de “aproximar movimentos sociais e políticos que anteriormente atuavam de forma isolada” (BORGES, 20015, p. 27). Extrapolando a análise de David Borges, diria que não só os protestos de 2013, mas manifestações mobilizadas pelo ciberespaço apresentam uma forte tendência de aproximar diferentes atores políticos, onde cada ação semeia o

campo para as próximas²⁸. O constante questionamento da democracia representativa e o desejo por participação direta estão intimamente ligados ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, onde a qualidade da interação nas redes é procurada para consubstanciar outros campos da vida, como o da política:

Um outro conceito bastante discutido na filosofia e na teoria política contemporâneas afetadas pelas tecnologias é o da democracia do plug and play, que pode ser definida como uma forma de democracia participativa de inspiração naquela praticada na Grécia antiga em que as decisões eram tomadas pelos cidadãos em assembleia pública na Ágora, e imediatamente entravam em vigor. Neste tipo de democracia “a esfera civil ocupa o lugar da esfera política na produção da decisão. A ênfase aqui está no fato de que só argumentar não seria suficiente: é preciso deixar que o povo decida. Isto significaria ‘um estado governado por plebiscito’” (GOMES, 2004, p. 6). (PEREIRA, 2014, p.64)

Para os nativos do mundo composto por tecnologias interativas, parece inaceitável a existência de um governo que simplesmente ignora a voz de sua população. Os participantes então investem suas energias na construção de uma percepção e de um discurso que persiga este ideal, procurando simultaneamente informar, criticar e propor caminhos para se alcançar um outro patamar do fazer política. A força da militância auxiliada pelas redes sociais e a resultante perseguição policial só reforçam a percepção de que, apesar do Estado parecer

²⁸ As ocupações das escolas públicas que estão acontecendo atualmente no país foram relacionadas aos protestos de junho de 2013 por alguns dos estudantes que afirmam ter aprendido a resistir lá, muitas vezes acompanhados dos pais. <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/88121/veja-quem-esta-por-tras-da-ocupacao-das-escolas>. Outras matérias apontam para influência da ocupação de escolas no Chile. <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml> Acesso em 02/02/2016.

inatingível, ele foi incomodado o suficiente pelo trabalho dos militantes para mobilizar uma resposta do poder estabelecido.

As redes sociais são os novos espaços de atuação dos movimentos sociais, mas não podem ser consideradas fronteiras limitantes, uma vez que a atuação ocorre também fora destes espaços. Dificilmente uma única plataforma, como por exemplo o Facebook, se tornaria a característica mais relevante de atuação de um coletivo. É comum para os militantes trocarem seus espaços de atuação sempre que as limitações do veículo em uso se tornam incômodas. É notável, porém, a inspiração subversiva da cultura hacker, expressa na disposição dos atores para adaptar-se às diferentes plataformas de interação, como o Telegram, o Twitter e o Facebook, sempre buscando fugir do controle onipresente dos mecanismos de vigilância. A produção das narrativas esbarra nos controles construídos pelas empresas que administram as redes com o intuito de monetização dos seus serviços, obrigando os coletivos ativistas a se reinventarem para fugir das limitações à circulação de informação:

Nesse sentido, a face 2.0 da censura é a do controle do compartilhamento. A segunda camada do compartilhamento a controlar é a das plataformas tecnológicas por onde vazam essas narrativas em redes sociais. Esse controle se traduz em *enclosures* da inteligência coletiva, evitando que esta constitua modelos autônomos de produção (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 199).

As limitações do Facebook foram sentidas em todo momento, obrigando a um debate permanente no coletivo *Anonymous Rio* sobre a possibilidade do esgotamento do modelo, que eventualmente foi reconhecido e colaborou para o encerramento das atividades do coletivo. O anonimato utilizado por estes grupos não é um fundamento “essencial” da militância, mas sim uma ferramenta associada a um modelo específico de ativismo.

Referências

- ALVIM, Davis. “Destruir, para reconstruir”: a tática black bloc e a pedagogia das vidraças. In: CEI, Vitor. *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, Espírito Santo: Praia Editora, 2015. p. 45-61.
- BORGES, David. As Jornadas de Junho de 2013. In: CEI, Vitor; BORGES, David G. (org.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, Espírito Santo: Praia Editora, 2015. p. 19-44.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CEI, Vitor; BORGES, David G. (org.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, ES : RCG Comunicação Total : Praia Ed., 2015. 180 p. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2015/08//543667.pdf>>. Acesso em: 03/12/2015.
- CETINA, Karen Knorr. From Pipes to Scopes: The Flow Architecture of Financial Markets. *Distinktion*, n. 7, 2003, p. 7–23. Denmark: Copenhagen.
- _____, Karen Knorr. *Complex Global Microstructures: The New Terrorist Societies*. Theory, Culture & Society vol. 22. The TCS Centre, Nottingham Trent University, 2005.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Trad. Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.
- EGLER, Tamara T C. *Reinvenção da democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.
- FÁTIMA. Entrevista pessoal ao autor. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo .wav (3 horas).
- GERMANO, Marcelo Gomes. Somente um protesto. In: SOUSA, Cidoval Moraes de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. P.92 – 97.

HARVEY, David. *Spaces of Global Capitalism: Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. New York: Verso, 2006.

JUDENSNAIDER, Elena. *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede*. Bahia: EDUFBA, 2012.

MALINI, Fábio. ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NETO, Otacílio Gomes da Silva. Brasil, 2013: reflexões e metáforas. In: SOUSA, Cidival Morais de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. P.22– 27.

OLIVEIRA, Juracy. SILVA, Sergiano. Livestreaming as jornadas de julho: sobre o gesto de filmar ou a memória digital. *Rev. Cambiassu*, São Luís, v.15, n.16, janeiro/junho 2015. Disponível em:
http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2015.1/jornadas.pdf.
Acesso em 10/02/2016.

PEREIRA, Benedito Fernando. *Vem pra rua: o político e a política em rede*. Universidade do Vale do Sapucaí, 2014, Vol 7 – Nº2 Disponível em:
<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre>. Acesso em 27/02/2016

PIRES, Guilherme Moreira. A palavra do poder que engole o poder das palavras. In: CEI, Vitor; BORGES, David G. (org.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, Espírito Santo: Praia Editora, 2015. p. 63-75.

RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. A tática black bloc e a liberação anárquica do dissenso. In: CEI, Vitor; BORGES, David G.

(org.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, Espírito Santo: Praia Editora, 2015. p. 107-135.

REYS, João Paulo. Um panorama dos dias quentes de junho de 2013 e além, 8/2014. In: BORBA, Maria. *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. P.33-50.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUSA, Cidoval Morais de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Jornadas%20de%20Junho%20-%20Repercuss%C3%B5es%20e%20Leituras.pdf>. Acesso em 20/01/2016.

TIAGO, Neves da Rocha. Entrevista pessoal ao autor. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo .wav (3 horas).

TORINELLI, Michele Caroline. *A máscara e a multidão: enquadramentos dos Anonymous nas manifestações de Junho de 2013 no Brasil*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/38194/R%20-%20D%20-%20MICHELE%20CAROLINE%20TORINELLI.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em 30/12/2015.

A mídia e a literatura como ferramenta de autoafirmação e re-existência dos povos indígenas na contemporaneidade¹

Julie Dorrico

Introdução

Este capítulo tem por objetivo mostrar a crescente apropriação de ferramentas midiáticas por lideranças e militantes indígenas com o objetivo de afirmação de suas identidades e tradições e de re-existência normativo-cultural. Apresentado no evento *Brasil em Crise: o que resta das jornadas de junho*, ele discute a situação dos povos indígenas no país, que se valem da literatura e de ferramentas da mídia para reforçarem e consolidarem seus símbolos e suas lutas. No momento da apresentação deste texto, momento também de ansiedade no país, um ataque violento fora realizado contra os povos Guarani-Kaiowá situados na terra indígena Amambai Peguá, localizada no estado do Mato Grosso do Sul. Um grupo armado desferiu tiros durante horas contra os indígenas, ferindo cinco adultos e uma criança de 12 anos. Clodiodi Aquileu não resistiu aos ferimentos e faleceu. A tentativa de retomada de suas terras ancestrais, a *teboka*, vem resultando em assassinatos e vários conflitos armados, uma vez que estas terras estão em posse de fazendeiros. Embora o governo do PT tenha sido um pouco mais favorável às políticas públicas desses povos, os indígenas esperam há tempos pela demarcação de suas terras. Eles estão conscientes e apreensivos, como veremos neste texto, frente ao governo conservador de direita instaurado pós-*impeachment*, que não atende suas reivindicações, como pode ser percebido ao longo de nossa história mais recente.

¹ Esta pesquisa é subvencionada pelo CNPq.

Nesse sentido, pensando nessas questões e em causas concernentes aos povos indígenas, apresento a literatura indígena que tem como característica a representatividade étnica em todas as suas formas, desde tradicionais até as mais contemporâneas formas de representação, seja no campo da literatura, da arte contemporânea, da música, isto é, da expressão indígena no Brasil. Por meio dela, seus representantes expressam sua estética e denunciam as agressões epistêmicas, políticas e simbólicas. Para provar este argumento, o trabalho está dividido em três partes: a primeira expõe a relação entre mídia e literatura em diversos registros *online* que aludem às lutas e à vontade de expressão advindas do próprio indígena – ele quer, por meio da utilização dessas mídias e sob a forma do texto literário, reconstruir e afirmar sua cultura e visão de mundo, bem como resistir à destruição cultural de seus valores tradicionais e à usurpação de seu território, de seus produtos e de suas práticas. A segunda parte trata do movimento que acontece na internet, chamado por Anápuáka Muniz Tupinambá (2010), Eliane Potiguara (2015), Renata Machado Tupinambá (2016) e Denilson Baniwa (2016) como “etnomídia”, que se destina a explicar a existência de materiais disponíveis na *internet* com o objetivo de que a população em geral tome conhecimento sobre o material que produzem sobre si mesmos, de suas ações e lutas. Por fim, a última parte deste trabalho argumenta acerca da importância da luta política e literária dos povos ameríndios, da reafirmação cultural, bem como da utilização dos instrumentos como a escrita e a *internet*, ferramentas refletoras, projetoras e dinamizadoras das causas político-epistêmicas no país. O histórico da edição das narrativas orais no Brasil revela, como postula Almeida e Queiroz (2004), que os povos indígenas durante muito tempo foram caracterizados como povos sem tradição escrita, o que tinha como consequência a desvalorização de sua tradição oral por parte do não-índio que tematizava essa inexistência de cultura escrita resultando no apagamento identitário e cultural dos povos nativos no Brasil. Essa mesma tradição levou a efeito, como argumenta Antônio Risério em seu trabalho “Textos e Tribos” (1993, p. 40), o falseamento ou até a destruição de traduções de

textos, como foi o caso dos textos Tupinambás. Essa mesma situação pode ser amplamente estendida a muitos outros povos. Nesse meio tempo, entretanto, com o advento da educação escolar indígena, consolidou-se o fato de que os professores e os estudantes nativos passaram a ter o domínio da língua portuguesa para nela expressarem-se em razão de suas etnias, delas e para elas. Através do aprendizado da segunda língua, no caso a língua portuguesa, foi possibilitado ao nativo ele mesmo escrever sua história, tornar-se, portanto, autor dela, valorizando sua tradição oral por meio da escrita². De modo que essa apropriação da escrita formal alcançou e alcança vasta importância na academia (passamos a falar, aqui, de teoria literária indígena) e na luta por direitos específicos, como a demarcação de terras, ensino e resgate de suas línguas maternas, a publicação e veiculação de suas próprias literaturas (o indígena como sujeito epistemológico-político de recriação, valorização e resistência de suas tradições).

Nesse sentido, na contemporaneidade, podemos observar quão poderosas são as ferramentas tecnológicas acessadas e utilizadas, poderosas pelo fato de permitirem a visibilidade, para o “branco”, do indígena e de suas formas de manifestação, de autoafirmação ontológica, política, epistemológica, cultural etc., e de luta a partir desse simbolismo; poderosas, além disso, e principalmente, por possibilitarem a autoexpressão e, com isso, por demarcarem sua perspectiva de mundo, dialogarem desde ela com outras perspectivas, resistirem a partir dela em relação a outras perspectivas, como pode ser visto, por exemplo, na obra “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Desse modo, percebe-se, por parte dos povos indígenas, seus intelectuais e lideranças, uma apropriação de ferramentas antes de domínio quase que exclusivo do não-índio – escrita formal, *internet*, rádio –, e uma reconfiguração dessas ferramentas em prol de seus próprios

² A título de exemplo, cito alguns intelectuais indígenas que se enquadram nessa descrição: Daniel Munduruku é autor (escritor) da obra: “Como surgiu” (2011), “Histórias que li e gosto de contar” (2011), “O Karáiba” (2009); Eliane Potiguara é autora da obra “Metade cara, metade máscara (2004); Graça Graúna é autora da obra “Contrapontos da literatura indígena contemporânea” (2013).

interesses. Vemos, assim, uma expressão político-artístico-literária no Movimento Indígena que abrange em sua causa desde o político-econômico ao estético-ontológico.

Ora, nossa hipótese central, neste artigo, é de que um dos recursos fundamentais para que tal movimento ocorra e tenha impacto abrangente e pungente tanto dentro quanto fora das aldeias e comunidades, alcançando a sociedade civil e mesmo conexões internacionais, consiste na apropriação e uso da escrita formal e de ferramentas midiáticas utilizadas na e para a expressão, divulgação, fomento, reconstrução e resistência de suas tradições, o que prova, mais uma vez que, hoje, o domínio, a reestilização e o manuseio da língua formal, de tecnologias midiáticas e dos recursos *online* são fundamentais em termos metodológicos e estéticos para a dinamização de causas políticas e literárias dos povos indígenas e por parte deles.

1 Mídia e literatura: o campo midiático-literário como suporte às manifestações artísticas indígenas contemporâneas

A mídia não apenas se torna mais presente na divulgação da literatura indígena contemporânea no país, senão que também tem sido utilizada como ferramenta para reafirmar interesses, para gestar literatura, arte, política, economia e religião, divulgando-as para além da própria comunidade e grupo de origem. No que tange à literatura indígena, podemos encontrar um vasto material disponível na internet sobre e desses mesmos povos. Significa dizer que esse movimento visto nos dias de hoje valoriza questões intrínsecas e recorrentes, cujo alcance antes era mínimo ou, como afirma Graúna (2013), *invisível*. Um breve panorama histórico, aqui exposto, mostra como a literatura ajudou a difundir o “Movimento Indígena”, definido por Daniel Munduruku (2013) como um primeiro exercício de expressão da própria dor, um movimento de liberdade, ainda que ilusório, um átimo de futuro.

A noção de autoria, uma das questões centrais da literatura indígena contemporânea, trazida à tona pelas publicações a partir dos anos 1990, tornou mais visíveis as

produções e aspectos intrínsecos da literatura presentes naquela e também pôs em evidência a luta étnica no país. Assim, se percebe que a compreensão da autoria indígena contemporânea está muito ligada à metodologia desenvolvida no *Projeto de Autoria CPI-AC* (MONTE, 2003), cuja ênfase se pautou na *elaboração coletiva dos materiais didáticos de autoria indígena* como parte do processo escolar de aquisição da escrita e consequente construção de sua função social. As noções de “autor” e “autoria”, portanto, metaforicamente representam a construção desse processo: a elaboração de materiais didáticos em conjunto com os próprios destinatários desses materiais, que envolveu professores e alunos ameríndios, assessores, organizadores e colaboradores participantes do Projeto. Esse processo, primeiro realizado e executado por assessores, colaboradores, professores e alunos indígenas, seria logo denominado de autoria coletiva.

Mas esse processo não ficou restrito ao material impresso publicado pelo governo federal e suas parcerias diversas, inclusive universitárias, por exemplo, a UFMG, a UFBA, a UFRR, a UnB, entre outros. Para além desse processo de edição, o Movimento Indígena – assim definido por Daniel Munduruku (2004) – alcançou e alcança mais visibilidade por meio da mídia, na medida em que, utilizando de diversas ferramentas tecnológicas de informação, eles se autopromovem naquela expectativa que muitos de nós fazemos: valorização do eu, do coletivo, da crença, da política, das paixões. Leonor Arfuch (2010) argumenta que “[...] o avanço irrefreável da midiaticização ofereceu um cenário privilegiado para a afirmação dessa tendência, contribuindo para uma complexa trama de intersubjetividades, em que a superposição do privado sobre o público, do *gossip* – e mais recentemente do *reality show* – à política, excede todo limite de visibilidade” (ARFUCH, 2010, p. 36). Para a autora, esse fenômeno pode ser considerado como uma reconfiguração da subjetividade contemporânea. Ela argumenta que é coerente postular um espaço comum de inteligência (ação ou desenvolvimento de entender) dessas narrativas diversas – *o espaço biográfico* – que, sem perda de especificidade, seja capaz de dar conta de deslocamentos, semelhanças, mutações de formas e

significados. Schmidt (1996) já afirmara, em sua teoria sistêmica, que os meios técnicos tanto quanto os não técnicos “definem o que pode ser realizado como fenômeno literário pelos agentes em um sistema literário” (SCHMIDT, 1996, p. 125). Ou seja, ao estudarmos o sistema de mídia de uma sociedade buscamos compreender as condições de ações de indivíduos e de grupos no sistema literário co-presentes.

Nesse sentido, os ameríndios fazem suas produções a partir de ferramentas antes consideradas exclusivas do “branco”, como a escrita e o vídeo, assim como utilizam a internet para publicizarem suas produções, seus valores e suas lutas. Já sabemos da existência de inúmeras produções – que continuam a crescer – na perspectiva da literatura, bem como de muitos outros campos, como por exemplo, das ciências sociais, da educação escolar indígena, das ciências da natureza, da arte, entre outros. Jader Esbell (2016), artista plástico, escritor e produtor cultural, em seu artigo *Índios: identidades, artes, mídias e conjunturas*, afirma sobre a importância de estar inserido num meio cujo alcance contemple a possibilidade de visão de sua arte:

Trata-se da busca à exteriorização, por meio de mídias, das melhores expressões artísticas e culturais e por conseguinte mostrar-se no todo, nisto que se conhece como atualidade. Mostrar-se por espontaneidade, por consciência e por saber o que fazer para garantir-se vivo, no meio, na mídia, com autonomia e protagonismo (ESBELL, 2016, p. 13).

A arte do indígena Jader Esbell na contemporaneidade reafirma todos os projetos que anteriormente buscaram visibilidade por meio de ferramentas midiáticas. O projeto *Vídeo nas Aldeias*³ é um deles e mostra como é possível se reapropriar de uma ferramenta não pertencente a uma determinada cultura para se mostrar como essa mesma cultura se vê e como deseja ser vista. É possível encontrar na *online*, hoje, vídeos que documentam suas práticas tradicionais que, lançadas na internet,

³ Cf.: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>

ficam salvas para que todos aqueles que tenham interesse e acesso possam conhecê-las e ouvi-las. Isso entre outras finalidades que podem ser vistas enquanto existentes nessas produções e práticas. É possível também encontrar na internet – no *Facebook* especificamente – lideranças que utilizam esse veículo como ferramenta para divulgar a re-afirmação da identidade em espaços institucionalizados que antes negavam (ou quase) a presença destes mesmos povos. Como exemplo, temos Eliane Potiguara que palestrou no dia 15 de maio de 2016 no salão FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil) – seminário organizado pelo Instituto Uka – sobre “Literatura Indígena e Redes Sociais”. Em sua chamada ao evento ela escreveu:

Quando a rosa desabrocha, as abelhas vêm espontaneamente sugar-lhe o mel. Deixemos que a rosa de nosso coração, de nossa alma e caráter desabroche completamente na sociedade brasileira, *a partir de um testemunho de nossa capacidade*, autogestão, diálogo e ética, para que essa sociedade desconstrua, rapidamente, o discurso e prática atuais que causam a exclusão de povos indígenas. Os resultados e o respeito aparecerão. Pensadores e escritores indígenas: contem e criem então!⁴ (POTIGUARA, 2016, *online*; grifos nossos).

Podemos observar o apelo epistemológico feito pela poeta, crítica e liderança Eliane Potiguara, apelo para que os indígenas se expressem e, ao se expressarem, deem testemunho de sua situação, em todos os sentidos possíveis. Seu apelo busca desconstruir discursos e práticas que causam a exclusão étnica no país; paralelamente a este chamado, podemos observar que ela se vale do canal midiático – *Facebook* – para chamar atenção de todos aqueles que se permitem ver e ouvir a situação e o apelo lançado pelas comunidades tradicionais. Outro exemplo que podemos observar está na figura xamânica de Davi Kopenawa, liderança Yanomami que recentemente participou da aula magna Ciência da Floresta com seu amigo de infância, Levi Yanomami, este xamã

⁴ Cf.: <https://www.facebook.com/elianepotiguaraII/posts/909404775836492>

da região de Toototobi. Nesta aula, Davi Kopenawa utilizava cocar e Levi estava vestido com adereços que permitiam a eles mostrar o jeito indígena de ser no palco da Universidade Federal de Roraima. Esta imagem, compartilhada amplamente na rede social *Facebook*⁵, datada de 17 de maio de 2016, não poderia ser vista antes, ou, se vista, não teria o alcance que possui hoje, pois as lutas conquistadas nos campos da educação, da literatura e da arte promovem, por meio da utilização da mídia por parte de lideranças ou representantes de variadas etnias, uma maior visibilidade à sua situação e, com ela, a reafirmação cultural do ser indígena frente a outros povos, mesmo um diálogo entre eles.



Fonte: Dário Yawarioma (via Facebook – 17/05/2016).

A participação da liderança Davi Kopenawa⁶ também é destacada na página inicial, em notícias, no site da Universidade Federal de Roraima, datado de 18 de maio de 2016. A notícia em destaque está intitulada como “Liderança Yanomami ministra aula magna da UFRR”. Logo abaixo à chamada, encontra-se uma fala registrada de Davi Kopenawa: “O homem da floresta tem o direito de defender o pulmão do mundo (...) Obrigado por deixar

⁵Cf.: www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1084618674918518&id=149406351773093

⁶ Cf.: <http://ufr.br/ultimas-noticias/2522-davi1>

que um filho da Amazônia entre em uma universidade e mostre sua luta”. A seguir, o registro fotográfico feito do líder xamânico na aula magna:



Fonte: site da UFRR (Universidade Federal de Roraima)

Destacamos, ainda, o personagem militante nas redes sociais Yaguarê Yamã Aripunã, formado em Geografia pela Unisa (SP), escritor, professor, ilustrador e artista plástico, atuante no Movimento Indígena como líder Maraguá. Yaguarê advoga em favor de sua cultura e, por meio de notícias cotidianas dos e sobre os povos tradicionais, ele, que se mostra esclarecido frente ao cenário político, alerta para o possível retrocesso que pode atingir as comunidades nativas com as eventuais mudanças no governo desde o ano de 2016, com o *impeachment* e o conservadorismo político que o embasa e que se segue dele. Dessa forma, percebemos uma atuação maior de personagens indígenas no cenário brasileiro, desde poetas – Eliane Potiguara, Olívio Jekupé, Daniel Munduruku – a lideranças – Davi Kopenawa, Yaguarê Yamã –, todos eles escritores que, inclusive, contam com a ajuda de antropólogos e assessores que trabalham no sentido de fomentar políticas e práticas que valorizem as suas formas de expressão artístico-cultural no cenário brasileiro. Nesse contexto, vemos, sobretudo, que o uso dessas ferramentas reafirma e revaloriza práticas e torna acessível espaços físicos e simbólicos

neste mundo contemporâneo, dos indígenas e para eles mesmos, em termos de esfera pública.

No quarto capítulo do livro *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil* (2013), Graça Graúna reúne, em anexo, textos de caráter informativo que são produções eletrônicas compiladas por ela. A autora argumenta que esses textos possuem, como outros gêneros literários, a relação “autor-texto-leitor” quanto à expressão, à significação e à divulgação da literatura indígena no espaço da internet. Os textos são de autores um pouco mais reconhecidos: Yaguarê Yamã (2001), com a obra *Puratig: o remo sagrado*; Olívio Jecupé (2000), com a obra *O saci verdadeiro*; Renê Kithãulu (2002), com a obra *Irakisu, o menino criador*; Eliane Potiguara (2004), com a obra *Metade cara, metade máscara*.

Nesse contexto, ainda podemos citar a reunião de material que abarca diversas áreas artísticas e literárias e que podem ser encontradas no site da Universidade Federal de Minas Gerais: obras de caráter individual e coletiva⁷. Nas expressões individuais, podemos citar uma fonte riquíssima ligada ao grupo de pesquisa *Literaterras* e à UFMG. Criado em 2002, por iniciativa de pesquisadores da UFMG e de outras instituições, os membros do *Literaterras* – Escrita, Leitura e Traduções subsidiam os programas da UFMG para as populações indígenas específicas. A partir de teorias de base poético-tradutória das relações intelectuais, os pesquisadores configuram e desenvolvem pesquisas, fomentando produção de livros, cartilhas e outros materiais, a fim de que estes possam se afirmar enquanto povo e propagar seus conhecimentos.

Além das obras que tangenciam as temáticas da escola indígena, encontram-se aliadas a elas as disciplinas de antropologia, história, teoria da literatura, dicionários e livros de vocabulários, além de produções já concluídas por alunos e professores indígenas, de caráter individual e/ou coletivo. Entre os povos envolvidos nesse processo estão os Aranaã, Kaxixó, Krenak, Maxakali, Pataxó, Pankararu, Xacriabá, Xucuru-Kariri.

⁷ <http://www.letras.ufmg.br/bay/?chave=telPj6W12>

O Projeto Vídeo nas Aldeias (VNA⁸) também utiliza a mídia como ferramenta para reafirmação identitária. O projeto foi criado em 1986 e foi precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Estas informações são fornecidas na página online de apresentação do site relativo ao projeto. Importante mencionar novamente que o Projeto Vídeo nas Aldeias tem como objetivo apoiar as lutas dos povos tradicionais com intuito de fortalecer identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os quais o VNA trabalha. Hoje, o VNA se constitui como uma ONG independente e possui um importante acervo de imagens sobre os povos indígenas no Brasil e produziu uma coleção de mais de 70 filmes, a maioria deles premiados nacional e internacionalmente. Além disso, com esta ferramenta, os povos indígenas brasileiros podem contar a sua história tal como a compreendem e como desejam.

A mídia, como argumentado neste trabalho, passou a ser uma ferramenta de re-existência e reafirmação artístico-cultural. Ela passou a se configurar como uma ferramenta presente e constante na divulgação de suas artes, de suas literaturas, de suas crenças e de suas lutas políticas. Como exemplo, considero a colocação do jornal online *Amazônia Real* e a fala da liderança *Baniwa*, André Fernando Baniwa, para responder às indagações e mesmo provocações postas aqui nesse texto. Nesse cenário político é possível perceber uma preocupação por parte das lideranças com o atendimento nas áreas da saúde e da educação nas aldeias. O jornal online *Amazônia Real*, em sua edição de 09/06/2016, publicou uma matéria que retoma também o tema “agenda das populações indígenas”. O jornal aponta para um receio na flexibilização dos direitos indígenas, uma vez que o presidente Temer tem um apoio muito forte das bancadas ruralista e evangélica no Congresso Nacional. O jornal diz o seguinte: “O sinal vermelho foi aceso quando o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, declarou em entrevista à Folha de S. Paulo que poderia rever as últimas demarcações de terras feitas

⁸ <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=1>

pelo governo Dilma Roussef, publicadas no “Diário Oficial da União”, dias antes de o Senado afastar a presidente do cargo”.

A liderança da etnia Baniwa, André Fernando Baniwa, citado acima, presidente da *Organização Indígena da Bacia do Içana*, no Alto Rio Negro (Amazonas), afirma o seguinte acerca da declaração do ministro Alexandre de Moraes:

A situação é muito difícil. Muito grave. Antes [o governo Dilma] pelo menos estava para ter uma direção, mesmo com dificuldades, mesmo com contra-ataque. Com o Temer, parece que [os interesses anti-indígenas] ocuparam de vez o governo. Quando digo que não há espaço, digo que antes tinha pelo menos uma coisa definida na FUNAI. Estava dentro de uma instituição que podia defendê-lo [o indígena]. Já havia pessimismo, mas piorou. Mesmo com a Dilma, ainda assim a FUNAI colocava as questões relativas aos indígenas em pauta. Agora não vejo nenhuma pauta indígena. Foi criado o Conselho Nacional de Política Indigenista, mas não tem agenda. Não tem notícia sobre isso. Sobre a FUNAI, existe uma especulação de que o PSC quer assumir a presidência. Eu acho que os indígenas estão preocupados com esta história. Não tem uma política de Estado. Está tudo muito indefinido. A minha conclusão é, agora, que não encontramos mais nem espaço. Está tudo desacreditado. Onde vamos colocar a nossa crença? Em quem vamos acreditar agora? A não ser nosso próprio Deus, quem nos criou e nos colocou na Terra. Está feio para todo lado, um acusando o outro. E têm os anti-indígenas ruralistas querendo dominar todos os espaços para ser completamente contra os direitos dos povos indígenas. Então vejo com muito pessimismo, mas o movimento indígena vai continuar lutando.

Através do jornal online *Amazônia Real*⁹, vemos a declaração de André Baniwa que, claramente, denuncia a fragilidade em que se encontram os povos tradicionais no que se

⁹ Cf.: <http://amazoniareal.com.br/liderancas-indigenas-reagem-a-possivel-revisao-de-demarcacoes-no-governo-temer/>

refere à demarcação de terras e à afirmação institucional de seus direitos, pauta central na agenda indígena. Em outra página online, podemos observar, ainda, a fala de Denilson Baniwa sobre o tema da bancada ruralista, realizada sob a forma de entrevista para a página do XII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros – ECTCV¹⁰, realizado entre 20 e 28 de julho de 2012. O título da entrevista denomina-se “Denilson Baniwa e os desafios da etnomídia”. A ECTCV questionou a Denilson como última pergunta: “Qual seria a cobertura jornalística ideal de não-indígenas sobre as questões indígenas?”. Denilson, por sua parte, respondeu: “Seria aquela que, em vez de o repórter entrevistar um antropólogo, entregasse o microfone a um indígena. Aquela que, em vez de servir aos grandes latifundiários, desse também voz aos pequenos produtores”. Nesse sentido, tanto a entrevista de Denilson Baniwa quanto a entrevista de André Baniwa apelam pela oportunidade de terem seus direitos garantidos, e mesmo mais além, quando alertam para a possibilidade de serem escutados por meios alternativos. Os povos tradicionais passam, desse modo, a solicitar voz e vez politicamente, através de sua própria luta e expressão. A etnomídia, com isso, surge como uma alternativa política na reafirmação da identidade coletiva, mas também nas expressões artísticas e literárias que alcançam cada vez mais visibilidade para uma crítica epistêmica própria, para uma elaboração crítica e criativa de suas próprias tradições.

2 Etnomídia: resistência, revalorização e reinvenção através da mídia

A etnomídia é caracterizada por Renata Machado Tupinambá (2016), no jornal online *Brasil de Fato*¹¹, como ferramenta para a comunicação dos povos originários em que, em um cenário de disputas de terra e violência, como afirma a autora,

¹⁰ Cf.: <http://www.encontrodeculturas.com.br/2012/noticia/857/denilson-baniwa-e-os-desafios-da-etnomidia>

¹¹Cf.:<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios/>

é necessário que os nativos sejam seus próprios interlocutores, façam ouvir sua voz, defendam-se. Ainda segundo ela, a apropriação dos meios de comunicação, por parte dos indígenas, tornou possível a eles serem seus próprios interlocutores, provando, com isso, que tradição e modernidade podem ser aliadas na preservação das culturas. Marshall Sahlins (1997) afirma que um processo cultural similar ocorreu a vários povos do planeta a partir dos anos 1970, um processo de autoafirmação e de autodefesa que se utilizou da cultura formal para inverter uma prática comum nos estudos *sobre* os povos tradicionais, a saber, a descrição e a tematização deles por não-indígenas, que geralmente os romantizavam como *bons selvagens* ou, por outro lado, os denegriam ou lhes adscreviam como primitivos ou bárbaros. Nesse sentido, ao utilizarem-se da cultura formal, especificamente a escrita formal, em vez de manterem-se calcados nessas caracterizações extemporâneas impostas a eles, passaram desde essa época a reagir ao estudo e à paradigmaticização de si mesmos por meio da publicação de suas próprias visões de mundo, posicionamentos epistemológico-políticos e atividades estético-artísticas. Sobre isso, complementa Sahlins:

[...] Nas últimas duas décadas, vários povos do planeta têm contraposto conscientemente sua “cultura” às forças do imperialismo ocidental que os vêm afligindo há tanto tempo. A cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar a sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino (SAHLINS, 1997, p. 46).

Podem ser observadas estratégias de preservação cultural, por meio de suas especificidades étnicas, afirmando-se em relação ao Outro e se destacando na manutenção de suas próprias comunidades, de sua própria cultura. Entre suas especificidades marcam-se “[...] as manifestações culturais como o artesanato, danças, músicas, religião, língua, entre outros” (WOITOWICZ, 2009 *apud* EURICH, 2010, p. 502). Renata Machado Tupinambá (2016) argumenta que:

O imaginário popular ficou congelado na crença de um indivíduo conhecido pelo nome genérico de “índio”, definido assim pelo colonizador a partir de 1500. Contudo, a realidade contemporânea dos povos originários nestes longos anos do processo de colonização é outra. Tradição e modernidade podem ser aliadas na preservação das culturas.

Na postagem do blog de *Anápuáka Tupinambá*¹², datada de 02 de janeiro de 2016, encontra-se o seguinte título: “Retomar para existir: a história do líder indígena Cacique Nailton Pataxó. O documentário em vídeo conta a trajetória do cacique Nailton Muniz Pataxó, de descendência Tupinambá, ressaltando a sua luta pela reconquista da Terra Caramuru-Catarina Paraguassu, fato que o tornou uma liderança e personagem de grande importância no movimento indígena do Brasil. Segundo Costa (2013), sobre os Pataxó da Barra Velha, da Coroa Vermelha e do Kaí, existe uma vontade de poder pela retomada da língua para escrever, ler, narrativizar e memorar suas histórias. Da mesma forma, se pode perceber que os povos indígenas, enquanto produtores dos seus próprios discursos, “[...] passam a explicar 'quem são' através da retomada de suas memórias” (COSTA, 2014, p. 89). Desse modo, os ameríndios passaram a se apropriar de ferramentas, antes tidas secularmente como pertencentes ao não-índio, como a escrita, o vídeo, o rádio, a utilização da mídia, para redefinir o uso desses recursos em prol de seus movimentos, tanto político-econômicos quanto artístico-literários – os exemplos citados até agora permitem comprovar isso de maneira muito clara e consistente. Ao definir etnomídia, Denilson Baniwa (2016), afirma que:

Etnomídia é o contrário de mídia de massa. Enquanto os meios de comunicação de massa, a indústria cultural, definidos pela Escola de Frankfurt, são voltados a deixar o conteúdo padronizado, acessível e entendível a todos, a etnomídia é dirigida a um público específico e com características mutáveis a cada cultura. Ou seja, o

¹² Cf.: <https://bloguedoanapuaka.wordpress.com/page/2/>

conteúdo não é entendido se você não faz parte daquele ambiente ou se não busca entender o ambiente onde a mídia acontece. Desta forma, há uma provocação para que se busque entender o outro e compreender que não há motivos para manter uma mídia de massa, mas sim aquela que busca a diversidade. A etnomídia é um fenômeno recente. Ela cresce a cada dia e, infelizmente, ainda não podemos medir seu desenvolvimento, até porque ainda não há possibilidade para isso no Estado. O que podemos ver são exemplos em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a etnomídia cresceu a ponto de a informação e a interação entre os povos ser quase instantânea.

O autor afirma, ainda, que aos meios e às plataformas criadas para sustentar esses meios hoje existentes de divulgação de suas artes, técnicas e interesses, dá-se o nome de *etnocomunicação*, em que cada povo estabelece seus próprios formatos para atenderem às suas necessidades. Entre eles, podemos citar a Rádio Yandê, blogs, sites e comunidades virtuais que atuam no sentido de dar visibilidade e fortalecimento à identidade indígena.

A Rádio Yandê¹³, como consta em seu site online, se caracteriza como educativa e cultural. Ela tem como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a isso a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. O site traz, ainda, a certeza de que uma convergência de mídias é possível, nas aldeias remotas e comunidades indígenas, além de ser uma importante forma de valorização e manutenção cultural. Consta também que a programação possui categorias informativas e educativas que trazem para o público um pouco da realidade do índio do Brasil, desfazendo, assim, antigos estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada em veículos de comunicação do “branco”. Encontram-se como coordenadores da Rádio Yandê: Anápuáka Tupinambá, Renata Tupinambá, Denilson Baniwa. Como podemos notar, os coordenadores são apoiadores do movimento

¹³ Cf.: <http://radioyande.com/>

indígena e escrevem sobre suas formas de resistência, ou falam, sob a forma de entrevista, de suas lutas e expressões. Os três coordenadores, aqui citados, foram aludidos anteriormente no texto quando precisamos apontar as formas de resistência realizadas conscientemente.

Ressaltamos o mote destacado constantemente na página da Rádio Yandê, “O modo tradicional indígena, agora em formato digital”. Ou seja, os coordenadores indígenas, que são também idealizadores de outros movimentos em defesa dos saberes étnicos, se mostram conscientes da necessidade de pensar-se uma mídia configurada e voltada para os próprios saberes tradicionais e para os, pelos indígenas como sujeitos atuantes em suas alteridades. A página no site possui uma janela de blogs que atende às seguintes categorias: suicídio indígena; arte; artigos escritos por não indígenas; autonomia cultural; cinema; comunidades indígenas; cultura digital; cultura indígena; direitos humanos; educação escolar indígena; educação indígena; educação superior indígena; entretenimento; esportes; etnobiologia; etnodesenvolvimento; etnomedicina; etnomídia; FUNAI; história oral; internacional; juventude indígena; literatura indígena; línguas indígenas; meio ambiente; mulheres indígenas; mídia digital; música; não definido; política; racismo e outros preconceitos; saúde; sustentabilidade; TV; tecnologia e, por fim, vídeos.

Nas publicações da categoria ‘etnomídia’ estão diversos temas publicitários relativos às tradições indígenas e sua veiculação midiática, por exemplo os seguintes artigos publicitários: “La Radio Yandê brinca de ser criança” (publicada dia 02 de dezembro de 2016); “Caçadores de memórias no cinema e comunicação quebram paradigma” (publicada dia 25 de novembro de 2016); “Mulheres indígenas cada vez mais protagonistas da luta e disputando cacicado em suas comunidades” (publicada 03 de novembro de 2016); “Povos indígenas de Roraima analisam conjuntura atual da saúde indígena durante a I Assembleia Extraordinária” (publicada em 31 de outubro de 2016); “Por uma educação de resistência” (publicada em 26 de outubro de 2016); “Educadores indígenas e parceiros

iniciam fórum” (publicada em 24 de outubro de 2016). Como se pode perceber, a categoria etnomídia compreende a veiculação de notícias referentes aos povos tradicionais em variadas categorias, ou seja, trata-se, podemos assim dizer, da propagação da voz e do modo de dizer especificidades indígenas publicadas nos mais diferentes meios de comunicação.

Os *blogs* também são utilizados como ferramenta de resistência. Entre os principais que podemos encontrar estão: o *blog* “Sites indígenas” que reúne vários blogs de diferentes etnias mostrando suas artes por meio de vídeos, literatura, expressão, política, etc. O “Aikax Kuikuro – Associação indígena kuikuro do Alto Xingu”, por exemplo, tem em sua página uma alusão ao projeto iniciado em 2002 para um documentário que busca mostrar a própria cultura milenar que pouca gente conhece. O *blog* “Aikewára: entre histórias, castanhas e estrelas” reúne uma pluralidade de notícias acerca dos mais variados povos indígenas, por exemplo os suruí, munduruku, e postagens sobre a luta na busca por demarcação de terras e direitos assegurados de modo geral. O *blog* intitulado “Ailton Krenak”, representante indígena que participa atualmente do Núcleo de Cultura Indígena, uma ONG situada na Serra do Cipó – Minas Gerais, que realiza desde 1998 o Festival de Dança e Cultura Indígena, idealizado e mantido por ele mesmo. O evento busca promover o intercâmbio entre as diferentes etnias e delas com outros grupos. Na página inicial, encontra-se o aviso de que a página não é atualizada pelo próprio Ailton Krenak, mas ela reúne matérias publicadas na internet e outros veículos sobre Ailton Krenak. Tais postagens são colagem coletadas e atualizadas no sítio com intuito de atualizar os seguidores.

Estes são alguns exemplos de etnomídia que podemos encontrar no site aludido; ele traz, a título de apresentação geral, *blogs*, sites e comunidades virtuais: Aldeia Kakané Porã, Aldeia Piançanguera, Aldeia Nhamandu Mirim, Aldeia Renascer Ywyty Guaçu, Aldeia Tekoa Pyau – Jaraguá, Amazonir Fulni-ô, Amigos dos Kamayura, Anaí – Associação Nacional Indigenista, APIO – Povos indígenas do Oiapoque, Apiwtxa – Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia, Apoinme, ARPINSUL – Articulação

dos Povos Indígenas da Região Sul, Arte Baniwa, Arte Indígena Kaxinawá, Associação Artístico Cultural Nhandeva – Nossa Gente, Associação de Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista, Associação Warã, Associação dos Jovens Indígenas de Dourados, A.J.I – Ação de Jovens Indígenas, Baniwa Online, Blogueiro Indígena, Blog Maxakali, Blog do Netuno, Conselho Indígena do Vale do Javari, Daniel Munduruku, Daniel Munduruku – Projetos Especiais, Denilson Baniwa, Descendência Indígena, Escola Pamaali – Baniwa, Gasodá Suruí, Huni Kui Inu Bake, Hutukara – Associação Yanomami, Índia Tikuna We'e'ena Miguel, Indígenas Digitais, Índios On-Line, Instituto das Tradições Indígenas, Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual, Kamayurá, Kaxixó, Krenak, Literatura Indígena – Um Pensamento Brasileiro, Literatura Indígena – Olívio Jekupé, Marcos Terena, Maxakali, Nação Indígena Pindorama Brasil, Nodanakaroda – Povos Indígenas do Alto Rio Negro, Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues, Paiter – O site do Povo Indígena Suruí, Pajé Filmes, Palavra de Maxakali, Portal Kaigang – Povo Apurinã, Povo Parakana, Povos Indígenas no Sul, Programa de Índio, Projeto Pindorama, Projeto Vídeo nas Aldeias, Questão indígena em destaque, Rede Culturas Indígenas, Rede Grumin de Mulheres Indígenas, Reserva Pataxó Aldeia Velha, Retomada Tupinambá, Ronildo Terena, Saberes da Floresta, Santuário dos Pajés, Séculos Indígenas no Brasil, Tapeba – Centro de Produção Cultural, Tekoa Mboy – TV, Tribo Brasil, Txai Hunikuin, TV Intertribal, Txaná Uri – A Viagem do pajé Ixã, Voz Terena, Yuxinawa, Waimiri Atroari, Web Rádio Brasil Indígena, Web Brasil Indígena, Xacriabá, Xucuru Kariri, Xukuru.

Ressaltamos dois pontos importantes encontrados nessa etnomídia listada acima. O primeiro refere-se ao fato de que, não obstante a permanência de alguns sítios citados, alguns não se encontram atualizados. As postagens em alguns sítios mais recentes datam do ano de 2009. Contudo, eles foram citados pelo fato de possuírem material de grande valor acadêmico. O segundo aspecto diz respeito à importância do material contido em cada um desses sítios: apesar de alguns sites não serem

atualizados desde longa data, trazem consigo um material de alta qualidade que se refere às afirmações das tradições, à importância de escrever e denunciar perseguições sofridas com a demarcação de territórios; eles, ainda, listam a importância de salvaguardar a memória nos recursos hoje existentes e a necessidade de escrever para a afirmação da identidade étnica, bem como garantir e lutar pelos direitos assegurados na Lei.

A literatura indígena, nesse contexto, é reafirmada nos pressupostos dos próprios indígenas. Ela aparece nas páginas dos sítios eletrônicos ou, como chamado aqui, na etnomídia para reforçar essa busca pela expressão indígena. Daniel Munduruku (2016) escreve que uma das lembranças mais agradáveis que tem da infância é a de seu avô ensinando-o a ler, mas não as palavras dos livros, e sim os sinais da natureza presentes na floresta e necessários para poder nela sobreviver. Ele ainda diz que:

Hoje, pensando naquele tempo, sinto que a sabedoria dos povos indígenas está além da compreensão dos homens e mulheres da cidade. Não apenas pelo fato de serem sociedades diferenciadas, mas por terem desenvolvido uma leitura do mundo que sempre dispensou a escrita, pois entendiam que o próprio mundo desenvolve um código que precisa ser compreendido. E apenas os alfabetizados nesta linguagem são capazes de fazer esta leitura.

Daniel Munduruku, ainda em seu breve artigo de jornal, afirma que a lógica do dominador obriga o indígena a aprender a ler e a escrever as palavras alfabéticas. Esta prática, para ele, não respeita o caminho da memória e da tradição indígena em seu mais amplo sentido. Ele compreende, contudo, que, para fortalecer a autoria como uma forma de tornar mais consistente também a identidade étnica dos povos, depende dos próprios indígenas compreenderem que eles necessitam de uma pedagogia própria que atenda seus reais interesses, uma prática específica e diferenciada que possibilite autonomia intelectual e espaço na sociedade para a livre expressão de seus pensamentos. Como podemos notar pelas variadas ferramentas de comunicação

utilizadas, além do livro didático, das publicações de obras individuais, esta prática, da busca pela reafirmação, re-existência de seus povos, está sendo exercida efetiva e permanentemente.

O *blog* “Literatura Nativa” é outro exemplo de (re)afirmação de identidade e busca de re-existência por meio das ferramentas de mídia. O *blog* pertence a Olívio Jekupé, o qual se vale da literatura para reivindicar sua identidade num espaço fronteiriço que marca limites entre tradição e contemporaneidade, índio puro e índio não puro. Ele argumenta, em sua página inicial, sobre essa questão do seguinte modo:

O mestiço é o mais discriminado nesse país, pois tanto eu quanto muitos no Brasil sofrem. Sei que sou mestiço e não tenho culpa de ser, e a miscigenação existe desde a chegada dos portugueses, não sou o primeiro índio não puro e não serei o último. Mesmo não sendo índio puro, quero dizer que tenho orgulho de ser o que sou e não podemos ter vergonha, mesmo que a sociedade nos discrimine. Comecei a escrever poesia aos 15 anos. Com muito esforço consegui cursar Filosofia (de 1988 a 1990) na PUC Paraná, mas, após muito sofrimento por causa do frio e falta financeira, fui obrigado a abandonar o curso. Novamente em 1992, já em São Paulo, retornei ao curso na Universidade de São Paulo (USP) que, após quatro anos de estudos, fui obrigado a deixá-lo mais uma vez devido aos recursos financeiros. [...] Gosto de abordar a importância da literatura escrita pelo índio, entre outros¹⁴.

O uso da etnomídia como forma de expressão alternativa indígena é, desse modo, um modo de utilização da ferramenta midiática reconfigurada para os interesses que se mostram necessários aos próprios povos indígenas, *interesses que eles veem como necessários*. Como podemos observar, a literatura está também voltada para a defesa da literatura indígena expressa nos meios de comunicação utilizados pelas lideranças indígenas, mulheres indígenas, representantes dos movimentos indígenas. Nesse sentido, vemos a reconfiguração da própria literatura para atender

¹⁴ Cf.: <http://oliviojekupe.blogspot.com.br/>

a uma especificidade dos povos indígenas, em que uma variação de gênero – ainda em construção – se torna mais sólida com o apanhado de textos escritos que surgem a partir de indivíduos das variadas etnias.

Outra liderança indígena que se vale de recursos midiáticos para apresentar variados temas é a escritora, crítica literária e figura política Eliane Potiguara. Consta em sua biografia, publicada como apêndice no livro *Metade cara, Metade máscara* (2004), que ela é escritora, poeta, professora formada em Letras (Português-Literatura), licenciada em Educação, remanescente do grupo étnico Potiguara, autodidata em Direitos Indígenas, fundadora em 1985 da Associação (não é ONG) Grumin – Grupo Mulher-Educação Indígena –, que recebeu em 1996 o II Prêmio de Cidadania Internacional pela Fundação Iraquiana Bah'ai. Consta, ainda, que Grumin se constitui, atualmente, na Rede de Comunicação Indígena. A biografia de Eliane é apresentada aqui a fim de mostrar o papel militante que ela vem desempenhando há algumas décadas. No site de Eliane Potiguara, em sua página inicial aparece a seguinte citação da própria Eliane: “A riqueza dos povos indígenas está na territorialidade: cultura, tradições, espiritualidade, artes, línguas... uma rica cosmovisão”¹⁵. A citação pode ser compreendida como uma elucidação de temas que interessam tanto à escritora quanto aos povos indígenas em geral. Seu *site* também contém uma aba que encaminha à categoria Livros e Publicações. Nessa aba, encontram-se as seguintes obras, também literárias: “O coco que guardava a noite” (2012), “Sol do pensamento” (2005), o primeiro E-book indígena na internet, a obra “Metade cara, Metade máscara (2004), “Akajutibiró, terra do índio potiguara” (1994), “A terra é a mãe do índio” (1989). Além de seu site, Eliane Potiguara possui uma página na rede social *Facebook* que atualiza com frequência. Recentemente, em uma postagem datada em 29 de novembro de 2016, ela divulga seu livro intitulado “A cura da Terra”, participante da *Feria Internacional del Libro de Guadalajara*, que traz em uma foto o seguinte poema: “O que seria

¹⁵ Cf.: <http://www.elianepotiguara.org.br/home.html#.WGZtC1MrJ1s>

a pobreza, eu sempre me perguntava? Já que ninguém me respondia, então comecei a dar vida a meus pés, aos meus próprios olhos, à visão: as janelas da alma”. Eliane possui, ainda, conta em outra rede social, o *Twitter*, cuja recomendação para a seguirem ela dá na página inicial de seu *site*.

Diante do acesso a variados recursos de comunicação, compreendidos também como etnomídia, ressaltamos as considerações de Graça Graúna (2004) acerca das manifestações de múltiplos povos indígenas. Ela afirma que “[...] reconhecer a propriedade intelectual indígena implica respeitar as várias faces de sua manifestação” (GRAÚNA, 2004, p. 20). De modo que Munduruku, Krenak, Nambikwara, Guarani, Sateré-Mawé, Potiguara e outras etnias se reconheçam, como afirma Graúna (2004), nos parentes da floresta, dos rios, dos cerrados, das montanhas, das cordilheiras, dos campos, das cidades e onde mais houver esperança à construção de um mundo possível. Por fim, Almeida (2009) assinala que:

Dentre os quase 300 povos indígenas que vivem no Brasil, vários têm investido na construção de textos que, postos em circulação, constituem significativa experiência tradutória, na medida em que instala no papel não uma determinada versão ou linguagem, mas o transitório do bilinguismo. Publicados em suas línguas ou em língua portuguesa, esses textos recolocam esses povos, suas *littera*, no terreno da cultura literária, modificando-a de tal forma que, nessa cultura mesma, leremos os sinais de outros modos de ser [...] (ALMEIDA, 2009, p. 67).

Aliado ao processo de edição e publicação dos textos indígenas nos anos 1990, que recolocam os povos tradicionais no terreno da cultura literária, tal como assinala a autora, vemos que as publicações na etnomídia, utilizada como ferramenta por ele e para eles, surgem na contemporaneidade para um resgate pelos próprios indígenas de suas identidades, aliados a grupos e intelectuais que favorecem essa veiculação cultural. Significa dizer que podemos argumentar que há, em nossos tempos, uma reconfiguração dos papéis indígenas antes tidos como

secularmente tribais ou atrasados, para um papel ativo e conquistador de ferramentas ou veículos que empoderam seus dizeres e suas possibilidades para falarem por si mesmos.

Considerações finais

Podemos observar que a *internet* se tornou e se torna um mundo possível para os povos indígenas, como aludido por Graúna (2004). A utilização de recursos midiáticos em prol de seus direitos é, como pudemos ver acima, uma ferramenta que alcança múltiplos povos e etnias tradicionais. Os *blogs*, *sites* e comunidades virtuais apresentam o exercício crítico desses povos frente a suas causas políticas e epistêmicas, bem como sua expressão artístico-literária, pois, ao mesmo tempo em que eles passaram a falar por si mesmos, a escrever por si mesmos, observamos uma crescente influência para que esse movimento não cesse. Significa dizer que cada vez que um indígena se manifesta mais força ele dá à sua causa, pois passa a representar a si mesmo como pretende. A literatura indígena contemporânea, nesse contexto, acompanha as ações políticas reafirmando esteticamente em variados gêneros as narrativas mítico-históricas, dando ênfase à tradição e à busca pelos direitos assegurados aos povos indígenas. Ela é legítima, pois sabemos que a literatura indígena, como argumenta Graúna (2013), uma variante do épico tecido pela oralidade, é um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo de 500 anos de colonização. Mostra-se, assim, uma ferramenta engajada que torna mais concreto o espaço em movimento das lutas político-epistêmicas dos povos indígenas. Arfuch (2009) afirma que, em nossas sociedades altamente mediatizadas e tecnicadas, a ênfase biográfica da cultura contemporânea, mesmo excessivamente buscada na visibilidade mediática, deve ser vista como compensatória frente à uniformidade, ao anonimato, ao isolamento da vida atual. Isso quer dizer que se trata de perceber a necessidade de afirmação de uma “subjetividade cambiante, sujeita às transformações da globalização, às derivas migratórias, à desarticulação de trajetórias convencionais no mercado de

trabalho, à incerteza dos projetos de vida, enfim, aos dilemas da reconfiguração identitária de nosso tempo” (ARFUCH, 2009, p. 120). Nesse viés contemporâneo podemos inserir a importância da ação dos militantes ameríndios, cuja inserção na rede *online* revela uma vontade de visibilidade, em que os interesses são coletivamente expressos: visibilidade e luta por suas culturas, expressões e línguas, demarcações territoriais, literatura indígena, alcance, denúncia de violências sofridas ao longo dos séculos, estes são alguns dos temas que vemos serem frequentemente abordados por eles e que merecem algum destaque.

A mídia, também intitulada etnomídia, como ferramenta na denúncia da violência e repressão sofrida pelos povos, mas também como expressão da dor, como aludido por Daniel Munduruku, se apresenta como um mundo possível e como um direito válido na propagação da expressão literária, seja na forma que surgir, tanto literária quanto religiosa, política, estética etc. Nesse sentido, argumentamos que, assim como os povos indígenas passaram a se apropriar da escrita e por meio dela ressignificaram culturalmente a tradição étnica, da mesma forma vemos que a apropriação de ferramentas midiáticas surge como veículo alternativo ressignificado para os interesses desses povos numa guinada de valorização da tradição ameríndia.

Referências

- ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução Paloma Vidal – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- _____. *O espaço biográfico na (re)configuração da subjetividade contemporânea*. In: GALLE, Helmut, Org. e Outros. *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. Organizado por Helmut Galle; Ana Cecília Olmos; Adriana Kanzevolsky; Laura Zuntini Izarra. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009.

COSTA, Suzane Lima. “O que (ainda) podem as cartas? In: *Interdisciplinar*, ano VIII, v. 19, n. 01, jul./dez., p. 87-98, Sergipe, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/viewFile/1796/1582>>. Data de acesso: 19/12/2016.

COSTA, Suzane Lima. “Das escritões às escrituras indígenas: exercícios de inestética”. In: *XII Congresso Internacional da ABRALIC*, Curitiba, 2011.

ESBELL, Jaider. “Índios: identidades, artes, mídias e conjunturas”. In: *Em tese*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, maio-ago, 2016, p. 11-19.

EURICH, Grazieli. “Web Brasil Indígena: etnomídia e afirmação da identidade”. In: *VI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e I Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã*, Pato Branco, 2010. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/Web%20Brasil%20Ind%C3%ADgena%20etnom%C3%ADdia%20e%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade.pdf> Acesso em 20/01/2017.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KARIRI, Rafael Xucuru; COSTA, Suzane Lima. “Conversações sobre povos indígenas em práxis autobiográficas”. In: *Pontos de Interrogação*, v. 4, n. 2, jul./dez., p. 85-98, Bahia, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/viewFile/1683/1116>>. Data de acesso: 19/12/2016.

MONTE, Lindemberg Nietta. “Registros de prática de formação”. *Em Aberto*, Brasília, V. 20, n. 76, p. 19-33, fev. 2003.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.

RISÉRIO, Antônio. *Textos e Tribos – Poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

SCHMIDT, Sigfried J. “Sobre a escrita de histórias da literatura”. In: OLINTO, Heidrun Krieger (org). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*, Editora Ática, São Paulo, 1996.

Sites acessados

“A escrita e a autoria fortalecendo a identidade étnica”. Disponível em: <<http://radioyande.com/>>. Data de acesso: 20/12/2016.

“Eliane Potiguara: meus textos pelos caminhos e descaminhos da vida”. <http://www.elianepotiguara.org.br/home.html#.WF1A0_IVik>. Data de acesso: 23/12/2016.

“Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários”. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios/>>. Data de acesso: 19/12/2016.

“Liderança Yanomami ministra aula magna na UFRR”. Disponível em: <http://ufrr.br/ultimas-noticias/2522-davi1> Acesso em 20/01/2017.

“Lideranças indígenas reagem a possível revisão de demarcações no governo Temer”. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/liderancas-indigenas-reagem-a-possivel-revisao-de-demarcacoes-no-governo-temer/>>. Data de acesso: 27/12/2016.

“O genocídio Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul”. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2016/07/o-genocidio-guarani-e-kaiowa-no-mato-grosso-do-sul/>> Data de acesso: 15/01/2017

“Retomar para existir”. Disponível em: <<https://bloguedoanapuaka.wordpress.com/page/2/>>. Data de acesso: 17/12/2016.

“Sites indígenas: a internet em favor dos povos indígenas”. Disponível em: <<http://sitesindigenas.blogspot.com.br/p/indigenas.html>> Data de acesso: 20/12/2016.

“XII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros”
Disponível em:
<<http://www.encontrodeculturas.com.br/2012/noticia/857/de-nilson-baniwa-e-os-desafios-da-etnomidia>> Data de acesso:
19/12/2016.

Foto de filho de Davi Kopenawa – Dário Yawarioma em aula magna
de Davi Kopenawa na UFRR
<https://www.facebook.com/search/top/?q=aula%20magna%20davi%20kopenawa%20> Data de acesso: 20/01/2017.

Arte e política: a construção do ativismo estético

Regina Sanches Xavier

A arte não goza de imunidades contra os ataques tirânicos que a política provoca. Tal afirmação exemplifica um relevo particular diante das primeiras diretrizes nefastas adotadas pelo ilegítimo presidente Michel Temer. Resumindo, ele determinou o fim da autonomia do Ministério da Cultura, mas voltou atrás após uma série de protestos envolvendo a classe artística e os diversos setores da sociedade.

As manifestações, formadas por uma legião de pessoas, construíram uma resistência em relação às medidas de acabar com o MinC. Mas, “será a arte um fator de transformação social? Será ela capaz de gerar consequências políticas?”¹. No contexto atual, essas “mobilizações em massa não são apenas oportunidades de se expor a natureza ilegítima e não democrática das situações existentes, mas também maneiras de demonstrar por si mesmas por que certas instituições são [necessárias] providenciando um exemplo vivo e genuíno de democracia direta”². No contexto atual de tensão política é necessário discutir o papel da arte enquanto questionadora do contexto social.

Se, de um lado, as manifestações do ativismo estético propõem combater os desmanches na cultura, por outro as experiências estéticas tradicionais que ocorrem dentro do museu não indagam a respeito do sentido político da arte. Enquanto o primeiro é um movimento contemporâneo de resistência e engajamento político-social, tendo o seu significado atrelado à realidade, o segundo é totalmente dependente da forma problemática com a qual o “mundo da arte” condiciona a experiência estética. Muito haveria a se dizer a respeito das questões problemáticas do “mundo da arte”, dentre as quais

¹ GALARD. Ao lado da política, p. 47.

² GRAEBER. *Possibilities*, apud MESQUITA. *Insurgências Poéticas*, p. 36.

destaco: a forma impositiva com a qual o “mundo da arte” transfigura os objetos do cotidiano em obras de arte.

Dentre as teorias filosóficas de legitimação da obra de arte, destaco a de Arthur Danto, segundo a qual todo objeto-comum, para adquirir o status de arte, deveria passar pelo crivo do “mundo da arte”, isto é, pelos elementos institucionais capazes de transfigurar esses objetos em obras de arte. Será principalmente em seus escritos *A transfiguração do lugar-comum*, *O descrredenciamento filosófico da arte* e *Após o fim da arte* que encontraremos maior substrato para discutir a legitimação impositiva e problemática com a qual o mundo da arte transfigura os objetos comuns em obra de arte.

Cabe considerar que, desde a revolução duchampiana³, as intrigantes obras expostas mundo afora provocam um sentimento de estranheza e incerteza. Os próprios conceitos de “arte” ou “obra de arte” são frequentemente veiculados através de imprecisões conceituais, como se estivessem dados *a priori* e não necessitassem de maiores explicações. Por isso, escutamos nos museus o uso frequente da frase “Isso não é arte”⁴, proferida por indivíduos com olhares perscrutadores em relação às variegadas manifestações da arte contemporânea⁵.

³ Em 1917, Duchamp mudou o rumo do que até então era considerado arte. Ele apresentou sua obra *Fountain* (Fonte), um urinol de porcelana, e inventou o termo *ready-made* para descrever os objetos fabricados em série que ele escolhia, comprava e, a seguir, designava como obras de arte. Cf. ARCHER. *Arte contemporânea*, p. 3; TOMKINS. *Duchamp*, p. 181.

⁴ Em *A Transfiguração do lugar comum*, livro que mostra uma concepção de “fim da arte”, Arthur Danto descreve que “em períodos de estabilidade artística somos capazes de identificar obras de arte por indução e isso nos leva a crer que dispomos de uma definição, quando na verdade tudo o que temos é uma generalização extremamente circunstancial. Os próprios Weitz e Kennick admitem que um objeto que contraria essa generalização pode entrar no mundo da arte e, por conseguinte, ser uma obra de arte. Considerando que sempre existe a possibilidade de uma revolução total nas fronteiras da arte, esses autores concluem que nenhuma generalização é possível: a generalização de hoje se transformará radicalmente em esquecimento amanhã”. DANTO. *Transfiguração do lugar comum*, p. 110.

⁵ Reproduzimos aqui o comentário de Danto a respeito da arte contemporânea: “A arte contemporânea tem permitido experimentos extraordinários, imensamente mais ricos do que a desamparada imaginação filosófica poderia conceber por si só”. DANTO. *Após o fim da arte*, p. XXIX.

Esse público desconfiado, que coloca em suspeita o próprio conceito de arte⁶, se do ponto de vista filosófico emitiu rótulos não raras vezes apressados e taxativos, também nos obriga a enfrentar de forma mais restrita o problema suscitado pela pergunta “o que é arte?”. Danto, através de uma narrativa analítica, avalia inicialmente que “o maior problema na filosofia da arte consiste em identificar, portanto, qual é a diferença entre obras de arte e meras coisas”⁷. Vale atentar que ao fazer filosofia da arte, Danto colocou em ação todo um sistema filosófico interligado⁸. Assim, convém perguntarmos: qual é a noção de legitimação a que um objeto está sujeito no “mundo da arte”? Em que base legitimadora o objeto comum pode – sem recorrer ao mundo da arte – tornar-se arte?

Entende-se por “mundo da arte” o arcabouço institucional, presente no período pós-histórico⁹, responsável por transfigurar objetos do cotidiano em obra de arte. Tal arcabouço inclui tanto espaços (ateliê, galeria e museu) quanto pessoas (o crítico de arte, o galerista e o curador). Durante esse período de insatisfação com a arte, a pergunta sobre como um objeto comum adquire o direito de participar, como obra, no museu de

⁶ A respeito do conceito de arte, Debora Pazetto afirma que: “arte” é uma palavra que circunscreve dois conceitos relacionados, porém distintos. Não é difícil perceber, apenas com um ligeiro olhar para a história da filosofia e da estética, que “arte” é uma palavra complexa e polissêmica, abordada e/ou definida de modos diferentes por diversos autores”. PAZETTO. *Investigações acerca do conceito de arte*, p. 20.

⁷ DANTO. *O Descredenciamento filosófico da arte*, p. 99.

⁸ Reafirmando esta posição, Danto diz que: “A natureza da filosofia é de tal sorte que ela aparece estar logicamente complicada com todos os objetos de que se ocupa. Se esse raciocínio for correto, deve-se pôr em evidência uma pergunta raramente formulada na filosofia da arte: por que a arte faz parte das coisas sobre as quais pode haver uma filosofia?”⁸. DANTO. *A transfiguração de um lugar comum*, p. 99.

⁹ A respeito deste período Danto diz: “[...] algo dramático de declarar que as narrativas mestras que primeiro definiram a arte tradicional, e após a arte modernista, não só chegaram a um fim, mas que a arte contemporânea não mais se permite ser representada por narrativas mestras de modo algum. Aquelas narrativas mestras inevitavelmente excluíam certas tradições e práticas artísticas como “além dos limites da história” – uma frase de Hegel à qual recorri mais de uma vez. É uma das muitas coisas que caracterizam o momento contemporâneo da arte – ou o que denomino o “momento pós-histórico” – que não há mais limites da história. DANTO. *Após o fim da arte*, p. XVI.

arte coincidiu, em certos aspectos, com o período de ideias fragmentárias de 1964, ano marcado por intensa atividade política nos Estados Unidos:

O ano de 1964 foi de grande importância política para os ativistas da campanha pelos direitos civis nos Estados Unidos; muitos desses militantes deslocaram-se para os estados do sul a fim de alistar eleitores negros, proibidos de votar por causa do preconceito racial¹⁰.

Os acontecimentos políticos, isto é, a emergência das reflexões políticas em relação ao tempo presente, particularmente o da arte nova-iorquina da década de 1960, marcaram a arte deste período. Tornou-se, então, um incentivo filosófico buscar respostas que não são tão simples nesta fronteira entre a arte e a realidade. Convém destacar que Danto não elaborou uma teoria da relação entre arte e política, pois essa não é uma preocupação explícita em nenhuma de suas obras. Ainda que ele não tenha feito nenhum estudo sistemático sobre o tema, as relações entre arte e política perpassam parte dos seus escritos e oferecem uma resposta à seguinte pergunta: por que a arte faz parte das coisas sobre as quais pode haver uma filosofia?¹¹ Argumentamos que a resposta deve ser buscada na relação que a arte estabelece com a política.

Para Danto, a filosofia, no que concerne à sua totalidade, de algum modo constitui uma relação com o conceito de representação. Partindo da concepção de que os seres humanos são *ens representans*, isto é, seres que representam o mundo, seria evidente que a problemática da arte estaria certamente ligada, como sugere, às histórias individuais e coletivas, que não são nada mais do que as histórias de nossas representações em épocas diferentes. Essas representações se modificam no decorrer da vida, e sejam quais forem, são capazes de formar sistemas que constituem a nossa imagem do mundo. Nessas condições, a história humana corresponde à história de como esse sistema de

¹⁰ DANTO. *A transfiguração do lugar comum*, p. 23.

¹¹ DANTO. *A transfiguração do lugar comum*, p. 99.

representações se altera com o tempo: “que o mundo e nosso sistema de representações são independentes, isto é, algumas vezes mudamos o mundo para que ele se encaixe em nossas representações, e outras vezes mudamos nossas representações para que elas se encaixem no mundo”¹². Para Danto, “sempre foi possível imaginar, pelo menos grosso modo, o futuro da arte interpretado em termos de progresso representacional”¹³:

[...] um dos principais serviços que a arte nos presta não seja tanto o de representar o mundo quanto o de apresentá-lo de modo a nos levar a percebê-lo de determinada maneira e de uma perspectiva especial [...] E esse continua a ser o objetivo do realismo socialista e da arte política em geral no mundo de hoje. Em todo caso, é difícil imaginar uma arte que não vise algum efeito e alguma transformação ou afirmação do nosso modo de ver o mundo¹⁴.

Nesse sentido, este artigo busca reconhecer no debate sobre a arte contemporânea uma forma de relação entre arte e política que valorize a resistência do artista, da obra e do espectador em relação às variegadas manifestações artísticas. Nesse sentido, o conceito de ativismo estético cumpre a agenda de fornecer um fundamento para a discussão no período em que as banalidades (isto é, os objetos comuns) foram transfiguradas em arte. É importante ressaltar que o ativismo estético fornece um sentido para as diversas manifestações artísticas. Para o propósito deste artigo, o que está em jogo é o debate sobre a construção do ativismo estético a partir da ligação entre arte e política. Embora corroído interiormente, o ativismo estético é capaz de aumentar a nossa resistência e afirmar a importância das expressões artísticas no contexto político.

¹² DANTO. *A Transfiguração do lugar comum*, p. 11-12.

¹³ DANTO. *O descredenciamento filosófico da arte*, p. 135.

¹⁴ DANTO. *A transfiguração do lugar comum*, p. 246.

Como quer que encaremos este momento de desmanchamento¹⁵, o ativismo estético se desenvolve nas diversas relações sociais utilizando-se das experiências estéticas para colocar em questionamento o modo mecânico de pensar e sentir do homem contemporâneo. É através das manifestações artísticas, tais como performances, colagens, fotocópias, intervenções urbanas, stencil e grafite, que os artistas fazem uma leitura crítica e inquietante dos acontecimentos atuais. Ainda que essas manifestações artísticas nem sempre sejam consideradas obras de arte, elas constituem um importante e indispensável instrumento da liberdade de expressão. Assim, defendemos que é fundamental que se questione e se perceba essa realidade a qual estamos expostos.

Certamente no que concerne às manifestações artísticas, elas exercem um importante papel na construção do edifício social, na medida em que são capazes até mesmo de repensar o significado do termo “democracia”¹⁶. Com efeito, deve-se olhar atentamente para perceber essas expressões mobilizadoras e questionadoras que estão por todas as partes nas cidades. Seria possível sustentar que essas manifestações artísticas derrubam os imperativos do “senso-comum” na medida em que elas se propõem a questionar a própria realidade. Elas rompem e removem de forma inusitada as imagens-clichês das propagandas expostas nos espaços urbanos, tornando quase sempre visível o invisível. Nesse contexto sentimos a obrigação de nos perguntarmos: como atuam os novos modos do ativismo estético? Em meio à sensibilidade atrofiada que o contexto político nos conduz, tal indagação mais do que nunca se faz necessária e urgente.

O objetivo deste artigo é mostrar como o ativismo estético pode atuar no contexto político, na medida em que ele denuncia constantemente e torna visível a obscuridade do contexto político atual. Tem sido através da internet que vários acontecimentos são mostrados e disponibilizados à sociedade. As

¹⁵ A respeito deste momento atual de desmanchamento, que remete ao niilismo, cf. CEI. *Contra-isso-que-está-aí*.

¹⁶ MESQUITA. *Insurgências Poéticas*, p. 40.

redes de ações coletivas se desvinculam da manipulação da grande mídia, construindo um debate mais plural e democrático. Daí a importância de uma consciência política ao mesmo tempo estética e imagética se condensar e se organizar para denunciar rapidamente o golpe institucional.

Pedro Rocha, filho do cineasta Glauber Rocha e um dos ocupantes na Funarte em São Paulo, ressaltou que “em um momento, digamos, apocalíptico e sombrio, conseguimos criar por meio da cultura uma zona autônoma e livre”¹⁷. Esses movimentos contra o desmanche da cultura crescem diante da instabilidade política. João Brant, ex-secretário executivo do Minc, afirmou à revista *Cult* que “não dá para pensar o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira sem políticas culturais, robustas, trabalhadas em larga escala”¹⁸, ou seja, não é possível pensar em uma sociedade livre sem o desenvolvimento crítico-estético. Para lembrar que o problema não é de hoje, relembro o alerta de Fichte, no ensaio *O Espírito e a Letra na Filosofia*, que talvez explique, embora não justifique os ataques recentes que os diversos setores da cultura vêm sofrendo:

As épocas e regiões da servidão são, portanto, ao mesmo tempo as da falta de gosto; e, se por um lado não é aconselhável deixar os homens livres antes que seu sentido estético esteja desenvolvido, por outro é impossível desenvolvê-lo antes que sejam livres; e a ideia de elevar os homens à dignidade da liberdade e, com ela, à liberdade mesma mediante educação estética põe-nos num círculo, se antes não encontrarmos um meio de despertar em indivíduos da grande massa a coragem de não serem senhores nem escravos de ninguém¹⁹.

Como podemos perceber, o sentido estético é apresentado como um processo cujo objetivo principal é o de levar os sujeitos ao esclarecimento, ou seja, “a saída do homem

¹⁷ ROCHA, apud MASSUELA; GHIROTTTO. Na corda bamba da história, p. 17.

¹⁸ BRANT, apud MASSUELA; GHIROTTTO. Na corda bamba da história, p. 17.

¹⁹ FICHTE, apud SUZUKI. Notas, p. 138.

de sua menoridade, da qual é o próprio culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outrem”²⁰.

A tarefa da grande mídia é produzir uma visão distorcida da realidade, insistindo em uma “neutralidade” dos fatos. Contra a ideia de forjar a realidade, lembremos do protesto realizado pela equipe do filme “Aquarius” no festival de Cannes, em maio de 2016. Primeiramente, podemos dizer que:

o protesto é uma prática com um mínimo de mediação possível, uma atividade recíproca que usa o corpo e a imaginação de todos os envolvidos para desafiar a alienação da cultura capitalista, sinalizando uma unidade entre ação e consciência, com uma renúncia do ego-imerso na experiência do fluxo – e de uma nova percepção que se completa através da experiência da performance coletiva²¹.

Os artistas protestaram em Cannes contra o golpe que a presidente Dilma sofreu, exibindo cartazes com frases como: “Um golpe ocorreu no Brasil”, “Brasil não tem mais uma democracia” e “Resistiremos”. Tal atitude mostrou ao mundo que a arte protestativa é capaz de denunciar o golpe institucional, político e midiático que estava (e ainda está) ocorrendo no Brasil. Lembremos afirmações como: “o artista deve personificar a sua luta, transformar-se no agente que assume identidades diversas para a sua sobrevivência: artista/ativista, teórico/praticante, participante/espectador, organizador/organizado”²². O artista é, portanto, marcado pelo contexto social e nesse sentido produz a arte politicamente engajada. Ora, é através dessas ações que a arte se torna “filha da liberdade”²³, na medida em que coloca em xeque a realidade, através de testemunhos fotográficos, cinematográficos ou discursivos. Assim, a arte se encontra

²⁰ KANT. *O que é esclarecimento*, p. 407.

²¹ MESQUITA. *Insurgências Poéticas*, p.43.

²² MESQUITA. *Insurgências Poéticas*, p. 47.

²³ SCHILLER. *A educação estética do homem*, p.23.

indissolavelmente ligada à política, tal como Joseph Beuys havia profetizado que a arte se transformaria em política e a política em arte.

Rancière comenta sobre os diversos vínculos que definem essa relação entre arte e política: “essas formas definem a maneira como obras ou performances ‘fazem política’, quaisquer que sejam as intenções que as regem, os tipos de inserção social dos artistas ou o modo como as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais”²⁴. Desse modo, na medida em que rejeita, confronta e resiste, o ativismo estético é capaz de trazer uma transformação social, isto é, de re-imaginar uma nova realidade sócio-política.

Se de um lado as práticas artísticas contemporâneas se posicionam e resistem, de outro, elas vêm sofrendo com os mais diversos ataques. Um exemplo ocorreu em São Paulo. O prefeito João Dória (PSDB) despejou tinta cinza nos muros das principais avenidas como “corretivo” para o pensamento crítico. Nessa perspectiva, subtraiu-se o grafite, isto é, se desfizeram as relações culturais de valor para dar lugar à indiferença e à neutralização da própria cultura. Toda forma mecânica e desumanizada nos espaços urbanos é um espelhamento do contexto econômico e político atual.

Vemos perfilar-se aí a volta do conservadorismo que despreza a arte como também tenta desvinculá-la da política e é preciso perceber que esse conservadorismo nos empurra para nos aprisionar na cultura de massa, isto é, no mundo de clichês e opiniões pré-fabricadas. Por isso mesmo, não é a toa que o [des]governo invista tanto em publicidade. Segundo a *Folha de São Paulo*, Temer teria pagado 65 mil reais para youtubers elogiarem a reforma do Ensino Médio. É importante lembrar que a reforma do Ensino Médio inicialmente tentou excluir a obrigatoriedade do ensino de disciplinas como Artes, Filosofia e Sociologia. No entanto, diante da repercussão negativa, o governo voltou atrás e trouxe a Filosofia e a Sociologia diluídas

²⁴ RANCIÈRE. *A partilha do sensível*, p. 18-19.

em conteúdos de outras áreas e não mais como disciplinas obrigatórias. Em outras palavras:

[...] o texto aprovado na Câmara, porém, não fala em disciplinas específicas, mas sim em ‘estudos e práticas’ que devem ser inseridos na BNCC. Isso significa que estes estudos não necessariamente ocorrerão por meio de disciplinas separadas – caberá à base e às redes de ensino a definição desse modelo²⁵.

Por diferentes que sejam os meios que os políticos empregam, todos tendem ao fim do esclarecimento da sociedade. Retirar essas disciplinas representaria um retrocesso. Dentre as diversas formas de retrocesso, que estão por toda parte, também merece menção o ataque do Ministro da Cultura a Raduan Nassar, considerado por muitos o maior escritor brasileiro vivo. Nassar, em seu breve discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Camões, em fevereiro de 2017, enfatizou as ocupações das escolas como formas de resistência à PEC 241 e à violência contra as manifestações democráticas que estavam acontecendo no país. Enquanto isso, Roberto Freire improvisava palavras ácidas contra o escritor premiado. O ministro, no seu discurso autoritário e provocativo afirmou que “o governo é democrático por ‘permitir’ que um ‘adversário político’ receba um prêmio e a prova [estava] naquele evento, em que ‘foi permitido’ ao homenageado que falasse e ‘imaginasse’ o que quisesse”²⁶. Nassar, diferentemente de Freire, mostra a resistência através da literatura contribuindo por um Brasil mais democrático e menos sensacionalista.

Cada vez mais, esse (des)governo dita as regras de exclusão e controla grupos da sociedade. Como o controle político se exerce principalmente através do controle financeiro, enquanto grandes empresas têm suas dívidas milionárias perdoadas, os grupos ligados à arte e cultura sofrem com o corte de verbas e cancelamento de editais.

²⁵ CANCIAN. BRAGON. Câmara aprova exigência de filosofia e sociologia no ensino médio.

²⁶ ALVES. Os detalhes da covardia de Roberto Freire contra Raduan Nassar.

O principal exemplo de opressão cultural é o sofrido pelas comunidades indígenas que, com a ofensiva da bancada ruralista, vêm perdendo a sua identidade do ponto de vista antropológico e cultural. Luciano Mariz Maia, subprocurador-geral da República e coordenador da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF aponta que:

O atual governo está decidido a destruir a Funai, e faz isso por dentro e por fora. Por fora, permitindo que lideranças de sua base ataquem diretamente a Funai, e internamente, reduzindo os recursos e enxugando o corpo de funcionários de tal maneira que inviabiliza o processo de demarcação de terras indígenas²⁷.

Como resultado dessas violências, perdemos as nossas raízes e a cultura dos povos originários. Em entrevista a Paulo Henrique Pompermaier, Davi Kopenawa afirma que “esse atual presidente nunca vi, ele nunca falou com meu povo, não se interessa por nossas palavras. Me parece sem raiz, colocado ali apenas por grupos de amigos”²⁸. Em suma, o atual governo está decidido a destruir a cultura indígena, o cinema, o teatro, a literatura, as artes plásticas e qualquer outra expressão artística de uma sociedade. Uma vez feitos todos esses desmanches na cultura, o ativismo torna-se imediatamente necessário. Como afirma o coletivo Critical Art Ensemble: “a arte pode agir como catalisador para o pensamento crítico e imaginativo, como um sinalizador de identidade política e solidariedade [...] Nenhum trabalho individual mudou o mundo. É a produção coletiva que importa”²⁹. Nesse sentido, observemos mais de perto aquilo que o ativismo estético tem a nos dizer a respeito desse cenário conservador que ganhou força depois das jornadas de Junho de 2013.

²⁷ TRUFFI. Na era Temer, todo o poder aos ruralistas.

²⁸ KOPENAWA apud POMPERMAIER, p. 14.

²⁹ DERY. Interview with Critical Art Ensemble, apud MESQUITA. *Insurgências Poéticas*, p.42.

Frequentemente são postas em evidência as discrepâncias dos protestos realizados pela direita e pela esquerda. Assim, de forma inquietante os anarquistas, socialistas, comunistas, estudantes, grupos dos direitos civis e humanos, minorias étnicas, gays, *black-blocs* e feministas, estimulam através do engajamento político um enfrentamento direto contra as ideias de que “os negros são inferiores, os homossexuais são doentes e pecadores [...] mulheres devem ser mães e reproduzir”³⁰, ideias que estão presentes no fascismo, no fanatismo religioso e na sociedade conservadora.

Em suma, o ativismo estético é praticado por uma parcela heterogênea da sociedade que, ameaçada, mas não alienada, dotada de consciência crítica e política, insurge-se espontaneamente contra a repressão cultural, confronta os preconceitos e reivindica os seus direitos. Através de novas metáforas e ideias, os ativistas redefinem a linguagem do debate político, legitimando formas de resistência criativas e espontâneas³¹.

Assim como Schiller, acreditamos que a tarefa da arte – dotada de beleza e impulso lúdico – é libertar os homens das condições existenciais inumanas. Esta seria, precisamente, a tarefa do ativismo estético.

Referências

ALVES, Rafael. Os detalhes da covardia de Roberto Freire contra Raduan Nassar. *Pragmatismo Político*, 21/02/2017. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/os-detalhes-da-covardia-de-roberto-freire-contraraduan-nassar.html>>. Acesso em: 08 mai.2017.

CANCIAN, Natália; BRAGON, Ranier. Câmara aprova exigência de filosofia e sociologia no ensino médio. *Folha de São Paulo*, 13/12/2016. Disponível em:

³⁰ GUÉRON; VASCONCELLOS. Depois de junho... o que nos resta fazer? ações estético-políticas!, p. 4.

³¹ Cf. MESQUITA. *Insurgências Poéticas*, 45; VANEIGEM. *A arte de viver para as novas gerações*, p. 127.

<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1841196-camara-aprova-exigencia-de-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio.shtml>>. Acesso em: 08 mai.2017.

CEI, Vitor. Contra-isso-que-está-aí: o niilismo nas jornadas de junho. Em: CEI, Vitor; BORGES, David G. *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, ES: Praia Editora, 2015.

DANTO, Arthur. *O abuso da beleza: a estética e o conceito de arte*. Trad. Pedro Süssekind. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. *O descredenciamento filosófico da arte*. Trad. Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. *Andy Warhol*. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. *A transfiguração do lugar comum*. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. *Após o fim da Arte*. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

_____. O mundo da arte. Trad. Rodrigo Duarte. *Artefilosofia*. n. 1, UFOP, 2006.

GALARD, Jean. Ao lado da política: poderes e impoderes da arte. PESSOA, Fernando, CANTON, Katia (org). *Sentidos e arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Associação Museu Ferroviário Vale do Rio Doce, 2007.

GUÉRON, Rodrigo; VASCONCELLOS, Jorge. Depois de junho... o que nos resta fazer? ações estético-políticas! (notícia de um Brasil insurgente: as manifestações de junho-2013 e a reação microfascista a elas). *Alegrear*, n. 15, Jun/2015, p. 1-16.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento? Trad. Vinicius de Figueiredo. Em: MARÇAL, Jairo (org). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

- MASSUELA, Amanda; GHIROTTO, Eduardo. Na corda bamba da história. *Revista Cult*, n. 214, p. 16-25. 2016.
- MESQUITA, André. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990- 2000)*. 429 f. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2005.
- SUZUKI, Márcio. Notas. In: SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 137-154.
- TOMKINS, Calvin. *Duchamp: uma biografia*. Trad. Maria Thereza de Rezende Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- TRUFFI, Renan. Na era Temer, todo o poder aos ruralistas. *Carta Capital*, 19/04/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/948/na-era-temer-todo-o-poder-aos-ruralistas>>. Acesso em: 08mai. 2017.
- VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. Trad. Trad. Leo Vinicius. São Paulo: Conrad, 2002.

Análise *foucaultiana* acerca da criminalização das jornadas de junho de 2013

Thaís Ferreira de Souza

I – Introdução

Em meados do ano de 2013, iniciou no Brasil um conjunto de manifestações que deu origem a um estouro de insatisfações e protestos gerais no país, o qual ficou conhecido como "Jornadas de Junho de 2013". A partir de então, pôde-se acompanhar que, conforme o fato se desenvolvia, outros fenômenos periféricos também foram surgindo e acompanhando tal desenvolvimento, paralelamente nas instituições e nas próprias estruturas centrais do Estado.

Diversos setores reagiram, seja da sociedade civil, que se posicionava ora favoravelmente, ora de forma não muito simpática aos movimentos, seja da mídia, que passou a cobrir e acompanhar tanto os protestos quanto os manifestantes envolvidos e, de certa forma, monitorá-los, da mesma forma como reações do próprio Estado, que cercou, ainda em sua fase inicial, as manifestações com aparelhamento militar.

A partir de então, os olhares de cientistas, pesquisadores, jornalistas e curiosos voltaram-se para os acontecimentos que vinham tomando o país (e até fora dele), surgindo diversas hipóteses acerca das motivações, interesses e direção dos protestos.

Assim, o que se visa no presente trabalho é oferecer, também, uma visão acerca de tal fenômeno, em específico a partir de uma percepção *foucaultiana*, pela qual se analisa os fatos da história não pelos seus elementos centrais, mas sim pelos periféricos, pelos processos que aparentemente não revelariam nada além do óbvio, mas que, quando vistos em profundidade, revelam fatores e variáveis que trazem à luz novos traços significativos sobre o funcionamento social e político.

Dessa forma, será feita uma breve explanação sobre o processo midiático de atribuição de práticas criminosas aos manifestantes, com a construção de uma imagem negativa atribuída aos movimentos e como a polícia agiu de forma repressiva em relação aos mesmos.

Posteriormente, será analisada a função desse processo de criminalização das manifestações, como utilidade política de governabilidade e controle das relações de poder na era da biopolítica.

Por último, analisar-se-á como as práticas de *assujeitamento* de alguns indivíduos para produção de saberes e controle social foram legitimadas no campo populacional, através da *inimização* dos participantes das manifestações e da associação desses com um senso de periculosidade, que geraria a necessidade de proteção e segurança pelo Estado.

Em conclusão, far-se-á uma breve discussão sobre as marcas deixadas pelas reações às jornadas de junho de 2013 no campo político, em especial na reafirmação do sistema criminal como prática de manutenção das relações de poder e controle.

II - As Jornadas de junho de 2013 e a criminalização midiática das manifestações

O ano de 2013 foi marcado por uma novidade em termos políticos e sociais no Brasil. Trata-se das chamadas “jornadas de junho de 2013”, conjunto de manifestações que tiveram início em São Paulo como forma de reivindicação contra o aumento de 20 centavos no preço das passagens de transporte público, mas que, posteriormente, transmutaram-se em uma espécie de aglomerado de insatisfações gerais, as quais foram ganhando força e se espalharam por outras cidades, movimentando multidões às ruas.

Inicialmente, em meio a tais multidões, chamou atenção a ausência de uma pauta única e concreta, pois, em realidade, o que se observou foram diversas reivindicações, sobre os assuntos mais variados, tais como saúde, educação, transporte público, má prestação de serviços públicos em geral, não aprovação da PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional que retiraria os poderes investigatórios do Ministério Público), o próprio direito de

manifestação nas ruas – tendo em vista à repressão sofrida –, a democratização midiática, de outro lado, também, críticas ao programa “Mais Médicos”, dentre muitas outras¹.

Com o tempo, cada segmento tomou suas bandeiras e as levou para as ruas a fim de bradar seu descontentamento e exigir mudanças, ainda que desconhecidas, pois, apesar de não saberem exatamente o que desejavam, sabiam que estavam descontentes com o que tinham.

Todavia, também foi característico desse fenômeno a ambiguidade e o antagonismo dos grupos envolvidos. Justamente por ter tomado proporções amplas, diversos setores sociais partiram para a “luta” na rua, inclusive grupos opostos, dividindo-se, especialmente, em correntes mais “pacíficas” – visavam a um ato mais simbólico que o protesto em si – e outra mais “violenta” – com maior ênfase em atos imponentes, inclusive com uso de artefatos com potencial destrutivo a bens materiais; outra divisão muito forte foi entre os *partidários*, *apartidários* e *antipartidários*, o que acabou por findar em muitas situações de conflitos, inclusive com agressões, entre os próprios manifestantes e repressões recíprocas. Assim, em que pese à participação de várias vertentes distintas, isso não se deu de forma calma, já que o movimento em si foi marcado, em seu conjunto, por polaridades².

Outra característica peculiar das manifestações – jornadas de junho de 2013 – foi a forma de organização, que ocorreu pelas redes sociais em sua maioria, o que facilitou o amplo acesso de informações e capacidade de movimentação de grandes grupos. A internet, até então canal pouco tradicional em movimentos grandes no país, foi primordial para o estouro e circulação das informações necessárias para agregação de pessoas ao protesto, criando proporções gigantescas, não esperadas inicialmente nem pelos participantes, nem pelo Estado³.

¹ SCHERER-WARREN. Manifestações de Rua no Brasil 2013, p. 119.

² *Ibidem*, p. 120.

³ *Ibidem*.

Dessa forma, sob o brasão “O Gigante Acordou”, o país viveu um dos maiores momentos de manifestação social desde o movimento “Os Caras Pintadas”, que reivindicava o impeachment do então presidente Collor.⁴ Foi uma verdadeira reviravolta no país, que se encontrava em momento econômico difícil, às vésperas de sediar uma Copa do Mundo e, posteriormente, Jogos Olímpicos, além de estar cercado de escândalos de corrupção envolvendo atores políticos. Nesse contexto, a sociedade parece emergir através dos manifestantes a fim de tomar ou reaver seu *locus* que parecia perdido em termos de ser a real detentora do poder, no chamado Estado Democrático de Direito.

Mas, em conjunto com as manifestações e manifestantes, outra protagonista surgiu de forma rápida e brusca, uma que havia saído de cena ainda recentemente na história do país (ou, ao menos, em tese) na política: a *polícia*, que parecia preparada, antes mesmo das manifestações mostrarem sua cara, para agir com repressão, enfrentando de forma violenta a tais ações, na tentativa de desarticulação de seus atores. Foi possível verificar que, ainda no primeiro protesto, houve repressão aos movimentos⁵, bem como, posteriormente, evoluiu na tentativa de lançar uma imagem negativa sobre os mesmos.

Em pesquisa organizada pela Fundação Getúlio Vargas sobre a perspectiva dos policiais envolvidos na repressão às manifestações das jornadas de junho de 2013, pôde-se apurar um pouco do imaginário policial formado acerca de uma parcela dos manifestantes, os *Black Blocs*, aos quais foi atribuída maior parte das ações, apesar desse ter sido apenas mais um grupo dentro do fenômeno.

A pesquisa permitiu concluir um padrão de opiniões de policiais acerca das manifestações. Assim, 78% dos policiais

⁴ Protesto em São Paulo é o maior desde manifestação contra Collor. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contr-collor.shtml>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

⁵ Protestos contra reajuste de ônibus provocam tumulto em 4 capitais. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/protestos-contr-reajuste-de-onibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

entenderam que o propósito dos manifestantes era de promover vandalismos gratuitos, sem propósitos políticos claros; 70% os identificam como um grupo criminoso com liderança articulada; 60% entenderam que deveriam ser enquadrados por dano qualificado e incitação à violência⁶. Claramente, a polícia enxergou criminosos com necessidade de repressão.

Ora, com o avançar das manifestações, bem como da adesão populacional e a crescente massa que passou a integrá-las, as ações policiais também foram intensificadas⁷, o que veio acompanhado da reação da mídia, a qual foi enfática sobre os efeitos devastadores que os protestos começaram a causar nas cidades, apontando suas marcas como atos de vandalismo, praticados pelos participantes dos protestos⁸.

Assim, a mídia convencional iniciou uma série de veiculações de diversas notícias referentes aos atos cometidos pelos manifestantes, identificando-os como jovens de caráter questionável, condutas desviantes, inclinados à violência, ou seja, *delinquentes*. Em especial, os jovens passaram a ser mais monitorados e ter seus perfis investigados, com desenvolvimento de ideias mirabolantes acerca de quem seriam as pessoas envolvidas nesse novo tipo de ato. Não demorou para os (pseudo) analistas de plantão desenvolverem “estudos”⁹ e identificarem o perfil do jovem manifestante¹⁰, traçando ideias de grande periculosidade em torno deles.

⁶ FGV DAPP. *A polícia e os “Black blocs”*.

⁷ Protesto contra aumento da passagem tem princípio de confronto em SP. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/protesto-contr-aumento-da-passagem-tem-principio-de-confronto-em-sp-8622437>>. Acesso em 20 de junho de 2016.

⁸ Após protesto contra aumento das passagens, cidade exhibe marcas do vandalismo. Disponível <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-protesto-contr-aumento-das-passagens-cidade-exibe-marcas-do-vandalismo-8649373>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

⁹ Desprovidos de qualquer técnica científica, muito mais pautado na ideia que se pretende passar que, de fato, na ideia concreta sobre o fato.

¹⁰ Editorial: Retomar a Paulista. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/adblock.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso em 10 de junho de 2016.

A construção midiática em torno da imagem dos manifestantes foi um fenômeno posterior, já que, inicialmente as primeiras reações foram positivas e pareciam incentivar as insatisfações; todavia, com o crescimento das massas nas ruas, o aumento das repressões policiais e a intensificação dos conflitos, a imagem positiva inicial foi alterada e passou a difamar fortemente os movimentos e seus participantes, focando-se apenas em atos que demonstrassem violência, agressão e vandalismo.

A mídia, dentre tantas vertentes e ações ocorrendo ao mesmo tempo nas manifestações, optou por centrar-se preferencialmente em transmitir as ações *Black Blocs* (ou que identificassem como tal), formando um verdadeiro “espetáculo midiático” em torno da tática e atribuindo a todo o movimento as características “identificadas” ao grupo em tela¹¹.

Às vésperas dos grandes eventos mundiais, os quais o Brasil iria sediar, o Estado não poderia abrir mão da segurança do país e comprometer os grandes empreendimentos em razão de “jovens arruaceiros” organizando “badernas”. Necessária, portanto, uma intervenção maior do Estado com força e violência para conter o risco em potencial que avançava e ameaçava desestabilizar as relações de poder e de gerência populacional. Todavia, por que utilizar justamente do sistema criminal – tido como tão falho no país e cercado de críticas – para lidar com a questão?

III – A *Biopolítica* e a Criminalização das Manifestações das Jornadas de Junho de 2013

Em uma importante parte de seus trabalhos, Foucault dedicou-se ao estudo das relações de poder e como essas são exercidas no funcionamento político estatal, especialmente como a *governabilidade* opera-se pelas instituições que atuam no cotidiano, tais como nos conventos, escolas, manicômios, etc. Nesse norte, especial atenção teve não só a prisão e a punição,

¹¹ SCHERER-WARREN. *Manifestações de Rua no Brasil 2013*, p. 420.

mas o sistema criminal como um todo, pois, através deste, o autor pôde identificar uma série de operações realizadas para que houvesse gestão e controle populacional.

Assim, a forma como o Estado lidou com as manifestações de 2013 foi através do uso do sistema penal – criminalização das manifestações – e repressão policial, ainda que, à primeira vista, inadequado a uma realidade democrática. Todavia, na esteira do pensamento *foucaultiano*, mesmo nos Estados contemporâneos democráticos é possível compreender o uso de tais meios, e porque eles aparecem como primeira opção, mesmo quando o sistema criminal é altamente criticado e desacreditado por considerável parcela social.

O uso do sistema criminal para lidar com questões sociais manifestou o poder de punir, sendo este importante instrumento de gestão das vidas dentro da linha *foucaultiana*, tendo-se como parâmetro a *biopolítica*.

A *biopolítica*, sinteticamente, consiste na apreensão da vida humana pelo poder político¹², de forma que, antes ignorado, o corpo em suas características “biofísicas” torna-se objeto de um saber, por meio do qual se exercerá relações de poder. Assim, ter o corpo humano e seus saberes é objeto do Estado para fins de governabilidade, pois, a partir de tais saberes, ele constrói os indivíduos. Dessa forma, o Estado investe em mecanismos direcionados a “gerir” e “controlar” a vida humana, para exercício das relações de poder¹³.

Nas análises de Foucault, no que tange à montagem e readequação dos Estados modernos, é possível chegar à conclusão de que o Estado é sustentado tanto pelas estruturas centrais, quanto pelas operações de poder que atuam no cotidiano

¹² “No terreno assim conquistado, organizando-o e ampliando-os, os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los.” FOUCAULT. *História da sexualidade 1*, p. 134.

¹³ Nesse âmbito, Foucault relaciona algumas técnicas surgidas que demonstram um interesse por parte do Estado em apreender saberes relativos à vida (como *bios*) a fim de regulá-la e interferir diretamente sobre ela, tal como os estudos médicos e desenvolvimento de vacinações, estudos demográficos e criação das estatísticas, normas higienizadoras, investimento em formas de moradia, vestimentas, ou seja, modos de compreender a vida e permitir o avanço desta. FOUCAULT. *Vigiar e punir*.

– estruturas periféricas, as instituições e operações que agem no cotidiano do indivíduo –, identificando, assim, que a *governabilidade* é exercida por ambas as estruturas, e que as operações realizadas pelas “periféricas” são essenciais para manutenção das centrais.

A essas operações do cotidiano Foucault chamou de “microfísica do poder”, justamente por entender que o poder não “está nas mãos” de certo setor social; ao contrário, é uma relação exercida em vários níveis, mecanismo que tornaria mais eficaz a prática da governabilidade por meio de um minucioso controle sobre a população, que passasse por várias instâncias de maior e menor grau na sociedade.

Visualiza-se, portanto, que tais mecanismos convergem para a atuação do poder nas mais diversas extensões sociais, multiplicando-se nas instituições, sejam elas estatais ou não, com o fim de reproduzir a ideia de normalização para o corpo social em forma de disciplina¹⁴. Desta forma, observar os “micropoderes”, através dos estudos das instâncias e figuras não centrais, é uma forma de compreender a função daqueles mecanismos como reprodutores de disciplina e *normativização* em seu contexto macro.

Primordial essa breve análise, pois apenas com as concepções da *microfísica* e *biopolítica* torna-se possível entender a utilidade, segundo uma compreensão *foucaultiana*, da repressão criminal às *jornadas de junho de 2013*, as quais refletiram, posteriormente, nas manifestações ocorridas durante a Copa do Mundo e em outras que ocorreram a partir de então, bem como em medidas coercitivas a fim de inibir e reprimir manifestações sociais.

Dessa forma, é preciso ir além e compreender como mecanismos de poder podem ser utilizados valendo-se das prisões de alguns manifestantes, repressão de vários destes, criminalização dos movimentos e construção da visão “de inimigo”, através da imprensa.

Ora, inicialmente, o que ocorreu foi uma grande repressão policial como resposta às manifestações e a associação

¹⁴ FOUCAULT. *Vigiar e Punir*, op. cit.

dos manifestantes à imagem dos chamados *Black Blocs* – ligando-os a segmentos criminosos; todavia, fator ainda mais importante é que, além das práticas que esta nova figura vinha cometendo, o pior era sua identidade: desconhecida.

É interessante notar que há toda uma forma de lidar no trato do delinquente comum, figura essa objeto maior das penas de prisão e já muito conhecida e gerida pelas práticas de relações de poder, pois, conforme exposto por Foucault, uma das funções do sistema criminal é justamente, através do delinquente e da prisão, “organizar as transgressões”¹⁵ da lei, e assim, obter o domínio de informações sobre as criminalidades e como as formas de infringir a lei são realizadas, para, a partir de então, geri-las¹⁶.

Assim, em meio ao desconhecido, colocar o indivíduo recém-surgido na malha penal seria uma grande oportunidade de produzir diversos saberes a respeito dele – seria a oportunidade de *produzir uma subjetividade neles*, ou seja, *assujeitá-los*¹⁷. Ora, a prisão, a identificação criminal e até mesmo a alocação como “suspeito” permitem a construção gradual de conhecimentos sobre os mesmos, as táticas que aprisionam os corpos permitem que ali haja domínio e poder sobre o indivíduo e que, assim, ele traga as características que se quer saber sobre esse *novo potencial delinquente*.

Ademais, é assim também que se pode construir saberes populacionais, exercendo uma visão *panóptica*¹⁸ sobre a população que nem mesmo protestou, mas possui relação com aqueles que

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

¹⁶ A delinquência é um conceito diverso de criminoso. O criminoso se torna delinquente na medida em que imerge no sistema criminal, por meio da prisão, passando a obter características próprias. O delinquente é a figura dos pequenos delitos, das ilegalidades contínuas e de menor escala violenta, que está em constante contato com o sistema punitivo. Ao adentrar o sistema punitivo, no caso, a prisão, o indivíduo é sujeito às situações intrínsecas a este sistema, tais como isolamento, falta de atividades sociais (labor, trabalho, agir em comunidade, etc.), relações de violência entre si e entre os agentes penitenciários, entre outras que provocam neles transformações cuja consequência será a produção do indivíduo delinquente. *Ib. Idem*.

¹⁷ Cf. REVEL. *Dicionário Foucault*.

¹⁸ Cf. BENTHAM. *O Panóptico*.

lá estavam. Ora, os indivíduos passam a servir como um campo amostral, através do qual o exercício de soberania possa estar atualizando-se e montando saberes, igualmente, das comunidades por locais e distribuição espacial¹⁹.

Esses saberes são essenciais, na medida em que o poder pretende gerir (e não apenas dominar) a sociedade, como já explicitado pela visão *biopolítica*. Dessa forma, a apreensão de manifestantes fornece uma série de noções sobre estes indivíduos e seus locais, tal como costumes desviantes mais praticados, por exemplo, estendendo, assim, seu nível de alcance.

Compreender como a biopolítica opera-se no Estado Moderno é de extrema importância para apreensão de alguns elementos acerca do que ocorre nas relações de poder dentro da democracia através de seus institutos e mecanismos, e possibilita também a compreensão sobre o porquê agir com a justiça criminal seria um interessante mecanismo para lidar com as manifestações surgidas nas *jornadas de junho de 2013*. Todavia, ainda surge uma indagação: “Como, no seio da democracia, é possível instalar-se determinadas práticas/mecanismos de poder, ainda que desviados de seu propósito afirmado, com a legitimação social, em um contexto em que já não há um soberano para determinar a vontade última?”.

Nessa perspectiva a compreensão da figura do “delinquent” ou construção de uma visão de inimigo em torno de certas imagens, torna-se necessária, pois é necessário que a sociedade legitime os atos a serem praticados com fins governamentais.

¹⁹ Ao se analisar o histórico de Pierre Rivière, por exemplo, descobriu-se inúmeras questões relativas a uma família camponesa do interior da França. Cf. FOUCAULT. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*.

IV – A criação do “inimigo” útil na figura do manifestante – um novo “delinquente”?

“– E eu, eu. E eu? Onde é que eu entro nisso tudo? Será que eu sou apenas uma espécie de animal ou de cão? [...] – Será que eu serei apenas uma laranja mecânica?”²⁰.

O que os processos de criminalização das manifestações possibilitaram perceber foi que, pouco a pouco, em torno das figuras dos manifestantes, o Estado, através de seus mecanismos microfísicos, criou uma figura até então desconhecida pela sociedade e por ele próprio: um novo *inimigo* social (ou de Estado). O manifestante, o *black bloc*, o vândalo, e todos os manifestantes que, posteriormente, passaram a ser relacionados a ele, todos esses tornam-se não só figuras desprezadas, como também odiadas.

Em Foucault a subjetivação é um processo pelo qual todos os indivíduos passam. Todavia, possui diferentes significações. Aqui, para o foco em tela, trata-se da tomada da subjetividade humana pelas formas de poderes que transformam o indivíduo em algo, o classificam, para governá-lo. Assim, o Estado objetiva o indivíduo a fim de formar o sujeito. Forma subjetividades constantes para ter controle sobre a *vida* através da governabilidade, mantendo as relações de poder²¹. Ainda que fossem poucos, eram vidas apreendidas, corpos à disposição – capazes de gerar uma série de informações – pois, através de um deles, é possível abranger comunidades e populações. Fato é que uma vez conectado a esse sistema, o indivíduo deixa sua marca/registo nele através do qual se apreende informações úteis e necessárias, bem como através do qual se torna extremamente difícil se desconectar. Assim, o Estado buscou em torno dos manifestantes formar uma identidade, subjetivando-os.

Com uma mistificação de ideias ligadas a *Black Blocs*, possibilidades de ligações à criminalidade organizada²² e real

²⁰ BURGESS. *Laranja Mecânica*, p. 196.

²¹ Cf. REVEL. *Dicionário Foucault*.

²² Cf. FGV DAPP. *A polícia e os “Black blocs”*.

desconhecimento acerca de quem viriam a ser tais pessoas tomando as ruas, uma imensidão de possibilidades foi sendo formada acerca dos perfis, e, aos poucos, os protestos, que inicialmente contavam com uma visão positiva socialmente falando, foram ficando menos populares e ganhando uma visão pejorativa – vê-se aí o processo de construção da subjetividade criminosa.

Ora, não demorou muito para que a ação estatal viesse a nominar as manifestações e seus participantes. Assim, é que eles passaram a serem vistos como seres “vândalos”²³, perigosos, integrantes de facções, e, por fim, *criminosos*. Paulatinamente, o país ganha um novo inimigo, e esse era desconhecido por si próprio (em relação ao potencial destruidor). Tal figura inimiga, todavia, possuiu funções muito bem identificadas – não por si mesmos –, mas por essa relação de poder central que atua, através dos micropoderes periféricos, para construir uma identidade em torno dos indivíduos e os submeter a *assujeitamentos*, assim construindo para excluir.

Ora, como já foi dito acima, uma importante função na criminalização dos manifestantes era a capacidade de vigiá-los e investigá-los, abrangendo, com isso, a população em geral. Mas, antes que se prendessem, punissem jovens idealistas manifestando nas ruas, seria necessário convencer a sociedade de que esse processo era correto ou justo, ou seja, era legítimo.

É preciso considerar que, na passagem para os Estados modernos, as transformações históricas não permitiram continuar uma forma de exercício de poder pela qual uma única figura central (antes, o soberano) exercia domínio sobre os demais. Assim, nesse “novo” contexto, torna-se necessário que o Estado legitime suas práticas²⁴, pois a simples vontade do “rei” não pode preponderar. Dessa forma, a sociedade precisa compreender que

²³Um milhão de pessoas vão às ruas e vandalismo se espalha pelo País. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/1-milhao-de-pessoas-vai-as-ruas-e-vandalismo-se-espalha-pelo-pais.html>. acesso em: 10 de julho de 2016.

²⁴ Cf. ZACCONE. *Indignos da Vida*.

os atos praticados no exercício de governo são “bons” ou “necessários” a ela, pois ainda que *gerida*, esta não é *dominada*²⁵.

E esse foi o papel central da criminalização dos manifestantes. Ora, se foi preciso *apreender* ou de alguma forma ter controle sobre a vida deles a fim de se exercitar a biopolítica, produzindo os campos de conhecimento e abrindo espaços para atuação em seus corpos, o meio para que isso fosse realizado era justamente o amedrontamento social e a criação de necessidade de grande intervenção em tais atos, os quais seriam “perigosos”.

Dessa forma, criminalizar o manifestante permite desenvolver na sociedade um importante instrumento de governabilidade: o medo, que acabou sendo gerado pela ação estatal, por meio da polícia e pela importante atuação midiática. A sensação de perigo desestabiliza as relações sociais, gera medo e desumaniza “o Outro”.

A polícia foi parte fundamental nesse processo, pois ela foi a primeira instituição que lidou diretamente com os manifestantes, e foi também a primeira a introduzi-los no sistema criminal (e, inclusive, responsável por catalogar quem entra). Foi o ator responsável por fazer as identificações, a traçar as características que seriam informadas às demais autoridades, bem como se tornou a principal testemunha dos atos das manifestações, por contar com a chamada “fé pública”. Enfim, na realidade, ela continuou cumprindo funções que já vinha exercendo nas situações com os delinquentes comuns²⁶, mas, agora, aplicando seus métodos aos participantes dos protestos.

A mídia, como já destacado, fez o papel de espalhar pelo meio social as diversas notícias com posicionamentos acerca da periculosidade dos manifestantes e a possibilidade de tais atos virem a se tornar algo prejudicial ao país e às instituições. Com a depredação de alguns prédios privados, em especial bancos, ocorridos em algumas cidades, tais notícias tornaram-se fonte de receio em relação à população e abriram espaços para os “pontos

²⁵ Cf. FOUCAULT. *Vigiar e punir*.

²⁶ Função esta identificada por Foucault, quando aborda a gestão das ilegalidades e o papel da polícia no contato com o delinquente. Cf. FOUCAULT. *Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982*.

negativos” das manifestações²⁷, com sua posterior “demonização”.

Ora, esses dois importantes atores, em conjunto, criaram um ainda mais importante: O Outro. Para que se pudesse, por meio da polícia, agir, foi preciso que algo legitimasse no seio social a presença policial de maneira mais brusca que a cotidiana agindo violentamente sobre os manifestantes, essa interferência precisava ser necessária à luz da sociedade.²⁸ É nessa perspectiva que o manifestante-inimigo ou manifestante-delinquente tornou-se peça-chave, pois ele aparece como agente gerador de um medo generalizado na sociedade.

Esse “outro” passou a ser a constante ameaça no berço social, espécie de perigo letal em potência; assim, para a sociedade tornava-se necessária essa presença repressiva do Estado para conter a nova forma de inimigo criada. Foi necessário proteger o meio social e, assim, as práticas violentas foram legitimadas pela sociedade.

A partir do que Matthew Friberg²⁹ identifica para o delinquente, a criminalização dos manifestantes atua nessa função específica de gerador de medo e perigo, eis que, após a passagem pelo sistema criminal e a própria construção da imagem criminosa, todos esses processos e instituições permitem criar no indivíduo a identidade de alguém “anormal”, um diferente (o Outro) – uma vida *menos*³⁰, portanto descartável, tal que, como perigoso que é, exige uma atuação direta sobre o mesmo, o que permite a inserção em seu meio das técnicas de vigilância e controle³¹.

Tal quadro traz à tona a ideia de Leandro Ayres, o qual afirma que a “[...] condição de inimigo não se declara, tampouco

²⁷ Pancadaria durante intervalo da reunião da CPI dos ônibus causa medo nas ruas do RJ. Disponível em: <<http://jota7.com/brasil/pancadaria-durante-intervalo-da-reuniao-da-cpi-dos-onibus-causa-medo-nas-ruas-do-centro/>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

²⁸ FOUCAULT, Michel. Sobre a Prisão. In: *Microfísica do Poder*. p 136.

²⁹ FRIBERG. Foucault, Freedom, and the Limits of Modernity.

³⁰ ZACCONE. *Indignos da Vida*.

³¹ Para Friberg é necessário que o delinquente seja visto como “uma existência artificial, inútil e perigosa”. *Foucault, Freedom, and the Limits of Modernity*, p. 5.

se constitui, a partir do ordenamento jurídico ou de uma decisão judicial. A condição de inimigo é fruto de conveniência política”³². Ou seja, a construção de uma imagem desviada atribuída a um indivíduo ou grupo deles é fruto próprio da política exercida pelo Estado em sua função gerencial, em especial no Estado moderno, que necessita legitimar suas práticas e exercer formas cotidianas de relações de poder com os indivíduos.

Assim, tal inimigo, além de legitimador, também é espécie de “bode-expiatório”, nos dizeres de Leandro Ayres³³. Eis que permite, ainda, ter para ele toda a culpa das catástrofes e malfeitos, aquilo que saiu do controle e provocou efeitos negativos, como, de fato, ocorreu com manobras políticas apontando os *Black Blocs* como construtores de toda catástrofe que estava ocorrendo no país³⁴. Ademais, inclusive no sentido religioso da palavra, o inimigo expia a culpa de todos aqueles que praticam o “mal” em sua esfera privada, mas tem suas práticas toleradas, por serem formas de ilegalidades admitidas e a interferência de poder não se fazer muito necessária; desta forma, o inimigo acumula as práticas nefastas sociais e paga, conjuntamente, todas. Ele limpa o erro social.

Todavia, questão controvertida nesse aspecto todo é utilizar o indivíduo – objeto da política – como próprio meio para exercício da mesma, sem que determinados limites, moralmente postos, possam estabelecer até onde se pode agir através deles, preservando suas autonomias e não os expondo a situações de pressões intensas que confundam relações de poder com relações de domínio. E essa é a crítica que se faz e o questionamento que se tece no exercício de poder através das práticas penais, que, caso não sejam repensadas, será como afirmado na frase que inicia esta seção, falada pelo personagem Alex de *Laranja Mecânica*, o indivíduo será apenas uma “Laranja Mecânica”, introduzido a

³² FRANÇA. *Inimigo ou a Inconveniência de Existir*, p. 475.

³³ Id. *Ibidem*.

³⁴ Entrevista ao jornal paranaense A Gazeta do Povo, 30-04-2015 <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/rica-culpa-black-blocs-e-isenta-policia-ek24qc3ffzuqc2yh91uxpv3w>

métodos de governo e controle tal como o personagem fora na obra?

V – Considerações Finais: As marcas deixadas pela reposta dada às jornadas de junho de 2013 e a (re)legitimação do sistema penal como mecanismo de política

O que, de fato, resta das jornadas de junho de 2013 talvez seja ainda complexo para se afirmar, em especial em termos de modificação de pensamento político e social, ou ainda nas instituições políticas, pois as pautas relacionadas à “reforma política” acabaram esquecidas e o país, que desde então entrou em outros momentos de *crise*, passou a adotar outras políticas de “prioridade”.

Assim, pouco se pode afirmar, ao menos nesta abordagem, sobre os efeitos ideológicos na população, ou seja, saber se houve, de fato, um amadurecimento político e social. Todavia, é certo que a forma como o poder de Estado lidou com isso, sua resposta enfática, repressora e armada, com certeza deixou marcas que não se pode esconder.

Ora, no ano posterior às jornadas – 2014, já se pôde identificar uma série de ações de contenção a fim de “proteger” a sociedade no momento da Copa do Mundo, com aplicações de tecnologias, táticas de vigilância e controle, política de contenção e intensificação do uso de contingência policial a fim de confrontar os manifestantes e garantir a continuidade da “Ordem”³⁵.

Houve todo um aparato ligado à segurança pública nesse momento, bem como o aumento de poder dos militares, que passaram a ser figuras destacadas nos jogos, em razão de sua função de garantir a normalidade de tudo. Logo após, houve a criação pelo Alto Comando da 4ª Subchefia do Comando de

³⁵Policiais apreenderam revistas, camisetas e CDs com ativistas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1492593-policiais-apreenderam-revistas-camisetas-e-cds-com-ativistas.shtml>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

Operações Terrestres, a fim de monitorar os movimentos sociais que venham a, de alguma forma, perturbar a ordem³⁶.

Já no ano de 2016, foi sancionada a Lei 13.260/16 intitulada “Lei Antiterrorismo”, que prevê como crime inafiançável a prática de terrorismo, definido como “*provocar ou infundir terror generalizado*” que apenas voltou às pautas, com certa celeridade, após a morte do jornalista Santiago Andrade, morto em um dos protestos atingido por um rojão na cabeça³⁷. Ocorre que a citada Lei veio como uma pauta de urgência em um país em que não há sequer um relato de ato terrorista efetivado ou mesmo como potencial alvo; ademais, os termos previstos na norma são extremamente abertos, mostrando que, politicamente, ela é dirigida para os “terroristas” internos, no caso em tela, especificamente os manifestantes e envolvidos em movimentos sociais.

Ou seja, uma escala de acontecimentos pós-jornadas denunciam e identificam uma política de contingência extrema ligada à forma de lidar com as manifestações sociais, ora, estas que num ambiente democrático seriam próprias do direito de resistir ou direito de expressão consagrado na Constituição Federal. Os movimentos populares, formas de participação democrática do cidadão na política, tornaram-se perigos, ameaças, crimes.

Logo, seus participantes tornaram-se vândalos, perigosos, vagabundos, *inimigos*. Desta forma, as respostas dadas às manifestações de junho de 2013 ecoaram com uma rapidez assoladora (rapidez essa vista somente quando o assunto é segurança e crise, ainda mais quando aliadas) em ações diversas pelo país, a resposta estatal veio. E veio armada: criminalização e repressão³⁸.

³⁶MONTEIRO. Exército brasileiro cria órgão para monitorar manifestações. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-brasilcero-cria-orgao-para-monitorar-manifestacoes,1536422>. Acesso em 10 de junho de 2016.

³⁷Após morte de cinegrafista, Senado tenta acelerar "lei antiterror". Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/lei-antiterrorismo-1873.html>> acesso em 03 de junho de 2016.

³⁸ FRANÇA, Leandro Ayres (Coord.). *Vestígios da Copa*.

Se, conforme tratado acima, as teorias de Foucault estiverem certas, tal resposta não parou apenas nas manifestações e seus participantes, ela estará refletida em cada cidadão, ainda que nunca tenha saído às ruas para manifestar por nada, mas que teve sua esfera privada invadida truculentamente por novos aparatos de vigilância, pelo controle ainda mais intenso sobre a população, feito via participantes presos ou apreendidos, por um medo criado no seio social no que tange às formas de manifestação e partir de tal medo, legitimação da violência policial contra as formas de contestação ao modo de gestão do poder.

Fato é que, nessa interpretação, o que restou das jornadas de junho, de mais forte, foram as respostas dadas. Essas que, sinuosamente, foram-se instalando e, de forma macabra, como mecanismos de exceção, tomando um espaço largo dentro de uma democracia recém-conquistada. O novo delinquente surgiu, sua aniquilação em nome da segurança maior tornou-se primordial, e os métodos para tal se tornaram inquestionáveis. Mais uma vez a criminalidade ganha destaque como meio de exercício das relações de poder.

O que resta é a (re)legitimação do sistema penal eivado de traços autoritários e violentos, a intensificação dos meios de controle que lidam com os indivíduos utilitariamente e os submetem (nos submetem) a pressões intensas, fomentando afetos negativos sociais (medo e ódio, por exemplo), nos quais uns voltam-se contra os outros e as relações sociais são quebradas. Intensifica-se o controle, a governabilidade e a manutenção das relações de poder, por meio do sistema criminal, e, assim, são enfraquecidas as relações humanas.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

BURGESS, Anthony. *Laranja Mecânica*. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2004.

- FGV DAPP – Diretoria de Análise de Políticas Públicas. A polícia e os “Black blocs” – percepção dos policiais sobre junho de 2013. Rio de Janeiro, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de Saber*. Ed. Graal – Rio de Janeiro, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes. Petrópolis, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. NAU Editora. Rio de Janeiro, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a Prisão. In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.
- FRANÇA, Leandro Ayres. *Inimigo ou a Inconveniência de Existir*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- FRANÇA, Leandro Ayres (Coord.). *Vestígios da Copa*. Curitiba: iEA Sociedade, 2014.
- FRIBERG, Matthew. *Foucault, Freedom, and the Limits of Modernity*. Arché, Volume 4, Issue 1: Spring 2010.
- REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política*. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.
- SIMON, Jonathan. *Punição e as tecnologias políticas do corpo*. Porto Alegre: Sistema e Violência Penal, 2013.
- ZACCONE, Orlando. *Indignos da Vida: A Desconstrução do Poder Punitivo*. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2015.

Protesto em São Paulo é o maior desde manifestação contra Collor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contracollor.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

SCRIVANO, Roberta. Protestos contra reajuste de ônibus provocam tumulto em 4 capitais. *O Globo*, 06 jun. 2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/protestos-contrareajuste-de-ônibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

HERDY, Thiago. *Extra Globo*. 07 jun. 2013. Protesto contra aumento da passagem tem princípio de confronto em SP. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/protesto-contraaumento-da-passage-tem-principio-de-confronto-em-sp-8622437>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

COSTA, Ana Cláudia; GOULART, Gustavo. *O Globo*, 11 jun. 2013. Após protesto contra aumento das passagens, cidade exibe marcas do vandalismo. Disponível <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-protesto-contraaumento-das-passagens-cidade-exibe-marcas-do-vandalismo-8649373>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

Pancadaria durante intervalo da reunião da CPI dos ônibus causa medo nas ruas do RJ. *Jota7*, 22 ago. 2013. Disponível em: <<http://jota7.com/brasil/pancadaria-durante-intervalo-da-reuniao-da-cpi-dos-onibus-causa-medo-nas-ruas-do-centro/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

GALDINO, Rogério Waldrigues. Richa culpa black blocs e isenta polícia. *Gazeta do Povo*, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/richa-culpa-black-blocs-e-isenta-policia-ek24qc3ffzuqqc2yh91uxpv3w>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

RODRIGUES, Paloma. Após morte de cinegrafista, Senado tenta acelerar "lei antiterror". *Carta Capital*, 11 fev. 2014. Disponível

em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/lei-antiterrorismo-1873.html>> acesso em: 03 jun. 2016.

Policiais apreenderam revistas, camisetas e CDs com ativistas. *Ig São Paulo*, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1492593-policiais-apreenderam-revistas-camisetas-e-cds-com-ativistas.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MONTEIRO, Tânia. Exército brasileiro cria órgão para monitorar manifestações. *O Estadão*, São Paulo, 31 jul. 2014. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-brasileiro-cria-orgao-para-monitorar-manifestacoes,1536422>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

1 milhão de pessoas vão às ruas e vandalismo se espalha pelo País. *Ig São Paulo*, 21 jun. 2013. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/1-milhao-de-pessoas-vai-as-ruas-e-vandalismo-se-espalha-pelo-pais.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

A falsa consciência nos movimentos históricos: o caso das jornadas de junho e seus desdobramentos

Glauber Ataíde

Introdução

Se há um ponto claro, pouco controverso ou talvez até mesmo consensual sobre as jornadas de junho, é que elas realmente não foram apenas por "vinte centavos". As múltiplas, variadas e descentralizadas reivindicações dos mais diversos setores sociais que compuseram este fenômeno, ao invés de esclarecer, parecem, ao contrário, encobrir, dificultar, disfarçar os motivos reais que se acredita estarem por trás daqueles exibidos nos cartazes.

A tese de que haveria um sentido mais profundo, velado, subjacente e determinante do que se revelou na superfície das manifestações nos remete a Karl Marx e Sigmund Freud, chamados por Paul Ricoeur de "mestres da suspeita", ou mestres da "escola da suspeição"¹. Para o filósofo francês, o que se pode encontrar de comum nas obras de ambos são procedimentos de desmistificação. Tanto Marx quanto Freud partem de uma suspeita em relação às ilusões da consciência, tomada em sua totalidade como "falsa consciência", e então empregam o estratagema de tentar decifrá-las. O que pretendemos fazer nas linhas que se seguem vai neste sentido: primeiro tentaremos caracterizar os motivos aparentes das jornadas de junho como mera manifestação de uma falsa consciência e, em seguida, sugerir onde suas reais causas poderiam ser investigadas.

¹ RICOEUR, Paul. Freud and Philosophy: An Essay on Interpretation, p.32.

A falsa consciência nos movimentos históricos

Friedrich Engels afirma que, à medida que cada indivíduo age em busca de seus próprios fins conscientes, o resultante das mais diversas direções e vontades atuantes e seus múltiplos efeitos sobre o mundo exterior é o que chamamos de história². Neste processo há que se investigar também, continua Engels, o que esses muitos indivíduos querem. A vontade é determinada por paixões e raciocínios, mas aquilo que, por sua vez, imediatamente determinará as paixões e os raciocínios são dos mais diversos tipos, podendo ser objetos externos, motivos ideológicos, ambição, "ardor pela verdade e pela justiça", ódio pessoal ou meros caprichos dos mais diversos tipos³.

Não obstante os homens agirem por motivações conscientes, afirma Engels, as vontades individuais produzem, na maioria das vezes, resultados distintos, e frequentemente até mesmo opostos aos desejados, de tal maneira que as motivações têm, para o resultado final, uma importância secundária, subordinada (*untergeordnet*). Resta saber quais são as forças motrizes por trás dessas motivações, quais foram as causas históricas que tomaram exatamente tais formas conscientes nas cabeças dos agentes. Tudo o que os homens colocam em movimento deve passar por suas cabeças, isso é certo; mas qual forma isso toma em suas consciências dependerá muito das circunstâncias⁴.

O desenvolvimento histórico não seria, contudo, imprevisível e irracional, mas possuiria o que Andrew Feenberg chama de "racionalidade específica"⁵, a qual refletiria uma "regularidade estatística gerada pelas consequências casuais das interações das vontades individuais em conflito". É como se a

² ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie, p. 297.

³ ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie, p. 297.

⁴ ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie, p. 298.

⁵ FEENBERG, Andrew. Lukács, Marx and the sources of critical theory, p. 141.

história possuísse um *telos*, mas não de um tipo que pudesse ser determinado *a priori*, senão que apenas construído *a posteriori* pelo historiador. A relação entre a consciência dos indivíduos e os resultados alcançados em suas práticas históricas seria de tal maneira que, embora os indivíduos façam sua própria história, eles a fazem com ilusões, e o resultado de suas ações raramente corresponde às suas expectativas. O *locus* da racionalidade não poderia mais ser identificado no pensamento dos indivíduos, como tem sido na filosofia moderna desde Descartes, mas sim nos atos⁶. As jornadas de junho, neste sentido, teriam uma racionalidade histórica própria, cuja explicação não deve ser buscada nas motivações conscientes de seus agentes.

As jornadas de junho como movimento histórico

Alguns dos padrões, das características e das regularidades observadas por Engels nos processos históricos podem ser identificados também nas jornadas de junho. Seja no âmbito das motivações individuais (como o “ardor pela verdade e pela justiça”, expresso nos cartazes que denunciavam a corrupção), seja no fato de que as manifestações e seus desdobramentos acabaram tendo, a longo prazo, um efeito contrário ao desejado por várias camadas sociais que compuseram as jornadas (como, por exemplo, tendo menos saúde e menos educação com o congelamento dos gastos públicos por 20 anos realizado pelo governo Temer), estamos diante de um evento histórico cujo *telos* vem ganhando forma à medida que lhe concatenamos e tomamos distância temporal da ação. A famosa passagem em que Hegel afirma que a coruja de Minerva só levanta voo ao entardecer pretende ilustrar justamente este ponto: o ser precede o pensamento, sendo possível refletir sobre os eventos históricos apenas em seu crepúsculo, depois de passados os fatos⁷.

Neste sentido, foi apenas com as manifestações dos anos seguintes que o caráter policlassista das jornadas de junho tomou,

⁶ FEENBERG, Andrew. Lukács, Marx and the sources of critical theory, p. 141.

⁷ ZIZEK, Slavoj. Less than nothing: Hegel and the shadow of dialectical materialism, p. 220.

retrospectivamente, contornos mais nítidos. Se várias classes sociais compartilharam as mesmas ruas e avenidas em junho de 2013, as manifestações dos anos seguintes, a favor e contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff, traçaram uma clara linha demarcatória entre campos políticos que se encontravam acidentalmente juntos durante as jornadas. Um exemplo é que as jornadas de junho contaram com a presença da maior central sindical da América Latina, a CUT, ao mesmo tempo em que teve o apoio da máxima representante da burguesia nacional, a FIESP. À medida, contudo, que as divergências de interesses foram se tornando mais claras no decorrer das disputas políticas e econômicas em torno do *impeachment* de Dilma, as manifestações se polarizaram e cada uma dessas entidades encabeçava um dos campos: a CUT, representando os interesses dos trabalhadores, e a FIESP, as ambições do capital.

Essa tomada de consciência de tais divergências de interesses parece sinalizar um amadurecimento da compreensão do que estava em jogo nas manifestações, e um ponto privilegiado de observação de tal processo é a progressiva tolerância aos partidos políticos nas manifestações após 2013. Para ajudar a compreender o forte caráter não apenas partidário, mas até mesmo antipartidário das jornadas de junho, nos apoiamos nas análises de Lenin sobre as manifestações sem cunho partidário que se alastraram também pela Rússia durante a revolução de 1905. O teórico russo observou que o número infinito de reivindicações, exigências e *doléances* (queixas) ali formuladas eram reivindicações que não possuíam exatamente caráter de classe, constituindo-se como exigências de sentido fundamentalmente jurídico, plenamente realizáveis nos limites do capitalismo⁸. As abstratas reivindicações das jornadas de junho, tais como por “mais saúde” ou “mais educação” – que não encontram divergência em nenhum lado, pois ninguém é contra tais coisas – é um dos pontos de contato que nos sugerem a presença de certo padrão ou de certa lógica entre ambos os movimentos e que nos permite compará-los.

⁸ LENIN, V.I. O partido socialista e o revolucionarismo sem cunho partidário, p. 183.

Como um ilustre discípulo da escola da suspeição, Lenin afirma que o selo da independência externa em relação aos partidos tinha naquele processo apenas a “aparência” da falta de filiação partidária. A necessidade de uma vida mais “humana”, da defesa da própria dignidade e dos direitos do cidadão são geralmente bandeiras que abarcam tudo e todos, que agrupam todas as classes e diminuem qualquer limite partidário. A premência de conquistar vitórias imediatas relega a segundo plano qualquer ideia e pensamento sobre o que virá mais tarde⁹.

Para Lenin, “a posição negativa diante dos partidos na sociedade burguesa não é senão uma expressão hipócrita, *velada* e passiva de quem pertence ao partido dos que dominam”¹⁰. Para o revolucionário russo,

“a indiferença política não é outra coisa senão a saciedade política. Aquele que está farto é ‘indiferente’ e ‘insensível’ diante do problema do pão de cada dia; porém o faminto será sempre um homem ‘de partido’ nesta questão. A ‘indiferença e insensibilidade’ de uma pessoa diante do problema do pão de cada dia não significa que não necessite de pão, mas que o tem sempre garantido, que nunca precisa dele, que se acomodou bem no ‘partido’ dos que estão empanturrados, o partido dos que dominam, o partido dos exploradores”¹¹.

Outro aspecto que os desenvolvimentos da revolução de 1905 e das jornadas de junho apresentam em comum – e aqui levamos em conta todas as diferenças e particularidades históricas, geográficas e políticas – é uma definição, uma delimitação de campos, uma agudização das contradições que eram apenas latentes nos primeiros estágios dos movimentos. Se em junho de 2013 houve até mesmo agressões a manifestantes que portavam bandeiras ou vestiam camisas de partidos de

⁹ LENIN, V.I. O partido socialista e o revolucionarismo sem cunho partidário, p. 184.

¹⁰ LENIN, V.I. O partido socialista e o revolucionarismo sem cunho partidário, p.186. Grifo nosso.

¹¹ LENIN, V.I. O partido socialista e o revolucionarismo sem cunho partidário, p.186.

esquerda, nas manifestações posteriores pelo *impeachment* de Dilma Rousseff houve uma maior tolerância aos partidos de direita, enquanto que nas manifestações contrárias ao golpe os partidos de esquerda não encontraram problemas em participar nem da organização, nem da execução dos atos.

Esta transição, esta passagem, este desenvolvimento gradual do elemento inconsciente ao consciente, das manifestações espontâneas às organizadas, significa, para Lenin, que “o ‘elemento espontâneo’ não é senão a *forma embrionária* do consciente”¹². Os motins primitivos dos operários, por exemplo, nos quais os trabalhadores quebravam as máquinas das fábricas, já refletiam certo despertar do consciente. Não que os operários, continua Lenin, começavam a *compreender* a necessidade de opor resistência ao capital, mas pelo menos *sentiam* isso, e perdiam a fé na inamovibilidade da ordem de coisas que os oprimia¹³. As jornadas de junho também foram movimentos espontâneos, no sentido de que não foram preparados, organizados, planejados de forma consciente por nenhuma força política, organização ou movimento social, sendo possível considerá-las a forma embrionária dos movimentos posteriores que apresentaram um grau mais desenvolvido de consciência de interesses políticos.

Esta também foi a dinâmica de vários movimentos de protesto que se alastraram por diversos pontos do globo nos primeiros anos da crise capitalista iniciada em 2008. A partir do final de 2010, o norte da África foi tomado por diversas manifestações, revoltas e revoluções populares que se espalharam por mais de quinze países, as quais receberam o nome de Primavera Árabe. Na Espanha, o Movimento dos Indignados ocupou, a partir de maio de 2011, a Praça do Sol, em Madri, com milhares de jovens permanecendo acampados por vários meses. A Espanha se encontrava em profunda recessão, com o índice de desemprego entre os jovens em 43,5% em abril daquele ano¹⁴. O

¹² LENIN, V.I. Que fazer?, p.55.

¹³ LENIN, V.I. Que fazer?, p.55.

¹⁴ Expansión. La tasa de paro juvenil en España alcanza el 43,5%, la más elevada de Europa. Disponível em: <<http://www.expansion.com/2011/04/15/empleo/mercado-laboral/1302862048.html>>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

ponto de partida dos protestos, em quase todos os casos, foram movimentos espontâneos que, aos poucos, aglutinaram forças políticas que ajudaram a dar contorno a uma massa inicialmente informe e a infundir um maior grau de consciência às ações já em curso. As jornadas de junho, quando colocadas em uma perspectiva internacional, fazem parte de um processo, de uma dinâmica, de um desenrolar histórico mais amplo, e não nos precipitamos ao afirmar que sofreram certa influência desta avalanche de manifestações ocorridas no exterior. Lenin já havia observado este efeito contagiante nas greves, afirmando que “basta que se declare em greve uma fábrica para que imediatamente comece uma série de greves em muitas outras fábricas”¹⁵. Este efeito multiplicador que podemos, por extensão, atribuir aos movimentos de protestos em geral foi assim resumido por um certo ministro alemão, inimigo dos trabalhadores e citado por Lenin: “Por trás de cada greve aflora a Hidra da revolução”¹⁶.

Esta influência externa, contudo, não seria suficiente para explicar as jornadas de junho se no Brasil também já não despontassem os primeiros sintomas da grave crise mundial do sistema capitalista. Em 2013, o então ministro da fazenda Guido Mantega admitiu que o País vivia uma “minicrise”, sendo que aquele era, até então, o segundo pior ano desde o início da recessão, só perdendo para 2009. A situação econômica brasileira entrou, mesmo com certo atraso, em sintonia com a dos principais países da Europa, o que nos sugere que entre as principais forças motrizes subjacentes às jornadas de junho estiveram presentes as mesmas que impulsionaram as manifestações nos outros países: a grave crise econômica do sistema capitalista. As reivindicações conscientes dos movimentos nos diversos países não dão conta de explicar por que todos eles aconteceram de forma quase simultânea. O que todos apresentam em comum, contudo, é o contexto econômico de recessão, de

¹⁵ LENIN, V.I. Sobre as greves, p. 44.

¹⁶ LENIN, V.I. Sobre as greves, p. 45. Na mitologia grega, a Hidra era um animal com corpo de dragão e cabeças de serpente, e se uma cabeça fosse cortada, nasciam outras duas em seu lugar.

crise do capital, e nos parece residirem aí as forças motrizes que, em cada país, assumiram as mais diversas formas nas cabeças dos indivíduos, produzindo uma falsa consciência.

As ações individuais nos movimentos históricos, segundo Feenberg, não apenas executam um *telos* contido em um pensamento. No caso da falsa consciência, a ação busca um resultado que é oculto, inacessível, encoberto ao próprio agente. O alvo consciente do agente é uma ilusão que serve para motivar um ato histórico necessário sem compreendê-lo¹⁷, e é para um mecanismo psíquico responsável por formar tais tipos de ilusões na consciência que nos voltaremos agora.

A produção da falsa consciência no indivíduo: a racionalização

Todas as supostas razões que levaram cada indivíduo às ruas em 2013 já estavam presentes nos anos anteriores. Seja a corrupção, seja o aumento das tarifas de ônibus e metrô ou a falta de investimento em saúde e educação, nada disso era novidade naquele mês de junho. Na verdade, em questões como educação, por exemplo, a situação no período imediatamente anterior ao início dos protestos era até mais favorável em comparação com a dos governos anteriores do PSDB. As classes sociais que encabeçavam as jornadas e davam a tônica dos protestos pareciam refratárias a todos os programas sociais dos governos do PT que indiscutivelmente trouxeram melhorias – mesmo que tímidas – à vida dos mais pobres. O desafio, portanto, é tentar compreender por que as mobilizações tiveram início naquele momento, e não antes ou depois. O estopim de todo o processo, que foram as mobilizações do Movimento Passe Livre, em São Paulo, também não era nenhuma novidade. Movimentos de esquerda sempre estiveram presentes nas ruas com as mesmas pautas.

As motivações conscientes que levam os indivíduos à ação nos processos históricos são espécies de "razões encobridoras", análogas ao que é denominado na psicanálise de

¹⁷ FEENBERG, Andrew. Lukács, Marx and the sources of critical theory, p. 142.

racionalização. Segundo Ernest Jones, a ideia aparentemente simples de Freud de que um grande número de processos mentais deve sua origem a causas desconhecidas e insuspeitas aos indivíduos, sejam eles normais ou neuróticos, é uma das descobertas mais significativas não apenas para a psicanálise, mas também para ciências como a sociologia¹⁸.

A racionalização se origina, segundo Jones, do sentimento de uma necessidade de sempre se fornecer uma explicação. A fonte desta necessidade, por sua vez, é apenas outro aspecto da necessidade que todos têm em possuir o que pode ser chamado de uma teoria da vida e, especialmente, uma teoria de si mesmo. Todos sentem, continua o biógrafo de Freud, que devem ser capazes, como criaturas racionais, de fornecer explicações lógicas, conectadas e contínuas sobre si próprios, sobre suas condutas e opiniões, e todos os seus processos mentais são inconscientemente manipulados e revisados para este fim. Ninguém admitirá que jamais cometeu deliberadamente um ato irracional, e qualquer ato que possa parecer assim é imediatamente justificado distorcendo os processos mentais envolvidos e fornecendo uma falsa explicação que possa soar minimamente racional¹⁹.

Um aspecto deste processo que pode nos ajudar a compreender o efeito multiplicador de certas razões encobridoras dentro de determinados círculos, classes ou grupos sociais é que tais justificativas, segundo Ernest Jones, guardam relação especial com as opiniões predominantes do círculo de pessoas mais significantes ao indivíduo²⁰. A influência do ambiente pode inculcar nele um determinado conjunto de crenças de uma maneira indireta, elevando o padrão de aceitabilidade dos argumentos usados em favor de um ponto de vista ao qual ele já está predisposto a aderir. O círculo social faz tais razões encobridoras parecerem mais sensatas e racionais ao indivíduo²¹.

¹⁸ JONES, Ernest. Rationalization in every-day life, p. 161.

¹⁹ JONES, Ernest. Rationalization in every-day life. P. 166.

²⁰ JONES, Ernest. Rationalization in every-day life, p. 166.

²¹ JONES, Ernest. Rationalization in every-day life, p. 167.

Dizendo de outra forma, a racionalização é o processo pelo qual um indivíduo oferece uma justificação lógica ou moral para uma atitude cujos motivos inconscientes são inacessíveis, sendo uma forma de evitar reconhecer conflitos, sejam eles de natureza neurótica ou não. Um exemplo de racionalização seria quando um indivíduo, para justificar uma mania de limpeza compulsiva, sempre oferece razões sanitárias para mascará-la²². As bandeiras contra a “corrupção”, flamuladas tanto nas jornadas de junho quanto nos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, parecem ser algo neste sentido. Todo o fervor militante, a convicção moral e o ardor contra a corrupção se dissiparam tão logo Dilma foi afastada definitivamente do cargo, não obstante o próprio Michel Temer e cerca de um terço de sua equipe ministerial terem sido mencionados posteriormente em delações da operação Lava Jato. A “luta contra a corrupção” seria, neste sentido, apenas uma racionalização de motivos mais profundos, ocultos, inconfessos. Quando argumentos incontestáveis, amparados em números e articulados por uma lógica impecável são incapazes de convencer um indivíduo de suas próprias contradições, devemos suspeitar, segundo Freud²³, de que fortes fatores emocionais estão a lhe perturbar o discernimento.

O ódio pessoal, um dos componentes que, segundo Engels, também pode levar indivíduos a tomar parte em processos históricos, se em alguns momentos se expressa de forma aberta e declarada, em outros pode ser detectado, decifrado, interpretado apenas sob análise. Diante de um conflito do eu (*ich*) em reconhecer como aceitável o puro ódio como motivação para tomar parte em um protesto político, a racionalização torna admissível, suportável e encoberto ao indivíduo este determinante da vontade.

A racionalização é um dos processos psíquicos que pode responder pela formação de uma falsa consciência em movimentos históricos. Ela também é capaz de ocultar do

²² BERTRAND, Michèle. Rationalization, p. 1448.

²³ FREUD, Sigmund. Sobre a transitoriedade, p. 318.

indivíduo a origem de sua satisfação narcísica ao participar de amplos movimentos de massas que, através do mecanismo de identificação, lhe tornam parte de um todo maior que seu ego empobrecido, um todo ao qual o indivíduo se integra e do qual acredita compartilhar atributos que lhe faltam.

Conclusão

Neste capítulo tentamos oferecer uma análise das jornadas de junho como dotadas de uma racionalidade histórica própria, apontando aspectos que lhes permitem ser classificadas, identificadas, comparadas com outros movimentos históricos e caracterizar os motivos aparentes dos protestos como determinados por uma falsa consciência. Sugerimos, ademais, que o conceito psicanalítico de racionalização pode ajudar a esclarecer o mecanismo em jogo nos indivíduos para a formação dessa falsa consciência. A partir dos desdobramentos das jornadas de junho, nos quais cristalizaram-se campos políticos opostos, polarizados, partidarizados e mais bem definidos, apontamos também que as contradições entre capital e trabalho, afloradas neste novo momento, encontravam-se latentes em junho de 2013, período em que a grave crise mundial do sistema capitalista já dava seus primeiros sintomas na economia brasileira.

A racionalidade do comportamento histórico, segundo Feenberg, não é em sua totalidade uma função da racionalidade de seus motivos conscientes, mas sim dos atos, da prática, do fazer. A mesma necessidade histórica à que se atribui o surgimento da falsa consciência é também responsável por motivar práticas que exibem uma racionalidade específica muito maior que seus motivos aparentes. O *locus* da racionalidade das jornadas de junho deve ser buscado, neste sentido, em sua própria historicidade, em sua própria imanência e na função que desempenhou quando as tomamos retrospectivamente como entroncamento das batalhas que lhes seguiram²⁴.

²⁴ FEENBERG, Andrew. Lukács, Marx and the sources of critical theory, p.141.

A demarcação mais clara, o traçado mais nítido delineado entre os campos políticos a partir das jornadas de junho sugere que as contradições que naquele momento emergiram com maior ou menor clareza a nível de consciência já se encontravam presentes, ainda que de forma latente, por volta de junho de 2013. Segundo Lenin, “numa sociedade baseada em classes, a luta entre as classes hostis converte-se, de maneira infalível, numa determinada fase de seu desenvolvimento, em luta política”, sendo a luta entre partidos políticos “a expressão mais perfeita, completa e acabada da luta política entre as classes”²⁵. Não por acaso diversos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), que se dizia “apartidário”, se filiaram posteriormente a partidos de direita para disputar as eleições.

Em sua análise sobre as guerras camponesas alemãs do século XVI, Engels critica os ideólogos crédulos ou ingênuos (*leichtgläubig*) que viam naquele período apenas querelas religiosas, tomando o juízo de uma época sobre si mesma em seu valor de face²⁶. Estes ideólogos, que também viam na revolução francesa de 1789 apenas um debate mais acalorado sobre as vantagens da monarquia constitucional sobre a monarquia absoluta, eram incapazes de perceber, afirma Engels, que nas guerras camponesas tratava-se fundamentalmente de interesses de classes, os quais apareciam à consciência, contudo, em sua forma religiosa devido às circunstâncias da época.

O que essa observação de Engels sugere para a análise das relações entre a atividade política dos indivíduos e sua consciência em relação a estes atos é que em uma sociedade secularizada outras formas de consciência serão produzidas através de diferentes mediações. As ideias dominantes de uma época são sempre as ideias da classe dominante daquela época: assim como no período de Münzer a ideologia dominante ainda era aquela produzida pela igreja, em uma sociedade capitalista secularizada será a ideologia burguesa – e tomamos aqui “ideologia” no sentido marxista clássico de falsa consciência – que fornecerá

²⁵ LENIN, V.I. O partido socialista e o revolucionarismo sem cunho partidário, p.185.

²⁶ Engels usa a expressão *bare Münze*, fazendo um jogo de palavras com o sobrenome do teólogo e líder dos camponeses, Thomas Münzer.

essas mediações. Todo movimento espontâneo, segundo Lenin, conduz precisamente à supremacia da ideologia burguesa, e isso pela simples razão de que a ideologia burguesa, entre outros motivos, possui “meios de difusão *incomparavelmente* mais poderosos”²⁷. Isso pode nos ajudar a compreender por qual razão os desdobramentos das jornadas de junho, ao invés de aprofundarem a democracia e os programas sociais, resultaram em um golpe de estado parlamentar que acarretou inúmeros retrocessos trabalhistas.

Referências

- BERTRAND, Michèle. Rationalization. In: *International Dictionary of Psychoanalysis*. Detroit: Thomson Gale, 2005.
- ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie. In: *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*: Band 21. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1962.
- _____. Der deutsche Bauernkrieg. In: *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*: Band 7. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1960.
- FEENBERG, Andrew. *Lukács, Marx and the sources of critical theory*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- FREUD, Sigmund. Sobre a transitoriedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- JONES, Ernest. Rationalization in every-day life. *The Journal of Abnormal Psychology*, Washington D.C., Vol 3(3), Aug-Sep 1908, 161-169, p. 161.
- LENIN, V.I. O partido socialista e o revolucionarismo sem cunho partidário. In: *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

²⁷ LENIN, V.I. Que fazer?, p. 66.

_____. Que fazer?. In: *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979a.

_____. Sobre as greves. In: *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979b.

RICOEUR, Paul. *Freud and Philosophy: An Essay on Interpretation*. New Haven and London: Yale University Press, 1970.

ZIZEK, Slavoj. *Less than nothing: Hegel and the shadow of dialectical materialism*. London: Verso Books, 2012.

O paulistanismo no poder da nação: Michel Temer e a modernização segundo São Paulo

Gabriel Caio Correa Borges

1. Introdução

Em seu discurso de posse como presidente interino, Michel Temer defendeu com uma oratória pomposa típica da linguagem bacharelesca que a superação da crise econômica e política que atravessa o país deve advir do trabalho: “Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos” (TEMER, 2016). Ademais, tentando ao final distanciar seu discurso do formalismo que lhe é típico e aproximá-lo mais de um apelo às massas, Temer tenta ilustrá-lo evocando uma situação cotidiana, para assim ressaltar tal ideia como fator de união nacional:

“(…) Há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: “Não fale em crise, trabalhe”. Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar” (TEMER, 2016).

Como dito e feito, poucos dias depois de proferido esse discurso, em vários lugares ao longo do país havia outdoors reproduzindo a frase “não pense em crise, trabalhe”. A iniciativa, contudo, não partiu da equipe de marketing do novo governo, mas sim de empresários cativados com o discurso de Temer (LINHARES, 2016). Era para essas pessoas, que contribuíram pessoal e financeiramente para o *impeachment* que retiraria Dilma Rousseff da Presidência da República e para a ascensão do até então vice peemedebista, que tal retórica se volta com seus

maneios bacharelescos, mas acima de tudo por sua apologia entusiasmada do trabalho. O trabalho, significado de forma que não represente uma atividade humana mais nuançada, surge como signo máximo da apropriação capitalista que haveria de trazer o esperado progresso e, em referência ao momento, retirar o Brasil da crise econômica e política que auxiliou a subida de Temer ao poder.

Embora o pressuposto do trabalho como alavanca do progresso seja a base ideológica do capitalismo industrial, no Brasil ele se investe de uma formação peculiar que, consonante a organização da diversidade populacional e cultural brasileira, acaba por corresponder a um projeto específico de modernização para um país na situação de subdesenvolvimento. Coerentemente, esse ideal de modernização encontra seu lugar representativo em São Paulo, que ao longo do século XX sofreu um formidável processo de urbanização e industrialização. Sua modernização notável poderia servir de modelo para um país que entraria em um período de transição social do rural para o urbano. Desse encontro entre justificativa ideológica do capitalismo com as pretensões locais de São Paulo sobre o nacional, identifica-se assim o fenômeno ideológico do *paulistanismo*.

Essas pretensões, contudo, iam de encontro com o entendimento da nação como tal. A correspondência de seu discurso aqui citado com os pressupostos ideológicos do paulistanismo não é coincidência, pois Temer é paulista; o primeiro presidente paulista depois de um intervalo de 110 anos, iniciado com o fim do governo de Rodrigo Alves em 1906. Ademais, é motivo para reflexão que esse retorno se dê através de um mecanismo como o *impeachment*, no que compreende o corolário de que no Brasil é impossível que seja eleito um presidente paulista. Tais fatores que interligam o momento atual com a forma como São Paulo se relaciona com o restante do país se deve a que o ideal paulista de modernização teve de competir com outra concepção de modernização que seria a vitoriosa como forma de conceber um Brasil moderno: os pressupostos fundamentados por Getúlio Vargas tanto no período de populismo ditatorial quanto em seu posterior governo eleito.

Considerando as consequências dessa disputa para a situação atual da política brasileira e sua ligação com outros fenômenos característicos, pretendo com este texto traçar a fundamentação material e ideológica do paulistanismo como projeto de modernização e sua disputa como tal sobre o projeto varguista, no que afetaria a própria identidade do paulista em sua relação com o Brasil. Por fim, procurarei considerar como as contradições do paulistanismo ajudaram a moldar a democracia na chamada Nova República pós-1988 e como a chegada do paulistanismo ao poder através de Michel Temer se deu sob o auxílio de características que seriam conceituadamente repulsivas a sua fundamentação ideológica, mas que ainda assim lhe influenciaram consideravelmente em sua formação.

2. A modernização de São Paulo e seu desdobramento ideológico

Como pontuado por Karl Marx e Friedrich Engels em *A Ideologia Alemã* toda formação ideológica surge como resultado de uma determinada situação do desenvolvimento material. Assim, para entendermos o paulistanismo é necessário considerar o desenvolvimento de São Paulo como espaço moderno no que consta o fortalecimento de certa industrialização, assim como do acentuado processo de urbanização por que passou a capital do estado. Do que alavancou esse desenvolvimento no início do século XX, é importante a lembrança de que este ocorreu concomitante ao fortalecimento das oligarquias cafeeiras que se aproveitaram da alta do café no mercado da época para financiar o desenvolvimento de indústrias nas áreas urbanas.

Desde o começo do século, e sobretudo na década de 1920, a indústria brasileira foi ativada direta e indiretamente pelo café. Assim, os ramos que mais se desenvolveram foram os vinculados diretamente à economia daquele produto, como os de sacaria, embalagem, ferrovias, construção, etc. Indiretamente, o café ajudou a expansão do mercado interno e a diversificação industrial, com o desenvolvimento da

tecelagem, metalurgia, alimentos, calçados, vestiários, etc. (...) O desenvolvimento do mercado interno impulsionado pelo café e a necessidade de substituição dos produtos importados formaram o binômio básico para o desenvolvimento da indústria nacional, concentrada especialmente no Estado de São Paulo (MORAES, 2000, p. 120).

Ao considerar que esse processo de modernização foi capitaneado não por uma burguesia, mas pela antiga elite agrária, com foco acentuado em São Paulo, tal fenômeno passou a ser caracterizado como modernização conservadora (IANNI apud SILVA, 2011). Semelhante processo de mudança paradigmática ocorre sem afetar os privilégios da classe dominante ligada à antiga situação; no caso às oligarquias rurais que fizeram uma transição bem sucedida de seu poderio econômico do rural para o urbano.

Monumento maior dessa modernização, a cidade de São Paulo sofre um processo de crescimento acentuado que serve de mote para o êxodo da população rural para as cidades; primeiramente do interior paulista – num contingente que já combina uma diversidade populacional considerável, do afrodescendente até o imigrante europeu e seus filhos – e posteriormente sucedendo ao fluxo de pessoas oriundas de diversas regiões do país, principalmente o nordeste, para a metrópole paulistana. Esse considerável crescimento populacional seria acompanhado da modificação constante da paisagem urbana de São Paulo, que foi definida por Levi-Strauss como uma daquelas cidades do novo mundo que “vivem febrilmente uma doença crônica; eternamente jovens, jamais são saudáveis, porém” (LEVI-STRAUSS, 1996, p. 92). A concepção de modernidade que é trabalhada em cidades como São Paulo é de uma obsolescência permanente, onde lugares e monumentos antes estabelecidos vivem na ameaça constante de sua destruição para dar lugar a uma novidade volátil. Tal concepção de cidade e a forma com que se relaciona à economia capitalista levaram ao fortalecimento de um determinado serviço associado ao desenvolvimento urbano: a especulação imobiliária.

Nos anos de 1930 e 1940, as inversões do setor imobiliário ganharam impulso, possibilitando novas edificações, tornando São Paulo “a cidade de um edifício por hora”. As implicações dos lucros dos capitais excedentes de diferentes atividades dirigiam-se para os investimentos imobiliários, com destaque para o setor da construção civil. Se, em 1920, eram 1875 novas construções; em 1930 eram 3.922; em 1940, atingiu 12.490; em 1950, chegaram a 21.600 construções (MATOS, 2007, pp. 62-63).

Não surpreendentemente, quem viria a sofrer mais com esse processo seriam as populações marginalizadas, também herdeiras da exclusão do agrarismo e de um passado escravagista mal resolvido. Períodos de redefinição urbana como os capitaneados por Fábio Prado (1935 -1938) e Prestes Maia (1938 – 1945) levaram ao deslocamento dos agrupamentos negros antes assentados em bairros como a Barra Funda, Lavapés e Bexiga para regiões como a Casa Verde e o bairro do Limão (AZEVEDO, 2006). Ademais, mesmo monumentos de uma tradição subalterna da cidade são postos abaixo. Caso da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, igreja construída pelos escravos que foi um centro de confraternização dos negros da cidade que, com a modernização, foi desapropriada para dar lugar à nova conjuntura metropolitana (BRITTO, 1986). A transformação se sobrepõe à memória.

Em meio ao fluxo de modernização urbana, a única memória celebrada passa a ser a do discurso do poder local que idealiza na modernização urbana um passado glorioso localizado através de símbolos históricos que também fundamentavam o entendimento de São Paulo em relação ao restante do país: do legado missionário do jesuíta José de Anchieta passando pelas expedições dos bandeirantes (ROCHA, 2002). São símbolos cuja força relacionada à colonização indicam, ao se conectar com a nova condição moderna, a predestinação de São Paulo para levar a modernização para um país ainda subdesenvolvido material e economicamente; projeto que é celebrado pela elite local em

meios como a publicidade. Francisco Rocha demonstra isso ao analisar diversas peças de publicidade referentes à época do IV Centenário, dentre as quais uma peça da Construtora de Imóveis São Paulo S/A. cuja interpretação é citada abaixo:

Exemplo significativo da estratégia de construção da memória da cidade e de sua gente é o anúncio publicitário, que trata de aproximar duas representações da cidade captadas na linha do tempo de sua evolução. Nessa linearidade de sua história, indicam-se os quatrocentos anos da “cidade aniversariante”, imputando determinados significados a duas datas: 1554 – 1954. A primeira é sinalizada pela cena primordial onde se sobrepõem duas imagens arquetípicas: o ninho em cujo centro se desenha um ovo e a construção da igreja simbolizada pela cruz. A outra desenhada em primeiro plano refere-se ao ícone da modernidade paulista em 1954 – o edifício do Banco do Estado de São Paulo. Símbolo da São Paulo moderna, essa imagem traduz os valores representativos do progresso, atribuídos à verticalização da cidade, bem como sugere valores inscritos nas representações do capital econômico. Trata-se, pois, de apresentar a cidade através de um edifício que abriga a sede de um banco, identificando-se assim como “a capital do capital” (ROCHA, 2002, pp. 75-76).

Essa conjuntura simbólica e discursiva que se tenta atribuir a São Paulo no século XX também demonstra a absorção dos valores do capitalismo por parte da tentativa de se justificar como moderna. Da celebração do desenvolvimento agudo que caracteriza o crescimento urbano, a figura do *progresso* é recorrente no imaginário moderno do paulista. Aquele progresso cuja essência simbólica foi considerada por Walter Benjamin (2012) como pressuposto ideológico da ordem, símbolo da condição histórica dos vencedores. Ao progresso, o discurso do poder em São Paulo atrela significantes como *desenvolvimento* e *trabalho*; este emendando o trunfo de um trabalhador sem rosto, bem distante das nuances referentes ao proletariado de uma metrópole caracterizada pela diversidade populacional. Dessa combinação

entre predestinação e progresso se fundamenta o projeto moderno do paulistanismo:

Ao qualificar São Paulo de “capital bandeirante” buscava-se valorizá-la como centro econômico e industrial, cujo destino se mantinha nas mãos das indústrias, capazes de gerar o progresso, revelava-se o empreendedorismo capitalista e os industriais, como os “bandeirantes do momento”. Destacavam-se as virtudes dos paulistanos, seus ideais de liberdade e constitucionalidade, particularmente sua capacidade de trabalho e dinamismo – “São Paulo, terra de gente trabalhadora”, na apologia ao trabalho, ele aparece como símbolo da grandeza e do progresso. O progresso tinha como seu elemento de ação o trabalho, que articulava a produtividade, ao ritmo acelerado da vida e à modernidade. O trabalho e a ordem deviam ser exemplares, pois proporcionavam supressão do retrógrado pela positividade do moderno (MATOS, 2007, p. 82).

Entretanto, no que reside do triunfalismo referente a essa discursiva e sua ligação com um projeto moderno que continuava o poder das velhas oligarquias rurais, existe a marca da derrota referente a um ideal de modernidade para o país. Derrota que ocorreria ainda no período de transição da economia cafeeira para a industrial e que eclipsaria as ambições políticas da oligarquia paulistana.

3. A Revolta de 32 e os dois projetos de modernidade

O golpe que destituiu o presidente Washington Luiz e levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 encerra o período da República do Café com Leite no qual São Paulo, junto de Minas Gerais, comandava a polícia nacional devido à influência econômica do café. Essa ruptura política leva à insatisfação de parte das elites locais. Com a radicalização organizada pela Frente Única Paulista – que congregava o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista, ostentando “apoio das classes ‘conservadoras e liberais’ de São Paulo e se propõe a lutar pela

autonomia do estado e a constitucionalização do país” (RODRIGUES, 2010, p. 176) – as oligarquias paulistas procuraram mobilizar o estado a pegar em armas contra a nascente Era Vargas. Contou com apoio intelectual, em destaque um excitado Menotti Del Picchia, que posteriormente viria a simpatizar com o Integralismo, e principalmente o apoio dos meios de comunicação de massa locais. Além dos jornais produzidos pela própria FUP, como o Jornal das Trincheiras, também teve apoio da grande imprensa, como é o caso do Estado de São Paulo, que liderou na propaganda constitucionalista (RODRIGUES, 2010). Mas o veículo que de fato fez diferença na mobilização foi o rádio, no qual o apoio de grandes emissoras como Record e Cruzeiro do Sul foi de grande importância para mobilizar as massas em prol da causa constitucionalista (MORAES, 2000).

Comandada pelas oligarquias, a dita Revolução Constitucionalista deixou São Paulo em um verdadeiro estado de caos social. Durante o período de mobilização a cotidianidade na capital do estado era diretamente afetada por tal movimento. Até os governos dos prefeitos Fábio Prado e Prestes Maia, a instabilidade era a regra na política local, pois em oito anos contados do início da revolta, a cidade passou por 13 prefeitos.

Na realidade, a cidade de São Paulo, no início da década de 1930, viveu, sob diversos aspectos, uma situação muito turbulenta e complicada, refletindo de certo modo o problemático cenário político nacional. Em menos de meio decênio, ela enfrentou e suportou duas revoltas (a de outubro de 1930 e a de junho de 1932) e uma importante eleição constituinte em 1934. Assim, durante os primeiros quatro anos, a cidade viveu sob um quadro político e administrativo convulsionado; era quase impossível dirigi-la. A turbulência política e social interferiu diretamente no cotidiano de todos os paulistanos, atingindo ricos e pobres, nacionais e imigrantes, negros e brancos, jovens e velhos (MORAES, 2000, p. 41).

A derrota da campanha constitucionalista redefiniu a forma com que São Paulo se relaciona à ideia de Brasil como nação. Não apenas pela pecha de insurgente contra o novo governo federal, mas também por este ter o seu próprio projeto de modernização que haveria de ser aplicado no país. O projeto varguista e o projeto paulista convergem em pontos chave – a apologia ao trabalho, a ênfase no desenvolvimento e na industrialização –, contudo o populismo fomentado por Getúlio Vargas levou ao fortalecimento de uma noção de modernidade que fosse também condizente com a construção de uma identidade nacional. A influência de intelectuais como Mário de Andrade – paulista, mas cujo trabalho se mostra preocupado em identificar fatores de unificação da cultura brasileira – e Gilberto Freyre serviu para uma política governamental que buscasse identificar a unidade nacional não apenas na composição territorial, como também na convergência de uma população diversificada.

(...) junto a essa segurança do autoritarismo, um novo modelo de autenticidade nacional foi fabricado no Brasil pós-1930. Não foi escolhido um dos modelos regionais para simbolizar a nação, mas desses modelos foram retirados vários elementos (um traje de baiana aqui, um samba ali) para compor um todo homogeneizador (VIANNA, 2012, p. 61).

O sucesso do varguismo como projeto não foi apenas pelo impulso que o Estado passou a dar à industrialização nacional, mas também por ter atrelado este à formação identitária do brasileiro. Afinal, se a apologia ao trabalho era fator preponderante tanto do varguismo quanto do paulistanismo, figuras como o operário negro de “O Bonde do São Januário”, samba propaganda de Wilson Batista e Ataulfo Alves, têm muito mais força em atrelar modernização e identidade do que o trabalhador musculoso e de cara genérica das peças de propaganda do paulistanismo. Não apenas isso, também o governo Vargas percebeu a necessidade de um contrato social com a classe trabalhadora para tocar o projeto de

desenvolvimento nacional, no que origina a Consolidação das Leis do Trabalho. Visão que não apenas faltou à elite paulista convertida em empresariado, como esta também se mostrou hostil à semelhante contrato.

A ambição do paulistanismo em “corrigir” a situação de subdesenvolvimento que caracteriza o Brasil passa a incluir como um dos responsáveis por tal situação o projeto de modernização varguista. Pois mesmo depois da morte de Getúlio Vargas e do atravessar de um século marcado por convulsões políticas, os corolários do varguismo continuavam a vigorar, interpretados por diferentes matizes políticas. Do passado revoltoso contra o varguismo e pela permanente oposição à continuação dos pressupostos deste, o paulistanismo passou a ser o desejado projeto de São Paulo e das elites capitalistas para o Brasil, mas para o resto do país passou a ser o estranho projeto de modernização vindo de São Paulo.

4. O paulistanismo na Nova República

Por abraçar a modernização capitalista em sua forma mais crua, São Paulo desenvolve também em seu cenário urbanizado e industrializado formas acentuadas de luta de classes que hão de definir o processo político local, ainda que o discurso oficial se esforce para esconder ou minimizar tal fato. Curiosamente, tal fator proporcionou a formulação de posicionamentos e teorias ligados à esquerda política adequados aos ditames do paulistanismo. Se estruturando em torno do antipopulismo, se estabelece como consensual entre essas leituras que a superação do atraso do subdesenvolvimento passa necessariamente pela modernização capitalista (SILVA, 2011). Das diversas teorias que foram desenvolvidas em torno desse pressuposto, merecem destaque as trabalhadas por Sérgio Buarque de Holanda. Em sua obra sobre a formação da sociedade brasileira, *Raízes do Brasil*, Holanda (2012) dá certa atenção à atuação bandeirante de expansão territorial e considera a transição de uma sociedade agrária para a urbana da qual o país passou a atravessar no século XX como um verdadeiro processo revolucionário. Também

importante são suas teses sobre o caráter geral do brasileiro, identificadas no conceito de “homem cordial”, que fundamenta as relações sociais na confusão entre o público e o privado.

Outro teórico que merece destaque foi Fernando Henrique Cardoso e seu trabalho com a Teoria da Dependência. Influenciado pelas consequências do golpe militar de 1964 e o apoio norte-americano a este, Cardoso, junto com o sociólogo chileno Enzo Faletto (apud SILVA, 2011), considera a questão do desenvolvimento dependente, ou seja, o fator do desenvolvimento capitalista do Brasil como resultado do sistema externo de dominação capitalista, representado no país por determinados grupos sociais. Considera o papel do nacionalismo populista na industrialização, mas enfatiza que tal crescimento se restringiu à parte da indústria associada ao capital estrangeiro, demonstrando a dependência de uma economia subdesenvolvida à dominação externa. Das formulações teóricas de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Marcos Vinicius Silva faz a ressalva de como esses pressupostos ligados à esquerda uspiana enfocam em um protagonismo das elites e do Estado como motor do desenvolvimento, relegando o operariado a um papel secundário.

As tendências expostas atribuem aos trabalhadores (quando tratam da questão) uma posição secundária e reflexiva: “determinados” processos externos e superiores, ou portadores de determinado “papel” em um sistema social preestabelecido e autorregulável, mesmo quando os resultados são postos em questão - muitas vezes até com a situação dos trabalhadores tomada como evidência (SILVA, 2011, p. 23).

As figuras intelectuais de Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Henrique Cardoso são preciosas devido a sua influência na definição da política brasileira oriunda dos pressupostos da Constituição de 1988. Holanda, como membro fundador do Partido dos Trabalhadores, e Cardoso, como futuro Presidente da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira. Ambos partidos constituídos na tentativa de cicatrizar

o trauma de 64, se estruturaram nas contradições da política e da economia paulista e, de início, tiravam sua motivação política do antipopulismo:

Variações dessa ambição antipopulista, solidamente armada para corrigir os traços gerais da formação brasileira que ela mesma se encarrega de identificar (atraso, patrimonialismo e violência cordial) pode ser sentidas em Caio Prado Jr., em Sergio Buarque de Holanda (com a ambigüidade que corresponde a sua finura interpretativa), na sociologia da USP, na poesia concreta, no PSDB, no PT (WISNIK, 2004, p. 305).

Contudo, no decorrer do período de democratização e na tentativa de estabilização deste – cujo primeiro governo eleito, de Fernando Collor, já sofrera um *impeachment* – Fernando Henrique Cardoso e o PSDB assumem o Executivo Federal se incumbindo de rever a herança do populismo varguista; algo que fica evidente em um de seus mais conhecidos discursos:

Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista (CARDOSO, 1995, p. 10).

O significado dessa tomada de posição que resultou nas políticas de privatização e, ironicamente, nos empréstimos condicionados de entidades externas como o Fundo Monetário Internacional, levou ao choque para com os corolários tradicionais do desenvolvimento nacional, assim como a oposição do proletariado contrario à dependência do capital internacional e à possibilidade de precarização que as políticas de cunho neoliberal acarretariam. Essa oposição franca à herança varguista levou o PSDB a se aproximar cada vez mais do paulistanismo. Da possibilidade de sucessão de Fernando Henrique Cardoso – o intelectual uspiiano, mas carioca – é escolhido um político bem

associado a São Paulo, o ex-ministro da saúde José Serra. Do que se sucedeu das disputas perdidas para o PT a partir de 2002, dois dos três candidatos indicados à presidência pelo PSDB eram políticos paulistas: José Serra e Geraldo Alckmin. O insucesso do partido em continuar a disputa da federação contrasta com seu poder no estado de São Paulo, onde passa a ser o atual representante do discurso da modernização paulista, ocupando há 22 anos o governo local.

Da parte do PT, que passaria a governar o país por 14 anos até ser derrubado pelo mesmo peemedebismo que o ajudou a se sustentar, coube um formidável papel conciliador, equilibrando paradoxalmente seu passado no trabalhismo antipopulista com os pressupostos do nacionalismo desenvolvimentista do varguismo. Por costurar de tal forma esses diferentes projetos de modernização, assim como outras características de uma política conciliatória, algo no que o carisma de seu líder, Luis Inácio Lula da Silva, o sociólogo Chico de Oliveira considerou o PT como bem representativo de uma nova face moderna do Brasil, o qual chamou de ornitorrinco:

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* (sic) nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulário que sofisticado; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema bancário ainda atrofiado, embora acapare (sic) uma alta parte do PIB - % -, quando se o compara internacionalmente. Em termos da PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que chegou ao auge na década de setenta do século passado, mas decrescente também, e explosão continuada do emprego nos serviços. Mas esta é a descrição de um animal cuja “evolução” seguiu todos os passos da família! (OLIVEIRA, 2016, p.9).

Do desgaste dessa forma de desenvolvimento e de seu auxílio ao pacto conciliatório emendado pelo PT, cresce a pressão para a saída abrupta deste do governo federal. Em uma conjuntura que inclui as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff – que tiveram como gatilho sua reeleição –, a crise econômica e a incapacidade do governo de estancar a ferida da Operação Lava Jato, o fisiologismo representado pelo PMDB que sustentava o governo e que conseguiu indicar Michel Temer ao cargo de vice rompe com o petismo levando consigo a maioria de centro do Legislativo. Dessa junção entre o centro e a oposição do PSDB e dos Democratas, mais a pressão por parte do empresariado, se consegue realizar o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Temer, Deputado Federal de São Paulo até sua escolha à vice-presidência, toma o cargo de Presidente da República manifestando evidente simpatia pelo paulistanismo. Voltando ao ponto inicial deste artigo, o discurso de Temer manifesta o desejo de nacionalizar a narrativa do paulistanismo em sua valorização acrítica do trabalho e do progresso. Não apenas através dos cartazes já mencionados, como também através da releitura do lema positivista “ordem e progresso”, que, além de sua marca na bandeira do país, também passa a figurar como slogan de governo. Reaproveitar um lema já oficializado pode parecer um contraste curioso em relação ao petismo, mas, tal como os slogans criados nos governos destes, “ordem e progresso” sintetiza bem não apenas o projeto do paulistanismo posto em prática em escala nacional, como exprime a convergência deste para com o idealismo elitista e excludente que serviu de base nos princípios da República; uma concepção de modernização que deve ao Brasil arcaico. “Ordem e progresso” também evoca as ambições modernizantes em um contexto de crise política e econômica. Palavras como “pressa” e “pacificação” são ouvidas constantemente nas falas de Temer, assim como na retórica do empresariado que lhe dá suporte, conotando o desejo de adequar o país aos ditames do paulistanismo de forma autoritária e em consideração ao pouco tempo de um governo não eleito.

Do discurso para a prática de gestão, é notável como o governo Temer já de início procure emular a administração tucana em São Paulo em áreas chave e que mensuram a administração não como o governo de um país de população nuançada, mas como concepção estratégica de um espaço, com o povo sendo encarado como detalhe passivo de controle¹. Além da apologia à “pacificação”, é bem indicativo desse fator a escolha para Ministro da Justiça do nome de Alexandre Moraes, anterior Secretário de Segurança de São Paulo, conhecido por cancelar o tratamento violento da polícia militar paulista em manifestações políticas. Embora essa concepção de gestão não difira inicialmente do desenvolvimentismo de Dilma Rousseff, a aposta tecnocrática agora perpassa a concepção neoliberal de Estado; esta busca uma ruptura para com a modernização herdada do varguismo ainda mais profunda do que a empreendida por Fernando Henrique Cardoso, em uma aproximação definitiva com o paulistanismo, que procura desmontar a ênfase nas políticas sociais asseguradas pela Constituição de 1988 atribuindo culpa a estes – assim como ao governo antecessor – pela crise política e econômica. Henrique Meireles como Ministro da Fazenda e José Serra como Ministro de Relações Exteriores são também dois nomes que perpassam a ligação dessa concepção de gestão em moldes neoliberais para com os ditames do paulistanismo; ainda compreendendo que receberam esses postos chave em meio à conciliação dos interesses diversos que culminaram no *impeachment*. Propostas como a readequação da CLT para valorizar a negociação, reforma da previdência com aumento da idade mínima para a aposentadoria e teto para gastos sociais indicam não apenas o ataque à valorização social feita pela

¹ Sobre a ideia da administração como estratégia em relação ao espaço. Interessa a argumentação de Michel de Certeau: “Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos e ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, um lugar do querer e do poder próprios” (CERTEAU, 1994, p.99)

redemocratização, mas também um compromisso inédito do poder com um projeto de modernização que foi outrora fundamentado em São Paulo, perpassando um capitalismo cru que agrada às elites econômicas.

Visto o antagonismo entre essas duas concepções de modernização e como o paulistanismo ressurgiu ao ambicionar a nacionalização de seus preceitos em meio a uma ruptura com o pacto democrático, acaba por se transformar em necessidade a urgência de uma narrativa para legitimar uma concepção tão unilateral de administração política. Como substituto do diálogo, a narrativa oficial pode até ter algum sucesso em mobilizar subjetividades, especialmente de alguns setores de base que foram favoráveis ao *impeachment*. Mas, devido à sua característica totalitária, incapaz de lidar com a multiplicidade de um país continental, e ainda por cima que já vem pronta da retórica tradicional do paulistanismo, é duvidoso que ela seja suficiente para dar legitimidade a um projeto de governo que se vê na contradição de implementar um programa de efeitos a longo prazo em um período curto e que só poderá ser continuado politicamente convencendo as massas de sua eficácia.

Por fim, é irônico que um paulistanismo que não tem força política para disputar eleitoralmente seu projeto, precise recorrer a um blefe comandado pelo fisiologismo peemedebista, algo representativo daqueles defeitos nacionais que a predestinação do paulistanismo se propunha a corrigir. Conforme conceituado por Marcus Nobre (2016), o peemedebismo caracterizaria o sistema político por forçar os chamados partidos líderes – PT e PSDB – a buscar apoio de partidos que, por abrigarem dentro de si interesses diversos, vendem apoio político em troca de estabilidade; espectro que tem no PMDB seu grande representante. O *impeachment* de Dilma não apenas foi desencadeado pela degradação desse pacto, como também o processo foi exemplar da expressão desses interesses difusos; vide o protagonismo de Eduardo Cunha, o Ex-Presidente da Câmara dos Deputados, eleito se utilizando da fé evangélica, com um passado de corrupção que vai desde a presidência da TELERJ até os recentes escândalos da Lava Jato, que desempenhou como

ninguém a função de “presidente de sindicato” ao comandar o centro da Câmara dos Deputados. Poucos poderiam assim se compor como uma personificação do patrimonialismo. Curioso, portanto, que o paulistanismo tenha chegado ao poder não pelo tucanato, mas por Temer, que o representaria dentro da colcha de interesses do peemedebismo. Logo, Temer tem o desafio de conciliar os interesses do peemedebismo concomitante a aplicar a agenda do paulistanismo que escolheu como forma de governo. Ao demonstrar dependência dos mecanismos desse fisiologismo, o paulistanismo se coloca como ainda mais associado a esse Brasil tido como subdesenvolvido e terceiro-mundista do que gostaria de admitir seu discurso.

Referências

- AZEVEDO, Amailton Magno. *A Memória musical de Geraldo Filme: os sambas e as micro-Áfricas*, São Paulo. Tese de Doutorado – PUC/SP, São Paulo, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*”. Walter Benjamin tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7º edição. São Paulo: Brasiliense. 1994.
- BRITTO, Iêda Marques. *Samba na cidade de São Paulo (1900 -1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes do governo*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alvez. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Rosa Freire d’ Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

- LINHARES, Carolina. Empresário espalha frase citada por Temer em outdoors de MS. *Folha de São Paulo*, 16 mai. 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã – 1º Capítulo Seguido das Teses Sobre Feuderbach*. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Moraes. 1984.
- MATOS, Maria Izilda de Santos. *A cidade, a noite e o cronista*. São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *Metrópole em sinfonia*: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- NOBRE, Marcos. “Temer, como presidente do Brasil, será o presidente do PMDB”. *Revista Época*. Publicada em 17/05/2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/marcos-nobre-temer-como-presidente-do-brasil-sera-o-presidente-do-pmdb.html>. Acesso em 04 de novembro de 2016. Entrevista à Guilherme Evelin.
- OLIVEIRA, Francisco de. “O Ornitorrinco”. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/geo/ornitorrinco.rtf. Acesso em 08/09/2016.
- RODRIGUES, João Paulo. Um confronto de palavras e ações: o jornal das trincheiras em cena na ‘revolução constitucionalista’ de 1932. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. V. 3. N 1. pp. 175-200.
- ROCHA, Francisco. “Adoniran Barbosa: o Poeta da Cidade”. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- SILVA, Marcos Virgílio. *Debaixo do Pogréssio*: urbanização, cultura e experiência popular em João Rubinato. Tese de Doutorado – FAUUSP. São Paulo, 2011.
- TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado – Palácio do Planalto. Publicado em 12/05/2016. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe->

[planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto](#). Acesso em 05/09/2016.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

WISNIK, José Miguel. *Sem Receita*. São Paulo: Publifolha, 2004.

“1984” e o Brasil de 2016

David G. Borges

Em 1949 um escritor britânico chamado Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo de George Orwell – à época com 45 anos de idade – escreveu um livro, chamado “1984”, no qual ele retrata uma distopia. Na ficção de “1984” existe um governo tirânico que controla seus cidadãos através de uma série de artifícios políticos e sociais especificamente planejados e colocados em prática de modo a impedir que o povo se revolte contra os seus governantes. Em diferentes países esse livro foi visto de formas distintas. Nos EUA ele foi entendido como uma crítica ao comunismo soviético. Na Inglaterra, como uma crítica aos regimes nazifascistas que haviam acabado poucos anos antes. De qualquer modo, independente da interpretação, o cenário criado por Orwell se tornou o modelo de todos os regimes antidemocráticos, de todos os governos que trabalham contra o seu próprio povo.

Quero deixar bem clara minha intenção com esta palestra desde o seu início: vivemos em uma distopia. Temos um governo que trabalha contra o povo e no qual a política existe não em prol da promoção do bem comum, como apregoaram os pensadores da antiguidade grega e romana¹, mas no qual o único propósito da atividade política é a manutenção e a ampliação da influência daqueles que já são poderosos, como descrito por Maquiavel em “O Príncipe”, sua principal obra, escrita no século XVI². A política torna-se, nesse contexto, um “fim em si mesmo”, um jogo que obedece às suas próprias regras internas e que não possui nenhum propósito exterior a si – como, por exemplo, o de supostamente promover o bem-estar social (que é o discurso de

¹ Os dois maiores exemplos são, obviamente, Platão e Aristóteles; mas não podem ser ignorados outros autores do período antigo com visão semelhante, como Cícero. Durante toda a antiguidade a narrativa de que a política serve ao “bem comum” foi predominante, tendo sido contestada com vigor apenas na renascença. Não surpreendentemente, no imaginário popular ainda existe a crença de que os poderosos têm alguma espécie de interesse pelo povo para além de sua óbvia função como massa de manobra.

² MACHIAVELLI. *O príncipe*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

todos os otimistas políticos ao longo da história). O principal objetivo dos poderosos é manutenção de suas estruturas e nichos de poder; tal é a realidade hoje e tal era a realidade na época de Maquiavel. O objetivo secundário dos poderosos hoje, assim como no século XVI, é a ampliação de seu poder e de suas esferas de influência. Adicionalmente, esta é a realidade não só da atual cúpula do governo brasileiro, surgida a partir de um golpe de estado, como também da cúpula anterior, que igualmente operou por meio de uma série de golpes contra o povo e da qual o atual núcleo de nossa política fazia parte. Para uma análise realista da situação não devemos nos esquecer de que nossos atuais ministros e o presidente em exercício eram parte essencial da sustentação – ou da “governabilidade” – do governo que está sendo defenestrado³.

“1984” não é exatamente um bom título para um livro. É, afinal, um número - ou, mais precisamente, uma data. Como dito, a obra foi escrita em 1949; 1984 parecia, então, um ano distante o suficiente para que o autor pudesse estabelecer um futuro fictício que parecesse familiar aos seus leitores – que não fosse radicalmente diferente em suas estruturas – mas que, simultaneamente, fosse distante o suficiente para que algumas mudanças geopolíticas, sociais e tecnológicas pudessem ser inseridas na trama. Orwell foi extremamente bem-sucedido em seu objetivo, pois conseguiu o que poucos escritores de ficção foram capazes ao longo da história: ele descreveu mecanismos de controle social e político que permaneceriam sendo utilizados por décadas após sua morte e após a “data” de sua trama – mecanismos estes que ainda estão em uso.

Mas como? Ora, a sociedade muda; ele próprio cria, em sua ficção, elementos tecnológicos que hoje não existem, que imaginava que seriam muito avançados para a época, mas que na verdade nunca foram práticos o suficiente para serem adotados; embora ele também crie inúmeros outros que acabaram sendo inventados ou que pelo menos são próximos o suficiente de tecnologias que nós temos hoje. Mas o cerne de “1984” são os

³ Este artigo foi escrito antes da conclusão do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

artifícios psicológicos que, no enredo, permitem que a população permaneça dominada. Estes artifícios, obviamente já existentes em 1949, quando o livro foi lançado, continuam em uso hoje. Quais seriam? Há três artifícios principais, que nas traduções em português de “1984” geralmente são chamados de “duplipensar”, “crimidéia” e “novilíngua”. O que vem a ser isso? E que traduções estranhas são essas? Em inglês os termos são muito melhores: “thought-crime”, por exemplo – crime de pensamento, e não “crimidéia”. Mas irei seguir o cânone das traduções mais famosas, e por isso mantereí os termos⁴.

Iniciemos pelo “duplipensar” (“double-thinking”). Consiste em adotar conceitos contraditórios, auto-excludentes, como absolutamente normais; ou, pior ainda, acreditar neles como se fossem complementares entre si. Temos inúmeros exemplos em nosso cenário político atual. Na primeira edição do seminário “Brasil em Crise”, em 2014, defendi que existia um “red scare”, um “medo vermelho” em eferverscência na população. Todos começaram a ter medo da “ameaça comunista”, exatamente como ocorreu nos EUA em dois momentos: o primeiro entre 1919 e 1921 e o segundo entre 1947 e 1954. Hoje os analistas políticos que recebem mais atenção da mídia estão chamando isso de “Macartismo brasileiro”; criaram uma nova terminologia que diz praticamente a mesma coisa para fingirem ter chegado a essa conclusão por conta própria⁵. Mas o que caracteriza o “medo vermelho” ou o “macartismo”? A idéia de que existe uma “ameaça comunista”, “socialista” ou “bolivariana” – outro termo estúpido, já que Simon Bolívar era liberal e o conceito de comunismo sequer existia em sua época – que vai destruir o Brasil se for deixada à solta. Devemos, em

⁴ Uma tradução de grande circulação em nosso país e que serve de base a esta palestra é a seguinte: ORWELL, G. 1984. São Paulo - SP: Cia. das Letras, 2009.

⁵ Em que pese a diferença de termos, "Red Scare" parece mais apropriado do que "Macartismo" para descrever o fenômeno. O "Red Scare", quando ocorreu, foi algo disseminado no comportamento social, muito similar a uma histeria coletiva. "Macartismo", por outro lado, designa uma política ativa que o governo estabeleceu para perseguir determinadas posições políticas, utilizando-se também de propaganda para tentar estimular o medo na população. Em outras palavras: o segundo era uma medida estatal, e o primeiro não. Por isso o uso termo "Macartismo" para traçar uma analogia com o Brasil de hoje continua a parecer, na opinião deste autor, inapropriado.

consequência, nos prevenir contra tudo que pareça “coisa dos vermelhos”. Os “vermelhos” querem destruir a nação. E como o adjetivo de “vermelho” ou “comunista” pode ser atribuído a qualquer um, já que a maioria de nossa população é completamente ignorante a respeito de história e ciência política, até mesmo idéias liberais ou anarquistas são colocadas nesta caixa quando incomodam os donos do poder. Um exemplo são as garantias civis. Apenas “comunistas” defendem os direitos humanos. Pouco importa que tenham sido os liberais – capitalistas! – a propor originalmente o direito de ampla defesa, a liberdade de manifestação, o voto, a liberdade de expressão ou o direito de não ser executado sumariamente pelos representantes do estado. Todas essas coisas, na mentalidade dos que foram convencidos da existência de uma “ameaça bolivariana”, são “coisa de comunista”. Mas isso por si só não caracteriza o duplipensar. O que o caracteriza é a crença, bastante arraigada em boa parte da sociedade, de que com menos garantias civis e endurecimento do aparato repressivo do Estado teremos mais segurança. Ora, são absolutamente contraditórias as duas proposições; se você tem menos direitos civis e se o governo possui mais meios de abusar do poder em relação a você, você não terá mais segurança. São duas idéias absolutamente opostas, auto-excludentes e contraditórias; no entanto, de alguma maneira as pessoas crêem que elas se complementam, crêem que elas funcionam juntas: eis a essência do duplipensar.

Outro exemplo de duplipensar: a crença de que com menos impostos é possível ter serviços públicos de maior qualidade. Uma variante é a de que com menos funcionários públicos o Estado seria mais eficiente. Ora, serviços públicos exigem gente para executá-los; com menos gente a qualidade tende a diminuir. Essa gente, os funcionários públicos, precisa receber salários; eles precisam também de equipamentos para executarem suas tarefas. Consequentemente, quanto maior a qualidade exigida pela população para os serviços públicos, mais dinheiro é consumido. O dinheiro que o estado tem disponível para utilização vem, em sua maior parte, de impostos; portanto, é contraditório imaginar que com menos impostos – ou seja,

menos arrecadação – o Estado conseguiria financiar melhores serviços.

Um caso bem claro de duplipensar é a imagem que as pessoas têm do Partido dos Trabalhadores. Para seus opositores, é um partido “comunista”. Para seus defensores, é um partido que se preocupa com os indivíduos mais frágeis de nossa sociedade e que erradicou a pobreza. Essa imagem foi construída com pesados investimentos em propaganda. Qualquer análise minimamente racional dos treze anos de governo do Partido dos Trabalhadores evidencia que um ciclo de mais de uma década no qual os movimentos sociais foram amordaçados e em que os banqueiros brasileiros tiveram os maiores lucros da história não pode ser coisa de “comunista” ou de quem se preocupa com os mais fracos. Não podemos jamais nos esquecer que foi esse partido que usou as forças armadas para ocupar porções enormes do território das grandes cidades brasileiras, transformando suas periferias em campos de concentração a céu aberto; que foi ele que retomou um projeto da época da ditadura militar – a construção da usina de Belo Monte – e expulsou os povos originários da região para executá-lo; que abandonou bandeiras históricas de sua própria militância, como o direito ao aborto, para agradar aos elementos mais retrógrados de nossa sociedade; que promoveu esses elementos retrógrados – a saber, os fanáticos religiosos e os ruralistas – a atores políticos de maior relevância, em nome da “governabilidade”; que forneceu aos banqueiros brasileiros as condições para melhor explorarem a população através de endividamento.

Parte do marketing político do Partido dos Trabalhadores se baseou na mentira da eliminação da miséria. Eu leciono em uma universidade do interior do Piauí, um dos estados mais pobres da federação. Recentemente visitei uma escola em um município vizinho ao que eu moro. A “escola” consiste em quatro toras de madeira formando pilares, um “telhado” de folhas de buriti sobre elas e uma lona que serve como quadro negro improvisado⁶. Essa “instituição” recebe verbas federais e

⁶ Não se trata de um caso da falácia que toma a parte pelo todo; infelizmente a situação descrita é comum em diversos assentamentos e comunidades rurais do interior do

estaduais para funcionar, e um de meus alunos de graduação é o “diretor” dela. As casas de vários de meus alunos – boa parte deles assentados da reforma agrária – não são muito diferentes em estrutura física. Em nenhum dos assentamentos ou das comunidades que visitei desde que pisei no estado há água tratada, saneamento ou atendimento médico. Não há transporte público, e vocês já devem imaginar como são as condições educacionais. A “eliminação da miséria” é uma grossa mentira, elaborada para enganar os ingênuos. Porém, a propaganda feita pelo governo Lula – que, na melhor das hipóteses, pode ser qualificado de social-democrata – e pelo governo Dilma – que claramente é nacional-desenvolvimentista – em torno da eliminação da pobreza foi tão forte que foi necessário aos seus opositores criar a mentira de que foram governos “comunistas” para que tivessem alguma chance real de abalarem a popularidade dos mesmos. Não houve fim da pobreza; não houve eliminação da miséria. Não houve atenção aos mais fracos. São dois governos que foram criticados mais por seus poucos acertos, como as tímidas tentativas de elevação do poder de compra dos mais pobres, do que por seus inúmeros e gravíssimos erros, como a expulsão dos índios de Belo Monte, o estado de exceção nas periferias das grandes cidades, a mordada aos movimentos sindicais ou por ter se prostituído às grandes empresas que financiaram suas campanhas. Diga-se de passagem, a elevação do poder de compra da população foi erroneamente fomentada com base no endividamento, gerando uma bolha que foi a semente da nossa atual crise econômica.

Obviamente toda essa propaganda não poderia se sustentar sem artifícios de dominação psicológica. Um deles já foi descrito, o duplipensar – e, como vocês podem perceber, ele é usado por ambos os lados da disputa pelo poder. Sérgio Buarque

nordeste brasileiro. Em que pese o fato do governo do Partido dos Trabalhadores ter melhorado o acesso à água e à eletricidade em muitos locais onde não existiam condições dignas de moradia, o que foi de fato realizado durante seu governo não chegou sequer perto daquilo que era propagandeado nos grandes centros urbanos sob o rótulo de “fim da miséria”. Os camponeses continuam tão miseráveis quanto antes e as estruturas locais de poder permaneceram intocadas.

de Holanda, em sua famosa obra “Raízes do Brasil”, de 1936⁷, escreveu que “é freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro”. É exatamente isto que está acontecendo no Brasil hoje: todos acreditam estar lutando por um futuro melhor para a nação, mas em realidade cada um escolheu seu time – o dos “petralhas” ou o dos “coxinhas” – e a lógica das brigas de torcida em estádios de futebol foi transplantada para as manifestações nos centros das grandes cidades e para as redes sociais. Mas não é apenas no esforço de encontrar complementariedade em idéias contraditórias que se baseia nossa condição de escravos incapazes de nos rebelarmos contra o atual sistema político-econômico. Um mecanismo fundamental para a nossa dominação psicológica reside na novilíngua.

Orwell partiu de uma intuição filosófica que foi bastante comum desde a antiguidade, embora tenha se espalhado com maior expressão depois daquilo que nós chamamos de “o giro linguístico”, um movimento filosófico da primeira metade do século XX⁸. De modo resumido, aquilo que não pode ser enunciado não pode ser pensado. Para se pensar em determinado objeto ou conceito é preciso que ele tenha um nome; é preciso que ele seja designado de alguma maneira. Criar novilíngua consiste em empobrecer a linguagem, eliminando dela determinados conceitos e, conseqüentemente, impedindo as pessoas de pensarem certas coisas.

Novamente, há inúmeros exemplos. Em declaração recente o novo ministro da saúde afirmou que “o tamanho do sistema único de saúde precisa ser revisto”. “Rever” o tamanho de um serviço público significa basicamente eliminar aquele serviço ou precarizá-lo de forma que ele venha a desaparecer.

7 HOLANDA, S. B. DE. *Raízes do Brasil*. 26a. ed. São Paulo - SP: Cia. das Letras, 1995.

8 Entre seus principais expoentes estão Frege, Russel e Wittgenstein; e, de certa maneira, também Carnap e Schlick.

9 Ministro da Saúde já fala em encolher o SUS. *Brasil 247*. 17 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/232627/Ministro-da-Sa%C3%BAde-j%C3%A1-fala-em-encolher-o-SUS.htm>>. Acesso em 02 nov. 2016.

Mas, é claro, ele não pode dizer “acabaremos com o sistema único de saúde, acabaremos com a saúde pública”; isso geraria uma onda de impopularidade. Então é dito que ele está sob “revisão”. “O tamanho do sistema de saúde precisa ser revisto”. Revisar deveria ser algo bom, certo? Analisamos e aprimoramos. Mas não é bem essa a intenção por trás da declaração do ministro. Este caso foi tão óbvio que a pressão popular subsequente fez com que ele recuasse de sua declaração, embora seja improvável que tenha recuado de sua intenção original.

Algo bastante semelhante foi feito em São Paulo durante a chamada “reorganização escolar”¹⁰. “Estamos efetuando uma reorganização escolar”, disse o governador do estado. Trata-se de um eufemismo para fechamento de escolas, e essa formulação foi adotada por inúmeros outros governadores de estados depois disso. Ou ainda: não temos falta d’água, temos uma “crise hídrica”¹¹. Não iremos derrubar leis trabalhistas, iremos “flexibilizá-las”¹². Um ministro do Superior Tribunal Federal chegou a dizer que o país não está passando por um golpe de estado, e sim por uma “pausa democrática”¹³. O que vem a ser uma “pausa democrática”? O que diabos é uma “pausa democrática”? Podemos parar a democracia temporariamente, fazer uma pausa nela, sem que isso seja considerado golpe de estado?

10 Reorganização atinge 311 mil alunos e 'disponibiliza' 94 escolas de SP. *G1 São Paulo*. 26 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/reorganizacao-escolar-em-sp-tem-94-escolas-que-serao-disponibilizadas.html>>. Acesso em 02 nov. 2016.

11 Maior crise hídrica de São Paulo expõe lentidão do governo e sistema frágil. *BBC Brasil*. 22 mar. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140321_seca_saopaulo_rb>. Acesso em 02 nov. 2016.

12 Flexibilização da CLT entra na pauta do governo Temer. *O Globo*. 22 jun. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/flexibilizacao-da-clt-entra-na-pauta-do-governo-temer-19353463>>. Acesso em 02 nov. 2016.

13 Brasil vive pausa democrática para freio de arrumação, diz Ayres Britto. *O Estado de S. Paulo*. 22 abr. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-vive-pausa-democratica-para-freio-de-arrumacao--diz-ayres-britto,10000027535>>. Acesso em 02 nov. 2016.

O que dizer do projeto da “escola sem partido”¹⁴? Uma instituição de ensino na qual as estruturas da sociedade não são analisadas e postas sob crítica é uma escola conservadora: ela já possui um “partido”, que é justamente em prol da manutenção da sociedade tal qual ela é hoje. Não existe neutralidade epistêmica, e conseqüentemente não existe ensino neutro; ou se está do lado dos poderosos e do *status quo*, ou se está, em maior ou menor grau, contra eles. A “escola sem partido” possui, sim, um partido: é uma escola da censura.

A novílingua também existe no nome de nossos partidos políticos. Temos o Partido Progressista (PP), por exemplo. O Partido Progressista é o mais conservador que esse país já produziu; ele está ao lado de absolutamente tudo o que é atrasado – e o problema do Brasil não é a existência de conservadores, pois eles são necessários para a política. Conservadores existem em qualquer lugar do mundo. É necessário que eles existam para fazer a crítica dos movimentos que se auto-intitulam progressistas. Porém, o problema em nosso país é que o nível intelectual dos nossos conservadores é baixíssimo; eles não defendem políticas conservadoras que seriam esperadas no século XXI: eles defendem políticas conservadoras que seriam esperadas no século XVII. O Partido Progressista brasileiro é o partido mais conservador que nós temos, apesar de seu nome. Mas há outros exemplos. O Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) não é mais social-democrata, é neoliberal. O partido que hoje é chamado de “Democratas” (DEM) apoiou a ditadura, o regime militar; e, é claro, o Partido dos Trabalhadores (PT) cometeu inúmeros assaltos aos direitos dos trabalhadores enquanto esteve no poder. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) não é, em absoluto, democrático: é o partido mais oligárquico de nosso país, e historicamente andou de mãos dadas com golpes contra a democracia popular e contra a soberania nacional. Tudo isso, meus caros ouvintes, faz parte de uma estratégia deliberada de

14 Trata-se do projeto de lei do Senado nº 193/2016, de autoria do senador Magno Malta. Seu objetivo é proibir professores de discutirem assuntos como sexualidade, gênero, religião e política. Na prática, institucionaliza a censura no ensino.

reformulação da linguagem de modo a dificultar a análise crítica do ambiente político e social à nossa volta; como dito anteriormente, aquilo que não pode ser dito não pode ser pensado. Aquilo que é dito de maneira pouco usual ou ilógica demanda um esforço maior para que se dissipem as aparências e se atinjam as essências. Chamar um leão de gatinho não o torna um gato doméstico, mas faz com que você demore alguns segundos a mais para perceber que se trata de um leão – talvez tempo suficiente para que você seja abocanhado.

Esta palestra que estou proferindo hoje, obviamente, é uma crimidéia, nossa última categoria de análise. No original, Orwell a chamou de “thought-crime”, ou “crime de pensamento” em uma tradução mais literal. A crimidéia consiste em enunciar qualquer tipo de pensamento que não seja favorável aos donos do poder no momento. É claro que o partido que detinha o poder na distopia de Orwell levava a lealdade muito a sério: ele levava a lealdade tão a sério que apenas pensar em coisas que não atendiam aos interesses do partido já era considerado um crime político. Porém, em nosso mundo real, de 2016 (e não de um 1984 que nunca existiu) os donos do poder não estão organizados em um partido único. Eles estão dispersos, em inúmeras empresas. Bancos, conglomerados midiáticos, indústrias, donos de patentes de insumos agrícolas, produtores de medicamentos. Não é coincidência que o primeiro *slogan* lançado pelo governo interino tenha sido “não pense em crise, trabalhe!”¹⁵. Trabalhe para encher os bolsos dos empresários. Qualquer um que conheça o conceito de mais-valia sabe o que isso significa. E não pense a respeito dessa relação de poder, pois pensar é uma crimidéia: um crime político. Felizmente os usurpadores de nossa nação ainda não determinaram a prisão de quem pensa. Ainda.

São eles, os empresários, que nos possuem, e não passamos de escravos nesse sistema – escravos que acreditam ser

15 TEMER, Michel. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado – Palácio do Planalto*. Publicado em 12/05/2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>>. Acesso em 02 nov. 2016.

livres porque possuem um smartphone no bolso. Com esse aparelho em nossos bolsos grandes empresas de outros países vigiam cada um de nossos passos; é uma versão extremamente sofisticada das tornozeleiras que monitoram condenados que cumprem liberdade condicional. Tão sofisticada que aderimos a ela voluntariamente, acreditando que é indispensável às nossas vidas. Sem bancos seria muito difícil realizar qualquer tipo de transação das inúmeras que executamos diariamente, e cada uma delas é igualmente monitorada. A mídia – e a academia, que quase sempre é cúmplice de tudo o que descrevo aqui agora – nos dá a impressão de que precisamos de intérpretes para compreender a realidade na qual vivemos, de que somos incapazes de pensar por conta própria. A mídia e a academia nos infantilizam, assim como o próprio Estado, o principal gestor de nossa submissão. Note-se que não estou falando apenas da *grande* mídia, mas também da “mídia alternativa” que explodiu em tempos recentes e que é consistentemente paga pelos mais diversos partidos, de diferentes orientações ideológicas, para contribuir com a propaganda dos mesmos¹⁶.

Acreditamos que sem as sementes transgênicas e os defensivos agrícolas dos grandes conglomerados do *agribusiness* não estaríamos alimentados, apesar de mais de 70% da alimentação dos brasileiros ser oriunda da agricultura familiar¹⁷. As indústrias farmacêuticas lucram bilhões nos fazendo crer que absolutamente tudo é patológico, e obtendo monopólio sobre o tratamento daquilo que de fato é patológico. Nada do que estou dizendo é novidade; nada é surpreendente e boa parte dos que estão aqui presentes, se já não tinham elaborado discursivamente as mesmas coisas, possuíam ao menos uma noção intuitiva de tudo isso. Talvez o escândalo resida em declarar de forma tão escancarada essa crimidéia. O escândalo reside em repetir as

16 Foram inúmeros os intelectuais que apontaram o poder dos meios de comunicação para influenciar ideologicamente a massa: os frankfurtianos, Althusser, Gramsci, Thompson, Zizek e Katherine Miller constituem alguns exemplos.

17 Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. *Portal Brasil*. 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em 02 nov. 2016.

palavras de Malatesta: “A melhor maneira de sujeitar um povo consiste em lhe dar a ilusão de que participa das decisões”. O voto é uma mentira e nossa democracia é um engodo: o Estado, a superestrutura que detém o monopólio da aplicação da violência tida como legítima, legalmente justificada por si próprio, nada mais é do que um intermediário entre os reais donos do poder e nós, escravos do século XXI. Os empresários financiam juízes, deputados e políticos para que eles sejam os garçons que nos servem de petisco às corporações. É por isso que você, que votou no Partido dos Trabalhadores acreditando no discurso programático de centro-esquerda, foi traído e recebeu um governo de direita; é por isso que você, que acreditou que o *impeachment* não era um golpe de estado e defendeu publicamente que era o melhor para a nação, virou piada de seus familiares e vizinhos após o vazamento das gravações que evidenciaram a conspiração de senadores, deputados, juízes, militares e empresários para remover do poder a presidente eleita¹⁸.

Há de se ressaltar que uma das formas de controlar o pensamento é a manipulação da história. Em alguns anos, os livros didáticos e artigos acadêmicos trarão interpretações e narrativas a respeito dos acontecimentos de hoje completamente diferentes daquilo que estamos observando e vivenciando agora. Será elaborado, a posteriori, um “discurso oficial” a respeito dos fenômenos sociais e políticos da década em que estamos. E qualquer narrativa ou interpretação diferente irá desaparecer ou sofrer censura – ou, ainda, a imagem de seus elaboradores será atacada para que percam credibilidade. Faz parte do controle do pensamento estabelecer qual é a interpretação oficial – ou hegemônica – dos acontecimentos; o que hoje chamamos de “crise política” nada mais é do que uma disputa de narrativas em torno deles. Diferentes narrativas e interpretações a respeito daquilo que ocorre hoje estão se digladiando pelo privilégio de tornarem-se hegemônicas no futuro. Em outras palavras, há

18 Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. *Folha de S. Paulo*. 23 mai. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em 02 nov. 2016.

atores sociais disputando o espaço oficial do discurso. Embora parte dessa disputa se dê nas empresas de comunicação, nas redes sociais, nos partidos políticos, nos sindicatos, nos movimentos sociais e nas ruas, uma porção substancial dela ocorre em ambientes acadêmicos, como este em que estamos.

Antes de concluir, é necessário ressaltar que o golpe é fruto de uma sociedade religiosamente fanática, sexualmente repressiva, anti-intelectualista e violentamente proto-fascista. Se não houvesse ocorrido agora, aconteceria em breve de qualquer maneira – possivelmente no próximo governo. Ele também só foi possível porque foi apoiado pela classe média alta, que se acredita "diferenciada" em relação às demais classes sociais por ter as características citadas agora há pouco – a classe média brasileira, que é uma forte formadora de opinião para as classes mais baixas devido ao seu número e à capilaridade, acredita-se nobre por ser retrógrada, e nem sequer se dá conta do quanto é retrógrada. Não se dá conta, em grande parte, porque a esmagadora maioria dos que a compõem são estúpidos demais para perceberem que são constantemente manipulados (principalmente através da mídia) e que são e continuarão sendo explorados por aqueles que são mais ricos do que eles.

Não podemos deixar de mencionar, igualmente, que existem interesses internacionais em jogo. A presidente afastada irritou o governo dos Estados Unidos e seus aliados ao se aproximar diplomaticamente da Rússia, da China, da Índia e da África do Sul, ensejando a formação – que mal saiu do papel – dos “BRICS”. Boa parte da "nova direita" brasileira, incluindo certo juiz dado a arroubos de vaidade, fizeram "seminários" em *think tanks* estadunidenses, assim como os líderes de movimentos que se classificam como “apartidários” e que figuram entre aqueles que receberam dinheiro e apoio logístico dos articuladores do golpe¹⁹. E sabemos que isso é o modus

19 O “Movimento Brasil Livre” e o “Vem pra Rua” são, talvez, os maiores exemplos. Sobre o MBL, ver: MBL foi apoiado por partidos, revelam áudios. *Brasil de Fato*. 27 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/27/mbl-foi-apoiado-por-partidos-revelam-audios/>>. Acesso em 02 nov. 2016. Sobre o Vem Pra Rua, ver: Lemann cai na rede. *Isto É Dinheiro*. 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150313/lemann-cai->

operandi padrão dos ianques em relação aos governos da América Latina, como sugerem as recentes instabilidades políticas no Paraguai, na Venezuela, em Honduras e na Argentina, assim como movimentos similares ocorridos no México e na Colômbia na década de 1990²⁰.

Não quero, com isso, fomentar intolerância em relação a um povo que, ao longo da história, teve relações das mais diversas conosco – da franca hostilidade ao mais sincero auxílio, passando, obviamente, por todo tipo de negociações. Quero apenas ressaltar que nunca se fez política com bons sentimentos. Eles possuem sua própria agenda, assim como os demais países que compõem conosco os BRICS – que também não são bons samaritanos interessados meramente em nosso bem-estar. Estamos em meio a uma reedição, no século XXI, da Guerra Fria – e será necessário, no futuro, que historiadores, cientistas políticos e filósofos revisem os livros didáticos; é possível que a Guerra Fria não tenha acabado com a queda do Muro de Berlim.

rede/241466.shtml> Acesso em 02 nov. 2016. Ver também: Líder de Vem Pra Rua sai da Cosan para investir em ativos florestais pela Universidade de Harvard. *Outras Palavras*. 22 set. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/09/22/lider-de-vem-pra-rua-sai-da-cosan-para-investir-em-ativos-florestais-pela-universidade-de-harvard/>>. Acesso em 02 nov. 2016.

20 A destituição de Fernando Lugo, presidente do Paraguai, em 2012 – mediante um processo que durou pouco mais de 24 horas – é emblemática. Honduras sofreu um golpe militar em 2009, que depôs o então presidente Manuel Zelaya. A Argentina entrou em profunda crise política após iniciar um processo de moratória, acarretando perda de popularidade da presidente Cristina Kirchner, agravada após a morte do procurador Alberto Nisman - o que resultou na eleição de Mauricio Macri em 2015, com uma plataforma política pró-EUA. Quanto à Venezuela, parece ter entrado em um estado de crise permanente desde que assumiu Hugo Chávez (sucessor de Rafael Caldera, que conseguiu, em termos, “pacificar” o país), arrastando-se até o presente governo de Nicolás Maduro. É interessante como governos nacionalistas ou que não tenham uma política externa subserviente em relação aos EUA encontram-se constantemente em estado de crise institucional ou baixa popularidade; tendo alguns sido substituídos por administrações mais simpáticas à política externa ianque. Embora não haja evidências concretas, é possível suspeitar de uma nova Operação Condor em território latino-americano – desta vez, com operacionalização condizente com o século XXI. Isso seria coerente com a tese de um “Red Scare” fabricado, delineada anteriormente em BORGES, D. G.; CEI, V. (Orgs.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. 1a. ed. Vila Velha - ES: Praia Editora; RCG Comunicação Total, 2015.

Isso fica evidenciado, inclusive, pelas mudanças recentes na situação política do Oriente Médio e da Europa. E, justamente por isso, Orwell continua atual.

Considerações acerca da ascensão da classe média conservadora no Brasil

Izabela Bravim
David G. Borges

Breve contextualização da desigualdade no Brasil

O Brasil é um país de grandes discrepâncias econômicas e sociais, que têm início na época da colonização – o pilar da presente situação de desigualdade histórica, fomentada por ciclos subsequentes de exportação de *commodities*¹. Tais ciclos econômicos tiveram por principal característica a exploração da extrema pobreza da maioria da população com vistas à geração da máxima riqueza para alguns poucos.

Esta desproporcionalidade é marcada pela desigualdade extrema em que alguns têm coisa nenhuma, incluso seu próprio ser, enquanto outros têm tanta coisa que possuem o ser alheio: a escravidão. Tal fenômeno ocorreu concomitantemente em toda a América a partir das colonizações europeias. A coisificação do ser humano, característica de seu *modus operandi*, perpetuou-se pelo modo de trabalho imposto às levas de imigrantes europeus e asiáticos, perdurando até hoje no ideário brasileiro por meio de preconceitos velados².

A história da escravidão neste país tem seu início com a invasão dos Portugueses ao Brasil, que neste tempo era terra de múltiplos povos, ocupados em muitas atividades e professando cultos diversos³. Povos que, ao contato com o branco europeu, foram compreendidos como aglomerados humanos que não

1 Para uma introdução à história econômica do país, ver FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34a. ed. São Paulo - SP: Cia. das Letras, 2007.

2 TURRA, Cleusa. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo – SP: Ática, 1995.

3 Ver CLASTRES, P. *Arqueologia da violência*. 3a. ed. São Paulo - SP: Cosac Naify, 2014. Ver também CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo - SP: Cosac Naify, 2013.

comportavam cultura alguma, que não praticavam nenhuma atividade e muito menos criam em uma religião própria:

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entenderem, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza⁴.

Pautados neste entendimento da cultura do Outro, empreendeu-se por parte dos colonizadores o esforço de cristianização dos povos nativos para a glória da divindade cristã que, colateralmente, serviu como justificativa a Portugal, Espanha e à Igreja Católica para o apresamento e a escravização de seres humanos, tendo por camuflagem ação piedosa e caritativa para fins de salvação dos povos “sem religião”, dando-se a partir daí o etnocídio destes povos⁵.

Propagadores militantes da fé cristã, eles se esforçam por substituir as crenças bárbaras dos pagãos pela religião do Ocidente. A atitude evangelizadora implica duas certezas: primeiro, que a diferença — o paganismo — é inaceitável e deve ser recusada; a seguir, que o mal dessa má diferença pode ser atenuado ou mesmo abolido. É nisto que a atitude etnocida é sobretudo otimista: o Outro, mau no

4 MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel I*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em 09 nov. 2016.

5 JAULIN, Robert. *La paix blanche: introduction à l'ethnocide*. Paris: Editions du Seuil, 1970. O conceito de “etnocídio” também foi utilizado por Eduardo Viveiros de Castro em inúmeras ocasiões. Um resumo sobre o conceito, feito pelo autor brasileiro, pode ser encontrado em: Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro. Disponível em: <http://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro>. Acesso em 09/11/2016.

ponto de partida, é suposto perfectível, reconhecem-lhe os meios de se alçar, por identificação, à perfeição que o cristianismo representa⁶.

As relações entre etnias diversas que começam em 1500 já baseadas em um discurso religioso e racial de extermínio deste Outro perduram até o dia de hoje espaiadas na convivência da sociedade relacional do Brasil⁷ que, com seus indivíduos convivendo em um regime aparentemente de “boa vizinhança”, acabam por passar despercebidas aos olhos de desatentos. Tais desigualdades foram por muitas vezes amenizadas por nossos sociólogos, os provenientes das classes dominantes, que as entenderam como relações afetuosas, familiares, em que os despojados e os despojadores congregam em harmonia⁸.

Essa interpretação banalizada da desigualdade em suas múltiplas vertentes faz crer ao senso comum que ela não existe neste país; e, baseados nisto, os brasileiros são racistas, machistas e preconceituosos com relação às classes econômicas, com a extrema certeza de serem indivíduos altamente democráticos: “O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, ‘democracia racial’, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais”⁹

Isto, que se entende por “preconceito à brasileira” é reflexo da “desigualdade à brasileira”, e estes dois aspectos se alimentam mutuamente. A primeira delas representa a manutenção da desigualdade de forma silenciosa. É a forma engendrada pelo homem cordial para não encampar conflitos. No preconceito à brasileira os indivíduos desiguais em condições financeiras, em origem étnica, em acesso à educação, podem até mesmo demonstrar afeto uns pelos outros. E pode-se fazer isto

6 CLASTRES, P. *Arqueologia da violência*. 3a. ed. São Paulo - SP: Cosac Naify, 2014. Págs. 79-80.

7 DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 1986.

8 FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51a. ed. São Paulo: Global, 2006.

9 RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2a. ed. São Paulo - SP: Cia. das Letras, 1995. Pág. 24.

apenas porque aquele que ocupa a posição dominante se acredita superior ao outro, podendo, por isso mesmo, demonstrar piedade e condescendência. Da mesma forma, o dominado desta relação pode demonstrar afeto por seu dominador através da adulação, visto que carrega em si o estigma de sua inferioridade. Na visão do educador Paulo Freire, a dissimulação que faz desta lida algo suportável causa entre estes grupos a perpetuação da desigualdade acompanhada do preconceito: “A aproximação de natureza afetiva, entre pessoas de ‘status social’ diferente, não diminui a distância imposta pelo e implícita no ‘status’”¹⁰. Tal relação de cooperação entre o preconceito e a desigualdade será analisado mais à frente em seus reflexos nas condições atuais da massa brasileira.

A redução da desigualdade como projeto do capital estrangeiro

Com os erros históricos por mote, ocorreram *batalhas de enquadramento*¹¹ que levaram à implementação de medidas afirmativas.

Na última década, o país viu a questão das desigualdades étnicas, raciais e de gênero serem problematizadas e tornarem-se discussão reiterada nos meios de comunicação, na educação regular e até mesmo nos espaços públicos e cibernéticos. Assistimos, em decorrência desta situação, o poder público responder às questões com duas políticas públicas que visavam à redistribuição de renda e à inclusão das minorias ideológicas marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência).

Implementadas no Brasil inicialmente por Fernando Henrique Cardoso durante seu segundo mandato (de 1999 a

10 FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8a. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1983. Pág. 31.

11 A noção de *batalhas de enquadramento* consiste em uma contestação às teorias da difusão e do isomorfismo na tentativa de explicar como países diferentes passam a aplicar políticas de inclusão social semelhantes. Ver SILVA, G. M. D. DA. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 131–165, 2006.

2003), as iniciativas de redistribuição de renda poderiam promover melhoria na condição de vida da população que, em grande parte, vivia em condições de indigência e pobreza – 14% e 34%, respectivamente¹² –, e integrar a população brasileira em toda a sua diversidade a partir da inclusão dos mais pobres ao acesso à alimentação e bens de consumo. Essas eram metas que ganharam o apoio das classes baixas e do Banco Mundial¹³, ao passo que repeliram setores das classes média e alta, que proclamam seu direito a usufruir de privilégios conseguidos por “mérito” em detrimento de outras classes da sociedade que, segundo elas, não haviam se esforçado suficientemente.

As políticas educacionais e sociais voltadas para a redistribuição de riqueza pautaram-se principalmente nas exigências do BIRD (Banco Mundial) para os países que aderiam a empréstimos para investimento nos serviços sociais básicos¹⁴, o que indica, já pela origem da exigência, o cunho liberal e capitalista das medidas. O objetivo de tais medidas não tinha pano-de-fundo humanitário. A intenção, óbvia, era a ampliação do mercado de consumidores no país.

Duas vias para a ação afirmativa

As ações iniciais visavam a garantia de itens básicos para a vida do brasileiro a partir das “rendas mínimas vinculadas”. Uma delas estava relacionada à escola¹⁵, e consistia em uma renda transferida às famílias que seria condicionada à matrícula do

12 BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Pág. 2.

13 MUNDIAL, BANCO. Instrumentos de empréstimo do Banco Mundial: recursos para impacto no desenvolvimento. *The World Bank InfoShop*, 2001. Pág. 17.

14 FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L. De; M. J. WARDE; S. HADDAD (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo – SP: Cortez, 1996. Págs. 229-251.

15 BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 abr. 2001. Seção 1, pág. 1.

menor de idade no sistema regular de ensino. Já outra garantia uma renda específica para a aquisição do gás de cozinha¹⁶. Também foi implementado um incentivo à inserção e à permanência do estudante no ensino superior através de bolsas gerenciadas pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o FIES¹⁷. Criou-se, adicionalmente, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação¹⁸.

Posteriormente, nos governos Lula e Dilma, os benefícios concedidos para fins de distribuição de renda foram unificados e desvinculados de objeto, mas a participação no novo benefício ainda era condicionada, sobretudo, à frequência escolar de estudantes e ao cumprimento da programação dos calendários de vacinação, o que promoveu notavelmente uma mudança no perfil dos atendidos pelos cartões de concessão. A partir do governo Lula, as mulheres responsáveis pelos menores de idade é que passaram a gozar da titularidade do auxílio chamado de “Bolsa Família”.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

[...]

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento¹⁹.

A partir do governo de Dilma Rousseff, o acesso à universidade e ao ensino médio profissionalizante federais foi

16 BRASIL. Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao "Auxílio-Gás". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jan. 2002. Seção 1, pág. 2.

17 BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, pág. 2.

18 BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2003. Seção 1, pág. 1.

19 BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Seção 1, pág. 1.

democratizado por via de cotas, que propunham a distinção dos candidatos à vaga conforme o grupo étnico e econômico – possibilitando que, para ingressar no ensino superior público, o indivíduo de determinado padrão social só concorresse com outros de padrão equivalente, que por isso teriam níveis de acessos similares à educação²⁰.

As vantagens e desvantagens das cotas raciais geraram debates intensos. Alguns levantaram-se contra a medida, como é o caso dos “113 cidadãos anti-racistas contra as leis raciais”²¹. Estes inferiam que as cotas raciais para o acesso à universidade gerariam mais discriminação racial, visto que haveria distinção do povo brasileiro em negros e brancos; enquanto isso, outros apoiavam a medida como um método de transformação mais efetivo para que a sociedade superasse suas distorções sociais históricas por vias razoáveis. Estes últimos foram apoiados por acórdão do Supremo Tribunal Federal²². Sendo assim, a vontade política se dobrou ao julgamento da corte.

O “Bolsa Família”, aliado ao aumento do salário mínimo, fez com que, em efeito cascata, muitas famílias “subissem um degrau” nas classes sociais. Isto porque o programa de redistribuição de renda afastou-as da miséria, garantindo um mínimo que permitia ao menos a sobrevivência, enquanto a valorização do salário mínimo de 1995 a 2015 dobrou o poder de compra dos brasileiros²³. Isto alavancou a venda e o

20 BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, pág. 1.

21 Manifesto: Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais. *Época*. 01 mai. 2008. Disponível em: <[http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83466-6014-519-1,00-](http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83466-6014-519-1,00-MANIFESTO+CENTO+E+TREZE+CIDADAOS+ANTIRACISTAS+CONTRA+AS+LEIS+RACIAIS.html)

MANIFESTO+CENTO+E+TREZE+CIDADAOS+ANTIRACISTAS+CONTRA+AS+LEIS+RACIAIS.html>. Acesso em 09 nov. 2016.

22 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão ADPF 186/DF. Brasília, DF, 24 abr. 2012. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>. Consultado em 09 nov. 2016.

23 DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Política de valorização do salário mínimo*: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. Nota Técnica, n.153, janeiro, 2016.

financiamento de carros, eletrodomésticos, casas e o consumo de alguns gêneros alimentícios – todos estimulados concomitantemente pelas isenções fiscais incidentes sobre determinados produtos.

Já com o alargamento do acesso à Universidade, alguns integrantes das classes mais baixas passaram a integrar a comunidade acadêmica, geralmente beneficiados pelas cotas, visto que no Brasil a população empobrecida é majoritariamente constituída de negros, pardos e indígenas²⁴.

As pessoas da Classe C e seu papel de mantenedores do *status quo*

Conseguiu-se com tais políticas que o crescimento do país se desse de forma que, além do aumento do PIB *per capita*, houvesse diminuição na concentração de renda, o que proporcionou que as populações pauperizadas notassem alguma melhora – não só através do afastamento da miséria, mas também por meio do maior acesso ao consumo proporcionado pelas políticas de expansão de crédito:

De acordo com a PNAD, a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente desde 2001. Entre 2001 e 2011, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda²⁵.

As famílias da classe média desempenham um papel de âncora em nossa sociedade. Infere-se isso na medida em que este

24 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010.

25 IPEA. *A Década Inclusiva (2001–2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*. Comunicados do IPEA, 2012; n° 155. Pág. 6.

nicho social porta-se como o mantenedor das etiquetas e convenções sociais, o que é verificado a partir de sua preocupação com a imagem e do conservadorismo político que adota. Tal preocupação se dá devido à posição ocupada por este segmento: entre os ricos e os pobres, na permanente busca por ascensão. Esta massa de pessoas consiste nos funcionários públicos de pequena monta, nas professoras do ensino primário e secundário, nos trabalhadores da construção civil e do setor fabril, nas enfermeiras e nos soldados, bem como em toda a sorte de gente que, além de participar de uma mesma faixa de renda, têm ainda em comum um profundo desejo de estabilidade. São assalariados, mas pretendem se desvencilhar deste rótulo social. Estas pessoas não ousam inovar, pois estão sob o patronato das classes A e B, enquanto empreendem subjugar, ainda que apenas simbolicamente, as classes D e E.

Apesar de haver um crescimento real da renda e do poder de consumo das famílias que avançaram para a classe C, nota-se a continuação da estrutura da classe a partir da qual ascenderam. Isto acontece porque, mesmo que os indivíduos de uma classe abaixo de “C” alcem seus ganhos até esta, o que os torna classe C financeiramente, tal mudança não faz com que as suas estruturas familiares, seu posicionamento político e religioso, ou o grau de escolarização se transformem concomitantemente.

Faz-se necessário ressaltar que têm crescido o contingente de domicílios em nosso país em que as mulheres, sejam mães ou avós, ocupam a função de “chefes de família” ou “pessoas de referência”. Tal fato implica que estas mulheres sejam as responsáveis financeiras pela família, e estando neste labor têm ainda delegada sobre si a função de educadoras: “As evidências trazidas pela PNAD 2012 mostraram que 38% dos arranjos familiares tinham como pessoa de referência mulheres, quando, em 2002, essa proporção era 28%”²⁶.

A influência formativa sobre a prole, que antes era majoritariamente dividida entre os cônjuges do matrimônio, na

26 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de Indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Pág. 73.

família monoparental feminina concentra-se nas mãos da mãe. Nesta categoria familiar, a mulher estipula as regras para os filhos, os direciona profissionalmente e, sobretudo, na escolha da religiosidade. Por este raciocínio a prole tenderia a perpetuar a religião professada pela mãe, além da sua formação política.

A abordagem dos resultados de religião por grupos etários deve levar em consideração que as informações, sobretudo, dos menores de 10 anos de idade são, em geral, provenientes dos adultos e, portanto, as declarações de religião sofrem influências de vários fatores como, por exemplo, a declaração religiosa dos próprios pais ou responsáveis, que transferem seus valores religiosos para os filhos²⁷.

A nova família da classe C – e aqui se observam principalmente as mulheres – ao ascender leva junto de si as crenças e a moral religiosa. Levar consigo não significa apenas continuar professando a religião, mas também levar a instituição religiosa a um patamar mais elevado de poder por meio do auxílio financeiro que prodigaliza enquanto fiel. Vale lembrar que o contingente populacional de nosso país condensa mais cidadãos católicos e protestantes à medida que se aproxima dos estratos menos favorecidos economicamente, e que as pessoas que optam por tais religiões, em sua maioria, se encontram em situação de pobreza:

A comparação da distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por rendimento mensal domiciliar per capita revelou que 55,8% dos católicos apostólicos romanos estavam concentrados na faixa até 1 salário mínimo. Os evangélicos pentecostais formavam o grupo religioso com

27 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010, pag. 99.

a maior proporção de pessoas pertencentes a classes de rendimento até 1 salário mínimo (63,7%)²⁸.

Ao mesmo tempo, têm-se notado um avanço do contingente que se declara protestante no Brasil, chegando, conforme o IBGE, a 22%, índice que, somado à maioria católica de 64%, forma uma destacada predominância cristã. Tanto o catolicismo como o protestantismo, e em especial o segundo, desenvolveram uma imensa variedade de vertentes e renovações dos cultos que proporcionaram uma maior liberdade de escolha religiosa aos potenciais seguidores. As múltiplas vertentes oferecem um catálogo de opções com mais ou menos conservadorismo nos costumes e personalização das mensagens religiosas, permitindo ou restringindo o acesso a determinados tipos de vestuário, bens culturais (músicas e filmes, por exemplo) ou alimentos, conforme a interpretação do texto bíblico particular a cada denominação.

No caso do protestantismo é mister observar o advento da revelação que exige o fiel de interpretação histórica e teológica, ou do estudo de cânones – como é no catolicismo e nos protestantismos históricos – potencializando o fenômeno no qual o texto religioso é usado para confirmar os costumes e posições individuais do fiel.

A exclusão da mulher da vida política

Outro aspecto a ser explanado é a vida da mulher no Brasil com a vida política. Utilizando-se as categorias de DaMatta, é possível distinguir os campos simbólicos da sociedade brasileira na trinomia “casa, rua e o outro mundo”, no quais se identifica essencialmente com a casa as relações incondicionais e pessoalíssimas da família, enquanto a rua é vinculada às relações

28 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010, p.105.

extremamente condicionais e impessoais do mundo do trabalho e o “outro mundo” com o *post-mortem*²⁹.

Em cada campo desta estrutura um protagonista se destaca. A rua é associada com o protagonismo do homem: neste espaço simbólico o sujeito é apenas mais um membro da massa por não estar relacionado à sua comunidade original. Neste ambiente ele toma posicionamentos progressistas diante, até mesmo, de assuntos polêmicos.

Já na casa, que é identificada como o ambiente de protagonismo da mulher, o sujeito está intimamente relacionado com o espaço e as pessoas. Ali ele será chamado pelo seu próprio nome, conferindo-lhe máxima identidade e pessoalidade. Na casa o brasileiro será mais maleável em seus julgamentos para com os próprios familiares, e mais conservador nos costumes. É comum que o sujeito opine sobre um mesmo assunto de forma mais ou menos liberal, devido a estar na rua ou em casa, respectivamente.

A partir desta estruturação simbólica de nossa sociedade é possível interpretar que o personagem mais aferrado no conservadorismo inerente à Casa, na estrutura familiar brasileira, é a mulher. Diz-se isto já que lhe cabe o papel de proferir o discurso da Casa até mesmo quando na Rua, em nome do recato. Desta forma, é mais importante para as mulheres a manutenção da ordem familiar do que as opiniões pessoais; ou, ainda, mais o cotidiano do bairro do que o cenário político nacional ou uma crise econômica.

A mulher tem sido desestimulada a participar da política institucional para dar ênfase à vida social particular e familiar. Para elas são reservados assuntos como a alimentação, os cuidados com a beleza e a saúde ou a formação religiosa e educacional dos filhos, mas não a política.

Torna-se fácil identificar a dificuldade do brasileiro em dar espaço à mulher na política a partir de sua linguagem e dos simbolismos inerentes à ela. Um “homem público” neste país é um sujeito “importante”, que profissionalmente ocupa cargos de influência e, de determinada forma, decide os direcionamentos

29 DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 1997.

futuros da sociedade. O “homem público” forma opinião e dá ordens. Ele pode ocupar cargos políticos, midiáticos ou acadêmicos. É, como se diz no Brasil, “alguém na vida”. Uma “mulher pública” no português brasileiro é uma prostituta – alguém marginalizado.

Esse desestímulo às ocupações sociais (as não-religiosas e não-caritativas) por parte da mulher comunica desde cedo ao gênero feminino, neste país, que quanto mais apartada de movimentações com teor político estiver, mais aceitação gozará por parte de sua comunidade. Uma mulher que luta por uma causa qualquer ou que esteja envolvida com sindicatos, partidos políticos, movimentos estudantis, etc., não costuma ser bem vista pela população brasileira. São ocupações “da Rua”, masculinas. O retrato da mulher ideal que figura no imaginário deste país é o da “bela, recatada e do lar”³⁰. Disso, conclui-se que o único envolvimento digno para o gênero feminino na política é o de ser a primeira-dama. Uma ocupação “da Casa”.

As mulheres que reproduzem este ideário, via de regra, não se interessam pela vida política e não educam seus filhos politicamente, por não terem experiência nisto. Assim, imbuídas da percepção de que é possível obter status social ao participarem ativamente de uma organização religiosa ou caritativa – em geral vinculada à igreja –, ensinam a seus filhos unicamente valores ligados à religiosidade e à caridade.

Quando este contingente de cidadãs torna-se incumbido da criação solitária de seus filhos, em decorrência do abandono parental masculino, tal prole não é suficientemente instruída quanto à política e, tampouco, quanto aos valores democráticos. E-lhes repassado somente aquilo que é considerado correto e bem visto pela perspectiva da “Casa”: a opção pela ignorância no que tange a este assunto. Simultaneamente, educa-se estes jovens para vivenciarem a religiosidade e a caridade superlativamente.

Os jovens vindos deste panorama de apolitia votam em candidatos que não refletem os seus interesses, uma vez que não

30 Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**. 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em 09 nov. 2016.

percebem a relação direta do voto com as decisões tomadas para a coletividade a partir do representante escolhido. Por outro lado, a ausência de experiência política faz com que, mesmo quando há interesse, não saibam como efetivar sua participação política, seja por vias institucionais ou pelas extra-oficiais.

Quando a mulher conservadora avança um estrato social, leva consigo a Igreja

Reitera-se aqui que as populações católicas e protestantes no Brasil, destacando-se o neopentecostalismo no caso dos protestantes, são formadas, comparativamente a outras religiões, por quantitativo maior de cidadãos empobrecidos.

O crescimento das denominações evangélicas neopentecostais no Brasil deve-se, sobretudo, à mulher, tendo em vista que a brasileira dá à igreja tanto suporte quanto à família. Neste sentido, a influência exercida pelos líderes religiosos destas congregações afetam suas vidas em diferentes esferas. A partir da referência e da direção de “pastores”, “bispos” e “apóstolos” ela educa os filhos, estreita ou repele relacionamentos, escolhe representantes políticos e direciona o consumo de sua casa³¹.

A ética neopentecostal, principalmente a que visa a dita “prosperidade”, tem por base a operação mercadológica da troca de tarefas em prol do divino, por benefícios advindos dele. Esta visão religiosa, consorciada à “malandragem” inerente à cultura popular brasileira, caracterizada pela busca do maior resultado com o menor esforço, gera uma moral contraditória.

O *modus operandi* surgido da coadunação da malandragem com a teologia da prosperidade cria a seguinte incoerência: ao eu e aos meus são aplicados os benefícios do perdão ilimitado dos erros, associados à possibilidade do menor esforço e máximo resultado advindos da malandragem. Mas, aos outros, caberá o

31 Sobre consumo, ver FERNANDES, Renato Borges et al. Religião e Comportamento de Consumo de Vestuário. *Revista Pretexto*, v. 13, n. 4, p. 84-100, 2012. Sobre escolhas políticas, ver BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, p. 288-338, 2004.

juízo e o esforço do cumprimento de regras compatíveis com as leis do estado. A moral malandra e irrazoável não estende o perdão cedido pela divindade para com o indivíduo religioso àqueles que infringem as regras da sociedade. Assim, na visão do lugar-comum que se estendeu ao ideário nacional, o indivíduo que infringe uma regra tem de ser punido com rigor, desde que não seja eu próprio: a mim, o perdão; a ele, a lei.

Insistindo na interpretação de DaMatta sobre a organização da sociedade brasileira em três núcleos, a saber, a Casa, a Rua e o Outro Mundo, apreende-se que a inovação advinda do crescimento das religiões evangélicas, principalmente das neopentecostais, tem modificado a organização antes vigente.

Têm-se que neste modelo a organização pessoalíssima da Casa (que é o campo simbólico no qual cada um é muito importante para o agrupamento) passa a ser entendida como a moral aplicável a “mim mesmo” em qualquer que seja o âmbito da vida do sujeito; mesmo o não familiar, no qual deveria funcionar a regra “impessoal” da Rua – a lei. Esse entendimento parte do sujeito que se compreende especialíssimo e passível de exceções. Por outro lado, a população clama pela aplicação da lei e pelo seu endurecimento em relação aos outros, chegando, de modo deformado, a sugerir a extrapolação das penalidades previstas na legislação para o que é considerado “erro” a partir da opinião deste “eu”. Salienta-se que este “outro” é abstrato e idealizado; se fosse sujeito concreto, a ele seriam estendidas as benesses do tratamento especial, podendo ignorar as regras estabelecidas.

O poder de consumo e a mídia

O aumento do poder de consumo das classes média e baixa faz com que o mercado voltado para este nicho acirre sua competição, demandando cada vez mais propaganda. Neste movimento, os meios de comunicação, fugindo à sua função de esclarecedores da sociedade, reiteram o discurso da população baseado no novo *modus operandi*. Sendo assim, o noticiário brasileiro informa à moda do cliente, a fim de agradá-lo em suas

convicções. E, empenhando-se na aquisição de anunciantes, tomam por ordem primeira a conquista da audiência destas classes, expondo em sua programação versões abrigadas de telejornais e atrações produzidas por emissoras estrangeiras, igualmente direcionadas a esta faixa de consumidores.

Com o objetivo de intensificar o efeito, as televisões inovam contratando jornalistas e apresentadores versados na arte de rejubilar a população: profissionais que lançam mão de humor e até da lei de Talião para captar a audiência ávida por justiceiros que vinguem o ataque à propriedade privada e os escândalos políticos; para que, após isso, possam ver o retorno daquilo que lançaram às ruas: as mesmas ideias por outras palavras.

Quando as emissoras encontram nesta grande massa a avassaladora sede pelo espetáculo de cadáveres, cenas de crimes e escândalos políticos, forma-se uma turba, missionária de uma “verdade” desobrigada de comprovação, que “intui” a notícia inteira apenas pela manchete, acompanha o jornalista nas suas opiniões e condena o suspeito, arrebanhada pelo jornal, antes mesmo do juiz competente: a palavra “investigado” torna-se sinônimo de “condenado”.

O jornalista comunga, de certa forma, com o educador em seu papel de subsidiar a população naquilo que tange à formulação de suas opiniões. Diz-se isso tendo em vista que o jornal, principalmente o jornal televisivo³², tem função de lançar a informação para que esta população reflita sobre o funcionamento de seu próprio país e se posicione sobre sua política e organização.

Tomando por mote tal premissa, consideremos o “professor-bancário” de Paulo Freire³³ e observemos o funcionamento dos jornalistas tão cheios da verdade absoluta que diariamente depositam de forma “bancária” na população suas

32 Segundo a PNAD, 97,2% da população brasileira possui acesso à televisão. Para maiores informações, ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) 2013. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2015, p.26.

33 FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 54a. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 2013.

próprias opiniões sob a égide da imparcialidade. A mesma população da qual “sacam” estas mesmas verdades no dia seguinte como “carta do leitor” ou “participação do assinante”. O ciclo vicioso, na prática, termina por convencer até mesmo as camadas da sociedade menos inclinadas ao conservadorismo, como o são os jovens.

Faz-se evidente que nenhum ser humano é capaz de imparcialidade, incluso os professores e jornalistas; mas a via apontada por Freire a estes pode e deve ser observada por aqueles: é preciso deixar claro, sobre aquilo que se diz, quem é o emissor e no que acredita. Desta forma, o receptor da informação não irá crer que aquilo que é dito trata-se de fato puro, ao invés de uma interpretação do fato feita por outrem.

É importante observar que as redes sociais também contribuem para a produção de homogeneização através de seus algoritmos de busca, apesar da crença generalizada de que produzem o efeito contrário e dão maior alcance às vozes divergentes. Os conteúdos recebidos por um indivíduo são – ao menos nas redes sociais que são líderes de mercado – selecionados pelo programa de forma automática, de modo que o sujeito só se torna exposto a informações que já possuem algum grau de afinidade com o que ele próprio produz e divulga na rede. Desta forma, uma pessoa que tem posições conservadoras tende a se tornar cada vez mais conservadora, visto que em suas publicações e postagens utiliza palavras-chave que permitem ao algoritmo selecionar o que será exibido a ela – matérias ou publicações que manifestam posições similares às dela própria. Conteúdos possivelmente divergentes não serão selecionados, e com isso não serão exibidos ou terão prioridade menor na exibição. Isso acarreta uma tendência de polarização entre grupos políticos³⁴. Com a elevação das possibilidades de acesso à internet como meio de comunicação em disputa mercadológica com a televisão e o rádio, bem como o consumo de produtos culturais surgidos e disseminados na rede, o reforço ao *status quo* e ao conservadorismo se torna mais presente – o que, ironicamente,

34 ASSANGE, J. et al. *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo – SP: Boitempo, 2013.

surpreende alguns “intelectuais” que aparentam não compreender como um novo mercado pode reforçar valores dos quais o próprio mercado necessita para sobreviver.

A “moralidade para o outro” nos setores repressivos e fiscalizatórios

O cenário gerador da crise política brasileira conta com múltiplos fatores e toda a sociedade como agentes. Seria um ato à esmo apontar para uma causa isolada, tal como “a corrupção dos políticos brasileiros”. Alguns fatores de influência podem ser enumerados, sem excluir outras possibilidades.

Se o negro no Brasil só se identifica enquanto negro quando da autodeclaração necessária para a concorrência com cotas na universidade ou no serviço público, não havendo identificação dele mesmo com o prejuízo histórico que está sendo reparado por meio desta política, como poderá defender esta medida afirmativa?

Se a mulher beneficiária dos programas sociais de redistribuição de renda e da política de valorização do salário mínimo transfere o crédito da melhoria de sua condição social ao sobrenatural e desconhece os atos burocráticos dos sistemas políticos, ela não saberá da necessidade de apoiar o aprofundamento desta política para si própria e para outras mulheres.

Se, ao adentrar na classe C, a população antes marginalizada ganha as preocupações da classe média com o *status quo* e torna-se conservadora – ignorando a conjuntura que corroborou para que a condição de pobreza fosse amenizada – o novo estudante universitário não se proporá a construir em sua carreira acadêmica nada que não seja exclusivamente voltado ao retorno financeiro.

Por consequência do exposto, a mulher que não compreende em profundidade o motivo de sua inserção nos programas sociais, bem como as consequências disto, reiterará seu voto nos candidatos contrários a estas políticas por professarem a mesma religião ou por indicação de familiares.

Deste modo, a “nova classe média” se tornará tão mantenedora do *status quo* quanto a antiga, defendendo a versão distorcida de “meritocracia” que não admite cotas e nem redistribuição de renda³⁵.

A mitigação da desigualdade e seu prazo de validade

Mas podemos ver mais das políticas afirmativas que contém os germes de seu fim em si mesmas: se a população no geral não acompanha a vida política, e as mulheres, que são 52,13% da população votante³⁶, são desincentivadas a participar, e as escolhas de representantes ocorrem pela “troca de favores”, pela identificação religiosa, ou pela aparente popularidade da campanha midiática, o fim é inevitável: não seremos representados pelos eleitos³⁷.

Quando isso acontece, a credibilidade do legislativo e do executivo é minada. E, em um sistema semi-democrático como o brasileiro, no qual os membros do judiciário adentram seus cargos por prova escrita e, às vezes, por indicação do executivo – mas nunca por eleição – a esperança da população se volta para estes “meritocráticos” representantes do povo, que em sua função de “retificadores” se reúnem contra projetos de lei que

35 É importante ressaltar que diversos teóricos da política defenderam a meritocracia simultaneamente a políticas de redistribuição de riqueza ou a ações afirmativas – o que significa que não são excludentes, e que a versão de “meritocracia” que é defendida no Brasil trata-se de uma distorção do conceito original. Ver RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. 3a. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2008. Ver também NOZICK, R. *Anarquia, estado e utopia*. São Paulo - SP: WMF Martins Fontes, 2011.

36 Dia Internacional da Mulher: número de eleitoras e candidatas registra crescimento no país. *Tribunal Superior Eleitoral*. 06 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Marco/especial-dia-da-mulher-numero-de-eleitoras-e-candidatas-registra-crescimento-no-pais>>. Acesso em 09 nov. 2016.

37 Hannah Arendt alerta para os perigos da crise de representatividade inerente à lógica dos sistemas políticos ocidentais. Em que pese o fato do voto no Brasil ser obrigatório, o que em tese impediria a aplicação do raciocínio da autora à nossa realidade, pode-se contra-argumentar que a abstenção e o não-comparecimento crescem a cada eleição – produzindo, portanto, o mesmo efeito que é observado nos países onde o voto não é obrigatório. Ver ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

punem abuso de autoridade no Brasil, por limitarem sua possibilidade de interpretação da lei³⁸.

Tal posicionamento nos informa sobre a lógica utilizada no judiciário, que é baseada em “punições exemplares”. Estas estão absolutamente em acordo com a moral contraditória do brasileiro padrão, que assiste a tudo com a sensação de vingança executada, similar à que é sentida quando os telejornais relatam ações de “justiceiros” que vingam a propriedade de particulares. A função conferida aos dois grupos, o dos juízes que punem exemplarmente e o dos assim chamados “justiceiros”, é a mesma. Trata-se de vingança, não de fazer justiça. Isto, porque para se fazer vingança é necessário somente o julgamento segundo as próprias regras do vingador (no caso, a moral contraditória). A justiça, para a democracia, só está plena quando aplicada em sua complexidade e em sua totalidade, com igualdade e isonomia, e consequentemente sem abuso de autoridade³⁹.

Os ciclos da não-identificação

Por fim, cabe refletir sobre como seria possível construir, no Brasil, uma política que inclua e dê igualdade de direitos e deveres a todas as etnias, gêneros e religiões, e que diminua as distâncias entre os cidadãos brasileiros com fins a alcançar, se não uma democracia plena, ao menos uma dinâmica social menos desagradável e um pouco mais tolerável.

Parece-nos que os fatores mantenedores da estagnação na desigualdade são reciclados pelo próprio movimento de ascensão econômica, através da aderência dos novos sujeitos inseridos nas relações mercadológicas aos valores consumistas. Seria, portanto, ingenuidade acreditar que a desigualdade pode ser reduzida dando aos historicamente espoliados maior acesso às possibilidades de

38 Juízes, inclusive Moro, erram ao fazer carga contra projeto que pune abuso de autoridade. *Veja*. 02 ago. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/juizes-inclusive-moro-erram-ao-fazer-carga-contra-projeto-que-pune-abuso-de-autoridade/>>. Acesso em 09 nov. 2016.

39 BOBBIO, N. *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. 13a. ed. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2015.

consumo disponibilizadas por um mercado globalizado e ideologicamente comprometido com determinada gama de valores, entre eles, a própria existência de desiguais.

Corroboram para este panorama os valores religiosos e morais, respectivamente, da teologia da prosperidade e da cultura da “*meritocracia*” à *la carte* implementada pela moralidade contraditória. Estes dois fatores reforçam o consumo como bem máximo pelas seguintes vias: 1 – o consumo é tido como uma espécie de dádiva do divino para com seus crentes, e por isto buscá-lo e usufruir dele são provas do reconhecimento divino e da proximidade com a “graça”; 2 – crê-se que aquilo que é adquirido e, por conseguinte, usufruído, não depende das oportunidades diluídas no meio, mas apenas do indivíduo. Quando estas duas percepções de mundo estão disseminadas entre porções significativas da sociedade, inviabilizam-se as políticas implementadas para promover mudanças estruturais, sejam elas quais forem, já que os sujeitos atingidos por essas medidas compreendem-se como destacados em relação ao meio e acreditam que sua ascensão social não tem relação direta com condicionantes históricos, políticos ou econômicos.

Reforçam este processo o crescimento da marginalização da atividade política e, associada a ela, a opção pela ignorância neste assunto. Ambos são incentivados em pelo menos metade da população, que é formada de mulheres, por meio da conformação social e estrutural brasileira, que delega a elas apenas os papéis relacionados à “Casa”. Este quadro alimenta um ciclo vicioso: afirma-se que é pernicioso lidar com política ou aproximar-se dela; por não haver tal aproximação, não é desenvolvida compreensão acerca do que ocorre no meio político; como não há entendimento, torna-se impossível aproximar-se; a impossibilidade de aproximação é vista como algo saudável. Desta maneira, mesmo que haja o entendimento, por um dado indivíduo qualquer, de que a mitigação da desigualdade e do preconceito é um algo necessário, este sujeito será incapaz de identificar possíveis cursos de ação (sejam eles pela via institucional ou pela não-institucional) que promovam seu objetivo ou seus ideais.

Podemos, então, compreender – com o que foi exposto até aqui – que a inclusão não pode ser baseada unicamente na elevação do poder de consumo⁴⁰. Da mesma forma, nota-se que a igualdade não é promovida exclusivamente por diminuição das disparidades no acesso ao ensino superior e ao serviço público para as diferentes classes sociais. Tais medidas não foram suficientes para proporcionar equidade, uma vez que os germes para a sua autodestruição já estão contidos no ambiente aplicado: não será reconhecido, em sua complexidade, o valor de uma medida afirmativa por aqueles que não se compreendem como desiguais em relação aos que possuem privilégios. Se o proletário não se percebe mais enquanto tal ao passar a ter acesso a determinados bens de consumo, este não poderá valorizar as medidas que o fizeram adquiri-los. De modo similar, quando este proletário passa a identificar-se com padrões de consumo e de comportamento dos membros da classe dominante, mesmo sem ter em posse os meios de produção, ele se identificará com as causas defendidas por aquela.

Tal conjuntura causará, possivelmente, um movimento de expansão e retração da classe média em ciclos subsequentes, caso haja persistência neste tipo ineficaz de “política de inclusão”. Se o aumento do poder de consumo casa-se com a ideologia de que o ato de consumir é um valor em si mesmo, ou com a ignorância quanto às relações sociopolíticas presentes no ato de consumir, a própria “nova classe média” tenderá a encurtar o alcance das políticas públicas que lhes foram direcionadas e que estariam, em um segundo momento, voltando-se para os que ainda não concretizaram sua ascensão. Metaforicamente, após subir um degrau os novos consumidores chutam a escada, de modo a tentar impedir que outros subam ao mesmo patamar que eles.

40 O conhecido teólogo Leonardo Boff fez esta mesma crítica em algumas de suas palestras. Segundo ele, o Partido dos Trabalhadores errou ao tentar realizar a inclusão social das massas pauperizadas através da elevação do poder de consumo, ignorando a necessidade de incluí-las através do acesso aos direitos sociais.

Bibliografia

- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- ASSANGE, J. et al. *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo – SP: Boitempo, 2013.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 13a. ed. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2015.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, p. 288-338, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao "Auxílio-Gás". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jan. 2002. Seção 1, pág. 2.
- BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 abr. 2001. Seção 1, pág. 1.
- BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, pág. 2.
- BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2003. Seção 1, pág. 1.
- BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Seção 1, pág. 1.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, pág. 1.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão ADPF 186/DF. Brasília, DF, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>. Acesso em 09 nov. 2016.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado*: pesquisas de antropologia política. São Paulo - SP: Cosac Naify, 2013.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência*. 3a. ed. São Paulo - SP: Cosac Naify, 2014.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 1997.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 1986.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Política de valorização do salário mínimo*: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. Nota Técnica, n.153, janeiro, 2016.

Dia Internacional da Mulher: número de eleitoras e candidatas registra crescimento no país. *Tribunal Superior Eleitoral*. 06 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Marco/especial-dia-da-mulher-numero-de-eleitoras-e-candidatas-registra-crescimento-no-pais>>. Acesso em 09 nov. 2016.

FERNANDES, Renato Borges et al. Religião e Comportamento de Consumo de Vestuário. *Revista Pretexto*, v. 13, n. 4, p. 84-100, 2012.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L. De; M. J. WARDE; S. HADDAD (orgs.) *O Banco*

Mundial e as políticas educacionais. São Paulo – SP: Cortez, 1996. Págs. 229-251.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8a. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 54a. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 2013.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51a. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34a. ed. São Paulo - SP: Cia. das Letras, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. *A Década Inclusiva (2001–2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*. Comunicados do IPEA, 2012; n° 155.

JAULIN, Robert. *La paix blanche*: introduction à l'ethnocide. Paris: Editions du Seuil, 1970.

Juízes, inclusive Moro, erram ao fazer carga contra projeto que pune abuso de autoridade. *Veja*. 02 ago. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/juizes-inclusive-moro-erram-ao-fazer-carga-contra-projeto-que-pune-abuso-de-autoridade/>>. Acesso em 09 nov. 2016.

Manifesto: Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais. *Época*. 01 mai. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83466-6014-519-1,00-MANIFESTO+CENTO+E+TREZE+CIDADAOS+ANTIRACISTAS+CONTRA+AS+LEIS+RACIAIS.html>>. Acesso em 09 nov. 2016.

Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. *Veja*. 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em 09 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel I*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/cart_a.pdf>. Acesso em 09 nov. 2016.

MUNDIAL, BANCO. Instrumentos de empréstimo do Banco Mundial: recursos para impacto no desenvolvimento. *The World Bank InfoShop*, 2001.

NOZICK, R. *Anarquia, estado e utopia*. São Paulo - SP: WMF Martins Fontes, 2011.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. 3a. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2008.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2a. ed. São Paulo - SP: Cia. das Letras, 1995.

SILVA, G. M. D. DA. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 131–165, 2006.

TURRA, Cleusa. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo – SP: Ática, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro*. Disponível em: <http://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro>. Acesso em 09/11/2016.

Cultura e política, 2013-2016: os incitadores da turba

Vitor Cei

A relação entre cultura e política é o foco da linha de pesquisa “Cultura da mídia e políticas do contemporâneo”, do grupo “Ética, Estética e Filosofia da Literatura” (UNIR/CNPq). Diante da possibilidade de convergência tecnológica entre diferentes plataformas, o objetivo é promover estudos, pesquisas e ações de extensão sobre produções culturais compostas em mídias variadas, com foco nos seus efeitos sobre a cultura política contemporânea. Relacionando diferentes áreas do conhecimento, privilegiam-se as interfaces entre os campos da Filosofia, da Comunicação e dos Estudos Culturais, no sentido de formar matéria crítica necessária à análise dos fenômenos provenientes das novas mídias, de uma perspectiva ética, estética e histórica.

Este artigo dá continuidade a uma pesquisa iniciada logo após as jornadas de junho de 2013, cujo objetivo é avaliar a atuação dos atores políticos brasileiros que enquadro na categoria dos “incitadores da turba”, termo empregado por Theodor Adorno no ensaio *Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista* para expressar a atmosfera de agressividade emocional promovida com o intuito de provocar na multidão a ação violenta sem qualquer objetivo político sensato. O primeiro artigo, publicado no livro *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho* (2015), aborda um segmento dos manifestantes de junho de 2013, os “coxinhas niilistas”, isto é, aqueles “contra-isso-que-está-aí”, que negavam tudo, sem propostas efetivas, manifestando niilismo.

Este texto aborda a atual hegemonia cultural do reacionarismo e avalia o papel de personalidades que atuam na mídia e na política, como Olavo de Carvalho, Rachel Sheherazade, Reinaldo Azevedo e Jair Bolsonaro. O próximo ensaio, a ser publicado em 2017 no livro *Direitos Humanos e Multiculturalismo*, complementa a lista dos incitadores da turba, analisando o trabalho da Frente Parlamentar Evangélica do

Congresso Nacional em sua cruzada contra os Direitos Humanos e o multiculturalismo

No artigo “Cultura e política, 1964-1969”, em cujo título me inspirei, o crítico literário Roberto Schwarz avalia que o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969 foi que o regime militar, embora tenha investido contra os movimentos populares, de certa forma poupou a intelectualidade de esquerda:

Essa situação cristalizou-se em 1964, quando *grosso modo* a intelectualidade socialista, já pronta para prisão, desemprego e exílio, foi poupada. Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados. Cortadas naquela ocasião as pontes entre o movimento cultural e as massas, o governo Castelo Branco não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente. Com altos e baixos essa solução de habilidade durou até 1968, quando nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia: os estudantes, organizados em semiclandestinidade. Durante esses anos, enquanto lamentava abundantemente o seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista¹.

Por isso, apesar da ditadura civil-militar da direita, havia relativa hegemonia cultural da esquerda. Tal hegemonia podia ser vista “nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou

¹ SCHWARZ. *O pai de família e outros estudos*, p. 72.

nas proclamações do clero avançado”². Em suma, segundo Schwarz, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dava o tom. Daí a anomalia que o crítico registra: o regime militar de direita deixava intocada a produção cultural de esquerda que continuava a ser feita, “embora privada do que poderia ser sua possibilidade mais estimulante, o contato vivo com as classes dominadas”³. Vladimir Safatle endossa que o regime militar “compreendeu rapidamente que não era necessário um controle total da cultura”, pois “Um controle parcial bastava, com direito a censura e perseguição em momentos arbitrariamente escolhidos”⁴.

E hoje, a hegemonia cultural da esquerda continua ou não? Eu avalio que nos últimos anos, especialmente após junho de 2013, podemos constatar uma tendência oposta àquela observada por Roberto Schwarz: depois de 13 anos com Presidentes da República do Partido dos Trabalhadores, autodeclarado de esquerda, há relativa hegemonia cultural da direita e ascensão do reacionarismo. Tal hegemonia pode ser vista nas listas de *best-sellers* e nas vitrines das livrarias de shopping centers, exibindo livros de militantes neoliberais, conservadores ou reacionários como Rachel Sheherazade, Leandro Narloch, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Lobão, Danilo Gentili, Ricardo Amorim e Luiz Felipe Pondé, dentre outros.

Nas redes sociais, além dos nomes supracitados, fazem sucesso ativistas como o blogueiro Felipe Moura Brasil, o jovem Kim Kataguirí, o ator Alexandre Frota e o músico Roger Moreira. Sintomático é o fato de que, no dia 25 de maio, Frota foi recebido pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho. O dono da página de Facebook Revoltados Online, Marcelo Reis, também esteve no encontro. Na saída, Reis e Frota gravaram um vídeo em que mencionam a apresentação de propostas para a educação no Brasil – sem especificar quais. Na ocasião, a

² SCHWARZ. *O pai de família e outros estudos*, p. 71.

³ HOLLANDA. *Impressões de viagem*, p. 100.

⁴ SAFATLE. *A perda de hegemonia*, s. p.

assessoria do Ministério da Educação não divulgou quais foram as propostas de Frota e Reis. Porém, segundo reportagem do Congresso em Foco, o grupo apóia o projeto Escola Sem Partido, com a intenção de “tirar a doutrinação ideológica das escolas”⁵. “Basta de Paulo Freire!”, gritam os seguidores de Alexandre Frota. Sinal dos tempos⁶.

Os nomes supracitados indicam o baixo nível intelectual da chamada “nova direita” brasileira. Essa turma me deixa com saudade de grandes intelectuais da direita, como Gilberto Freyre, Nelson Rodrigues e José Guilherme Merquior. De qualquer modo, como diria Schwarz, “como ninguém acredita nas razões da direita, mesmo estando com ela, é desnecessário argumentar e convencer”⁷. Por isso, os ineptos da vez cumprem o seu papel a contento.

Que fim levou a direita ilustrada?, indagou o psicanalista Christian Dunker em julho de 2014. Para ele, da antiga indignação liberal, não sobrou mais que a cólera esbravejante dos que acreditam que possuem mais poder do que realmente têm:

Quando leio Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho, Diogo Mainardi, Rodrigo Constantino e os chamados neoconservadores eu me pergunto: o que aconteceu com a tênue, mas boa, tradição da direita ilustrada brasileira? Que fim levou o pessoal que realmente acreditava nas ideias de Milton Friedman, que queria discutir Ayn Rand ou que, no geral, tinha teses para interpretar o Brasil? [...] Há uma espécie de erro de continuidade neste filme onde, de repente, aparece um pessoal dançando uma espécie de “Lepo Lepo” sanguinário contra o PT. Uma espécie de macarthismo retórico contra tudo o que cheire, pareça ou suporte a projeção vermelha. É uma turma que surge do nada, fantasiada de Capitão Nascimento, dizendo coisas

⁵ POLETTI. Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e grupo pró-impeachment.

⁶ Este artigo foi escrito antes da votação da Proposta de Emenda à Constituição n. 241/2016, que recebeu massivo incentivo da imprensa, apoio de parte da população e foi tratado com indiferença pela maioria dos brasileiros.

⁷ SCHWARZ. *O pai de família e outros estudos*, p. 109.

que nem o Maluf do “estupra, mas não mata” seria capaz de dizer⁸.

Eu diria que a defesa do Liberalismo no Brasil é uma piada velha, pois em nosso processo de modernização conservadora os valores liberais sempre foram um engodo, como mostra muito bem Machado de Assis em contos como “Teoria do Medalhão” e romances como *Esau e Jacó*⁹. Ainda assim, o nível intelectual parece ter caído. Como chegamos a esse ponto? Por que, pela primeira vez em décadas, a esquerda tornou-se minoritária no campo cultural? De acordo com o filósofo Vladimir Safatle:

[...] há de se colocar a perda da hegemonia cultural como um dos sintomas da era Lula. Do ponto de vista político, o esforço da classe intelectual brasileira parece ter se esgotado com a eleição do ex-metalúrgico. Boa parte dos descaminhos do governo foi colocada na conta da legitimidade dos intelectuais que um dia o apoiaram ou que continuaram apoiando. O simples abandono do apoio não foi uma operação bem-sucedida. [...] Aos poucos, parte da mídia criou seus intelectuais conservadores [...] Como se não bastasse, o próprio governo foi paulatinamente se afastando da órbita dos intelectuais de esquerda¹⁰.

Concordo com Safatle, mas avalio que a situação se agravou em junho de 2013, com o advento dos “coxinhas niilistas”, conceito que cunhei para classificar as pessoas que saíram às ruas contra-isso-que-está-aí, adotando o discurso de que ninguém pode dar solução à sociedade brasileira atual. Uma postura de niilismo político, segundo o qual a política não vale nada e não leva a nada¹¹.

⁸ DUNKER. Que fim levou a direita ilustrada?

⁹ Cf. CEI. Niilismo político e galhofa em *Esau e Jacó*, de Machado de Assis.

¹⁰ SAFATLE. A perda de hegemonia.

¹¹ Cf. CEI. Contra-isso-que-está-aí.

Embora tenha raízes nas jornadas de junho, o novo ativismo digital conservador teve seu papel ampliado e consolidado durante a campanha eleitoral de 2014, quando diferentes grupos à direita do espectro político se uniram em torno da candidatura oposicionista de Aécio Neves. Em 2015 e 2016, os mesmos grupos se uniram para exigir o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Após a posse de Michel Temer, silenciaram – o gigante voltou a dormir¹².

O historiador Perry Anderson endossa que uma nova direita (com orgulho de afirmar-se assim), formada por uma geração mais jovem de militantes de classe média, passou a ganhar proeminência nas manifestações massivas contra Dilma a partir de março de 2015:

Para eles, o livre mercado era a base necessária para todas as outras liberdades, concebendo assim o Estado como uma espécie de hidra de muitas cabeças. Essa política se iniciou não nas instituições da ordem decadente, mas sim nas ruas e nas praças, onde cidadãos poderiam se reunir contra um regime de parasitas e ladrões. Surfando na onda das manifestações massivas contra Dilma, os dois principais grupos dessa direita radical – ‘Vem Pra Rua’ e ‘Movimento Brasil Livre’ – modelaram suas táticas assimilando elementos do ‘Movimento Passe Livre’, um movimento de extrema-esquerda que desencadeou os protestos de 2013, inclusive com o MBL deliberadamente fazendo um acrônimo com o MPL. Ambas organizações da direita eram pequenas, mas dependiam de um intenso trabalho de mobilização de massas por meio da internet. O Brasil possui mais viciados em Facebook do que qualquer outro país, perdendo somente para os Estados Unidos, e tanto o ‘Vem Pra Rua’ como o ‘MBL’ e outros grupos da direita – o ‘Revoltados On-Line’ (ROL) é outro movimento proeminente – vem conseguindo mobilizar a população com muito mais sucesso do que a esquerda, embora seja importante levar em consideração o previsível

¹² Este artigo foi escrito entre maio e junho de 2016, antes dos atos mais recentes promovidos por MBL e Vem Pra Rua, como o de 26 de março de 2017, que tiveram pautas difusas e baixa adesão.

perfil de classe de quem adentra na rede social de Zuckerberg. Até então, o efeito multiplicador desses grupos de direita tem sido muito maior¹³.

Os grupos da chamada nova direita são difusos e se atualizam com a mesma frequência de um aplicativo de telefone celular. Por conseguinte, eles não formam massas organizadas, mas sim o que Theodor Adorno designou “multidões acidentais da cidade grande”¹⁴. Por isso, parte da tarefa dos agitadores consiste em fazer a multidão acreditar que é organizada como um Exército ou uma Igreja. Daí a tendência para o uso de símbolos comuns, como gritos de guerra ou *hashtags* (O gigante acordou! Fora PT! Fora Dilma! Vai pra Cuba!) e uniformes: camisa da CBF, nariz de palhaço ou máscaras do soldado católico inglês Guy Fawkes (famosa por causa do filme *V de Vingança*).

O caráter fracamente coeso da nova direita poderia comprometer a minha análise, se ela tivesse pretensões de universalidade – o que não é o caso. Contento-me com uma reflexão sobre duas estratégias muito comuns no enfrentamento atual da crise socioeconômica e política brasileira, a saber, a estratégia nostálgica e a estratégia moralista. Por vezes agindo de modo complementar e outras agindo autonomamente, essas estratégias têm em comum a intenção de mudar o Brasil – livrando-o da corrupção – não somente a partir de princípios vinculadores arcaicos, como Deus, Pátria e Família, mas também a partir da tentativa de reinstauração de princípios mais recentes, mas igualmente falidos: militarismo e neoliberalismo¹⁵.

Ambas as estratégias têm o objetivo salvar o povo brasileiro dos diversos males supostamente causados pelo governo PT – a corrupção, o marxismo cultural, o feminismo, a “ditadura gay”, o bolivarianismo e o comunismo – através da restauração dos valores morais e religiosos sustentadores da

¹³ ANDERSON. A crise no Brasil.

¹⁴ ADORNO. Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda.

¹⁵ Adapto e parafraseio a tese de Alexandre Marques Cabral, segundo a qual a estratégia nostálgica e a estratégia remoralizadora são as mais comuns no enfrentamento atual da experiência do niilismo. CABRAL. *Niilismo e hierofania*, v. I, p. 17.

sociedade brasileira em tempos pregressos, além das instituições às quais estes mesmos valores estiveram vinculados.

Vale a pena levar em conta os impropérios do famigerado Olavo de Carvalho como paradigma dos dois tipos de estratégia. Ainda que o autodenominado filósofo não proponha nenhuma solução filosófica para os impasses da crise brasileira, seus objetos temáticos e seu modo de abordá-los já assinalam certa nostalgia em relação à Guerra Fria e à tradição cristã, como podemos ver em seus textos no Facebook e vídeos no You Tube.

Após eleger o amálgama cristianismo/capitalismo como paradigma para a compreensão do princípio de ordenação do Ocidente (pressupondo que o Brasil é parte do Ocidente), idealizando, homogeneizando e simplificando as múltiplas matrizes culturais a partir da qual este amálgama foi formado, Olavo de Carvalho exaspera-se com o fato de que a sociedade contemporânea não consegue mais salvaguardar o tipo de absoluto que um dia emergiu da síntese de cristianismo e capitalismo.

Olavo de Carvalho é considerado o mestre e guru dos atuais “incitadores da turba”, tipos estudados por Theodor Adorno no ensaio *Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista*, de 1951. Nesse ensaio, o filósofo comenta sobre a tendência das “pessoas de bem” a se deixarem influenciar por movimentos fascistas, quando há uma atmosfera de agressividade emocional irracional propositamente promovida por agitadores:

[...] o material de propaganda fascista neste país preocupa-se pouco com questões políticas concretas e tangíveis. A maioria esmagadora das declarações dos agitadores é dirigida *ad hominem*. Elas são obviamente mais baseadas em cálculos psicológicos do que na intenção de conseguir seguidores por meio da expressão racional de objetivos racionais. O termo “incitador da turba”, apesar de reprovável por seu desprezo inerente pelas massas enquanto tais, mostra-se adequado na medida em que expressa a atmosfera irracional de agressividade emocional

propositadamente promovida por nossos aspirantes a Hitler¹⁶.

Na década de 1940, a natureza e o conteúdo dos discursos e panfletos de agitadores fascistas norte-americanos foram submetidos à pesquisa intensiva por cientistas sociais, com apoio do Instituto de Pesquisa Social, na época afiliado à Universidade de Columbia. Os resultados desses estudos se encontram em escritos de Adorno e especialmente no livro *Falsos Profetas: estudos sobre o autoritarismo*, de Leo Löwenthal e Norbert Guterman.

Os atuais agitadores da turba brasileiros assemelham-se àqueles falsos profetas estudados pelos pesquisadores da Escola de Frankfurt. Parece que, ontem como hoje, os agitadores da turba usam técnicas manipuladoras e se aproveitavam do descontentamento, dos medos e dos ressentimentos de parcelas da população, criando inimigos que corporificam a “força do mal” que deve ser erradicada pelo movimento. No caso dos nazistas, o alvo eram os judeus. No caso brasileiro atual, o alvo é o PT. Em ambos os casos, os agitadores da turba são financiados por um público cativo, que inclui Igrejas, grandes corporações, pequenas empresas, jornais, rádios e canais de televisão.

A similaridade das expressões de vários agitadores, das celebridades aos pequenos disseminadores provincianos de ódio, é tão grande que basta em princípio analisar as declarações de um deles para conhecê-los todos. Além disso, os próprios discursos são tão monótonos que, assim que se fica familiarizado com o número muito limitado de dispositivos em estoque, o que se encontra são intermináveis repetições¹⁷. Ainda assim, apresentarei exemplos variados.

Atualmente, um dos principais incitadores da turba é o Movimento Brasil Livre, entidade civil criada em 2014 para supostamente “combater a corrupção” e, principalmente, lutar pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A página deles no Facebook tem mais de 1,5 milhão de fãs, incluindo 37 “amigos” meus. Gostaria de destacar o moralismo hipócrita dos

¹⁶ ADORNO. *Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda*, p. 118-119.

¹⁷ ADORNO. *Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda*, p. 119.

corruptos que combatem a corrupção. Um dos coordenadores do MBL é réu em, pelo menos, 16 ações cíveis e mais de 40 processos trabalhistas, incluindo os que estão em seu nome e o das empresas em que é sócio. Segundo reportagem de Pedro Lopes e Vinícius Segalla para o UOL:

As acusações incluem fechamento fraudulento de empresas, dívidas fiscais, fraude contra credores, calote em pagamento de dívidas trabalhistas e ações de danos morais, num total de R\$ 4,9 milhões. Além disso, o movimento está sofrendo uma ação de despejo de sua sede nacional, localizada em um prédio na região central de São Paulo, por se recusar a deixar o imóvel mais de um ano após o pedido de devolução por parte de seu proprietário¹⁸.

O Movimento Brasil Livre também mente e engana seus seguidores. Declarando-se apartidário e sem ligações financeiras com siglas políticas, ele recebeu apoio financeiro de partidos políticos como PSDB, DEM, PMDB e Solidariedade, como passagens aéreas para Brasília, impressão de panfletos e aluguel de carro de som e de ônibus para levar manifestantes a protestos, além de pagar lanches para os viajantes¹⁹.

Nas eleições municipais de 2016, o MBL lançou 45 candidatos, um a prefeito e 44 a vereador, elegendo o prefeito de Monte Sião (MG) e sete vereadores, sendo três no estado de São Paulo, dois no Paraná e outros dois no Rio Grande do Sul. Os partidos com mais filiados do MBL eram o PSDB e o DEM, com dez cada um. Havia ainda candidatos por PP, PSC, Novo, PEN, PHS, PMDB, PPS, PRB, Pros, PSB, PTB, PTN, PV e SD²⁰.

Os incitadores da turba também ocupam espaços na grande imprensa. Para citar um exemplo bastante conhecido,

¹⁸ LOPES, SEGALLA. Líder do MBL responde a mais de 60 processos e sofre cobrança de R\$ 4,9 mi.

¹⁹ Cf. LOPES, SEGALLA. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment.

²⁰ Cf. LINTZ. MBL lança candidatos e desespera petistas nas redes sociais; LIBÓRIO. Movimento pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores.

recordo que a jornalista Rachel Sheherazade, na edição do programa *SBT Brasil* que foi ao ar no dia 04 de fevereiro de 2014, usou tom de voz hostil e abusou da liberdade de expressão para afirmar que achava “compreensível” o ato criminoso de três homens que espancaram, desnudaram e prenderam pelo pescoço a um poste um adolescente negro, pobre, morador de rua e autor de pequenos furtos²¹. Também vale lembrar que, oito meses depois, os “justiceiros” defendidos pela jornalista foram presos por tráfico de drogas. Um deles já tinha oito passagens pela polícia, incluindo acusações de estupro, lesão corporal e roubo de veículo²². Sheherazade não quis adotar esses bandidos.

Na mesma linha, Reinaldo Azevedo, colunista da revista *Veja*, sempre com discursos de ódio, certa vez, com ímpeto genocida, desejou excluir o povo brasileiro da comunidade democrática, ignorando que não existe Democracia sem povo. Cito um texto de 29 de outubro de 2006 que inclui o povo no ordenamento jurídico unicamente sob a forma de sua exclusão:

Eu não tenho o menor interesse na opinião do povo. Quase sempre ele está errado. Aliás, a opinião de muito pouca gente me interessa. A democracia sempre foi salva pelas elites e posta em risco justamente pelo “povo”, essa entidade. [...] Os petralhas sabem: fico aqui queimando as pestanas, tentando achar um jeito de eliminar o povo da democracia. Ainda não consegui. Quando encontrar, darei sumiço no dito-cujo em silêncio. Ninguém nem vai perceber... Povo pra quê?²³

Semeador de ódio, Azevedo é saudosista da época em que a sociedade brasileira era unida sob o jugo patriarcal – com todo o poder concentrado nas mãos de uma elite política. A época do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Tempos em que vigorava o lema “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”. Período

²¹ Cf. CEI. Kant contra Sheherazade.

²² Cf. SERRA. Jovens acusados de prender adolescente em poste são investigados por tráfico, estupro e lesão corporal.

²³ AZEVEDO. É Lula de novo com a culpa do povo.

em que negros eram escravos dos brancos, empregados submissos aos patrões, mulheres servas do lar e homossexuais e transgêneros não podiam sequer existir.

Dentre os semeadores de ódio, temos representantes no Congresso Nacional, com destaque para o deputado federal Jair Messias Bolsonaro, capitão da reserva do Exército, elevado de integrante do baixo clero na Câmara a *pop star* inspirador de memes. Dispensando comentários sobre seus discursos homofóbicos, machistas e racistas, seus crimes ambientais e suas práticas de nepotismo²⁴. Me atenho ao fato de que ele foi ovacionado pelos colegas na sessão que votou a admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, ao declarar seu voto “em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, primeiro militar a ser reconhecido, pela Justiça, como torturador durante a ditadura²⁵. Cito trecho do discurso de Bolsonaro:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa: parabéns, Presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias. Pelas nossas forças armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim²⁶.

Como se sabe, entre 1970 e 1974 o Coronel Ustra foi chefe do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão repressor

²⁴ Cf. TAVARES. Bolsonaro, o meme de si mesmo.

²⁵ No ano de 2008, o militar torturador chegou a ser condenado em ação declaratória por sequestro e tortura, mais de trinta anos depois de fatos ocorridos durante a ditadura militar, por decisão da 23ª. Vara Cível de São Paulo. Houve recurso da defesa e, em agosto de 2012, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou a sentença que o declarou torturador.

²⁶ BOLSONARO, apud TEIXEIRA. As pérolas do domingo de votação na Câmara.

criado pelo regime militar brasileiro para prender e torturar aqueles que fossem contrários ao Estado de Exceção. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, mais de 500 pessoas foram torturadas sob o comando do coronel, enquanto ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram²⁷.

Jair Bolsonaro fez apologia de crime tipificado no artigo 287 do Código Penal: “Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”. Ao exaltar a tortura, que é um crime hediondo, e homenagear o mais emblemático dos torturadores do regime militar, o Deputado Federal ultrapassou os limites da imunidade parlamentar.

O discurso fascista de Bolsonaro expõe a íntima solidariedade entre democracia e totalitarismo que existe hoje no Brasil. A propósito, Newton Bignotto observa que a política contemporânea, longe de nos distanciar das experiências do uso da violência no cenário público, colocou-a no centro e fez dela um referencial inescapável. Em entrevista concedida à *Outramargem: revista de filosofia*, ele afirma que a filosofia política deve se preocupar com os riscos que a violência generalizada traz para a manutenção do Estado de Direito:

Ao longo da história brasileira, ouvimos com muita frequência um clamor pela liberdade que nem sempre se fez acompanhar pelo desejo de igualdade. Ao contrário, as elites brasileiras, e setores da classe média, estão dispostas a aceitar uma legislação que proteja a liberdade, mas com muita frequência resistem aos efeitos de uma real extensão da igualdade na sociedade. Ora, o que os que clamam pela volta da ditadura muitas vezes estão querendo dizer é que preferem sacrificar a liberdade do que aceitar a entrada na cena política de parcelas amplas e antes excluídas do cenário político. Preferem compactuar com ditadores, sejam eles quem forem, na expectativa de retomar antigos privilégios [...] A democracia brasileira é recente e ainda frágil, e, por isso, não podemos desprezar as correntes reacionárias e aventureiras que se mostram no horizonte

²⁷ SENRA. Novas curtidas a Coronel Ustra crescem 3.300% após homenagem de Bolsonaro.

político. Nossa longa tradição autoritária deve servir-nos de alerta para os riscos reais que corremos quando uma parcela dos atores políticos está disposta a sacrificar algum dos pilares da democracia para defender seus próprios interesses²⁸.

Diante do alerta de Bignotto, o que mais me preocupa não é a existência de um incitador da turba como Bolsonaro, mas sim o fato de que ele tem muitos seguidores, que o chamam de Bolsomito e fazem campanha para que ele seja candidato a Presidente da República em 2018. Só no Facebook são mais de 3 milhões de fãs, incluindo 33 “amigos” meus. Ele é sempre um dos deputados cariocas mais votados. Em 2014, teve quase meio milhão de votos. Em 2016, seu filho Carlos Bolsonaro (PSC) foi o candidato mais votado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

E o mais assustador: nas 72 horas após a homenagem que Bolsonaro fez a Ustra, a página do Facebook dedicada ao torturador ganhou quase 3 mil novas curtidas – um crescimento de mais de 3.000% no ritmo médio de novos seguidores. Antes do discurso, a página tinha 500 curtidas²⁹. No último dia em que olhei, 8 de junho de 2016, ela tinha mais de 70 mil fãs, incluindo três conhecidos meus. Para completar, no início de junho o livro do coronel Ustra, *A Verdade Sufocada*, de impressão paga pela sua própria família, foi a sexta obra mais vendida do país, segundo lista divulgada pela Folha de São Paulo³⁰.

Na noite de 17 de junho, dois dias após o encerramento do III Seminário de Pesquisa Social – Brasil em crise: o que resta das jornadas de junho?, a Universidade de Brasília foi alvo de ataques de uma turba de aproximadamente 30 pessoas, vestidas de preto e portando bandeiras do Brasil, munidas de porretes, armas de choque e bombas de efeito moral. Entoando frases como “Viva Sérgio Moro” e “Uh é Bolsonaro”, ou proferindo

²⁸ LELIS, SOUSA, CEI. *Filosofia, Política e Democracia*, p. 14.

²⁹ SENRA. Novas curtidas a Coronel Ustra crescem 3.300% após homenagem de Bolsonaro.

³⁰ MEIRELES; GENESTRETÍ. *Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país*.

gritos racistas e homofóbicos, pedindo a volta da ditadura militar, a turba invadiu o Instituto Central de Ciências da Universidade, para agredir os estudantes e depredar o patrimônio público³¹. Como diria Adorno: “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora”³².

Para concluir, pergunto a você: como podemos impedir o avanço das forças reacionárias? O que podemos fazer para alterar as condições que geram esta regressão? Nós precisamos aprender a ler, interpretar, analisar e decodificar os discursos dos incitadores da turba, de um modo semelhante ao que fazemos com os textos literários, filosóficos e científicos. Precisamos, ainda, aprender a usar as novas mídias como ferramentas de expressão, criação e ativismo democrático, usando-as em favor do bem comum. Para conquistar uma cidadania genuína, a comunidade precisa adquirir conhecimentos sobre a produção da mídia e sobre a elaboração de produtos divulgáveis.

Espero que este livro *O que resta das jornadas de junho* contribua para um pensamento impiedosamente crítico, que não aceite a máquina de guerra, tampouco a máquina de esquecimento. Que o leitor e a leitora sejam indivíduos autônomos, autocríticos e com vínculos sociais, eliminando, no que têm de fundamental, as condições que geram a violência. Assim, se reduzirá a possibilidade de ocorrência de novas barbáries.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda. In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike (org.). *The Essential*

³¹ SOARES. UnB investiga protesto com ataques homofóbicos e racistas no campus; NINJA. Universidade de Brasília é alvo de ataques de extremistas na noite desta sexta (17).

³² ADORNO. *Educação e emancipação*, p. 119.

Frankfurt school reader. New York: The Continuum Publishing Company, 1982, pp. 118-137.

ANDERSON, Perry. A crise no Brasil. Trad. Fernando Pureza. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 21 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2016/abril/16.04-Crise-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. Crisis in Brazil. *London Review of Books*, v. 38, n. 8, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v38/n08/perry-anderson/crisis-in-brazil>>. Acesso em: 30 out. 2016.

AZEVEDO, Reinaldo. É Lula de novo com a culpa do povo. *Veja*, São Paulo, 29 out. 2006. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/lula-novo-com-culpa-povo/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

CABRAL. *Niilismo e hierofania: uma abordagem a partir do confronto entre Nietzsche, Heidegger e a tradição cristã – Nietzsche, cristianismo e o Deus não-cristão*, volume 1. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2014.

CEI, Vitor. Niilismo político e galhofa em Esaú e Jacó, de Machado de Assis. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 21, p. 18-29, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/114490>>. Acesso em: 28 out. 2016.

_____. Contra-isso-que-está-aí: o niilismo nas jornadas de junho. In: CEI, Vitor; BORGES, David G. *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha, ES: Praia Editora, 2015.

_____. Kant contra Sheherazade. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 786, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed786_kant_contra_sheherazade/>. Acesso em: 30 out. 2016.

DUNKER, Christian. Que fim levou a direita ilustrada? *Blog da Boitempo*, São Paulo, 02 jul. 2014. Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/02/que-fim-levou-a-direita-ilustrada/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem*. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LELIS, Leandro; SOUSA, Meline Costa; CEI, Vitor. Filosofia, Política e Democracia: entrevista com Newton Bignotto. *Outramargem*: revista de filosofia, Belo Horizonte, n. 3, 2º sem. 2015.

LIBÓRIO, Bárbara. Movimento pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores. *UOL*, São Paulo, 02 out. 2016. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm>>. Acesso em: 30 out. 2016.

LINTZ, Felipe. MBL lança candidatos e desespera petistas nas redes sociais. *MBL*, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <<http://mbl.org.br/mbl-lanca-candidatos-e-desespera-petistas-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. *UOL*, São Paulo, 27 mai. 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. Líder do MBL responde a mais de 60 processos e sofre cobrança de R\$ 4,9 mi. *UOL*, São Paulo, 08 mai. 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/08/mbl-sofre-acao-de-despejo-e-um-de-seus-lideres-tem-divida-de-r-44-milhoes.htm?cmpid=fb-uolnot.>>. Acesso em: 30 out. 2016.

MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921->

brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>. Acesso em: 28 out. 2016.

NINJA. Universidade de Brasília é alvo de ataques de extremistas na noite desta sexta (17). *Oximity*, 17 jun. 2016. Disponível em: <https://ninja.oximity.com/article/Universidade-de-Bras%C3%ADlia-%C3%A9-a-1>. Acesso em: 28 out. 2016.

POLETTI, Luma. Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e grupo pró-impeachment. *Congresso em Foco*, Brasília, 25 mai. 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-grupo-pro-impeachment/>. Acesso em: 30 out. 2016.

SAFATLE, Vladimir. Sob o olhar do mundo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 abr. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/04/1763633-sob-o-olhar-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. A perda de hegemonia. *Carta Capital*, São Paulo, 01 set. 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/cultura/a-perda-de-hegemonia>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SCHWARZ. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SENRA, Ricardo. Novas curtidas a Coronel Ustra crescem 3.300% após homenagem de Bolsonaro. *BBC Brasil*, Brasília, 20 abr. 2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_salasocial_ustra_curtidas_fs>. Acesso em: 30 out. 2016.

SERRA, Paolla. Jovens acusados de prender adolescente em poste são investigados por tráfico, estupro e lesão corporal. *Extra*, Rio de Janeiro, 09 nov. 2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/jovens-acusados-de-prender-adolescente-em-poste-sao-investigados-por-trafico-estupro-lesao-corporal-14507563.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SOARES, Thiago. UnB investiga protesto com ataques homofóbicos e racistas no campus. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 jun. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/18/interna_cidadesdf,536839/unb-investiga-protesto-com-ataques-homofobicos-e-racistas-no-campus.shtml>. Acesso em: 28 out. 2016.

TAVARES, Flávia. Bolsonaro, o meme de si mesmo. *Época*, São Paulo, 21 abr. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/bolsonaro-o-meme-de-si-mesmo.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

TEIXEIRA, Zé Enrico. As pérolas do domingo de votação na Câmara. *Época*, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/perolas-do-domingo-de-votacao-na-camara.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

Do institucionalismo forte às jornadas de junho de 2013, e de volta ao institucionalismo forte: sobre o legado conservador das jornadas de junho e o desafio da esquerda teórico-política

Leno Francisco Danner

Fernando Danner

Agemir Bavaresco

Considerações iniciais

No texto, criticamos e recusamos a interpretação teórico-política bastante difundida das jornadas de junho de 2013 como um movimento em bloco e homogêneo (não obstante a pluralidade dos sujeitos epistemológico-políticos delas participantes, de suas pautas e de suas lutas heterogêneas) *da sociedade civil contra os partidos políticos em geral, contra o Estado e contra as instituições público-políticas* – em particular contra o *pemedebismo* partidário-institucional. Defendemos que essa interpretação apressada não se sustenta quando observamos o desenrolar dessas mesmas jornadas, primeiro em termos do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e, segundo e como consequência, da retomada do *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte sob a forma do novo governo de coalizão entre PMDB, PSDB, DEM, PP e o Centrão parlamentar de um modo mais geral, e a partir da reafirmação da modernização conservadora que ataca diretamente conquistas político-institucionais mínimas das classes trabalhadoras em termos de social-desenvolvimentismo, sob a forma de aprovação da lei das terceirizações (trabalho), da reforma da previdência (aposentadoria) e de aprovação da PEC 241 (congelamento da expansão das instituições públicas e de investimentos públicos por pelo menos duas décadas).

Nosso argumento central consiste em apontar que, muito mais do que um movimento em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, portanto muito mais do que a sociedade civil contra esses mesmos partidos políticos, o que pudemos perceber, no desenrolar dessas mesmas jornadas de junho, foi exatamente a explicitação e a férrea e pungente contraposição entre duas correlações fundamentais para entendermos a sociedade brasileira neste início de século XXI, a saber, a correlação-contraposição de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* partidário-institucional enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado (pelo social-desenvolvimentismo). Nesse sentido, mais uma vez, muito mais do que um movimento em bloco e homogêneo da sociedade civil contra os partidos políticos, o Estado e as instituições públicopolíticas, um movimento em bloco da sociedade civil sem os partidos políticos, o que pudemos perceber foi e é exatamente uma contraposição entre classes socioculturais que se serviu diretamente de e que teve correlações absolutamente diretas com sujeitos partidário-institucionais.

Nesse sentido, a meritocracia branca se serviu do *pemedebismo* partidário-institucional conservador contra o *lulismo* partidário-institucional e a meritocracia parda, e vice-versa. As jornadas de junho, por conseguinte, são, explicitaram e dinamizaram um conflito entre classes socioculturais antagônicas próprio à sociedade brasileira contemporânea, republicana, mas de modernização conservadora, com fortes elementos colonialistas e escravistas em sua constituição sociocultural, político-econômica e partidário-institucional. Isso nos permitirá criticarmos e contrapor-mos, no mesmo diapasão, a interpretações próprias da ciência política brasileira hodierna que concebem os fenômenos partidário-institucionais do *pemedebismo* e do *lulismo* enquanto totalmente institucionalistas e autorreferenciais, como fenômenos partidário-institucionais sem a sociedade civil e contra essa mesma sociedade civil, o que é totalmente equivocado, inclusive conforme pudemos ver no

desenrolar das jornadas de junho – o *pemedebismo* partidário-institucional conservador depende diretamente da hegemonia política, normativa e cultural da meritocracia branca em termos de sociedade civil e seu projeto de modernização conservadora, ao passo que o *lulismo* depende basicamente, como condição da aplicação de seu projeto político-institucional em termos de social-desenvolvimentismo, da hegemonia política, normativa e cultural da meritocracia parda na sociedade civil.

A partir disso, situaremos os fenômenos do *pemedebismo*, do *lulismo* e do social-desenvolvimentismo, bem como a meritocracia branca e a meritocracia parda enquanto classes socioculturais antagônicas, dentro do contexto sociocultural, político-econômico e partidário-institucional representado pela modernização conservadora enquanto plataforma societal-cultural-institucional de nossa constituição-evolução republicana. Desse modo, tendo por conclusão, como resultado mais pungente das jornadas de junho de 2013, a retomada do conservadorismo político-cultural na sociedade civil, sob a forma de hegemonia da meritocracia branca em relação à meritocracia parda, e do *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte em termos institucionais com a derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista em termos partidário-institucionais, procuraremos pensar sobre a *práxis* epistemológico-política e estratégico-metodológica de uma esquerda pós-lulista e radicalmente anti-pemedebista que reafirma sua profunda ligação com a sociedade civil e com as classes socioculturais emancipatórias, que é política e politizante, e cuja dinâmica política fundamental vai da hegemonia política, cultural e normativa em termos de sociedade civil para a hegemonia partidário-institucional.

1. O institucionalismo forte, as jornadas de junho de 2013 e a guinada conservadora na sociedade civil e no horizonte partidário-institucional brasileiros

Apenas para um observador inicial as jornadas de junho de 2013 poderiam ser entendidas como um movimento

homogêneo, marcado pela heterogeneidade dos sujeitos epistemológico-políticos, de suas pautas e de duas lutas, em que o cerne da sua *práxis* teórico-política consistia na contraposição direta ao *pemedebismo-lulismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despoliticizador, autorreferencial e auto-subsistente, corrupto e corruptor, de cunho e de ação estratégico-instrumentais. Apenas para um observador inicial, portanto, havia um bloco sociocultural unitário, para além dos diferentes sujeitos epistemológico-políticos nelas participantes, que pudesse ser apontado enquanto tendo como meta a crítica e a oposição contundentes – e elas também homogêneas – em relação à corrupção partidária de um modo geral e à ineficiência e à degeneração das instituições público-políticas e do Estado em particular. Por fim, apenas para um observador inicial essas mesmas jornadas de junho de 2013 pareceram um movimento em bloco da sociedade civil contra o Estado, contra as instituições público-políticas e contra os nossos tradicionais – e bastante caducos – partidos políticos profissionais, dos grandes aos pequenos.

De todo modo, esse era o juízo de Marcos Nobre em relação às jornadas de junho de 2013. Seu núcleo duro, para além da heterogeneidade dos sujeitos epistemológico-políticos, de suas pautas e de suas lutas acima comentadas, era a crítica, o enquadramento e a contraposição abertos e radicais contra o *pemedebismo-lulismo*, em um movimento avassalador da sociedade civil contra as instituições, contra o Estado, contra os partidos políticos. Pela primeira vez na história republicana, esse movimento plural em termos de sujeitos epistemológico-políticos e, ao mesmo tempo, homogêneo em sua contraposição em bloco ao *pemedebismo-lulismo* adquiriu tal sentido, dimensão e impacto, ainda nas reflexões de Marcos Nobre: ele não possuía lideranças unitárias, ele não representava e não se representava por nenhum partido político, sindicato ou movimento social e ele não tinha pauta político-programática definida e orientadora. Muito pelo contrário, e essa seria sua característica verdadeiramente estarrecedora (para as elites partidário-institucionais) e revolucionária (para nós, os democratas, os teóricos da revolução

democrática, os cidadãos e as cidadãs interessados na *res publica*), sua *práxis* espontânea punha por terra a centralidade do institucionalismo em suas várias versões – desde partidos políticos, passando por sindicatos e movimentos sociais tradicionais e chegando-se às administrações públicas e aos legislativos. As jornadas possuíam, é verdade, sujeitos epistemológico-políticos, pautas e lutas bastante esdrúxulos e até anti-democráticos; delas participaram, aliás, os três Bolsonaro, Malafaia e Feliciano, Romero Jucá, Aécio Neves, José Serra, Agripino Maia e companhia limitada – alguns com discursos e práticas bastante fundamentalistas e autoritários, outros envolvidos diretamente nos casos de corrupção e de compra e venda de apoio político desvelados pela Operação Lava-Jato. Mas, no fim das contas, tudo sopesado, esse movimento unitário *da sociedade civil* contra o Estado, contra as instituições e, principalmente, contra os partidos políticos, e tendo como focomote a crítica, o enquadramento e a oposição ao *pemedebismolulismo* partidário-institucional, foi positivo exatamente por isso, por caracterizar-se por essa oposição em bloco dessa mesma sociedade civil – para além da pluralidade-heterogeneidade desses sujeitos epistemológico-políticos, de suas pautas e de suas lutas – contra os partidos políticos corruptos-corruptores, o Estado e as instituições ineptos e degenerados (cf.: Nobre, 2013a; 2013b).

É importante focarmos atenção neste qualificativo das jornadas de junho, que, para Marcos Nobre, representa seu sentido verdadeiramente emancipatório e realmente demarcador-distintivo para nossa história republicana e para nossa cultura público-política democrática: por ser um bloco epistemológico-político da sociedade civil contra os partidos políticos, as instituições e o Estado, por ser um movimento-*práxis* espontâneo contra o sentido tecnocrático dos partidos e das instituições e, por fim, por ser dinamizado por sujeitos epistemológico-políticos sem liderança centralizadora específica, ao contrário, nesse caso, dos líderes sindicais e dos caciques partidários, essas mesmas jornadas de junho teriam, em grande medida, pelo menos para aquele momento, posto em terra, enfraquecido, fragilizado e politizado o institucionalismo forte que teria marcado nosso

período de redemocratização sob a forma de *pemedebismo* partidário-institucional e, depois, de *lulismo* partidário-institucional. Esse é seu caráter e seu efeito revolucionários para nossa cultura público-política democrática e para nossa constituição republicana hodiernos, posto que não apenas fizeram tremer as bases do *pemedebismo-lulismo* (a sociedade civil contra o Estado), senão que também mostraram que a sociedade civil, para além dos partidos políticos, tem e deve ter poder político-normativo para enquadrar e modificar a estrutura partidário-institucional em termos de institucionalismo forte, tendo e devendo afirmar-se como arena, *práxis* e sujeito políticos e politizantes, não podendo ficar dependente eternamente das elites partidário-institucionais em particular, dos partidos políticos de um modo mais geral. Não seríamos mais reféns, nesse sentido, nem da poderosa e escabrosa tecnocracia partidário-institucional, nem das lideranças messiânicas carismáticas e populares e nem do institucionalismo forte; não precisaríamos mais contar com as bondades de um sistema partidário-institucional e de uma conjuntura de partidos políticos que distribuem migalhas à população enquanto se fartam com a riqueza da nação por meio do controle e da centralização e da monopolização do Estado e das instituições público-políticas por parte dos partidos políticos em bloco. Aliás, esse ponto é importante, se, tradicionalmente, em termos de Brasil republicano, os partidos políticos teriam sempre agido em bloco contra a sociedade civil, com as jornadas de junho nós podemos perceber exatamente o contrário, isto é, um movimento em bloco, uma oposição em bloco da sociedade civil contra o Estado, contra as instituições, contra os partidos políticos (cf.: Nobre, 2013a, p. 02-33; 2013b, p. 10-14). Porque o gigante acordou!

Ora, essa dupla observação de Marcos Nobre somente pode ser sustentada por uma análise bastante superficial e primária (isto é, feita logo no detonar das manifestações) das jornadas de junho de 2013, porque (a) não se tratou de um movimento em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, contra o Estado e contra as instituições públicas, e (b) esse mesmo movimento não significou uma contraposição ao

pemedebismo-lulismo como um todo, senão que pudemos perceber – e estamos percebendo, aliás – que as jornadas de junho de 2013 ramificaram-se na oposição de duas correlações bastante pungentes para entendermos a nossa modernização conservadora brasileira contemporânea e, aqui, o sentido, a dinâmica e o tipo de atuação do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte e o *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado de social-desenvolvimentismo progressista: meritocracia branca, *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais e modernização conservadora *versus* social-desenvolvimentismo, *lulismo* e meritocracia parda. É essa correlação que não nos permite falar, como Marcos Nobre o fez apressadamente, nas jornadas de junho de 2013 como um movimento homogêneo da sociedade civil contra os partidos políticos, as instituições e o Estado e tendo por objetivo a crítica, o enquadramento e a oposição ao *pemedebismo-lulismo* partidário-institucional como um todo. Ao contrário disso, o que pudemos perceber, no acontecer das jornadas de junho de 2013 ao longo dos anos, passando pelo *impeachment* e chegando-se ao áudio de Romero Jucá, José Sarney e Renan Calheiros – em que falam de realizar o *impeachment* para barrar a carnificina da Operação Lava-Jato e substituir os quadros da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, assim como para calar os manifestantes das ruas (aqueles pertencentes à meritocracia branca) e a mídia central – e à *Lista Fachin* (que apresentou os líderes partidário-institucionais que conduziram o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef como tendo cometido os mesmos ou até piores crimes em relação àqueles de que ela foi acusada), foi exatamente a polarização sociocultural entre, de um lado, a correlação de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos político-partidários *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*, a primeira correlação contra o *lulismo* e assumindo a legitimação do *pemedebismo*, a segunda contra o *pemedebismo* e a favor do *lulismo*.

Bem, citamos tantos conceitos que precisamos, antes de continuar, e como forma de continuar em verdade, explicá-los, para que possamos entender, a partir disso, o sentido estrutural

das jornadas de junho de 2013 e seus efeitos atuais, a saber, a retomada e a recomposição do *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, por meio da derrocada do *lulismo* em termos do *impeachment* de Dilma Roussef, com a reafirmação do conservadorismo partidário-institucional e em termos de *meritocracia branca na sociedade civil*. Ora, falamos, ao longo do texto, em *pemedebismo*, *lulismo*, *modernização conservadora*, *social-desenvolvimentismo*, *meritocracia branca* e *meritocracia parda*. Procuraremos, agora, explicar e relacionar estes conceitos, para que nossa crítica e nossa proposta de reformulação das análises de Marcos Nobre no que se refere aos fenômenos do *pemedebismo* e das jornadas de junho de 2013 e as análises de André Singer no que diz respeito aos fenômenos do *lulismo*, do social-desenvolvimentismo e do subproletariado possam ser desenvolvidas e especificadas, permitindo-nos sustentar nosso argumento de que foi aquela correlação e oposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* que demarcou as jornadas de junho de 2013, e não, como defendeu Marcos Nobre, a contraposição em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, o Estado e as instituições, a partir do combate ao *pemedebismo-lulismo* como um todo.

Começemos com os conceitos de *pemedebismo* e de *lulismo*. No seu excelente e instigante *Imobilismo em Movimento*, Marcos Nobre define a constituição partidário-institucional brasileira pós-redemocratização pelo termo *pemedebismo*. Por este conceito, ele entende uma série de características estruturais à constituição, à legitimação e à ação de nossos partidos em termos de instituições público-políticas: (a) formação de maiorias suprapartidárias garantidoras de um governo de coalizão, o que exigiria exatamente a realização de uma prática partidário-institucional estratégico-instrumental em que a compra e a venda, assim como a apoliticidade e a despolicização, seriam os pontos-chave dessa dinâmica partidário-institucional; (b) dada essa necessidade de maiorias *suprapartidárias*, dada também essa *práxis* partidário-

institucional de cunho e de ação estratégico-instrumentais, tem-se, em conseqüência, a despolitização das contraposições, das contradições, das tensões e das diferenciações internas dos partidos políticos entre si, o que leva à sua apoliticidade, posto que um governo de coalizão calcado em maiorias suprapartidárias exige, como condição fundante e possibilitadora disso, exatamente essa despolitização geral e profunda, bem como uma homogeneização entre os partidos e suas pautas e suas lutas que acaba com qualquer possibilidade de contradição, de criticismo e de mobilização internas, de modo que tudo gira em torno e tudo depende de pautas, ações e sujeitos epistemológico-políticos despolitizados, apolíticos e, por isso mesmo, estratégico-instrumentais; (c) a autorreferencialidade e a auto-subsistência, a blindagem e a autonomização desses mesmos partidos políticos frente à sociedade civil, já que outra característica fundamental do *pemedebismo*, posto que *práxis* estratégico-instrumental de cunho e de orientação suprapartidária, consiste na sobreposição e na independência em relação à sociedade civil – um governo suprapartidário apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, somente é possível por meio dessa sobreposição, já que, na sociedade civil, o que vemos são exatamente as diferenciações, as contradições e as lutas entre os diferentes sujeitos epistemológico-políticos ou classes socioculturais, o que não pode ser afirmado, em termos de *pemedebismo*, nem na sociedade civil e nem na esfera partidário-institucional; e (d) a constituição, a legitimação e a normalização de uma *práxis* partidário-institucional que assume, solidifica e reproduz ao longo do tempo esse sentido e essa dinâmica estratégico-instrumentais, a compra e venda pura e simplesmente, do apoio político-partidário em termos de governo suprapartidário de coalizão, de modo que a politização sob a forma de contradições, de lutas, de tensões e de diferenciações socioculturais e político-econômicas são minimizadas e, ao cabo, até eliminadas da esfera partidário-institucional pela afirmação e pela centralidade quase que absolutas – possibilitadas pelo Centrão estratégico-instrumental, apolítico e despolitizador – da corrupção partidário-institucional,

do loteamento de cargos e da intrínseca ligação e dependência entre partidos políticos e capital privado (cf.: Nobre, 2013b, p. 42-57).

O *pemedebismo*, com isso, é uma estrutura, uma ação e um sujeito partidário-institucional marcados pelo *institucionalismo forte* de cunho e de dinâmica estratégico-instrumentais. O que é *institucionalismo forte*? Podemos defini-lo a partir de um conjunto de características interligadas e mutuamente dependentes. Primeira e mais fundamental, a autorreferencialidade e a auto-subsistência, a sobreposição e a autonomização dos partidos políticos em relação à sociedade civil sob um triplo prisma, a saber: (a) a centralidade dessa *práxis* estratégico-instrumental em relação à *práxis* político-normativa, de modo que a compra e venda, e não argumentos morais ou lutas sociais, passam para primeiro plano da esfera, da arena e do sujeito partidário-institucionais em termos de institucionalismo forte; (b) a minimização e, ao fim e ao cabo, a deslegitimação dos sujeitos epistemológico-políticos e de sua *práxis* político-normativa informal, em termos de sociedade civil, como base, como substrato da constituição, da legitimação e da ação institucional-partidárias, de modo que os partidos políticos entre si e a partir daquela política estratégico-instrumental bastam-se para adquirirem hegemonia ao longo do tempo (mesmo em termos de voto, em grande medida); (c) a apoliticidade e a despolitização partidário-institucionais, que são condições fundamentais para garantirem a autorreferencialidade e a auto-subsistência do institucionalismo forte em relação a si mesmo e por si mesmo, o que significa que, no institucionalismo forte e por meio dele, as diferenças, as contradições, as tensões e as lutas entre os partidos políticos entre si (a partir de sua vinculação direta à sociedade civil e, aqui, às suas diferenciações, contradições, tensões e lutas entre os sujeitos epistemológico-políticos ou classes socioculturais em disputa por hegemonia) são canceladas, apagadas e conciliadas dentro da sopa insossa do governo de coalizão suprapartidário, o que significa, novamente, a institucionalização de uma política partidária estratégico-institucional em que a compra e a venda de apoio político-partidário, e não a luta e o enfrentamento recíprocos, dão a tônica

do e definem o institucionalismo forte; e (d) despolitização da sociedade civil, seja em termos ideológicos, seja mesmo em termos de utilização do aparato violento do Estado diretamente contra os movimentos sociais, as iniciativas cidadãos e as minorias político-culturais críticos e contrapostos ao institucionalismo forte, de modo a afirmar a esfera, a *práxis* e os sujeitos partidário-institucionais, por si mesmos e para si mesmos, como as únicas instâncias de constituição, de legitimação e de dinamização tanto da esfera partidário-institucional quanto, a partir disso, da sociedade civil de um modo mais geral. A segunda característica do institucionalismo forte, com isso, significa a centralização e a monopolização partidário-institucionais da constituição-estruturação, da legitimação-fundamentação e da dinamização-evolução das instituições público-políticas e, em particular, do Estado, de modo a colocar a administração pública e o legislativo como a arena, a *práxis* e o sujeito epistemológico-políticos fundamentais de sua própria estruturação-legitimação-funcionamento ao longo do tempo e, a partir daqui, conforme dissemos acima, da sociedade de um modo mais geral – lembrando que, nesse caso, os partidos políticos, por si mesmos e para si mesmos, centralizam e monopolizam as instituições, tornando-se e tornando-as autorreferenciais e auto-subsistentes, autonomizadas e sobrepostas em relação à sociedade civil (cf.: Nobre, 2013b; Singer, 2012; Danner, 2016a; Danner, 2016b).

No institucionalismo forte, por conseguinte, há uma diferenciação e uma sobreposição estritas e contundentes entre instituições e sociedade civil, partidos políticos e sujeitos epistemológico-políticos não-institucionalizados, política partidário-institucional de cunho e de ação estratégico-institucionais e *práxis* político-normativa informal e espontânea em termos de sociedade civil, que garante a autorreferencialidade e a auto-subsistência, a apoliticidade e a despolitização dos partidos políticos e de suas práticas institucionais, possibilitando-lhes a sua blindagem relativamente à participação e aos clamores da sociedade civil (e possibilitando-lhes, em grande medida, instrumentalizarem e até cooptarem setores do judiciário em sua auto-defesa), substituindo a participação e a inclusão

socioculturais e a moralização da *práxis* partidário-institucional pela estruturação e pelo funcionamento estratégico-instrumentais de que falamos acima. No institucionalismo forte, a esfera partidário-institucional, dependente apenas da aliança estrita com o capital (porque não existe um institucionalismo puro, queremos insistir – comentaremos mais sobre isso logo adiante), pode escamotear a sociedade civil, pode despolitizar e marginalizar os sujeitos sociopolíticos espontâneos ou as classes socioculturais, transformando a política em uma ação estratégico-instrumental basicamente e eliminando seu sentido participativo, inclusivo e contraditório (cf.: Danner, 2016a; Danner, 2016b).

É por isso que Marcos Nobre chama o *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de sentido e de ação estratégico-instrumentais, como *imobilismo* em movimento, posto que, enquanto arena, *práxis* e sujeito epistemológico-político em termos partidário-institucionais, o *pemedebismo* como institucionalismo forte (a) centraliza e monopoliza a constituição, a legitimação e a dinamização da esfera partidário-institucional exclusivamente em si mesmo e para si mesmo, desde aquela *práxis* apolítica e despolitizadora, autorreferencial e auto-subsistente, estratégico-instrumental, bem como (b) despolitiza as contradições, as lutas, as diferenciações e as tensões internas à esfera partidário-institucional e entre os partidos políticos, homogeneizando-os, uniformizando-os (dando-lhes, portanto, um sentido estratégico-instrumental, despolitizado e apolítico) e garantindo, com isso, um governo suprapartidário que é, como condição disso, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, baseado na compra e venda de apoio político, e não em sua politização (cf.: Nobre, 2013b, p. 49). Além do mais, se trata de um *imobilismo em movimento* pelo fato de que os sucessivos governos democráticos desde 1989 assumiram o *pemedebismo* como base partidário-institucional e metodológico-programática de seu funcionamento e de sua legitimação, de sua hegemonia em termos partidário-institucionais – de Fernando Collor de Melo, passando por Fernando Henrique Cardoso, por Luis Inácio Lula da Silva, por

Dilma Rousseff e chegando-se a Michel Temer, todos esses governos hegemônicos foram e utilizaram-se do *pemedebismo*, e de um modo tal que, por exemplo, os partidos pemedebistas que constituíram a base parlamentar de apoio a FHC também fizeram parte, depois, da base parlamentar de apoio a Lula e a Dilma e, agora, sustentam o vice-presidente Michel Temer em seu governo pós-*impeachment*. Nesse caso, os governos mudam, mas as práticas estratégico-instrumentais, apolíticas e despolitizadoras, autorreferenciais e auto-subsistentes, corruptas e corruptoras, não – por isso, mais uma vez, *imobilismo em movimento* (cf.: Nobre, 2013b, p. 146-149).

Ora, qual o lugar do *lulismo* nesse contexto partidário-institucional pós-redemocratização e definido pelo *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte e como dinâmica partidário-institucional de cunho e de ação estratégico-instrumentais? Segundo Marcos Nobre e, depois, André Singer, se em um primeiro momento o PT-*lulismo* teria como foco exatamente a crítica, o enquadramento e a transformação do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, enquanto dinâmica partidário-institucional de cunho e de ação estratégico-institucionais, com a eleição de Lula em 2002 e sob a forma da *Carta ao Povo Brasileiro*¹, ainda de 2002, houve gradativamente, utilizando termos de Marcos Nobre, uma ocupação pela esquerda do *pemedebismo*, no sentido de que, por um lado, o *lulismo* assume esse jogo estratégico-instrumental da política *pemedebista*, com as conseqüências de autorreferencialidade e auto-subsistência, apoliticidade e despolitização, sobreposição e autonomização partidário-institucionais, em que a compra e venda de apoio político em termos de governo de coalizão é instituída na e normalizada pela esquerda, pelo menos no caso da esquerda petista-lulista (cf.: Nobre, 2013b, p. 103; Singer, 2012, p. 97-101); por outro lado, entretanto, o *lulismo* é uma forma de *pemedebismo* moderado, mitigado e mediado pelo social-desenvolvimentismo, posto que, se em termos partidário-institucionais houve essa assunção do *pemedebismo* pelo *lulismo*, em termos socioculturais

¹ Cf.: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

tivemos exatamente a realização de um amplo projeto político-institucional de cunho social-desenvolvimentista calcado (a) no fortalecimento e na centralidade da política, do Estado e das instituições públicas em termos de orientação e de estímulo do desenvolvimento econômico-estrutural nacional, bem como, correlata e concomitantemente, (b) em programas de inclusão social, de distribuição de renda, de ampliação da educação superior, de oferta de micro-crédito por parte dos bancos públicos e, com tudo isso, de fomento e de consolidação da meritocracia parda, isto é, dos grupos de baixa renda, marginalizados, pequenos e médios empresários, dentro do contexto do social-desenvolvimentismo e por parte dele (cf.: Nobre, 2013, p. 172-175; Singer, 2012, p. 188-196).

Aqui estaria, em verdade, a característica fundamental e a grande contradição do *lulismo* enquanto *pemedebismo* moderado, mitigado e mediado de e pelo social-desenvolvimentismo, a saber, por um lado normalização do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, como o cerne da constituição, da legitimação e da dinamização da esfera, da *práxis* e dos sujeitos partidário-institucionais, o que significou um duplo e interligado aspecto: primeiro, despolitização das contradições, das tensões, das lutas e das diferenciações internas dos sujeitos partidário-institucionais e entre eles, dada a necessidade de uma maioria suprapartidária garantidora e viabilizadora do governo de coalizão; segundo, mas consequente ao primeiro, desligamento da correlação partido político e base sociocultural, o que significou, por parte do próprio PT-*lulismo* (ele que sempre necessitou dessa e sempre buscou essa ligação profunda com a militância cotidiana, com suas bases socioculturais na sociedade civil), a sobreposição e a autonomização institucional-partidárias em relação à sociedade civil, em relação às suas bases socioculturais na sociedade civil, inclusive com casos claros de utilização do aparato do Estado contra estas, ou mesmo, como figura própria do *lulismo*, a substituição da participação das massas pela figura messiânica e paternalista de *Lula*, em muitas ocasiões. Por outro lado, e ainda

em termos da característica fundamental e da contradição basilar do *lulismo*, realização de um projeto político-institucional desenvolvimentista de combate à pobreza (o que não é a mesma coisa que combate às desigualdades socioculturais), de integração sociocultural e de industrialização que, pela primeira vez em nosso período republicano, colocaram como cerne o papel do Estado, das instituições público-políticas e das políticas e dos direitos sociais enquanto o sujeito epistemológico-político, a *práxis* e o conteúdo democrático fundamentais para pensarmos na constituição de nossa sociedade em termos modernos e democráticos, em termos igualitários e de integração sociocultural. Por um lado, portanto, o social-desenvolvimentismo inclusivo, político e politizante, criador da meritocracia parda desde o instrumento da política, por meio do reforço e da vinculação socioculturais e político-econômicos do Estado e das instituições públicas; por outro, o *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, em que a correlação de corrupção e de autonomização partidário-institucionais dá a tônica da constituição, da legitimação e da evolução partidário-institucionais (cf.: Nobre, 2013b, p. 103, p. 114; Singer, 2012, p. 13). E o *lulismo* é uma forma de *pemedebismo* mitigado, moderado e mediado porque, ao contrário do conservadorismo próprio ao *pemedebismo* tradicional, buscou realizar, desde as instituições público-políticas e com o auxílio do *pemedebismo*, uma política social-desenvolvimentista de integração sociocultural, de enfrentamento da pobreza e de indução da industrialização – ainda que sempre dependente da e marcada pela periferização econômica e pela centralidade, aqui, das *commodities* ou mesmo da industrialização primária, o que significa dependência dos grandes centros consumidores dela.

É por isso que André Singer define o *lulismo* como um *pacto conservador*, porque ele busca duas ações estratégico-metodológicas fundamentais em termos de projeto político-partidário-institucional hegemônico, a saber: primeira, aliança entre capital e trabalho, o que significa que o social-

desenvolvimentismo não tocará fundo e, portanto, não politizará as contradições de nossa modernização conservadora, como as desigualdades, a exploração e a violência de classe, assim como nossa situação periférica em termos econômico-culturais frente às economias centrais – a política petista, como claramente a definiu Emílio Odebrecht em depoimento à Força-Tarefa da Lava-Jato agradava ao capital, ao grande empresariado nacional, porque não buscava o radicalismo, a contraposição, a politização direta e abrangente das desigualdades e das oposições sociais, o empoderamento das classes socioculturais marginalizadas *em termos políticos, culturais e normativos*, senão que tinha como foco a tentativa de induzir via Estado o crescimento e a distribuição de renda, a promoção da meritocracia, sem tocar nas deficiências de nossa modernização conservadora e sem tornar sujeitos epistemológico-políticos àqueles grupos socioculturais marginalizados ou pobres atingidos pelo *lulismo* social-desenvolvimentista²; segunda, a normalização do *pemedebismo* partidário-institucional, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, autorreferencial e auto-subsistente, apolítico e despolutizador, sobreposto e autonomizado em relação à sociedade civil, como a *práxis*, a arena e o sujeito epistemológico-político fundamental da dinâmica político-institucional brasileira, com profunda deslegitimação da sociedade civil. É nesse sentido, aliás, que podemos também perceber as observações de Marcos Nobre em relação ao *lulismo* partidário-institucional enquanto ocupação pela esquerda do *pemedebismo* conservador em termos partidário-institucionais, na medida em que esse mesmo *lulismo* assume o institucionalismo forte dosando-o, moderando-o e mediando-o com o social-desenvolvimentismo direcionado à inclusão sociocultural dos grupos marginalizados ou, nas palavras de André Singer, do subproletariado (cf.: Singer, 2012; Nobre, 2013b).

Esta análise, de todo modo, embora tenha feito referências diretas às e se utilizado amplamente das abordagens de Marcos Nobre e de André Singer, quer diferenciar-se deles,

² Cf.: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492178532_302055.html

complementando-os, por julgar existirem alguns problemas teórico-políticos em suas abordagens dos fenômenos do *pemedebismo*, do *lulismo* e das jornadas de junho de 2013, conforme já mencionamos acima de passagem. Vamos aos pontos. Retomemos novamente Marcos Nobre tanto em sua definição do *pemedebismo* partidário-institucional como chave-de-leitura de nossa constituição partidário-institucional pós-redemocratização quanto, a partir daqui, em sua interpretação das jornadas de junho de 2013. O *pemedebismo* institucional-partidário enquanto institucionalismo político forte, autorreferencial e auto-subsistente, apolítico e despolitizador, de cunho e de ação estratégico-instrumentais é, nas análises de Marcos Nobre, um fenômeno basicamente partidário-institucional, que não tem ligação direta com a sociedade civil e, aqui, que não é tornado hegemônico por parte do sustento e da legitimação de alguma classe sociocultural ou de algum sujeito epistemológico-político próprio à sociedade civil. É um fenômeno basicamente institucional e que leva – este é o caso da abordagem de Marcos Nobre em relação ao *pemedebismo* – a uma análise teórico-política que tem como cerne o institucionalismo, uma análise teórico-política que é institucional, no sentido tanto de afirmar que o *pemedebismo* enquanto institucionalismo é um fenômeno fundamentalmente partidário-institucional quanto de pressupor que a análise e a compreensão institucionais dele são suficientes para entendê-lo e criticá-lo em seu funcionamento, em sua legitimação, em sua dinamização e em sua hegemonia ao longo do tempo.

A análise de Marcos Nobre, portanto, é institucionalista em dois pontos: primeiro, o *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte é um fenômeno em si mesmo e por si mesmo, que funciona e que pode ser compreendido em sua dinâmica e hegemonia em si mesmo e por si mesmo; segundo, e como consequência, é um fenômeno da esfera, da *práxis* e dos sujeitos partidário-institucionais em bloco e separado, autônomo em relação à sociedade civil, sem correlação com ela, sem dependência dela e sustento a partir dela – os sujeitos partidário-institucionais contra a sociedade civil. Em contrapartida, a análise

de Marcos Nobre das jornadas de junho de 2013 – não por acaso, aliás – concebe esse mesmo movimento, não obstante sua heterogeneidade de sujeitos epistemológico-políticos, de pautas e de ações, como um movimento em bloco da sociedade civil contra o Estado, contra as instituições, contra, em verdade, os partidos políticos pemedebistas e lulistas. No caso das jornadas de junho de 2013, haveria uma contraposição e um enquadramento diretos e pungentes da sociedade civil frente ao *pemedebismo-lulismo* enquanto institucionalismo forte, estratégico-instrumental, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente. Se, no caso do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, teríamos os partidos políticos em bloco contra a sociedade civil, nas jornadas de junho de 2013 temos a pluralidade de sujeitos epistemológico-políticos da sociedade civil e participantes daquelas jornadas em bloco e em uníssono contra os partidos políticos. No primeiro caso, o institucionalismo contra a sociedade civil, o institucionalismo sem sociedade civil; no segundo caso, a sociedade civil contra o institucionalismo, a sociedade civil sem o e para além do institucionalismo. Como dissemos, basta uma análise mais detida ao desenrolar das jornadas de junho de 2013 e às suas conseqüências mais diretas, o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e a retomada do *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte, a partir da derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista em termos partidário-institucionais, inclusive com o silenciamento das ruas verde-amarelas, com o silêncio compassivo dos sujeitos epistemológico-políticos vestidos de verde-amarelo, para se perceber o equívoco dessa dupla abordagem: porque não existe *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte sem base sociocultural, sem hegemonia de classe na sociedade civil, e não existem jornadas de junho de 2013 sem ligação-correlação com o *pemedebismo* e com o *lulismo* em termos partidário-institucionais. Em verdade, havia uma ligação intrínseca entre *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte, modernização conservadora e meritocracia branca e entre *lulismo* social-desenvolvimentista e meritocracia parda.

Essa ligação é percebida e afirmada no conceito de *lulismo* desenvolvido por André Singer em seu excelente *Sentidos do Lulismo: Pacto Conservador e Reforma Gradual*. Com efeito, nesta obra, o *lulismo* é definido como uma forma de *pemedebismo* partidário-institucional moderado, mitigado, mediado de social-desenvolvimentismo, de modo que, por um lado, (a) *enquanto pemedebismo*, o *lulismo* partidário-institucional assume e fomenta um pacto sociopolítico entre classes que despolitiza e legitima a modernização conservadora, mantendo latentes e minimizando política e institucionalmente suas contradições (principalmente às classes trabalhadoras de um modo geral e aos grupos socioculturais marginalizados em particular), bem como, por outro, *enquanto social-desenvolvimentismo*, busca, por meio do fortalecimento da vinculação social, política e cultural das instituições público-políticas e do Estado, a correlação de inclusão sociocultural e de promoção do crescimento econômico, tanto por meio do fomento ao capital nacional (pensemos, aqui, nas grandes obras públicas subvencionadas pelo Estado e favorecedoras das empresas de construção civil) quanto por meio do estímulo às pequenas e médias atividades por meio do microcrédito e também em termos de ampliação da oferta de educação superior e de renda básica mínima para os mais pobres. Isso permitiu ao *lulismo* – e esta é ainda uma de suas características centrais – assumir uma vinculação sociopolítica que o *pemedebismo* conservador (incluiremos, aqui, o neoliberalismo assumido e realizado pelo PSDB com apoio do DEM, antigo PFL) esteve longe de realizar, ganhando o apoio e a simpatia de grandes estratos da sociedade brasileira, principalmente entre as classes mais baixas (E, D e C, por exemplo), ao mesmo tempo em que, no âmbito partidário-institucional, assumia o *pemedebismo* enquanto arena, *práxis* e sujeito epistemológico-político de cunho e de ação estratégico-instrumentais, despolitizando-o, normalizando-o (segundo palavras de Marcos Nobre) como a forma partidário-institucional básica da organização, da gestão e da administração das instituições público-políticas e do Estado (cf.: Singer, 2012, p. 74-78; Neri, 2010, p. 13-30).

No caso da abordagem de André Singer, por isso mesmo, há uma ligação clara e direta entre institucionalismo e sociedade civil, entre *lulismo* e subproletariado que apresenta extrema força em termos de diagnóstico e de proposição teórico-políticos. Com efeito, essa política ao mesmo tempo *pemedebista* em termos partidário-institucionais e *social-desenvolvimentista* em termos político-institucionais e socioculturais teve como cerne a eliminação da pobreza por meio da promoção político-institucional e da integração sociocultural do subproletariado brasileiro, um dos produtos mais fundamentais de nosso processo de modernização conservadora e herança do colonialismo escravista. O que é o subproletariado? É exatamente o amplo espectro da sociedade civil que vive na linha da pobreza ou até abaixo dela, sem conseguir integrar-se na sociedade de trabalho (como proletário) e de consumo (como consumidor), praticamente destituído de direitos e de condições de vida, e vivendo de modo permanente o flagelo da miséria, da violência, do abandono e do obscurantismo (cf.: Singer, 2012, p. 14, p. 52, p. 116). Ora, os indicadores socioeconômicos dos governos petistas têm mostrado exatamente que esses grupos foram muito beneficiados pelas transferências de renda e por oportunidades de trabalho e de estudo em termos de *lulismo*, o que demonstraria, conforme se verificou a partir de 2006, ainda segundo André Singer, um realinhamento político, cultural e eleitoral, em que esse mesmo subproletariado teria passado em cheio ao apoio do *lulismo*, garantindo a reeleição de Lula, não obstante o desgaste sofrido pelo *Escândalo do Mensalão* e, depois, duas eleições consecutivas de Dilma Roussef, ao passo que, nesse mesmo período, a classe média, tradicional aliada do PT-Lula, decepcionada tanto com os escândalos de corrupção quanto com o alto custo social de nossas taxas de juros e de impostos (que levaram à perda do poder de compra dessa mesma classe média), passou a apoiar em cheio a dobradinha PSDB-DEM – gerando, a partir daqui, ainda segundo André Singer, a contraposição entre ricos (Sul e Sudeste) *versus* pobres (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), mais do que entre direita e esquerda (cf.: Singer, 2012, p. 35).

Note-se bem esse ponto: há uma correlação muito forte entre *lulismo* e subproletariado, a partir de 2006, assim como entre classe média e *pemedebismo*, ainda a partir dessa época. Mais ainda, é importante mencionar-se essa centralidade do subproletariado enquanto classe social garantidora da hegemonia política, partidária e institucional do *lulismo*. O subproletariado – André Singer segue, aqui, as abordagens de Karl Marx e de Antonio Gramsci – não é uma classe social em sentido estrito, com consciência e ação de classe, ao estilo do proletariado. Ele é, em verdade, uma subclasse dotada, correlatamente, de ausência de politicidade, de certo conservadorismo religioso-político e, principalmente, por tudo isso, incapaz de construir sua própria hegemonia política, cultural, social e normativa. Por isso, tradicionalmente, sempre foi conduzido pelo cabresto ou paternalisticamente pelas nossas oligarquias, elites políticas, autoridades messiânicas e, hodiernamente, pelo próprio *lulismo*. Isso quer dizer, então, que o subproletariado, dados seu conservadorismo e sua apoliticidade, teria sido o sustentáculo histórico, em nosso processo de modernização conservadora, de todo e qualquer governo, passando de nossas oligarquias agrárias, para nossos ditadores de plantão e chegando-se ao *pemedebismo* partidário-institucional? Pelas abordagens de André Singer, essa é uma conclusão perfeitamente possível, dada a centralidade do subproletariado em termos quantitativos e certamente também no que diz respeito à sua centralidade política, social e cultural, em nossa sociedade (cf.: Singer, 2012, p. 52). Ou seja, uma subclasse apolítica, sem consciência e ação de classe, garantiu hegemonia ao longo do tempo não apenas ao *lulismo*, seu aliado mais recente, mas também à modernização conservadora de um modo mais geral? Uma classe incapaz de hegemonia concedeu respaldo cultural, político e normativo ao longo do tempo à modernização conservadora? Isso não nos parece sustentável, porque a hegemonia partidário-institucional não se sustenta sem a correlata hegemonia política, normativa e cultural em termos de sociedade civil, sem uma classe sociocultural garantidora, condição fundamental daquela hegemonia partidário-institucional, e esse certamente não é o caso do subproletariado, de modo que,

aqui, não é a correlação de modernização conservadora e subproletariado, ou, no período pós-redemocratização, de *pemedebismo* conservador e subproletariado em termos de sociedade civil que garantiu a hegemonia da modernização conservadora no âmbito partidário-institucional, mantendo o *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte praticamente incontestado, não obstante todos os seus problemas internos (a corrupção bastante intensa e a falta de uma vinculação sociocultural mais incisiva da política, do Estado e das instituições públicas).

É por isso que necessitamos, conforme pensamos, acessar mais uma vez as características fundamentais de nosso processo de modernização conservadora para, nela, inserirmos o *pemedebismo*, o *lulismo*, o subproletariado e, inclusive, as jornadas de junho de 2013 com todas as suas conseqüências mais recentes em termos do *impeachment* de Dilma Roussef e de retomada do *pemedebismo* conservador. Por *modernização conservadora* entendemos a consolidação do capitalismo brasileiro ao longo do nosso período republicano não a partir de uma ruptura e de uma superação de nossa condição colonial-periférica em termos econômico-culturais e de nossa constituição escravista-autoritária em termos socioculturais e político-institucionais. Por modernização conservadora, nesse sentido, entendemos, nessa conciliação de modernidade e colonialismo-escravismo, uma série de características centrais da sociedade brasileira do século XX, muito pungentes e dilacerantes, nesse início de século XXI: periferação econômico-cultural como traço ainda atual do colonialismo econômico-cultural, com uma economia altamente desindustrializada e desnacionalizada, basicamente marcada pela produção primária de *commodities* para exportação aos centros consumidores, pela baixa utilização e pelo pífio desenvolvimento de tecnologia e pelos baixos salários, além do crescimento enorme do trabalho informal e do subemprego; ao nível sociocultural, profundas desigualdades e preconceito e violência de classe, baseado na questão raça-cor, herança fundamental e ainda atual do escravismo; ao nível político-institucional, e como herança de colonialismo e escravismo, o autoritarismo político-

institucional avassalador em relação à sociedade civil e promotor de um tipo de partido político altamente elitista e tecnocrático, sobreposto, autorreferencial e autonomizado em relação à sociedade civil; como conseqüência, Estado de Direito e Constituição ainda bastante formais em relação à sua vinculação sociopolítica e constantemente instrumentalizados pelo institucionalismo forte, pelo dinheiro (cf.: Souza, 2012, p. 98-108, p. 154-155).

Ora, nesse contexto de modernização conservadora em correlação com traços colonialistas e escravistas, foi exatamente a meritocracia branca que, como classe sociocultural, garantiu a hegemonia de uma estrutura partidário-institucional marcada pelo institucionalismo forte e pelo autoritarismo partidário-institucional em relação à sociedade civil, na medida em que esse mesmo institucionalismo forte teria viabilizado, ao longo do tempo *e como contrapartida*, a legitimação da própria meritocracia branca não apenas como classe sociocultural hegemônica, mas também como base e critério político-normativo-metodológico para a legitimação das desigualdades e da estratificação social e para, a partir daqui, a orientação das instituições público-políticas e do Estado em sua vinculação sociocultural. O núcleo político-institucional da meritocracia branca como classe sociocultural hegemônica em termos de sociedade civil *é a modernização conservadora* e todos os governos nacionais republicanos estiveram sustentados por ela – pela meritocracia branca – *enquanto não tocaram nessa mesma modernização conservadora*, enquanto não a politizaram, enquanto mantiveram suas condições, sua estruturação e suas contradições em estado de latência (o que também significa: enquanto não promoveram a meritocracia parda, o subproletariado a sujeito epistemológico-político das políticas públicas e dos projetos político-institucionais em nível do Estado, como o fez o *lulismo*).

Em primeiro lugar, a meritocracia branca possui uma mentalidade altamente anti-Estado, anti-política e anti-social: para ela, quanto menos políticas públicas de integração sociocultural, melhor, porque ela pode, em grande medida, por meio de suas condições econômicas privadas mais privilegiadas, conseguir um

mínimo de mobilidade social, desde a esfera econômica privada até o âmbito das administrações e dos cargos públicos; no mesmo diapasão, ela pode, por causa do subproletariado, ter acesso à mão-de-obra (em todos os sentidos possíveis, inclusive sexual) barata, dócil e de fácil exploração. Nesse sentido, para ela, a modernização conservadora, naqueles pontos que definimos acima, é a forma societal-cultural e político-institucional por excelência, de modo que, repetimos, todos os governos republicanos, oligárquicos ou não, paternalistas ou não, ditatoriais ou não, que a legitimaram ou que a mantiveram em estado de latência, despolitizando-a, foram diretamente apoiados por ela, contrariamente àqueles que tentaram politizá-la e problematizá-la.

É o caso do *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais. Ele somente manteve hegemonia praticamente incontestada até o primeiro governo Dilma na exata medida em que instituiu a modernização conservadora como plataforma e projeto político-institucionais de governo. É por isso que o social-desenvolvimentismo lulista demarca uma diferença fundamental em relação ao *pemedebismo* conservador, não obstante assumi-lo em cheio, já que ele traz para o centro da preocupação e da *práxis* política, institucional e partidária exatamente os grupos socioculturais marginalizados, o subproletariado, como nossa questão sociocultural e político-institucional fundamental. O conservadorismo político próprio ao *pemedebismo*, ao manter, legitimar e reproduzir a modernização conservadora em termos político-econômicos e socioculturais, favoreceu as classes médias e altas no que diz respeito ao *status quo*: por exemplo, altas taxas de juros, concentração de renda avassaladora, oportunidades públicas e altos empregos na economia em geral centralizados pelas e direcionados às classes médias e altas etc. Sobretudo, aqui, a ideia da política, do Estado e das instituições públicas enquanto vinculados sócio-culturalmente, interventores, compensatórios e orientadores da integração sociocultural incomodou e incomoda muito à meritocracia branca em sua defesa da modernização conservadora – para a qual, portanto, apenas o mérito, e não a política e o Estado, devem decidir e legitimar tanto a

estratificação social quanto a própria estruturação e a própria atuação da política e do Estado. Nesse sentido, o *pemedebismo* não foi e não é uma arena-estrutura-*práxis*-sujeito partidário-institucional autorreferencial e auto-subsistente, capaz de, por si mesmo e para si mesmo, legitimar-se, reproduzir-se e blindar-se ao longo do tempo, conforme acredita Marcos Nobre. Ele também não pode ser entendido a partir da centralidade do subproletariado, ao contrário do *lulismo*, conforme argumenta André Singer. Ora, o *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte foi hegemônico em termos partidário-institucionais por causa do sustento, da legitimidade e do apoio da meritocracia branca em termos de sociedade civil, ambos calcados na defesa e na promoção da modernização conservadora definida segundo o padrão da meritocracia branca. Em contrapartida, o *lulismo* partidário-institucional, enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado pelo social-desenvolvimentismo, ao focar na integração do subproletariado por meio da vinculação sociocultural da política, do Estado e das instituições públicas, permitiu correlatamente a consolidação e o fortalecimento da meritocracia parda e certa problematização da imbricação de meritocracia branca e de modernização conservadora.

Portanto, contrariamente à posição de Marcos Nobre em sua interpretação do *pemedebismo*, afirmamos que essa estrutura-arena-dinâmica-sujeito partidário-institucional não pode ser entendida apenas e nem fundamentalmente pela sua autorreferencialidade e auto-subsistência, da mesma forma como, em conseqüência, uma abordagem teórico-política em relação a ela necessita de integrar institucionalismo e sociedade civil; no mesmo sentido, como crítica à interpretação do *lulismo* por André Singer, afirmamos que o subproletariado não pode ser a base da hegemonia social, política, cultural e normativa do *pemedebismo* conservador, embora seja efetivamente a base de atuação e de hegemonia do *lulismo* partidário-institucional (que também, de todo modo, contava, em um primeiro momento, com apoio razoavelmente elevado nas classes médias). Para nós, a base do *pemedebismo* é a meritocracia branca, o que significa dizer que o

pemedebismo partidário-institucional enquanto institucionalismo forte é sustentado, na sociedade civil, pela meritocracia branca enquanto classe sociocultural hegemônica em termos políticos, normativos e culturais. Daqui, e da correlação de *lulismo* e subproletariado, nós concluímos por uma correlação-oposição sociocultural e partidário-institucional que, essa sim, define a dinâmica de constituição, de legitimação e de evolução, com todas as contradições e tensões dali decorrentes, de nossa sociedade neste início de século XXI: trata-se da correlação e da contraposição entre, por um lado, meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* enquanto *pemedebismo* mediado-mitigado-moderado. O que entendemos por *meritocracia branca*? O que entendemos por *meritocracia parda*? E o que a correlação de *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, modernização conservadora e meritocracia branca *versus lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado, social-desenvolvimentismo e meritocracia parda tem a ver com as jornadas de junho de 2013?

Por *meritocracia branca* entendemos e queremos significar a ideia e também o grupo sociocultural ou a classe social para os quais apenas o mérito individual – geralmente associado com o indivíduo branco euronorcêntrico – é o critério fundamental para a constituição, legitimação e enquadramento tanto do *status quo*, da estratificação social quanto do horizonte partidário-institucional e político-estatal. Nesse sentido, a meritocracia branca, ao acreditar que a única base do *status quo* e do poder (e do sentido e da atuação do poder, claro) é a meritocracia, desconsiderando, para isso, da base sociocultural e político-econômica que a funda, aponta diretamente para uma postura epistemológico-política e sociocultural anti-Estado, anti-política, anti-social, de modo que as instituições público-políticas em particular e a *práxis* político-normativa de um modo geral perdem a centralidade em termos de estruturação, dinamização e orientação da evolução social, abandonando, em grande medida, as funções de integração sociocultural e de correlação-conciliação

entre capital e trabalho. No caso da modernização conservadora brasileira, que é o contexto sociocultural, político-econômico e institucional-estrutural onde estamos inserindo a meritocracia branca, de onde estamos pensando essa mesma meritocracia branca, é possível perceber-se historicamente, e como herança da imbricação-correlação de colonialismo e escravidão, que a meritocracia branca – *branca* no sentido claro de raça-cor, oriundo do colonialismo-escravidão, embora certamente não o único sentido – embasa e propugna esse modelo de modernização conservadora que não apenas recusa, deslegitima um acerto de contas com os efeitos sociais, políticos, culturais, institucionais e econômicos do colonialismo e da escravidão, ainda hoje perceptíveis sob a forma de desigualdades e preconceito de classe, definidos em termos de raça-cor, bastante acentuados em nossa esfera sociocultural e político-institucional, sob a forma de autoritarismo político-institucional e de formalismo e de instrumentalização do Estado democrático de direito, sob a forma de periferização econômico-cultural etc. Ela também se contrapõe de modo direto, pungente e virulento às tentativas partidário-institucionais de inclusão e de integração, via instituições público-políticas e Estado, dos grupos socioculturais marginalizados e excluídos em termos de modernização conservadora, sustentando, com isso, essa postura anti-política, anti-Estado e anti-social de que vimos falando. É nesse sentido, aliás, que, como resposta à posição institucionalista de Marcos Nobre, estamos argumentando de que o *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte sempre teve forte base de apoio e de hegemonia sociocultural, política e normativa na sociedade civil e sob a forma da, a partir da, por meio da meritocracia branca. Por isso, aqui, se pode perceber a correlação de modernização conservadora, meritocracia branca e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais enquanto a base, no Brasil contemporâneo de um modo geral e no período pós-redemocratização em particular, do conservadorismo político-institucional e sociocultural. O *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais manteve-se e mantém-se hegemônico ao

longo da redemocratização exatamente porque reproduz em termos políticos, partidários e institucionais a modernização conservadora propugnada e legitimada pela meritocracia branca, contando, por conseguinte, com o apoio bastante incondicional desta, não obstante seu (da meritocracia branca) pseudo-combate relativamente à corrupção – que ela falsamente julga nosso grande mal, posto que, na verdade, o grande mal, para ela, é exatamente a política, o Estado, as instituições público-políticas, principalmente quando elas estão vinculadas sócio-culturalmente (cf.: Avritzer, 2016, p. 83-96; Avritzer, 2011, p. 43-62; Meneguello, 2011, p. 63-82).

Na mesma dinâmica, Marcos Nobre, em nossa compreensão, se equivoca em interpretar as jornadas de junho de 2013 a partir do mote *a sociedade civil em bloco e como um todo* contra os partidos políticos *em bloco e como um todo*, contra as instituições públicas, contra o Estado. E ele se equivoca não apenas de modo correlato ao equívoco em conceber-se o *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais prioritariamente desde um ponto de vista institucionalista sem sociedade civil, *senão que exatamente por isso*. Com efeito, o que salta aos olhos nas análises de Marcos Nobre relativamente ao *pemedebismo* e às jornadas de junho de 2013 é, respectivamente, seu sentido institucionalista desligado da sociedade civil e a separação entre sociedade civil e sujeitos partidário-institucionais. Isto é, nas análises do referido autor, há uma separação, um corte direto entre a arena, a *práxis* e os sujeitos partidário-institucionais *versus* a sociedade civil, suas lutas e seus sujeitos epistemológico-políticos, de modo que, repetimos, o *pemedebismo* é um fenômeno basicamente institucional, desligado e destituído de hegemonia e de suporte na sociedade civil, assim como as jornadas de junho de 2013 são um fenômeno sociocultural separado da e destituído de hegemonia na esfera partidário-institucional, por parte dos sujeitos partidário-institucionais. Contrariamente a isso, como estamos fazendo ver, como estamos defendendo, há uma correlação absolutamente intrínseca entre *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte, meritocracia branca e modernização conservadora *versus lulismo* enquanto *pemedebismo*

moderado-mitigado-mediado, meritocracia parda e social-desenvolvimentismo.

Aliás, por *meritocracia parda* estamos entendendo tanto a mentalidade política, normativa e cultural quanto a classe sociocultural que, destituída de posses que lhe permitam autonomia e poder plenos em termos de alcançar os estratos mais altos do *status quo* e de o reproduzir ao longo do tempo em termos de meritocracia branca e livre-mercado, somente o pode fazê-lo na medida em que as instituições público-políticas e o Estado são ativos na vida sociocultural e em termos de integração sociocultural *conduzidas, definidas e orientadas* política e institucionalmente, o que significa dizer-se que a meritocracia parda não pode constituir-se e consolidar-se ao longo do tempo a não ser por um modelo de política e de Estado substantivos, profundamente vinculados em termos socioculturais (cf.: Singer, 2012). Note-se que essa dependência da *práxis* política e do Estado e das instituições públicas, por parte da meritocracia parda, não significa sua incapacidade – em qualquer sentido que esta possa ser pensada – em, por seus próprios esforços, possuir mobilidade social. Simplesmente a meritocracia parda não possui base material que lhe permita preparar-se em termos e capital simbólico para alcançar os altos cargos e as posições valiosas em termos econômicos e políticos, algo que a meritocracia branca possui. Em rigor, portanto, a meritocracia pura é uma falácia, um falso argumento utilizado pela meritocracia branca para justificar o injustificável, isto é, uma postura epistemológico-política e sociocultural anti-social, anti-Estado e anti-política. A meritocracia branca, de um modo geral detentora de riqueza econômico-material e de capital simbólico, consegue reproduzir sua hegemonia em termos de *status quo* ao longo do tempo não por sua capacidade cognitivo-intelectual, mas por seu poder econômico e político, assim como por meio de sua hegemonia cultural-normativa (a meritocracia pura como a base da integração social, da legitimação do *status quo* e de enquadramento-orientação-definição da política, do Estado e das instituições públicas). Ora, novamente, a meritocracia parda somente é possível pelo Estado, pelas instituições públicas e pela política,

daí que sua postura, relativamente a eles, é de defesa, legitimação e afirmação, contrariamente à postura sociocultural e epistemológico-política da meritocracia parda.

O *lulismo* enquanto, por um lado, normalização do *pemedebismo*, enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado e, por outro, social-desenvolvimentismo assumiu como seu projeto político, partidário e institucional a promoção, a integração e a consolidação da meritocracia parda ao horizonte do trabalho e do consumo, por meio de uma série de atitudes institucionais, conforme comentamos acima: programas de distribuição de renda, incremento do acesso à educação superior, oferta bastante ampla de micro-crédito para subsidiar pequenas e médias atividades (que são o grosso da economia primária brasileira etc.), de modo a formar ou pelo menos a pretender-se, como sugere André Singer, um *Brasil de classe média* (cf.: Singer, 2012, p. 138), integrado a uma modernização conservadora mitigada e dosada de social-desenvolvimentismo, em que não apenas a meritocracia branca, mas também a meritocracia parda pudesse fazer parte ativa e constitutiva. Com isso, direta ou indiretamente, o *lulismo* promoveu a constituição da meritocracia parda como classe sociocultural que tem condições de ser hegemônica cultural, política e normativamente ao longo do tempo, oferecendo – de modo direto ou mesmo indiretamente – um importante contraponto à correlação de modernização conservadora, meritocracia branca e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, gerando, com isso, uma classe sociocultural, a meritocracia parda, que é profundamente ligada à e dependente da correlação de *lulismo* e social-desenvolvimentismo. No mesmo sentido, daqui surge uma contraposição que é bastante importante e pungente não apenas para entendermos os embates em termos de *pemedebismo versus lulismo*, com sua base na sociedade civil em termos de embate entre meritocracia branca e meritocracia parda, mas também para pensarmos a dinâmica e as potencialidades de nossa vida sociocultural e política, partidária e institucional para os próximos anos, a saber: uma visão, própria à meritocracia branca e sustentada por ela, anti-política, anti-Estado e anti-social, calcada

na pura meritocracia adquirida dentro do livre-mercado *versus* uma visão, própria agora à meritocracia parda, de meritocracia sustentada e orientada pelo reforço da política democrática, do Estado e das instituições público-políticas, que se tornam vinculadas sócio-culturalmente e tendo por objetivo primigênio a integração sociocultural dos grupos marginalizados em termos de meritocracia parda.

Precisamos de realizar um breve esclarecimento sobre os conceitos de meritocracia branca e de meritocracia parda enquanto *classes socioculturais*. A pertença a estas classes depende e não depende de critério econômico-material. Por exemplo, não é o fato de se possuir riqueza material, de se ocupar os mais altos estratos em termos de *status quo* que definirá a pertença à meritocracia branca e a contraposição à meritocracia parda, e vice-versa. Entretanto, também é óbvio que o critério econômico-material define a pertença a uma classe sociocultural ou a outra, posto que estamos argumentando exatamente que a meritocracia parda, enquanto classe sociocultural *miserável, excluída e marginalizada*, necessita dos processos políticos e institucionalizados, via Estado, de integração e de desenvolvimento socioculturais – algo que a meritocracia branca, se fosse compreendida apenas a partir do critério econômico-material, não necessitaria. Assumindo certa dependência de um óbvio critério econômico-material relativamente ao *status* e à pertença de classe, queremos afirmar, entretanto, que a meritocracia branca e a meritocracia parda são, antes de tudo e fundamentalmente, visões socioculturais, grupos socioculturais homogeneizados a partir de sua compreensão simbólico-normativa acerca do *status quo*, das relações sociais e, com isso, do sentido, do funcionamento, dos limites e das potencialidades da política, do Estado e das instituições públicas. De todo modo, quando focalizamos a modernização conservadora brasileira, mantenedora de vários aspectos do colonialismo econômico-cultural e da escravidão conforme argumentamos ao longo do texto, a meritocracia branca e, recentemente, a meritocracia parda enquanto classes socioculturais e visões de mundo aparecem de modo bastante explícito e pungente nas lutas sociais, na *práxis*

dos sujeitos epistemológico-políticos e, a partir disso, na arena, na *práxis* e nos sujeitos partidário-institucionais – apenas a título de exemplo, a bancada BBB, Boi, Bala e Bíblia enfatiza e utiliza muito a correlação de meritocracia branca e modernização conservadora como mote de suas posições partidário-institucionais. Existem, por conseguinte, provas bastante concretas de que essa correlação e essa contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* fazem parte fundante da e definem a constituição, a dinamização e a evolução sociocultural e político-institucional brasileiras, com suas influências diretas no âmbito partidário e pelos próprios partidos políticos. Por isso, não se pode pressupor um puro institucionalismo sem sociedade civil para entendermos nossa esfera, nossa *práxis* e nossos sujeitos partidário-institucionais, assim como não se pode, em relação aos nossos movimentos sociais, culturais e políticos ao nível da sociedade civil, pressupor-se uma pura atuação dessa mesma sociedade civil contra o âmbito partidário-institucional, desligada dele, independente dele – pelo menos, conforme argumentaremos adiante, esse não é o caso das jornadas de junho de 2013, marcadas pela contraposição entre meritocracia branca *versus* meritocracia parda na sociedade civil com seu correlato confronto, agora ao nível partidário-institucional, entre *pemedebismo* e *lulismo* em torno à questão da modernização conservadora.

Ora, essa contraposição, gerada e dinamizada pelo *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado de e pelo social-desenvolvimentismo politiza totalmente a modernização conservadora e, com isso, o sentido, a constituição e o funcionamento de nossas instituições público-políticas, do Estado e dos partidos políticos em termos de esfera público-política, assim como politiza a nossa constituição sociocultural em termos de sociedade civil. Na verdade, como acreditamos, esta contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-

desenvolvimentismo e *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado passa a definir a nossa estruturação e a nossa dinâmica societal-cultural-institucional brasileira de modo contundente e absolutamente político e politizante, desde a segunda década do século XXI. Com efeito, as discussões em torno à atuação dos partidos políticos, à organização e à *práxis* de nossas administrações públicas e de nossos legislativos (principalmente em âmbito federal) e mesmo ao tipo de *práxis* social, política e normativa que os sujeitos epistemológico-políticos ou as classes socioculturais da sociedade civil precisam assumir em relação ao horizonte partidário-institucional estão basicamente perpassados e definidos por aquela correlação acima comentada, de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*, o que também significa dizer-se que as disputas acontecem e acontecerão em torno à definição do sentido, da constituição e da atuação das instituições público-políticas a partir apenas da meritocracia branca ou tendo como foco as exigências e a constituição-promoção-consolidação da meritocracia parda. De todo modo, o que julgamos importante, nessa correlação, é o fato de que, em vários aspectos, pela primeira vez na história republicana brasileira temos uma classe sociocultural dotada de consciência e de ação de classe, embora ainda não totalmente hegemônica em termos culturais, políticos e normativos na sociedade civil, o que permite exatamente o enfrentamento direto da meritocracia branca e de sua posição epistemológico-política e sociocultural anti-política, anti-Estado e anti-social, basicamente meritocrática e privatista, apolítica e despolitizadora.

Ora, aqui chegados, concluímos duas coisas: primeira, de que não existe um puro institucionalismo desligado, independente e sobreposto à sociedade civil, um puro institucionalismo sem hegemonia em termos de sociedade civil e por parte de classes socioculturais específicas; segundo, de que não existe, como consequência, classes socioculturais da sociedade civil desligadas dos e sem correlação com os sujeitos partidário-institucionais. Essa correlação é absolutamente fundamente da política, das instituições e dos partidos políticos. Pois muito bem, como isso

pode ser percebido nas jornadas de junho de 2013 e em suas consequências posteriores? Mais: como aquela correlação-contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* perpassou, dinamizou e definiu o desenrolar das jornadas de junho de 2013? Como dissemos logo no início do texto, apenas uma análise bastante inicial e superficial das jornadas de junho de 2013 poderia concluir que elas se constituíam em um movimento homogêneo política, normativa e culturalmente que, não obstante a heterogeneidade dos sujeitos epistemológico-políticos dela participantes, de suas lutas e de suas pautas, apontava diretamente para a rejeição em bloco do *pemedebismo-lulismo* enquanto política estratégico-instrumental, corrupta e corruptora. No mesmo diapasão, apenas uma análise do início dessas jornadas teria condições de concluir que a corrupção do *pemedebismo-lulismo* era o mote central da ação homogênea daquela pluralidade de sujeitos epistemológico-políticos contra o *pemedebismo-lulismo* como um todo. Portanto, apenas em seu estágio inicial, mas no máximo isso, se poderia concluir que as jornadas de junho de 2013 representavam uma contraposição em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos em geral, contra o Estado e contra as instituições públicas – um movimento em bloco contra, conforme falou Marcos Nobre, o *pemedebismo-lulismo*.

No decorrer do processo, foi-se explicitando e radicalizando a contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado. Com efeito, a contraposição entre *coxinhas* e *mortadelas*, entre *verde-amarelos* e *petralhas*, além das invectivas contra o excesso de Estado, de política e de direitos sociais *versus* a importância da política, das instituições e dos direitos sociais, assim como, de um modo mais geral, a contraposição entre meritocracia branca e meritocracia parda (naqueles termos que definimos acima), gradativamente passaram a ser a luta e a

contraposição-contradição centrais das jornadas de junho, o que significa que a meritocracia branca, fundada na modernização conservadora e dela defensora, colocou-se em luta aberta contra a correlação de meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*, culpando esse mesmo *lulismo* e os *mortadelas* pelo grau de desestruturação sociocultural, de corrupção partidário-institucional e de crise político-econômica vividas pelo Brasil lulista-petista. Para isso, a meritocracia branca das e nas jornadas de junho apoiou clara, aberta e diretamente o *pemedebismo* conservador partidário-institucional enquanto institucionalismo forte, em uma imbricação e em um suporte mútuos entre conservadorismo na sociedade civil (sob a forma de meritocracia branca, posições totalitárias e militaristas e fundamentalismo religioso) e de política estratégico-instrumental conservadora por parte dos partidos de direita, como PSDB, PMDB, DEM, PP etc. Ora, o ponto mais pungente da meritocracia branca nas jornadas de junho consistiu em exigir do horizonte partidário-institucional *pemedebista* a derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista e a retomada da modernização conservadora sob a forma de *pemedebismo* partidário-institucional conservador e enquanto institucionalismo forte – não por acaso, as três políticas centrais do *pemedebismo* encabeçado por Michel Temer foram o congelamento dos investimentos públicos por pelo menos duas décadas sob a forma da PEC 241, a reforma da previdência (aposentadorias da população em geral) e lei da terceirização (reforma nas relações trabalhistas), isto é, a pauta tradicional do conservadorismo e do neoliberalismo em mútuo suporte e a favor da e com base na meritocracia branca em termos de modernização conservadora.

No mesmo diapasão, a meritocracia parda procurou defender a correlação de *lulismo* partidário-institucional e social-desenvolvimentismo como um projeto político, institucional e partidário sem volta para pensar-se, programar-se e legitimar-se a constituição-evolução sociocultural, político-econômica e partidário-institucional do Brasil contemporâneo, como um complemento-corretivo daquela base marcada pela correlação e mútuo sustento de meritocracia branca e de modernização

conservadora. Entretanto, (a) a extrema dramatização midiática da corrupção partidário-institucional, canalizando essa mesma corrupção para o *lulismo* e desviando-a do *pemedebismo* (dos principais partidos e das figuras político-partidárias centrais assumidas e fomentadas pelas jornadas de junho, como Aécio Neves, José Serra, Agripino Maia, Romero Jucá, o próprio Michel Temer etc., todos participantes dessas jornadas e, depois, artífices do golpe partidário-institucional que resultou no *impeachment* – todos eles, agora, denunciados pelas novas delações da Odebrecht no âmbito da Operação Lava-Jato), tornando-a tão exagerada que levava a cada um de nós ao desespero, à inação e ao abandono profundos; (b) a própria luta de classes socioculturais entre meritocracia branca e meritocracia parda, a partir de uma contraposição absolutamente abismal que não apenas impedia o diálogo sincero e crítico, senão que já partia do pressuposto do inimigo absoluto que deveria ser derrotado-destruído; e (c), por fim, a revolta do *pemedebismo* conservador relativamente ao *lulismo* social-desenvolvimentista no âmbito partidário-institucional, estas três características levaram à correlata hegemonia da meritocracia branca na sociedade civil e do *pemedebismo* conservador partidário-institucional enquanto institucionalismo forte no âmbito político institucionalizado, com a conseqüente derrocada do *lulismo* em termos partidário-institucionais e, como condição disso, a perda de hegemonia da meritocracia parda na sociedade civil. Ora, a derrocada do *lulismo* partidário-institucional e a perda de hegemonia da meritocracia parda na sociedade civil, com a hegemonia da meritocracia branca e do *pemedebismo* partidário-institucional conservador, levaram à retomada da modernização conservadora como a base sociocultural, político-econômica e partidário-institucional da sociedade brasileira atual, ainda que já não mais em sentido absoluto, por causa da consolidação da meritocracia parda e do *lulismo* social-desenvolvimentista em termos socioculturais, políticos e normativos.

Por que a meritocracia parda perdeu hegemonia para a meritocracia branca? Pesquisas recentes sobre pertença de classe podem nos ajudar a entender isso. Essas mesmas pesquisas têm

mostrado que grande parte da meritocracia parda, isto é, daqueles indivíduos e grupos socioculturais que ascenderam de estratificação social ao longo do *lulismo* social-desenvolvimentista e por meio dele, justificam tal ascensão por meio da meritocracia branca e de Deus, atribuindo a estes dois pólos – e geralmente de modo conjugado – a determinação de sua mobilidade social (cf.: Salata, 2016; Salata, 2015; Scanlon e Salata, 2016; Fundação Perseu Abramo, 2017). Ora, isto, além de totalmente equivocado, demonstra que, se por um lado a meritocracia parda é um fato empírica, cultural e politicamente constatável em nossa sociedade, de nossa sociedade, por outro a sua constituição enquanto classe sociocultural madura, com consciência e ação de classe, ainda demanda um largo tempo e uma *práxis* institucional-partidária que possa efetivamente construir, dinamizar e fundar essa maturidade de classe em termos de meritocracia parda. Isso nos leva a afirmar que, se é bem verdade que, como bem o reconheceu André Singer, o subproletariado (base majoritária da meritocracia parda) possui um sentido bastante conservador em termos político-culturais, além de estar vinculado normativamente ao ideal – também ele falso – da meritocracia branca pura e de sua correlação ao livre-mercado, o *lulismo* partidário-institucional apresentou deficiências profundas no que diz respeito a imbricar-se e ligar-se de modo mais efetivo e profícuo à meritocracia parda, no sentido de viabilizar a sua estruturação, legitimação, auto-compreensão e maturação como classe sociocultural com consciência e ação de classes. Se nos remontarmos a Marx, a Lênin, a Trotski e a Gramsci, por exemplo, a correlação entre partido político e classe social é o elemento fundamental tanto da *práxis* político-normativa quanto, *como condição disso*, da construção e da dinamização da hegemonia de classe. Por mais que as metáforas do partido como a cabeça da revolução e da classe social como o corpo ou o coração dessa mesma revolução possam parecer um tanto paternalistas ou tecnocráticas, é óbvio que o partido político de massas, se quiser ser hegemônico partidário-institucionalmente e, inclusive, ter poder de barganha e de contraposição em relação aos partidos oligárquicos e de constituição, dinâmica e *práxis* estratégico-institucionais, necessita

de estar completamente vinculado em termos socioculturais, construindo hegemonia sociocultural de classe em termos de sociedade civil. Ora, essa, em nossa percepção, foi uma das grandes falhas do *lulismo*, isto é, seu gradativo abandono e sobreposição em relação à sociedade civil, devido exatamente à sua normalização pela esquerda do *pemedebismo*, o que o obrigou, como condição da possibilidade do governo de coalizão, a assumir uma postura autorreferencial e auto-subsistente, apolítica e despolitizadora, de cunho e de ação estratégico-instrumentais que tinha de despolitizar tanto a sociedade civil quanto as diferenciações, as contradições, as tensões e as lutas intestinas ao partido político e à esfera partidário-institucional – lembremos, a título de exemplo, as expulsões de Luciana Genro, Heloísa Helena e Babá do PT por protestarem contra essa aproximação com e essa gradativa transformação do partido em *pemedebismo* estratégico-institucional e como institucionalismo forte em termos partidário-institucionais. Desse modo, a meritocracia parda enquanto classe sociocultural absolutamente majoritária em termos quantitativos, perdeu hegemonia para a meritocracia branca a partir das jornadas de junho de 2013, o que denota a falha do *lulismo*, mas também, como argumentaremos na próxima seção, as potencialidades de uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista, no que diz respeito a se correlacionar hegemonia partidário-institucional e hegemonia sociocultural de classe em termos de sociedade civil, projeto político-institucional-partidário e *práxis* político-normativa espontânea. A meritocracia parda, em nossa compreensão, representa o futuro e o presente do Brasil, o que significa, para a esquerda teórico-política, a base sociocultural e o sujeito epistemológico-político-normativo da hegemonia, posto que calcada na e dependente da política, da politização, da afirmação de um Estado e de instituições públicas ativas e vinculantes sócio-culturalmente. E, em nossa compreensão, a meritocracia parda tem condições, uma vez hegemônica, de contrapor-se de modo bem sucedido à correlação de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte.

Enfim, o resultado das jornadas de junho de 2013, a partir da hegemonia da meritocracia branca em relação à meritocracia parda na sociedade civil, foi a retomada do *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte, calcados – meritocracia branca e *pemedebismo* conservador – na modernização conservadora enquanto plataforma sociocultural, político-econômica e partidário-institucional da sociedade brasileira. Isso nos permite afirmar duas coisas, pelo menos. A primeira: a corrupção não foi o mote central das jornadas de junho, talvez tenha sido, muito mais, um falso argumento para justificar a cruzada, por parte da meritocracia branca, contra a meritocracia parda e sua (da meritocracia branca) utilização do *pemedebismo* partidário-institucional como braço político para a derrocada institucional do *lulismo* social-desenvolvimentista e reafirmação da modernização conservadora como plataforma do governo *pemedebista* encabeçado por Temer e contando com o apoio do PMDB, do PSDB, do DEM, do PP, do Centrão de um modo mais geral etc. (PMDB e PP, aliás, que antes formavam a base partidária de apoio ao *lulismo*). Em verdade, o que podemos perceber mais recentemente, com a divulgação das sindicâncias da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e dos inquéritos abertos no âmbito do STF contra autoridades políticas de foro privilegiado (recordemos da *Lista Fabin*) é que o *pemedebismo* partidário-institucional está tão ou mais envolvido que o *lulismo* em termos de corrupção partidário-institucional. Ora, se a corrupção fosse o mote central daquelas jornadas, da meritocracia branca em particular, então teríamos mais passeatas e mais panelas batendo, o que não é o caso. Na verdade, o silêncio, a complacência e a despolitização completos da meritocracia branca nesse atual momento são a prova mais cabal de que essas mesmas jornadas não foram, e esse seria nosso segundo ponto, um movimento em bloco da sociedade civil contra a corrupção partidária, institucional e estatal, mas sim um confronto aberto entre as correlações de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional como institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*. E o *impeachment* e a retomada do

pemedebismo conservador em termos partidário-institucionais, com a hegemonia da meritocracia branca na sociedade civil, bem como com a reafirmação institucional-societal-cultural da modernização conservadora como nossa plataforma constitutiva e evolutiva fundamentais, são o resultado basilar, por agora, dessas mesmas jornadas de junho de 2013. Enfim, tratou-se e se trata hoje de um conflito aberto entre classes sociais divergentes e opostas, não de uma degeneração institucionalista ou de um espontaneísmo em termos de sociedade civil.

2. Por uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista: prognósticos e proposições

As correlações de instituições e sociedade civil e de meritocracia branca e meritocracia parda podem nos ajudar a pensarmos a *práxis* político-normativa e metodológico-programática da esquerda pós-lulista e anti-pemedebista? A correlação-contraposição entre, por um lado, meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* podem nos ajudar a pensarmos a *práxis* político-normativa e metodológico-programática dos movimentos sociais, das iniciativas cidadãs e das minorias político-culturais na sociedade civil e a estruturação, constituição e dinamização da esquerda teórico-político em termos partidário-institucionais? Como poderíamos pensar em uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista que possa constituir um movimento político ao mesmo tempo horizontal em termos de sociedade civil e vertical no âmbito partidário-institucional que permita a imbricação, dependência e mútuo sustento entre institucionalismo e sociedade civil, partido e classe social, *práxis* partidário-institucional e *práxis* político-normativo espontânea, informal, inclusiva e participativa? Nossas reflexões a partir de agora, apenas a título de ponto de partida para esta seção, desta seção, tomarão por base as nossas duas conclusões acima elencadas, com nossa consequente proposta de interpretação das jornadas de junho de 2013 a partir de uma crítica e de uma

correção das abordagens de Marcos Nobre relativamente ao *pemedebismo* partidário-institucional e às jornadas de junho de 2013, e de André Singer e de seus conceitos de *lulismo* e de subproletariado. As duas conclusões foram: o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte não pode ser entendido apenas como um puro institucionalismo, senão que está umbilical e intrinsecamente ligado a posições socioculturais de classe na sociedade civil e à sua hegemonia; no mesmo sentido, as jornadas de junho de 2013 não podem ser entendidas como um movimento em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, as instituições públicas e o Estado, mas sim como um confronto de classe na sociedade civil em termos de meritocracia branca *versus* meritocracia parda representado, ao nível partidário-institucional, pelo confronto entre *pemedebismo* e *lulismo* em seus projetos político-institucionais, modernização conservadora *versus* social-desenvolvimentismo.

Nesse sentido, nossa proposta central, como crítica e correlação das posições de Marcos Nobre e de André Singer foi: o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte e o *lulismo* partidário-institucional enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado de social-desenvolvimentismo, bem como o próprio subproletariado ou, em nossa linguagem, a meritocracia parda (de sentido um pouco mais amplo que o conceito de subproletariado) somente podem ser entendidos dentro do contexto sociocultural, político-econômico e institucional-metodológico representado pela correlação de modernização conservadora, com fortes ranços e traços colonialistas, escravistas e autoritários, e de meritocracia branca. Desse modo, as jornadas de junho de 2013, apresentaram de maneira absolutamente explícita, enquanto confronto de e entre classes socioculturais, a correlação e a contraposição entre, repetimos mais uma vez, meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional conservador como institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* partidário-institucional como *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado como sua dinâmica

política e politizante, base político-cultural e mote normativo basilares. A partir daqui, por conseguinte, queremos pensar as tarefas e a *práxis* de uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista diante da hegemonia dessa correlação de meritocracia branca na sociedade civil e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte na esfera institucional, com seu projeto político-institucional, socioeconômico e normativo-cultural calcado na modernização conservadora.

Em primeiro lugar, por que *esquerda pós-lulista e anti-pemedebista*? Exatamente porque a nova esquerda teórico-política não pode mais ser *lulismo* em sentido estrito, principalmente no que diz respeito à sua normalização do *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte como a plataforma, a *práxis* e o sujeito políticos, partidários e institucionais a partir dos quais a constituição-estruturação-dinamização das instituições e sua relação com a sociedade civil se dão efetivamente e como condição da implantação partidário-institucional do social-desenvolvimentismo. As conseqüências mais claras da normalização e da utilização do *pemedebismo* conservador, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, por parte do *lulismo*, foram exatamente: (a) a transformação do PT-*lulismo* em um partido estratégico-instrumental e sua concomitante transformação da política partidário-institucional em uma arena-*práxis* marcada pela compra e venda de apoio a qualquer custo e de qualquer forma; (b) a despolitização e a apoliticidade partidário-institucionais, posto que o *pemedebismo* como governo de coalizão calcado em maiorias suprapartidárias somente pode ser possível pela conciliação e pela assimilação absolutas de todos os interesses sociais e a partir da despolitização e da apoliticidade das diferenças entre os sujeitos epistemológico-políticos e classes socioculturais, pelo apagamento de suas tensões, de suas contradições e de suas lutas recíprocas tanto ao nível partidário-institucional quanto ao nível da sociedade civil; (c) a consolidação e o sustento, desde o próprio *lulismo* partidário-institucional, de forte sobreposição, autorreferencialidade, auto-subsistência e autonomização do horizonte, da arena, da *práxis* e dos sujeitos

partidário-institucionais sob a forma de *pemedebismo* como institucionalismo forte em relação à sociedade civil, às bases socioculturais que, historicamente, sempre estiveram alinhadas ao PT-*lulismo*; e (d) a normalização da correlação de modernização conservadora e meritocracia branca, por meio de uma política social-desenvolvimentista que, se por um lado procurou integrar e solidificar a meritocracia parda como classe sociocultural integrada e ativa, por outro o fez exatamente por formas político-institucionais (distribuição de renda, oferta de micro-crédito e aumento das vagas no ensino superior, ou redução de impostos relativamente ao consumo primário, além da dependência extrema da economia primária em termos de *commodities*, direcionadas aos mercados centrais e das altas taxas de juros ao longo de todos os governos petistas) que (1) não problematizaram com consistência e radicalidade aquela base político-econômica e sociocultural em termos de imbricação entre modernização conservadora e meritocracia parda, e que (2) também não levaram à consolidação da meritocracia parda como classe sociocultural madura, com consciência e com ação de classe, exatamente devido ao grande senso estratégico-instrumental, autorreferencial e auto-subsistente de um *lulismo* partidário-institucional que normalizou e assumiu para si o *pemedebismo* conservador, recusando a politização e o confronto mais abertos tanto ao nível partidário-institucional quanto ao nível da sociedade civil. Ora, as inúmeras denúncias e condenações por corrupção em lideranças históricas do PT mostram o quanto esse mesmo *pemedebismo* estratégico-instrumental adentrou até à medula desse mesmo PT, pondo em xeque sua legitimidade social, cultural e política.

Por isso, uma esquerda pós-lulista aprende com as falhas do *lulismo* e as supera em nome de uma política radical, participativa, inclusiva e afirmadora das lutas e das contradições ao nível da sociedade civil e no âmbito partidário-institucional, interligados profunda e mutuamente, inclusive por reconhecer que é somente a luta, a contradição e a oposição que geram sínteses produtivas e acordos profícuos em termos partidário-institucionais, assim como uma cultura democrática sólida de

crítica e de participação sociopolíticas no âmbito da sociedade civil. Quando há homogeneidade política estrita, há despolitização e apoliticidade, há institucionalismo forte, e isso emperra e praticamente elimina a democracia como participação abrangente, inclusiva e direta, como problematização, crítica e *práxis* político-normativas permanentes – isso elimina também a correlação de institucionalismo e sociedade civil, partidos políticos e movimentos sociais, iniciativas cidadãos e minorias político-culturais, partidos políticos e classes socioculturais. A esquerda teórico-política pós-lulista, por conseguinte, não pode ser *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, autorreferencial e auto-subsistente, apolítico e despolitizador, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, nem compartilhar em absoluto com ele e com estas suas características. Por outro lado, é óbvio que esta mesma esquerda teórico-política pós-lulista é uma continuação – ainda que por outros meios – do *lulismo* partidário-institucional, especialmente no que se refere à correlação de social-desenvolvimentismo e de meritocracia parda.

Com efeito, já aprendemos bastante, com a dinâmica constitutivo-evolutiva de nossas sociedades democráticas em particular e da modernização ocidental de um modo mais geral que não se pode fugir de uma política institucionalizada e como *práxis* espontânea vinculadas sócio-culturalmente, de um modelo de Estado e de instituições públicas calcados na e dinamizados pela integração sociocultural e condução-orientação da evolução societal-cultural em termos estruturais. Como fizemos ver ao longo do texto, não existe meritocracia branca pura e nem uma esfera ausente de poder e de desigualdades ao estilo do livre-mercado neoliberal que, em correlação, possam dinamizar, legitimar e definir tanto a estruturação do *status quo* quanto, a partir daqui, a constituição, a legitimação e a *práxis* das instituições públicas, do Estado e dos partidos políticos, definindo, com isso, o que a sociedade civil, em seus múltiplos sujeitos epistemológico-políticos, pode ou não pode reivindicar política, cultural, normativa e *até economicamente* ao Estado, às instituições públicas e à política, como essa mesma sociedade civil pode e não pode agir politicamente sobre si mesma e sobre as

instituições e sujeitos epistemológico-políticos institucionalizados, assim como relativamente ao modo como o Estado e as instituições públicas podem ou não podem agir e vincular-se politicamente à sociedade civil. Vivemos no tempo da política e da politização, no tempo da centralidade e do sentido e do caráter inultrapassáveis dessa vinculação sociocultural das instituições públicas de um modo geral e do Estado em particular. E isso, a assunção, o esclarecimento e a utilização desses *sinais dos tempos*, deve ser assumido, mobilizado e dinamizado pela esquerda teórico-política. Nesse sentido, a herança do *lulismo* partidário-institucional em termos de correlação de social-desenvolvimentismo e de meritocracia parda, como contraponto à correlação de modernização conservadora e meritocracia branca, ainda é e deve continuar sendo, para a esquerda pós-lulista, sua chave programático-metodológica e político-normativa fundamental, basilar, norteadora e definidora.

Mas a esquerda pós-lulista, como dissemos, é acima de tudo e radicalmente *anti-pemedebista*. Ora, o que isso significa? Em nossa compreensão, uma esquerda anti-pemedebista significa e implica em quatro posturas teórico-políticas por excelência frente ao horizonte partidário-institucional e como sujeito partidário-institucional: primeiro de tudo, a recusa da apoliticidade e da despolitização, da autorreferencialidade e da auto-subsistência, bem como do cunho e da ação estratégico-instrumentais, em termos dos e por parte dos sujeitos partidário-institucionais, evitando-se, conseqüentemente, a autonomização e a sobreposição em relação à sociedade civil; em segundo lugar, a substituição de um governo de coalizão suprapartidário apolítico e despolitizador de suas contradições, lutas, tensões e diferenciações internas por um governo de contraposição e de enfrentamento de projetos político-institucionais que estão alinhados e vinculados à e dependentes da sociedade civil, da organicidade entre instituições, partidos políticos e sociedade civil; terceiro, a oposição ferrenha à correlação de modernização conservadora e meritocracia branca, que leva, ao nível partidário-institucional, a uma postura e a uma *práxis* anti-política, anti-Estado e anti-social, nas quais a meritocracia e o livre-mercado,

determinados a partir de argumentos e de práticas estratégico-instrumentais, assumidos como base da tecnocracia partidário-institucional, definem todas as possibilidades e todo espaço de atuação possíveis à política e às instituições públicas; quarto, o enfrentamento e a deslegitimação do institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais por uma *práxis* político-normativa ligada umbilicalmente à sociedade civil, às bases socioculturais e aos sujeitos epistemológico-políticos dessa mesma sociedade civil. Sobretudo, uma esquerda teórico-política anti-pemedebista é política e politizante, recusando de modo direto e pungente esse sentido estratégico-instrumental da política; ela também é totalmente correlacionada à sociedade civil, às suas lutas, às suas contradições e aos seus sujeitos epistemológico-políticos, e dependente de modo fundamental deles, de sua hegemonia e de sua participação e de sua ação diretas e inclusivas, de modo a evitar-se o institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, inclusive de modo a arrefecer-se a forte tendência a uma postura estratégico-instrumental muito própria da auto-subsistência e da autorreferencialidade partidário-institucionais, em especial quando o horizonte e os sujeitos partidário-institucionais estão autonomizados e sobrepostos à sociedade civil, às suas bases socioculturais.

A esquerda teórico-política também é anti-pemedebista em termos de sociedade civil, no que diz respeito à sua vinculação e à sua atuação na sociedade civil e a partir dela – e, a partir daqui, a partir da sociedade civil, em termos partidário-institucionais, conforme expusemos nesse parágrafo acima. Com efeito, o *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais (a) instrumentaliza os sujeitos epistemológico-políticos e os grupos socioculturais da sociedade civil; (b) substitui uma *práxis* político-normativa e politizante por uma ação partidário-institucional estratégico-instrumental com dinâmica autorreferencial e auto-subsistente, basicamente lógico-técnica, tecnocrática; (c) substitui a politização, a participação e a inclusão político-normativas abrangentes pelo institucionalismo

forte, em que o horizonte e os sujeitos partidário-institucionais têm total primazia e centralidade em termos de estruturação, legitimação e dinamização das instituições e, a partir daqui, da sociedade civil de um modo geral; e (d) está calcado na correlação de modernização conservadora e de meritocracia branca, assumindo uma postura partidário-institucional anti-social, anti-política e anti-Estado, de modo a legitimar essa modernização excludente e despolitizadora de sua própria evolução e de suas patologias. Ora, uma esquerda anti-pemedebista tem uma postura político-normativa totalmente contraposta a estes pontos acima, na medida em que (a) está umbilicalmente ligada à sociedade civil *em termos de práxis* político-normativa direta, inclusiva e participativa, que recusa qualquer possibilidade de institucionalismo forte, de autorreferencialidade, de auto-subsistência, de autonomização e de sobreposição partidário-institucionais em relação à sociedade civil; (b) é totalmente política e politizante, tanto por assumir essa *práxis* político-normativa inclusiva, participativa e direta quanto por depender fundamentalmente da hegemonia na sociedade civil em termos políticos, culturais e normativos para, a partir dali, buscar e conquistar hegemonia partidário-institucional, o que significa que o movimento constitutivo dessa esquerda teórico-política anti-pemedebista vai da sociedade civil para as instituições, contrariamente ao *pemedebismo*, que é uma forma de institucionalismo forte que coloca a sociedade civil em segundo plano (apoiado nisso pela meritocracia branca); e (c) assume, desvela e enfrenta as contradições e os limites próprios à correlação de modernização conservadora e de meritocracia branca, de modo a instituir uma política democrática de base no âmbito da sociedade civil e uma postura partidário-institucional favorável à vinculação sociocultural e ao fortalecimento político-institucional do Estado, da ação política, das instituições público-políticas.

Nesse aspecto, a esquerda teórico-política tem sua base epistemológico-política e metodológico-programática exatamente no enfrentamento da correlação entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional

enquanto institucionalismo forte, a partir do fomento e da intersecção com a meritocracia parda e sua base social-desenvolvimentista. Com efeito, conforme argumentamos ao longo do texto, o nosso maior desafio, em termos de esquerda teórico-política, está no enfrentamento da modernização conservadora sustentada, ao nível da sociedade civil, pela meritocracia branca enquanto classe sociocultural hegemônica e, ao nível partidário-institucional, por esse mesmo *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais. No mesmo sentido, conforme também foi argumentado no texto, esse enfrentamento é possível, necessário e factível exatamente pela herança do *lulismo* partidário-institucional, que foi a criação e a dinamização da meritocracia parda enquanto classe sociocultural originada e determinada pelo social-desenvolvimentismo, que desvela as contradições e as ilusões da modernização conservadora em sua correlação com a meritocracia branca, mostrando, em especial, que a meritocracia branca pura é completa ilusão que serve para sustentar uma postura sociocultural anti-política, anti-Estado, anti-instituições e anti-social, legitimando diretamente as desigualdades socioculturais e a marginalização político-econômica dos grupos socioculturais mais desfavorecidos e, em verdade, excluídos por um processo de modernização conservadora demarcado pela raça e pela cor, bem como pelo *status quo* inicial dos cidadãos e das cidadãs. Como mostrou muito bem Thomas Piketty em seu formidável *O Capital no Século XXI*, a concentração de riqueza se mantém estável ao longo do tempo, e não existe nenhuma meritocracia pura que possa superar essa situação: os ricos serão sempre ricos e os pobres serão sempre pobres. Para moderar e dosar essa tendência à concentração da riqueza e à reprodução dessa concentração ao longo do tempo *somente existem as instituições público-políticas e, no caso, o Estado* (cf.: Piketty, 2014). Daí a importância, para a meritocracia parda, de um modelo de política e de Estado substantivos, atuantes e vinculados sócio-culturalmente, que assumem como cerne de sua *práxis* a

integração sociocultural. Ora, para a esquerda teórico-política, como vimos dizendo, o enfrentamento da correlação de modernização conservadora e de meritocracia branca tem exatamente na meritocracia parda a classe sociocultural e o projeto político-institucional garantidores de sua hegemonia em relação ao *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte.

Mas, para isso, a esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista deve estar completamente vinculada à sociedade civil e totalmente comprometida com a construção conjunta da hegemonia política, normativa e cultural da meritocracia parda. Contrariamente ao *lulismo* que, por tornar-se fundamentalmente *pemedebismo* estratégico-instrumental, abandonou muito de seu trabalho de politização na sociedade civil e referentemente, em particular, à meritocracia parda, a esquerda pós-lulista e anti-pemedebista tem de centrar todos os seus esforços nesse trabalho político e politizante junto a esta classe sociocultural que, em nossa percepção, carrega o potencial político, normativo e cultural de servir como contraponto à meritocracia branca e seu projeto de modernização conservadora. Ora, conforme acreditamos, nenhuma hegemonia partidário-institucional da esquerda, se quiser enfrentar e vencer o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte, pode prescindir do apoio e da hegemonia política, cultural e normativa da meritocracia parda enquanto classe sociocultural. Em verdade, o sucesso partidário-institucional da esquerda teórico-política não é possível sem o apoio e a hegemonia dessa mesma meritocracia parda em termos de sociedade civil, o que demonstra a necessidade premente, para a esquerda, de aproximação direta com suas bases sociais e de seu trabalho inultrapassável de politização, de participação e de escuta dessa classe sociocultural flagelada permanentemente pelas contradições e pelas irracionalidades da modernização conservadora e deslegitimada de modo precípua pelo seu antípoda ferrenho, a meritocracia branca. Isso também significa e implica, em particular, que as contradições, as lutas e as tensões entre as classes socioculturais devam sempre ser mantidas acesas e pungentes pela esquerda

teórico-política como condição da democratização abrangente e radical da sociedade, e de uma democratização participativa, inclusiva e direta que vincula ferreamente institucionalização e espontaneidade, sociedade civil e instituições, sujeitos epistemológico-políticos não-institucionalizados e partidos políticos, a partir da hegemonia da meritocracia parda na sociedade civil – esta é a *conditio sine qua non* da esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista, se ela quiser ter condições de enfrentar a correlação de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte.

Aqui se delinea, conforme já comentamos de passagem acima, o tipo de *práxis* epistemológica, política e normativa, assim como o tipo de estratégia metodológico-programática, que a esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista deve assumir na sociedade civil e, em particular, para com a meritocracia parda, para com os movimentos sociais, as iniciativas cidadãos e as minorias político-culturais: trata-se de uma *práxis* política-politizante, normativa e cultural hegemônica que vai das bases socioculturais para o horizonte partidário-institucional, da hegemonia sociocultural para a hegemonia partidário-institucional, da sociedade civil para as instituições, das classes socioculturais emancipatórias para o âmbito partidário-institucional. Essa *práxis* político-normativa da sociedade civil para as instituições permite a superação do institucionalismo forte em um duplo sentido: primeiro, a esquerda teórico-política enquanto partido não está sobreposta e nem autonomizada em relação às suas bases sociais, senão que dependente da hegemonia destas como condição de sua hegemonia partidário-institucional; segundo, mesmo em se tratando da hegemonia partidário-institucional, o programa político da esquerda anti-pemedebista e pós-lulista é um programa definido pelas suas bases sociais e aplicado em termos partidário-institucionais, fundado exatamente em uma *práxis* político-normativa democrática que é inclusiva, participativa e direta. Nesse último caso, aliás, não seria possível distinguir-se entre a correlação da esquerda com suas bases e o tipo de programa partidário-institucional e de alianças que ela

assumiria com o *pemedebismo* uma vez hegemônica institucionalmente. Não haveria, em verdade, lugar e espaço para uma aliança apolítica e despolitizadora, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, porque a esquerda pós-lulista e anti-pemedebista aplica o programa definido e sustentado por suas bases socioculturais, pelas classes socioculturais que, uma vez hegemônicas, garantem a hegemonia partidário-institucional da esquerda teórico-política. Por outras palavras, a esquerda como partido não é independente das suas bases sociais, da hegemonia de suas classes socioculturais, sendo definida em sua atuação partidário-institucional por esta hegemonia, por estas bases sociais, por estas classes socioculturais. Esta, aliás, conforme pensamos, é a condição basilar para que a esquerda supere o institucionalismo forte, estratégico-instrumental, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente em termos de *pemedebismo*, legado a ela (à esquerda) pelo *lulismo*.

Também julgamos importante a intersecção e a cooperação entre os diferentes movimentos sociais, iniciativas cidadãs e minorias político-culturais como estratégia metodológico-programática e como *práxis* epistemológica, política e normativa da esquerda teórico-política. Com efeito, movimentos sociais, iniciativas cidadãs e minorias político-culturais são, em frequentes situações, muito particularizados e individualizados, bastante fracionados, não conseguindo, por causa disso, impactar de modo mais efeito o conservadorismo político-cultural e partidário-institucional solidificado de várias formas – pensemos, aqui, na meritocracia branca e no fundamentalismo religioso-cultural e em seus correlatos partidário-institucionais das bancadas parlamentares do boi, da bala e da Bíblia, a título de exemplo. Nesse sentido, nós defendemos que a esquerda teórico-política procure não apenas aproximar-se e encampar as lutas e as reivindicações políticas, normativas e culturais desses movimentos sociais, dessas iniciativas cidadãs e dessas minorias político-culturais, mas também aglutiná-las em um grupo sociocultural homogêneo, interligado e unido em termos de *práxis* político-normativa. De todo modo, são bandeiras por justiça social, democracia política,

inclusão cultural e reconhecimento jurídico-constitucional-institucional absolutamente interligadas e similares que, por isso mesmo, podem e devem andar de mãos dadas, serem parceiras de luta e de *práxis*, de luta como *práxis* político-normativa democrática, participativa, inclusiva e direta. Se, como vimos dizendo, um puro institucionalismo – e, em muitas situações, um puro institucionalismo forte – não é mais possível e nem viável para a esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista; se, ainda conforme pensamos, a profunda vinculação sociocultural da esquerda junto à sociedade civil, aos seus sujeitos epistemológico-políticos ou classes socioculturais emancipatórios, às suas lutas e suas reivindicações, é a única forma possível e factível para uma reconstrução e uma reafirmação dessa mesma esquerda (o que significa, mais uma vez, a hegemonia das classes socioculturais na sociedade civil como base para a hegemonia política, partidária e institucional da esquerda), então, como síntese e fecho de abóboda de tudo isso, a intersecção e a unificação da luta desses movimentos, iniciativas e minorias torna-se uma *práxis* epistemológico-política e uma estratégia metodológico-normativa fundamentais para a esquerda teórico-política, não apenas para sua hegemonia, é claro, mas principalmente para o sucesso daqueles movimentos, iniciativas e minorias, posto que o sentido da esquerda está e deve estar em trabalhar para eles e a favor deles, recusando a centralidade do partido, sua autorreferencialidade e sua auto-subsistência, recusando, por conseguinte, um modelo de partido político estratégico-institucional enquanto fim em si mesmo. O princípio e o fim da esquerda partidário-institucional é a democracia, a partir da luta e da afirmação das classes socioculturais marginalizadas e excluídas e por elas, e não o institucionalismo puro e simples enquanto fim em si mesmo.

Outro ponto epistemológico-político e metodológico-programático fundamental à esquerda pós-lulista e anti-pemedebista diz respeito à necessidade imperiosa de diferenciação entre partidos políticos *versus* Estado e instituições público-políticas, em especial quando falamos de corrupção. O tema da corrupção partidário-institucional, absolutamente em

voga hoje e dramatizado pela mídia de uma forma caricaturada, novelesca e bastante ridícula e apelativa, como que aponta para a percepção de que as instituições público-políticas de um modo geral e o Estado em particular são e fomentam a corrupção estrutural e totalizante, o que também aponta para o fato de que a política é uma arena e uma *práxis* corrupta e corruptora, em que os sujeitos epistemológico-políticos adentram e da qual eles se utilizam exatamente para enriquecimento e favorecimento pessoais. Essa interpretação simplista e dramática, aliás, é assumida em cheio pela meritocracia branca em sua cruzada anti-instituições, anti-Estado e anti-política, e a favor da meritocracia branca pura em sua associação ao livre-mercado. Não por acaso, aliás, a mídia central e a meritocracia branca andaram de mãos dadas nas jornadas de junho e na realização do *impeachment*, andando também de mãos dadas nesse momento em que o *pemedebismo* hegemônico é destruído-desmoralizado normativamente pelas investigações da Operação Lava-Jato, em particular pela *Lista Fachin*. Entretanto, esta interpretação simplista e generalista que percebe a corrupção como uma base estrutural das instituições público-políticas e do Estado e da política não é verdadeira em absoluto. A corrupção existe, com certeza, mas é causada pelos partidos políticos autorreferenciais e auto-subsistentes, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, em sua intersecção com o capital privado e com funcionários públicos corruptos, mas essa mesma corrupção não é o núcleo das instituições público-políticas, do Estado e da política, posto que estas são determinadas pelos grupos de poder hegemônico dentro delas e fora delas (posto que, mais uma vez, a correlação de institucionalismo e sociedade civil é fundamental para nossa análise). No mesmo sentido, continuando nossas reflexões, se a corrupção está na base de nossas instituições e de nossos partidos políticos, por que a meritocracia branca não retorna às ruas para combater o atual governo de coalizão? Simplesmente porque o combate à corrupção não era e não é seu mote principal, mas sim a derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista por meio da retomada da correlação de *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte e meritocracia branca, e a partir da hegemonia da

meritocracia branca em relação à meritocracia parda em termos de sociedade civil. Enfim, a esquerda teórico-política deve esforçar-se para desvincular partidos políticos, de um lado, e Estado, instituições público-políticas e *práxis* político-normativa, de outro, de modo a situar a corrupção em seu devido lugar e nos seus verdadeiros promotores e culpados dela – partidos políticos estratégico-instrumentais e capital privado, em estreita associação e dependência. Essa diferenciação entre eles e o esclarecimento em torno à corrupção são importantes porque, se essa interpretação generalista e simplista, sustentada pela meritocracia branca e dinamizada pela mídia de modo absurdamente dramático e novelesco e totalizante, for hegemônica e consolidar-se em nosso imaginário simbólico-normativo e em nossa cultura público-política, correremos o perigo consequente de consolidar-se uma mentalidade sociocultural e político-normativa conservadoras, anti-Estado, anti-instituições e anti-política que põe em xeque a democracia via participação social inclusiva e via esfera e sujeitos partidário-institucionais sensíveis, abertos e comprometidos com a democracia, o que levará diretamente à supremacia do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais. Em suma, aceitar que a corrupção seja um fenômeno totalizante e enraizado na própria medula das instituições público-políticas, do Estado e da política em geral, muito mais do que apenas nos partidos políticos, acaba por fortalecer o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte, na medida em que desmobiliza, despolitiza e deslegitima as lutas sociais, a participação sociocultural inclusiva e direta e os partidos políticos efetivamente comprometidos com a democracia política, com a justiça social, com a inclusão sociocultural e com o reconhecimento jurídico-constitucional-institucional das diferenças, que *somente são possíveis por meio da ênfase na política, nas instituições públicas e no Estado*. Nesse quesito, a meritocracia branca é tacanha exatamente por ludibriar-nos em termos de colocar a corrupção como a raiz fundante e determinante das instituições público-políticas, do Estado e da *práxis* política democrática,

como estando no próprio DNA destas, e não apenas nos partidos políticos estratégico-instrumentais. Isso precisa ser enfrentado com força, com consistência e com publicidade.

Além disso, a esquerda teórico-política deve lutar com base no Estado democrático de direito e na Constituição e em favor de sua realização efetiva, integral, universal. Ela não pode instrumentalizá-los e nem negá-los, senão que, como dissemos, lutar por sua realização integral e defendê-los contra a instrumentalização a que são submetidos por diferentes forças sociais, políticas e culturais. Há uma compreensão ainda bastante em voga, em certas posições da esquerda, de que o Estado democrático de direito e a Constituição são superestrutura calcada no domínio material-econômico de classes, o que implica tanto em que eles sejam resultado e instrumento do capital quanto formais no que se refere às classes trabalhadoras, aos grupos socioculturais marginalizados. Mas isso não é verdade em sentido estrito: o Estado democrático de direito e a Constituição representam, significam e carregam um profundo ideal de universalidade, de igualdade e de integração democráticas que apontam para arranjos material-econômicos, conjuntos de direitos individuais, sociais e políticos ampliados, instituições público-políticas atuantes e vinculadas sócio-culturalmente, cultura público-política democrática e formas de participação sociocultural e político-normativas que são o que de melhor nós temos e consolidamos em nossa história humana de um modo geral e em termos de democratização abrangente em particular. Só por essa razão – que, de todo modo, é razão mais do que suficiente –, lutar com base neles, por meio deles, a partir deles e por sua realização efetiva e universal deve ser o desafio e a prática corriqueiros da esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista. Inclusive, a instrumentalização, o escamoteamento e a negação do Estado democrático de direito e da Constituição são prática absolutamente normal, normalizada e freqüente das oligarquias, dos endinheirados, em termos de *crimes de colarinho branco*, o que, mais uma vez, prova que, quando a esquerda denigre e nega esse sentido democrático e emancipatório e universal do Estado democrático de direito e da Constituição, ela

está se aproximando diretamente da prática das oligarquias, dos endinheirados, dos criminosos e das criminosas de colarinho branco.

Por fim, a esquerda teórico-política deve ser utópica e trazer esperança com a política, com a vida política, com a participação política, assim como mostrar, por assim dizer, a *felicidade* da política, da vida política, da *práxis* político-normativa (cf.: Danner, 2012; Rancière, 2014), isto é, lutar contra o desespero, a inação e ao desânimo avassaladores que são armas fundamentais do conservadorismo contra todos os movimentos sociais, iniciativas cidadãs e minorias político-culturais que participam e que lutam na esfera público-política por justiça, igualdade, democracia política e inclusão, que lutam contra as injustiças e as degenerações socioculturais, político-econômicas e partidário-institucionais, no sentido de consolidar a política, a politização, a participação permanente, inclusiva e direta como a base de qualquer transformação sociocultural e político-institucional. A esquerda, com isso, deve enfatizar a *práxis* político-cultural como o caminho fecundo, produtivo e *possível* para a correlação partidário-institucional em particular e para a construção e transformação dos problemas socioculturais e político-econômicos de um modo mais geral. Primeiro de tudo, esse desespero, essa inação e esse desânimo em relação a uma situação partidário-institucional que, aparentemente, degingolou de vez em termos de corrupção estrutural, de assunção-consolidação de práticas totalmente estratégico-instrumentais e de autonomização, sobreposição, autorreferencialidade e auto-subsistência partidário-institucionais, não são verdadeiros, porque não estamos no fim do poço, ainda. E, de todo modo, mesmo que estivéssemos nessa situação, a opção é morrer afogado, de fome, abandonado nesse poço, ou tentar com unhas e dentes sair dele. Essa é a sina de todos os movimentos sociais, de todas as iniciativas cidadãs e de todas as minorias político-culturais, isto é, saber que, de antemão, sua situação é essa do fundo do poço, de marginalização institucional e sociocultural e de violência por parte das classes socioculturais hegemônicas, o que implica na necessidade de luta social, de *práxis* político-normativa que possa

tirar-nos dele, reavivando nossa consciência de nós mesmos, nossa confiança em nós mesmos, bem como nosso senso de politização e de cidadania (cf.: Rancière, 2014, p. 121; Habermas, 2003, p. 99; Honneth, 2003, p. 258, p. 269-271). Segundo, é nossa situação de marginalização e de violência, institucionalizadas em muitas situações, que devem nos levar a afirmar a *práxis* político-normativa e afirmarmo-nos sob a forma de *práxis* político-normativa, enquanto classe sociocultural madura, com consciência e ação de classe, que pode e deve contribuir com a democratização da sociedade de um modo geral e das instituições público-políticas em particular. Às vezes, uma mudança sociocultural mínima pode levar a grandes transformações no horizonte partidário-institucional e daqui novamente para a sociedade civil. Isso não pode ser esquecido e, ao contrário, deve ser assumido e afirmado pela esquerda teórico-política em sua profunda e orgânica imbricação com a sociedade civil, com seus movimentos sociais, com suas iniciativas cidadãs e com suas minorias político-culturais.

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. “Governabilidade, sistema político e corrupção no Brasil”, p. 43-62. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DANNER, Leno Francisco. “Contemporary political theory, institutionalism and spontaneity: a radical democracia from where and by whom?”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 72, p. 1107-1144, 2016a.

DANNER, Leno Francisco. “Systemic theory, strong institutionalism and representative politics: another way to a radical democratic politics”, *Dois Pontos (UFPR)*, v. 13, p. 123-142, 2016b.

DANNER, Leno Francisco. “A felicidade da política: ou sobre a importância de a política democrática se rejuvenescer”, *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 10, p. 937-958, 2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Data de acesso: 21/04/2017. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA.pdf>

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. “O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia”. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SALATA, André. *A classe média brasileira: posição social e identidade de classe*. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2016.

SALATA, André. “Quem é a classe média no Brasil? Um estudo sobre identidade de classe”, *Dados*, v. 58, p. 111-148, 2015.

SCANLON, Celi; SALATA, André. “Desigualdades, estratificação e justiça social”, *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, p. 179-188, 2016.

SINGER, André. *Sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PIKETTY, Thomas. *O capital do século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

O Poder Judiciário como Agente do Estado de Exceção? Algumas notas sobre a judicialização da política

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

1. Introdução

Gostaria de iniciar a minha participação dizendo que ela foi feita a partir de uma profunda influência de dois textos que recentemente traduzi – um de Alain Badiou – *A Humilhação Habitual*, e outro de Giorgio Agamben – *Mysterium Burocraticum* –, e que, para restar mais bem compreendida, seguem na forma de adendos a este texto.

Mas também gostaria de iniciar a minha participação com uma *boutade* que está na boca de 10 dentre 10 advogados: há juízes que se acham deus, outros que têm certeza, já outros são federais...

Como vocês percebem, trata-se de uma brincadeira, e nesse sentido deve ser entendida, mormente porque, a se leva-la a sério, incorreríamos nas duas falácias mais comuns do discurso político, especialmente em uso atualmente, a da generalização e a da rampa escorregadia, segundo as quais, firmada uma premissa a que se possa atribuir certo grau de veracidade, mormente porque fundadas ou na experiência ou em um exemplo, dela fazer derivar um *continuum* consequencialista que chega a uma conclusão absurda. E toda generalização, como regra geral, é somente isso: um absurdo.

Portanto, nesse trabalho não se intenta fulanizar o discurso – outra falácia bastante comum em época de “coxinhas e esquerdotapas”, chamada de argumento *ad hominem* –, mas discutir a partir de dois exemplos concretos como, em muitos casos, o Poder Judiciário brasileiro tem agido como um verdadeiro agente da exceção política em nosso regime jurídico, muitas vezes com uma adesão e apoio dos próprios trabalhadores do direito e da sociedade que geralmente esquecem que, como já o dizia o

personagem Conselheiro Acácio, do Primo Basílio de Eça de Queiroz, “... as consequências sempre vêm depois”.

Entretanto, essa *boutade* é importante por permitir introduzir a discussão do tema proposto – a judicialização da política e o Estado de Exceção – a partir da obra de um dos maiores, senão o maior teórico do Estado de Exceção: Carl Schmitt, que formulou, com muita precisão, o conceito de sujeito soberano: “Soberano é quem decide sobre o Estado de Exceção” (Schmitt, 2006).

Mas antes de qualquer coisa, façamos a necessária conceituação desses dois elementos de nossa exposição que, assim nos parece, deveriam estar em oposição, mas que na nossa atual conjuntura se encontram numa relação de complementariedade, quando não de pura e simples absorção, dando azo ao que muitos estudiosos têm denominado de juristocracia (a ditadura do judiciário), e que para ficarmos com a diáde de Bobbio, instaura não o governo das leis, mas dos homens (BOBBIO, 1986).

2. Significados da expressão judicialização da política

A expressão judicialização da política geralmente aparece no discurso político-jurídico a partir de, pelo menos, três conotações distintas:

A) A primeira, de caráter puramente descritivo, identifica o fato de que os órgãos do Poder Judiciário, em especial as Cortes Constitucionais, quando decidem sobre determinada matéria constitucional – v.g., a declaração de (in)constitucionalidade de uma norma, sobre a intervenção federal da União em um Estado da Federação, na concessão de uma medida judicial em uma ação constitucional como o mandado de segurança ou o mandado de injunção etc – estão, na verdade, tomando uma decisão de “natureza” política, seja porque está exercendo controle sobre uma atividade afeita a outros órgãos de soberania – o legislativo ou o executivo, segundo o caso -, seja porque a própria matéria objeto da decisão tem natureza política por dizer respeito, dentre outros temas, ao

exercício das funções públicas, às liberdades fundamentais, ao funcionamento de outros órgãos, à supremacia constitucional etc.

Nessa primeira conotação é preciso frisar dois conteúdos fundamentais do direito constitucional contemporâneo:

- i) a Constituição é, por definição, uma norma político-jurídica, na medida em que, ao estabelecer a organização do Estado, o funcionamento dos órgãos públicos, o asseguramento dos direitos e garantias fundamentais em favor do indivíduo e da sociedade, dentre outros temas, expressa e formaliza, geralmente com elevado grau de rigidez, as decisões políticas fundamentais de uma determinada sociedade. Em outros termos, a Constituição é a lei fundamental – posto ser o fundamento de legitimidade para o exercício do poder – e a lei superior – posto ser o fundamento de validade dos atos do Estado, seja de que natureza for – do Estado e da Sociedade;
- ii) portanto, toda decisão constitucional é, *eo ipso*, uma decisão política. Assim, aquela velha acusação de que o STF é um tribunal político não se constitui, conforme o sentido aqui dado, de fato em uma acusação, mas um oxímoro...

B) A segunda conotação atribuível à expressão judicialização da política é identificada a partir de uma valoração positiva, na medida em que considera válida e legítima a atuação do Poder Judiciário quando, no exercício de sua função judicante, “tira do papel” determinado direito ou garantia fundamental que, apesar de seu assento constitucional, não detinha concretização por falta, *e.g.*, de uma lei posterior que a regulamentasse, pela ausência de uma política pública a tornar concretizável o direito, ou porque, apesar de existirem ambos – lei e política pública -, o órgão do Estado competente, por ato comissivo ou omissivo, não permite o seu exercício.

Essa faceta da judicialização geralmente tem sido identificada pela expressão ativismo judicial, isto é, quando o Poder Judiciário, abandonando a sua tradicional postura passiva orientada pelo princípio do legislador negativo, segundo a qual ele poderia, quando muito ou declarar a nulidade da medida

legislativa ou administrativa que ilide a concreção do direito ou declarar a mora legislativa ou administrativa, passa a atuar para assegurar, por decisão judicial, o gozo de determinados direitos, apesar dos demais poderes. Dois exemplos bastam: i) o fornecimento de medicamentos que não estão arrolados na lista de remédios de fornecimento obrigatório pelo SUS, geralmente de alto custo; ii) o contingenciamento de verbas orçamentárias destinadas à publicidade oficial para aplicação, *e.g.*, em outras áreas, como o saneamento básico, a educação etc.

Nesse segundo caso, portanto, aqueles que apoiam o ativismo judicial sustentam que essa proatividade não somente é constitucionalmente possível, mas também necessária para a asseguarção de Direitos Fundamentais, mormente em face da maioria que detém o exercício do poder, e com isso busca cercear os direitos de minorias, ou em favor daquelas pessoas em situação de vulnerabilidade que, não fosse a atuação do Estado, se veriam abandonadas à própria sorte. É conhecida uma entrevista que o hoje Min. Luís Roberto Barroso do STF deu a uma revista de circulação nacional na qual ele afirmou que cabe ao Poder Judiciário assegurar às minorias os direitos que o Legislativo, por força das maiorias parlamentares, não pode ou não quer garantir, especialmente aqueles que envolvem temas relacionados a dissensos morais.

Em outros termos, se os Direitos Fundamentais são, por definição, contramajoritários, cabe ao Poder Judiciário fazê-los valer contra a vontade da maioria, expressão que, como sabemos, não é um conceito quantitativo, mas relacional, isto é, de proximidade/distanciamento dos centros de decisão política.

C) Finalmente, a terceira conotação, de cariz negativa, compreende o conceito de judicialização da política como um desvirtuamento do exercício da função jurisdicional, na medida em que, para tal corrente, não caberia ao Poder Judiciário “legislar” ou intervir na esfera de atuação “independente” de outro órgão, subtraindo-lhes, nesse sentido, suas competências constitucionais.

Essa concepção negativa, contudo, precisa ser mais bem delimitada a partir de duas correntes distintas:

i) A primeira, que poderíamos identificar com uma concepção tradicional de democracia, a intervenção do judiciário na esfera de outros órgãos, em especial o Poder Legislativo em sede de controle de constitucionalidade das leis, violaria os princípios da representatividade e majoritário. Da representatividade porque o Poder Judiciário é, como regra geral, composto por indivíduos que não foram eleitos – a rigor, o Poder Judiciário não é um órgão representativo, mas delegado, isto é, os seus componentes não passam pelo crivo do voto popular e assumem a função a partir de procedimentos de seleção para o exercício de competências atribuídas/delegadas pela Constituição -; da maioria, que é uma consequência do primeiro princípio, porque são os poderes Legislativo e Executivo, e não o Judiciário, que detêm mandato da maioria para legislar, constituindo-se a intervenção do Poder Judiciário nessa seara uma ofensa a esse postulado da democracia representativa.

Essa tese é facilmente afastada, especialmente em sede de constitucionalismo contemporâneo, a partir dos princípios da inviolabilidade dos Direitos Fundamentais e da proteção das minorias. Ser representante da maioria não pode significar, em nenhum momento, um cheque em branco para a violação dos Direitos Fundamentais das minorias; ademais, os Direitos Fundamentais são contramajoritários, isto é, devem valer contra as maiorias.

ii) A segunda, que busca esteio no princípio da separação dos poderes, entende que a atuação do Poder Judiciário nessa sede violaria esse princípio fundamental do Estado de Direito por caber àquele, tão somente, aplicar a lei aprovada pelo legislativo, único órgão soberano a quem competiria “legislar”, tanto em sentido positivo – criar a regra -, como em sentido negativo – derrogar a lei pré-existente.

Referida concepção, ainda em voga, em parte, no regime político-jurídico de matriz francesa, é afastada por pelo menos

duas razões: a) as Constituições do pós 2ª GGM não apostam mais na prevalência, quanto mais na supremacia do Poder Legislativo; e b) não existe um modelo estanque de separação dos poderes, mas vários, que ora apostam na pura e simples separação entre as funções de soberania, ora na divisão de poderes que se orienta pelo sistema de freio de contrapesos, isto é, um controle recíproco entre os poderes do Estado (GUAISTINI, 2001).

1.2 O significado da expressão “Estado de Exceção”

O segundo elemento de nossa conversa atine ao conceito de Estado de Exceção.

Para compreendê-lo é preciso atentarmos para o fato de que as constituições existem para regular o funcionamento do Estado tanto em períodos de normalidade política como em períodos de excepcionalidade, vale dizer, em momentos de grave conturbação interna provocada por calamidades ou por graves conflitos sociais (e.g., desastres naturais, rebeliões ou guerra civil) ou de conflitos internacionais, isto é, a guerra. Para tanto, em tais períodos excepcionais a própria Constituição estabelece dois institutos de extrema gravidade político-jurídica – o Estado de Defesa e o Estado de Sítio – em que, para fazer frente a tais eventos, determinadas normas constitucionais são suspensas, permitindo-se, com isso, que o Estado possa enfrentar tais conturbações e assegurar, conforme o caso, ou a sua unidade interna ou a sua defesa externa.

Ocorre, no entanto, que o Estado de Exceção, como o tem sido continuamente afirmado por Agamben (AGAMBEN, 2004; AGAMBEN, 2015) deixou de ser um dispositivo de previsão necessária, mas de *ultima ratio*, para se converter num meio ordinário, senão mesmo indispensável ao funcionamento das atuais democracias representativas. Em outros termos, o que deveria ser, como seu próprio nome indica, excepcional, isto é, que somente deveria ser acionado em momentos de *magna trepidatio*, se converteu em um dispositivo biopolítico de gestão comum, ordinário, da vida social, ensejando a conformação de âmbitos de máxima proteção jurídica e outros da mais pura

anomia, em que a vida humana pode ser eliminada impunemente (AGAMBEN, 2004-II).

Portanto há que se tentar compreender esse elemento político que mantém com o ordenamento jurídico essa paradoxal relação de “dentro-fora”. Fora porque, como visto, a tentativa das Constituições em juridicizar esse elemento político *par excellence* é, quando muito, destituída de qualquer eficácia, quando não é solenemente desrespeitada, já que é a exterioridade da *exceptio* que permite a própria Constituição dos ordenamentos jurídicos; dentro porque, por ser o elemento constitutivo que permite a dação da constituição (MÜLLER, 2004), ele é incluído no sistema jurídico na forma de sua exterioridade, cabendo ao soberano aciona-lo quando as condições políticas se lhe mostrarem necessárias.

Contudo, o que qualifica o Estado de Exceção? Conforme Agamben e Schmitt, não é tanto o “o que” nem o “quando” se suspende a vigência das normas jurídicas sob o argumento do *tumultus* e da *magna trepidatio*, mas “quem” detém o poder de decidir sobre a *exceptio*. Trata-se, portanto, de uma teoria da decisão política que objetiva, conforme apontado em linhas acima, identificar o “soberano”. Repitamos: “soberano é quem decide sobre o Estado de Exceção” (SCHMITT, 2006).

Para compreender essa afirmação schmittiana é preciso, no entanto, considerar que ele é um dos mais destacados autores da teologia política, um conceito tão ambíguo como essencial da teoria política moderna, e que, conforme a sua própria afirmação, pode ser resumida da seguinte forma: “Todos os conceitos decisivos da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados” (SCHMITT, 2006).

Assim, quando discorrermos, segundo essa teoria, sobre soberania, divisão dos poderes, normas gerais e abstratas, Estado de Exceção etc, o que estamos, de fato discutindo, são conceitos teológicos que foram secularizados, isto é, transpostos da esfera discursiva da teologia para a política e a ciência jurídica que, nada obstante ganharem nova ressignificação, conservam, em sua raiz, os mesmos significados que os teólogos cristãos atribuem para explicitar, v.g., a essência de Deus, as leis que regem a natureza e

a vida humana, o plano salvífico, a consumação da história [*parousia*], o milagre etc. E nisso ganha inteligibilidade a asseveração schmittiana segundo a qual, se soberano é quem decide sobre o Estado de Exceção, isto é, se somente “[.] Deus é soberano, aquele que, na realidade terrena, age de modo incontestável como seu representante, imperador, o soberano ou o povo, isto é, aquele que pode identificar-se, indubitavelmente, com o povo também é soberano [...] O Estado de Exceção tem um significado análogo para a jurisprudência, como o milagre para a teologia” (SCHMITT, 2006).

Interessante essa afirmação: se o milagre constituiu-se, teologicamente, na suspensão das leis gerais criadas por Deus para reger a vida e a natureza para dar uma resposta a uma necessidade concreta do fiel, o Estado de Exceção, por ser seu símile político, tem o mesmo efeito, isto é, suspende a vigência da norma geral para, em seu lugar, estabelecer uma nova regra, sem que a norma geral seja, de fato, revogada, mas somente suspensa.

2. O Poder Judiciário como agente do Estado de Exceção

O tema de minha exposição versa, conforme proposto, discutir a relação entre a judicialização da política e o Estado de Exceção, tendo como linha de seguimento o problema de se identificar se, em muitos casos, o próprio Poder Judiciário, no exercício de seu mister de dizer o direito [jurisdição é o nome da função, e que provém, em seu étimo, do latim *juris dicere*. *Juris dicere*, e não *juris facere*], está, entretanto, agindo ora como legislador, e com isso suspendendo a vigência de normas já aprovadas pelo Congresso Nacional, ora como um predicador de regras morais, desconsiderando que direito e moral são instâncias normativas autônomas *vis-à-vis*, e ao invés de dizer o direito, está, de fato, fazendo política.

Para traçarmos uma linha demarcatória fundamental, é preciso, desde já, afastarmos a conotação negativa que se atribui à expressão judicialização da política. Com efeito, uma das funções mais proeminentes a que se atribui ao Poder Judiciário no constitucionalismo contemporâneo é a, de um lado, ser o

guardião da Constituição, e d'outro ser o garantidor da eficácia dos direitos e garantias fundamentais.

Contudo, também é inconcebível que o Poder Judiciário, sob o pretexto de proteger a Constituição e/ou garantir a concretização de direitos, se autoatribua uma proeminência sobre os demais poderes e passe, sem qualquer critério normativo, que não seja o voluntarismo judicial, a fazer o direito, geralmente travestido de argumentos hermenêuticos e morais.

Explico-me melhor: é certo que, conforme a hermenêutica jurídica contemporânea, não existe identidade entre texto legal e norma (ÁVILA, 2003). A norma, isto é, o comando normativo dotado de autoridade reguladora a que se deve cumprir, é um produto do ato racional de interpretação que somente ganha significado no caso concreto. Isso significa que interpretar é, ao mesmo tempo, aplicar a norma ao caso concreto. Disso segue, dentre outras consequências, que existem textos legais destituídos de conteúdo normativo, um único texto normativo do qual decorrem várias normas, ou uma norma que deriva do conjunto de vários textos normativos (ÁVILA 2003). Entretanto, mesmo nesse contexto profundamente influenciado pela *linguistic turn*, as palavras que são usadas para formalizar o comando normativo ainda têm significados que não podem ser desconsiderados pelo interprete sob qualquer argumento.

Não se pode, e.g, numa relação de venda-e-compra numa feira, pedir um mamão e o vendedor me entregar um cupuaçu, na medida em que tais palavras, mamão e cupuaçu, apesar de poderem ter outros significados em contextos diferentes, nesse caso específico identificam realidades já dadas pelo uso. Da mesma forma, a pessoa sabendo que meu nome é Marcus não pode, sob o argumento de que as palavras e os nomes não importam, chamar-me de Frederico e querer que eu atenda à sua convocação.

O mesmo vale, portanto, para as palavras que formalizam os textos legais: a expressão “direitos humanos”, em sua conotação jurídica, identifica um conjunto de Direitos Fundamentais da pessoa humana, de qualquer pessoa – princípio da universalidade -, e que não podem ser afastados por

argumentos pífios e/ou imorais como “direitos humanos para humanos direitos”, ou os “direitos dos manos”, posto que têm por função primordial estabelecer limites intransponíveis ao poder estatal no que concerne à asseguaração de direitos e garantias fundamentais que são pressupostos de sua atuação legítima.

O princípio da igualdade formal, segundo o qual todos são iguais perante a lei vale, impedindo o poder público de criar distinções e discriminações desarrazoadas entre os destinatários da norma (BANDEIRA DE MELLO, 1978), nada obstante há quem o queira interpretar ao modo de Orwell: “todos os animais são iguais, mas existem alguns animais que são mais iguais do que os outros”.

O princípio geral da liberdade, segundo o qual o que não for proibido ou determinado por uma norma é de livre escolha do indivíduo vale como critério normativo de contensão do poder estatal nada obstante há quem queira cerceá-lo a partir de critérios puramente utilitários, morais, portanto arbitrários.

Com isso eu não quero afirmar, em hipótese nenhuma, que o direito seja o único critério relevante para a organização da vida em sociedade – para isso temos a política -, ou para a conduta individual – para isso existe a moral -, mas que o direito, guardadas as devidas proporções e a sua autonomia frente aos demais campos normativos, deve ser respeitado, mormente em sociedade altamente complexas e plurais como as atuais. Em outros termos, para utilizarmos uma expressão de Dworkin, há que se levar o direito a sério. E isso vale tanto para o destinatário da norma, como para a autoridade pública a quem compete aplica-la.

Assim, quando o Poder Judiciário atua em manifesto contrapelo às normas e princípios fundamentais que compõem o ordenamento jurídico, seja qual for o argumento utilizado, ele não está a exercer um *juris dicere*, mas pura e simplesmente a soberania, isto é, um *jus facere* próprio do Estado de Exceção. Está, em outros termos, atribuindo-se a função de soberano, que para realizar um princípio de justiça qualquer na facticidade histórica,

suspende a vigência das normas que ele deveria aplicar e cria, *ex nibilo*, uma nova regra.

Citarei dois exemplos recentes que dão dimensão desse problema:

A) No HC 126.292, versando sobre a exigência constitucional do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O STF, e num habeas corpus (!!!!), apesar do texto constitucional, artigo 5º LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória -, julgou legítima a execução provisória da pena após o julgamento em segundo grau. Pela regra, expressamente prevista nos principais instrumentos de Direitos Humanos, a prisão antes do trânsito em julgado é uma exceção, e não regra. Somente o trânsito em julgado da sentença penal condenatória legitimaria, de fato, a execução da sentença por se ter suplantado, no caso concreto, a presunção de inocência.

B) ACOs 1773/1946/2511, pelo quais o Ministro Luiz Fux, em medida liminar (!!!!), concedeu, sob o argumento de equiparação de benefícios, o auxílio moradia para os juízes de todo o Brasil. Esta medida é vituperaria a expressa previsão constitucional que exige lei em sentido formal, previsão na lei orçamentária, a regra do subsídio e a então Súmula 339, convertida na Súmula Vinculante 37, que preceitua: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”. Resultado? Custo atual das liminares de 2014: 1,5 bi, valor que não contabiliza os pagamentos retroativos.

Em conclusão, portanto, penso que a única forma de se conter essa propensão à extrapolação da função jurisdicional em nosso atual regime não passa, obviamente, pela defesa da derrogação da judicialização da política – que é um traço essencial do constitucionalismo contemporâneo -, nem uma destituição da necessária legitimidade que o Poder Judiciário deve gozar em nossa sociedade. Isto está fora de questão.

Contudo, isso não nos pode impedir de, em casos tais, criticar essa excessiva laxidão política do Poder Judiciário e defender que os juízes tenham, quando menos, uma autocontenção em respeitar as leis, e, em grau mais elevado, uma genuína responsabilidade republicana e constitucional, pois, do contrário, nenhuma de nossas lutas civilizacionais serão, de fato, estáveis, pois sempre será possível que um juiz, por mais bem intencionado que seja, ponha tudo a perder, mormente por não se impor um autolimites que se funda sobre a distinção entre o dizer o direito e o fazer o direito. Juízes não fazem o direito, aplicam-no, e como nos diz o velho ditado popular, de boas intenções o cominho do inferno está pavimentado...

3. À guisa de conclusão

Uma última palavra sobre a legitimação excessiva que a judicialização tem ganhado quer dos trabalhadores do direito quer da sociedade como um todo sob o argumento de que referida medida é necessária à concretização dos anseios sociais.

De um lado, é preciso perceber que nem “todos” os anseios sociais podem ser conquistados pelo direito, ou em muitos casos, apesar do direito. É para isso que serve a política. Deixar, portanto, de apostar na política desjudicializada é a única forma – talvez não a mais eficiente e célere – de se promover o debate acerca dos avanços civilizacionais que queremos e ainda precisamos palmilhar.

Doutro polo, a aposta que a sociedade brasileira tem feito no Poder Judiciário, mormente os movimentos sociais, é a comprovação de que nada aprendemos – se é que de fato devamos aprender algo – com a histórica, na medida em que, para voltarmos à distinção bobbiana, se tem optado pelo governo dos homens – não mais os filósofos, os reis sábios e fidentes ou na racionalidade do legislador, mas de juízes -, e não das leis.

Sugiro, nesse sentido, que todos leiam o imprescindível livro de Ingo Müller, intitulado em sua tradução espanhola feita por Carlos Armando Figueredo como “Los Juristas del Horror. La “Justicia” de Hitler: El Pasado que Alemania No Puede Dejar

Atrás”. No original alemão o título é muito mais direto e significativo. Com efeito, “*Furchtbare Juristen*” significa “Juristas Horríveis”, expressão utilizada por Rolf Hochhuth para identificar ao então Ministro Presidente de Baden-Württemberg, e que exercera a função de juiz militar no curso da 1ª GGM e logo após o seu fim, cujas decisões foram caracterizadas por serem excessivamente politizadas e draconianas. Juristas Horríveis, portanto, identificarão todos os trabalhadores do direito, em especial os juízes, que no entreguerras, no curso da 2ª GGM e do regime nazista e, logo após, exerceram a sua função judicante para legitimar, por exemplo, a discriminação contra judeus, a aplicação de penas draconianas aos dissidentes políticos, a legitimação, desde o direito, dos princípios do regime nazista, a adesão a chavões morais e raciais etc (MÜLLER, 2006). E isso, meus caros, é o efeito de uma politização da justiça levada à última medida: sermos governados por Juristas Horríveis.

Assim, para voltar ao tópico acaciano dito logo no início, as consequências veem sempre depois, ou como já o dizia Paulo Leminsk em seu poema Bem no Fundo:

*No fundo, no fundo,
bem lá no fundo,
a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto*

*a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela — silêncio perpétuo*

*extinto por lei todo o remorso,
maldito seja quem olhar pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais*

*mas problemas não se resolvem,
problemas têm família grande,
e aos domingos
saem todos a passear
o problema, sua senhora
e outros pequenos probleminhas.*

Ora, se a política, como já dizia Arendt, é a mais pura expressão do viver junto – *inter homines esse* – (ARENDR, 1989), a excessiva judicialização da política, isto é, da própria vida, se constitui num retorno a casa, na qual reina o déspota sobre todos os viventes. E nela não há liberdade nem vontade, mas decreto

(em nosso caso, sentença). E os problemas, meus caros, não se resolvem por decretos/sentenças, mas pela busca comum, ordinária e autônoma do viver bem. Que não desistamos, pois, da luta democrática pelo viver bem, nem apostemos na judicialização da política como forma de resolvermos os problemas que nos concernem enquanto cidadãos de uma sociedade excessivamente desigual e autoritária.

4. Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**, trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**, 2 ed., trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004-II.

_____. **Lo que queda de Auschwitz: el archivo y el testigo. Homo Sacer III**, 2 ed., trad. Antonio Gimeno Cuspinera, Valencia: Pre-textos, 2005.

_____. **What is a Paradigm?** A lecture by Giorgio Agamben, August 2002. Disponível em <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-what-is-a-paradigm-2002.html>, acessado em 25 de fevereiro de 2007, às 12:00:00.

_____. **Stasis**, trd. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira, in DE OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier, DANNER, Leno Francisco. **Filosofia do Direito e Contemporaneidade**, Porto Alegre: FI, 2015, pp. 17-34.

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**, trd. Roberto Raposo, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. **A condição humana**, trad. Roberto Raposo, 10 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**, trd. José R. Siqueira, São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ÁVILA, Humerto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos, São Paulo: Malheiros, 2003.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**, São Paulo: Malheiros, 1978.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, trd. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo, trd. Marco Aurélio Nogueira, 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, s/ed., Coimbra: Almedina, 1997.

CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. **O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na nova Constituição do Brasil**, Rio de Janeiro: Forense, 1989.

DE OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de Oliveira. **Guerra ao terror**: da biopolítica à bioguerra, Porto Alegre: Fi, 2014.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal, 2 ed., trd. Juarez Tavares *et all.*, São Paulo: RT, 2006.

_____. **La esfera del indecible y la división de poderes**, trad. Miguel Carbonell, *in* Estudios Constitucionales, año 6, n. 1, Centro de Estudios Constitucionales de Chile, 2008, pp. 337-343.

GUASTINI, Riccardo. **Estudios de teoría constitucional**, trd. Miguel Carbonell *et all.*, Ciudad de México: UNAM, 2001.

HESSE, Konrad. **Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha**, trd. Luís Afonso Heck, Porto Alegre: SAFE, 1998.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**, trd. Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2015.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do estado e da constituição**, Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MÜLLER, Friedrich. **Fragmentos (sobre) o poder constituinte do povo**, trd. Peter Neumann, São Paulo: RT, 2004.

MÜLLER, Ingo. **Los Juristas del Horror**. La “Justicia” de Hitler: El Pasado que Alemania No Puede Dejar Atrás, trd. Carlos Armando Figueredo, Caracas: Actum, 2006.

_____. **Quem é o Povo? A Questão Fundamental da Democracia**, trd Peter Neumann, São Paulo: Max Limonad, 1998.

ROSENFELD, Michel. **A identidade do sujeito constitucional e o estado democrático de direito**, Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, jan/jun 2004.

_____. **A identidade do sujeito constitucional**, trd. Menelick de Carvalho Netto, Belo Horizonte: Melhoramentos, 2003.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**, trad. Elisete Antoniuk, Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TEIXEIRA, H. H. Meirelles. **Curso de direito constitucional**, São Paulo: Forense Universitária, 1991.

Anexo I

A Humilhação Habitual¹

Alain Badiou

“Controlados permanentemente pela polícia”. De todos os preconceitos relatados pelos jovens sublevados do povo desse país, esta onipresença do controle e das detenções em suas vidas cotidianas, esta perseguição sem trégua é a mais constante, a mais compartilhada. Acaso nos damos conta do que significa este preconceito? Das doses de humilhação e de violência que representa?

Tenho um filho adotivo de dezesseis anos que é negro. Digamos que se chame Gérard. Não se o pode relacionar com as “explicações” sociológicas e miserabilistas mais comuns. Sua história transcorre em Paris, calma e despreziosamente. Entre o dia 31.03.04, momento em que Gérard não tinha ainda quinze anos, e hoje, não posso contar a quantidade de revistas pelas quais passou na rua. Inumeráveis, não cabe outra palavra.

As detenções provisórias: seis em dezoito meses! Considero como tais o fato de que seja conduzido à delegacia algemado, que seja insultado e deva permanecer preso a um banco durante horas, por vezes um ou dois dias sob vigilância. Por motivo algum.

O pior de uma persecução reside, no mais das vezes, nos detalhes. Dou conta, assim, um tanto minuciosamente, da última detenção.

Gérard, em companhia de seu amigo Kemal (nascido na França e, por tanto, francês, de origem turca), se encontra próximo das 16:30 horas diante de um liceu privado, freqüentado por meninas. Embora se empenhe o máximo em galantear, Kemal negocia com um aluno de outro liceu a compra de uma bicicleta. A 20€, não passa de um negócio! Suspeito, por certo. Notemos, no entanto, que Kemal tem alguns euros, não muitos.

¹ Artigo originalmente publicado no *Le Monde*, 15.11.05.

Isto ocorre porque trabalha como ajudante de cozinheiro em uma *crêperie*.

Três “garotos” vêm a seu encontro. Um deles anuncia, desconcertado: “Esta bicicleta é minha; um adulto me pediu emprestada há uma hora e meia e não me a devolveu”. Ai! O vendedor era, ao que parece, alguém que a havia pedido emprestada.

Ocorre uma discussão. Gérard entende que a única solução consiste em devolver a bicicleta. Um bem que não tinha sido corretamente adquirido não gera proveito. Kemal se decidiu a fazê-lo. Os “garotos” se vão com o bem.

Neste momento estaciona junto à calçada, chiando seus freios ostensivamente, uma viatura de polícia. Dois de seus ocupantes se lançam sobre Gérard e Kemal, os comprimem contra o chão, lhes colocam as algemas com as mãos às costas e logo os afastam contra a parede. Insultos e ameaças: “Bichonas! Estúpidos! Nossos dois heróis perguntam o que foi que fizeram. “Vocês sabem muito bem! Vamos, agora virem-se para cá!”. São colocados na rua, sempre algemados, de cara para os pedestres: “Que todo mundo veja bem quem são vocês e o que fazem!”.

Retorno ao pelourinho medieval (meia hora de exposição), mas com a novidade de acontecer antes mesmo de qualquer juízo ou de qualquer acusação.

Chega a viatura destinada a trasladá-los. “Vão ver o que lhes acontecerá quando estiverem sozinhos”. “Vocês gostam de cachorros?”. “Na delegacia não haverá ninguém para ajuda-los”.

Os “garotos” dizem: “Não fizeram nada. Nos devolveram a bicicleta”. Pouco importa, levam a todos, Gérard, Kemal, os três “garotos” e a bicicleta. Na agitação, os bons garotos brancos foram postos em liberdade. O Negro e o Turco é outro assunto.

Este é, nos dirão, “o pior” momento. Presos e expostos em um banco, receberão chutes nos tornozelos cada vez que um policial passar por eles, insultos, especialmente dirigido a Gérard: “Porco”, “Imundo”... Sobem-nos e os descem durante uma hora e meia, sem que eles saibam do que são acusados nem porque se converteram assim em animais de caça.

Finalmente informam-nos que estão detidos e incomunicáveis por uma agressão cometida há quinze dias. Se sentem verdadeiramente enojados, sem saber do que se trata. Daí se procede a firme disposição de pô-los sob vigilância, a revista, a cela. São 22:00 horas. Em casa, espero a meu filho. O telefone toca duas horas e meia mais tarde. “Seu filho está detido por ter participado de prováveis incidentes de violência em grupo”. Encanta-me essa “probabilidade”.

Num dado momento, um policial menos conivente disse a Gérard: “Você não me parece que esteja envolvido em nenhum destes fatos, o que faz aqui ainda?” Mistério, com efeito.

Tratando-se do Negro, meu filho, digamos que não foi reconhecido por nenhuma das testemunhas. “Quanto a ele, acabou” – disse uma policial, um pouco incomodada. “Te pedimos desculpa”.

De onde vinha toda esta história? De uma denúncia, como de costume. Um zelador do liceu de meninas o havia reconhecido como um dos partícipes das famosas violências que ocorreram quinze dias atrás.

Não era de modo algum ele? Um Negro ou outro, você compreende...

A propósito dos liceus, dos zeladores e das delações, indico de passagem que quando Gérard foi detido pela terceira vez, de uma maneira tão arbitrária e brutal como as cinco outras, foi requerido a seu liceu que fornecesse a foto e a ficha escolar de todos os alunos negros. Leram bem: os alunos negros. E como a ficha em questão estava sob a mesa do inspetor, me toca crer que o liceu, convertido em “sucursal” da polícia, operou a esta interessante “seleção”.

Nos chamam muito depois das 22:00 horas para que fossemos buscar a nosso filho; não fez nada em absoluto; pedem desculpas. Desculpas? Quem pode conformar-se com elas? No mais, quanto aqueles que procedem dos subúrbios, creio que não têm sequer o direito a estas desculpas.

Quem pode crer que a marca de infâmia que se pretende inscrever assim na vida cotidiana dessas crianças não tenha efeitos e que estes efeitos não sejam devastadores? E se eles buscarem

provar que depois de tudo, já que são controlados sem motivo algum, poderia ocorrer que um dia mostrem “em grupo” que se os pode controlar por algo, quem estaria autorizado a lhes reprovar por isso?

Cada um tem os motins de que é merecedor. Um estado que tem por propósito em relação à ordem pública algo que seja somente o aparelhamento da proteção da riqueza privada e dos cães lançados sobre as infâncias obreiras ou às de procedência estrangeiras, é pura e simplesmente desprezível.

Tradutor: Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Porto Velho/RO, Julho de 2016

Anexo II

Mysterium Burocraticum¹

Giorgio Agamben

Em nenhum outro lugar como nas imagens do processo de Eichmann em Jerusalém é possível vislumbrar a íntima, inconfessável correspondência que une o mistério da culpa e o mistério da pena. Por uma parte, preso dentro de sua jaula de cristal, o acusado, que parece recuperar o alento e sentir-se em casa somente quando pode enumerar minuciosamente as siglas dos escritórios que ocupou e corrigir as imprecisões da acusação no que se refere a abreviaturas e acrônimos; por outra parte, o procurador, em pé de frente a ele, que com obstinação o ameaça brandindo uma pilha inesgotável de documentos, cada qual evocado em seu monograma burocrático.

Há aqui, na verdade – além do marco grotesco que enquadra o diálogo da tragédia da qual eles são protagonistas –, um arcano: o Escritório IV-B4 que Eichmann ocupava em Berlim, e [o] Beth Hamishpat, a Casa da Justiça de Jerusalém, onde se celebra o julgamento, correspondem-se em todos os pontos; são, de algum modo, o mesmo lugar, assim como Hauser, o procurador que o acusa, é o exato duplo de Eichmann do outro lado do mistério que os une. E ambos parecem sabê-lo. E se o processo é, como se tem dito, um “mistério”, este é, precisamente, um mistério implacável, que mantém unidas, numa fina rede de gestos, atos e palavras, a culpa e a pena.

No entanto, o que está em julgamento aqui não é, como nos mistérios pagãos, um mistério da salvação, ainda que esta seja precária; nem sequer – como na missa, que Honório de Autun define como um “processo que se desenvolve entre Deus e seu povo” – um mistério da expiação. O *mysterion* que se celebra na Casa da Justiça não conhece a salvação nem a expiação porque, independentemente de seu resultado, o processo é em si mesmo a

¹ Corresponde ao capítulo 2 do livro AGAMBEN, Giorgio. *Le feu et le récit*, trd. Martin Rueff, Paris: Éditions Payot & Rivages, 2015, pp. 19-26.

pena que a condenação não faz senão prolongar e confirmar, e que a absolvição não pode de nenhuma forma modificar, porque é somente o reconhecimento de um *non liquet*, de uma insuficiência do juízo. Eichmann, seu infável defensor Servatius, o obscuro Hausner, os juízes, cada um envolto em sua tétrica vestimenta, são somente os oficiantes suspeitos do único mistério ainda acessível ao homem moderno: não tanto um mistério do mal, em sua banalidade ou profundidade (no mal não acontece nunca o mistério, mas somente a aparência do mistério), como da culpa e da pena ou, melhor dito, daquele nexu indecidível que chamamos Julgamento.

Que Eichmann era um homem comum parece já ser um fato aceito. Não surpreende, portanto, que o funcionário da polícia, que a acusação procura sob todas as formas possíveis apresentar como um assassino desapiadado fosse um pai exemplar e um cidadão geralmente bem-intencionado. O fato é que precisamente a mente do homem comum constitui hoje para a ética um inexplicável quebra-cabeça. Quando Dostoievski e Nietzsche se deram conta de que Deus estava morto, creram que a consequência que deveriam extrair era que o homem se tornaria um monstro e um sujeito de opróbrio, que nada nem ninguém o poderia impedir de cometer os mais terríveis crimes. A profecia se revelou sem fundamento e, ao mesmo tempo, de alguma forma, exata. De vez em quando há, é certo, rapazes aparentemente bons que, numa escola do Colorado, tiram as vidas de seus colegas do ensino médio com armas e, nas pequenas periferias das cidades, pequenos delinquentes e grandes assassinos. Mas todos eles são, como sempre foi e, quem saiba hoje numa medida ainda maior, a exceção e não a regra. O homem comum sobreviveu a Deus sem muitas dificuldades e, mais ainda, é hoje inesperadamente respeitador da lei e das convenções sociais, instintivamente inclinado a respeitá-las e, ao menos com relação aos demais, está disposto a invocar as sanções. É como se a profecia segundo a qual “se Deus morreu, então tudo é possível” não lhe dissesse respeito de forma alguma: continua vivendo plausivelmente sem as comodidades da religião, e suporta com resignação uma vida que perdeu seu sentido

metafísico e sobre a qual não parece, depois de tudo, ter nenhuma ilusão.

Existe, nesse sentido, um heroísmo do homem comum. Uma espécie de prática mística cotidiana através da qual, assim como o místico no momento de entrar na “noite escura”, torna opaco e depõe uma depois da outra todas as potências dos sentidos (noite do ouvido, da vista, do tato...) e da alma (noite da memória, da inteligência e da vontade), o cidadão moderno se desfaz, junto àquelas e quase distraidamente, de todos os caracteres e atributos de definiam e tornavam visíveis a existência humana. E para isso não necessita do *pathos* que caracterizava as duas figuras do humano depois da morte de Deus: o homem do subsolo de Dostoievski e o além-homem [*Übermensch*] de Nietzsche. Deixando de lado a estes dois problemas, viver *est si Deus non daretur* é, para ele, a conjuntura mais evidente, ainda que não lhe tenha sido dado escolhe-la. A *routine* da existência metropolitana, com sua infinidade de dispositivos dessubjetivantes e seus êxtases baratos e inconscientes, lhe é, nesse caso, completamente suficiente.

A este ser aproximativo, a este herói sem a mínima tarefa atribuível, lhe foi atribuída a prova mais árdua, o *mysterium burocraticum* da culpa e da pena. Foi pensado para ele, e somente nele se encontra seu cumprimento cerimonial. Como Eichmann, o homem comum conhece no processo seu feroz momento de glória, o único, em todo caso, no qual a opacidade de sua existência adquire um significado que parece transcendê-lo. Mas, exatamente como a religião capitalista segundo Benjamin, se trata de um mistério sem salvação nem redenção, no qual a culpa e a pena foram completamente incorporadas à existência humana; existência, no entanto, à qual não lhe pode imaginar um além, nem lhe conferir nenhum sentido compreensível. Trata-se de um mistério, com seus gestos impenetráveis, seus acontecimentos e suas fórmulas arcanas: mas que há aderido de tal forma na existência humana que agora coincide perfeitamente com ela, e não deixa escapar nenhum brilho vindo de outra parte, nem nenhuma justiça possível.

A consciência – ou, melhor, o pressentimento – desta atroz imanência foi o que fez com que Franz Stangel, o comandante do campo de extermínio de Treblinka, pudesse declarar-se inocente até o final e, apesar disso, admitir que sua culpa – havia, então, uma culpa – era simplesmente a de ter estado nesse lugar: “Minha consciência está tranquila pelo que fiz... mas estive aí”.

O vínculo que une a culpa e a pena se chama, em latim, *nexus*. *Nectere* significa “vincular”, e *nexus* é o nó, o *vinculum* com o qual se une aquele que pronuncia a fórmula ritual. As doze tábuas expressam esse “nexo” ao estabelecer que *cum nexum faciet mancipiumque, uti lingua nuncupassit, ita ius esto*, “quando [alguém] se vincula e toma na mão a coisa, como a língua o disse, assim seja o direito”. Pronunciar a fórmula equivale a realizar o direito, e aquele que disse dessa fórmula o *jus*, obriga-se, isto é, vincula-se para com aquele a quem a disse, e terá que responder (isto é, será culpável) de sua falta. *Nuncupare* significa literalmente “tomar o nome”, *nonem capere*, do mesmo modo que *mancipium* se refere ao ato de tomar na mão (*manu capere*) a coisa por vender ou comprar. Quem tomou sobre si o nome e tenha pronunciado a palavra estabelecida, não pode desmenti-la ou desdizer-se: vinculou-se a sua palavra e deverá mantê-la.

Isso significa, portanto, que aquele que une a culpa à pena não é outra coisa senão a linguagem. Ter pronunciado a fórmula ritual é irrevogável, do mesmo modo que para o vivente que um dia, não se sabe como nem porque, começou a falar, [e] ter falado, ter ingressado na língua, é irrecusável. O mistério da culpa e da pena é, portanto, o mistério da linguagem. A pena que o homem paga, o processo que desde quarenta mil anos – isto é, desde que começou a falar – está sempre em curso contra ele, não é outra coisa que a própria palavra. “Tomar o nome”, nomear-se a si mesmo e nomear as coisas, significa poder conhecer-se e conhecê-las, poder dominar-se e dominá-las; mas também significa submeter-se à potência da culpa e do direito. Por isso, o decreto último que se pode ler nas linhas de todos os códigos e de todas as leis da terra é: “A linguagem é a pena. Nela devem

entrar todas as coisas, e nela devem perecer segundo a medida de sua culpa”.

O *mysterium bucraticum* é, portanto, a extrema comemoração da antropogênese, do ato imemorial através do qual o vivente, ao falar, converteu-se em homem, uniu-se à língua. Por isso, tudo isto concerne tanto ao homem ordinário como ao poeta, tanto ao sábio como ao ignorante, tanto à vítima como ao carrasco. E por isso o processo sempre está em curso, porque o homem não cessa de devir humano e de permanecer inumano, de entrar e sair da humanidade. Não cessa de se acusar e de pretender-se inocente, de declarar-se, como Eichmann, disposto a se enforcar em público e, no entanto, inocente perante a lei. E até que o homem não logre chegar ao extremo último de seu mistério – do mistério da linguagem e da culpa, isto é, deveras, de seu ser e não ser ainda humano, de seu ser e já ser animal – o Juízo, no qual ao mesmo tempo ele é juiz e acusado, não deixará de ser e continuamente repetirá seu *non liquet*.

Tradutor: Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Porto Velho/RO, Julho de 2016.